

RODRIGO OLIVEIRA MARQUEZ

## **TEORIA DA HISTÓRIA: HAYDEN WHITE E SEUS CRÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de mestre. Defendida em 06 de outubro de 2008, diante de banca examinadora composta pelos professores Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB), Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG) e Pedro Spinola Pereira Caldas (UFU).

*Texto dedicado a Camila Di Guimarães Melo Rosa e Marina Marquez.*

## **PALAVRAS-CHAVE**

Teoria da História; Hayden White; Críticos

### **RESUMO**

A dissertação apresenta os quatro principais livros de Hayden White: "Meta-História" (1973), "Trópicos do Discurso" (1978), "O Conteúdo da Forma" (1987) e "Realismo Figural" (1999). Os quatro primeiros capítulos levam, respectivamente, o título de cada um dos livros de Hayden White e são apresentados em obediência ao critério cronológico dos anos das suas respectivas publicações. Ao final de cada um dos quatro capítulos são apresentadas críticas de alguns autores as possíveis conclusões que Hayden White chega em cada um dos seus livros. O quinto capítulo, intitulado "Quatro Polêmicas com Hayden White", apresenta quatro debates diretos que ele trava com quatro dos seus muitos críticos, apresentados também em obediência à ordem dos diferentes anos em que essas discussões ocorreram: Roger Chartier (1993), Arthur Marvick (1995), George Iggers (2000) e Dirk Moses (2005)

### **ABSTRACT**

The dissertation presents the four main books of Hayden White: "Metahistory" (1973), "Tropics of Discourse" (1978), "The Content of the Form" (1987) and "Figural Realism" (1999). The first four chapters were named, respectively, after the titles of each one of Hayden White's books, and are presented according to the chronological criterion of the years of their respective publication. By the end of each one of the four chapters, some reviews of other authors over Hayden White's conclusions in his books are presented. The fifth chapter, entitled "Four Polemics with Hayden White", presents four direct debates that he wages against four of his many critics, also presented in order respecting the different years in which these discussions took place: Roger Chartier (1993), Arthur Marvick (1995), George Iggers (2000) and Dirk Moses (2005).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
------------------------	----------

### CAPÍTULO 1

<b>META-HISTÓRIA: A Imaginação Histórica na Europa do século XIX (1973).....</b>	<b>14</b>
--	-----------

1.1. “O Fardo da História” (1966) como prenúncio temático do “Meta-História”.....	14
---	----

1.2. A estrutura da consciência histórica: os elementos estruturais da narrativa historiográfica e filosófica da história na Europa do século XIX .....	19
---	----

1.3. A história da consciência histórica na Europa do século XIX.....	33
---	----

1.4. Conclusões do Meta-História: críticas a essas conclusões .....	36
---	----

### CAPÍTULO 2

<b>TRÓPICOS DO DISCURSO: Ensaio sobre a Crítica da Cultura (1978).....</b>	<b>46</b>
--	-----------

2.1. A teoria tropológica do discurso .....	47
---	----

2.2. A teoria tropológica do discurso historiográfico: narrativa, descrição, evento, fato e ficção .....	50
--	----

2.3. Conclusões de Trópicos do Discurso: críticas a essas conclusões .....	64
--	----

### CAPÍTULO 3

<b>O CONTEÚDO DA FORMA: Discurso, Narrativa e Representação Histórica (1987).....</b>	<b>79</b>
---	-----------

3.1. O valor da narrativa na representação da realidade histórica: o conteúdo imanente à forma narrativa.....	82
---	----

3.2. A transição do conteúdo (ideológico) imanente ao conteúdo (ideológico) institucionalizado da forma da narrativa: a plausibilidade da narrativa historiográfica.....	91
--	----

3.3. A política da interpretação histórica à época da profissionalização da historiografia: o conteúdo institucionalizado na forma da narrativa.....94

3.4. Conclusões de “O Conteúdo da Forma”: críticas a essas conclusões.....100

## **CAPÍTULO 4**

**REALISMO FIGURAL: Investigações Sobre o Efeito Mimesis (1999)**.....110

4.1. O retorno aos temas do Meta-História e Trópicos do Discurso: figuração, descrição, enredamento e argumentação contextualista na narrativa historiográfica.....111

4.2. O acontecimento modernista e o problema da sua representação historiográfica: a anti-narrativização modernista, a escrita intransitiva na voz média e o abandono da tropologia — o exemplo paradigmático do Holocausto e da Solução Final.....118

4.3. Objeções críticas selecionadas por Hayden White: respostas a essas objeções.....125

## **CAPÍTULO 5**

**QUATRO POLÊMICAS COM HAYDEN WHITE**.....130

5.1. Roger Chartier x Hayden White (1993).....131

5.2. Arthur Marvick x Hayden White (1995).....140

5.3. George Iggers x Hayden White (2000).....148

5.4. Dirk Moses x Hayden White (2005).....157

**CONCLUSÃO APRESENTADA SOB A FORMA DE CINCO (5) TESES SOBRE HAYDEN WHITE** .....167

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**.....174

## INTRODUÇÃO

A dissertação considera os quatro principais livros de Hayden White: *Meta-História* (1973), *Trópicos do Discurso* (1978), *O Conteúdo da Forma* (1987) e *Realismo Figural* (1999). Os quatro primeiros capítulos levam, respectivamente, o título de cada um dos livros de Hayden White e estão apresentados em obediência ao critério cronológico do ano das suas respectivas publicações. O quinto capítulo, intitulado “Quatro Polêmicas com Hayden White, apresenta quatro debates diretos que ele trava com quatro de seus muitos críticos, apresentados também em obediência a ordem dos anos em que essas discussões ocorreram: Roger Chartier (1993), Arthur Marwick (1995), George Iggers (2000) e Dirk Moses (2005).

À exceção do *Meta-História*, os outros três livros de Hayden White compõem-se de ensaios publicados em diferentes revistas internacionais e em diferentes anos da sua carreira, mas reunidos em um determinado ano e publicado sob a forma de livro. Nem todos os ensaios contidos em cada livro dizem respeito aos tópicos gerais e especiais de interesse da Teoria da História: *filosofia crítica da história*: causalidade, descrição, explicação, interpretação, narração e objetividade históricas; *filosofia especulativa da história*: história comparativa e história global; *história da historiografia*: a teoria e a prática dos historiadores e filósofos da história do passado; *interdisciplinaridade*: interações entre história, ciências sociais, naturais, humanidades e psicologia; *tempo e cultura*: diferentes concepções do tempo humano e de humanidade no tempo.<sup>1</sup>

Pode-se dizer que, nesse vasto campo de ocupação da Teoria da História, Hayden White se ocupa prioritariamente dos tópicos constituintes da *filosofia crítica da história*, da *história da historiografia* e da *interdisciplinaridade histórica*. No entrecruzamento desses três tópicos gerais estão contidos todos os temas que mais imediatamente interessam à teoria da história no pensamento historiográfico de Hayden White: o fardo da história, a teoria da explicação histórica (pelo estilo historiográfico), a plausibilidade da explicação historiográfico-narrativa, a precedência funcional da descrição em relação à narrativa, a diferença (oposição) entre narração e a narrativização, a ideologia e moralização na forma (ou estética) da narrativa

---

<sup>1</sup> Esses tópicos gerais e especiais de interesse da teoria da história podem ser vistos na contracapa de muitos volumes da revista norte americana *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*.

historiográfica, o conservantismo instituído por convenção do estabelecimento profissional à forma da apresentação narrativa dos acontecimentos históricos, o sublime histórico como proposta de solução para o fardo da história, o evento modernista e a escrita intransitiva na voz média, respectivamente, como as formas mais adequadas de conceber e escrever sobre eventos sem precedentes na história humana: a devastação ambiental, a fome massiva, as duas grandes guerras mundiais e também o fenômeno cruel até a bizarrice que se deu em uma delas — o Holocausto.

Esta dissertação apresenta todos esses temas no pensamento historiográfico de Hayden White e, em virtude de estarem relacionados à teoria da história, mas em razão da dificuldade de sistematizar esses temas variados numa teoria, pois Hayden White realmente não tem uma teoria sistemática do pensamento histórico acadêmico, o título mais adequado ao conteúdo da dissertação parece ser mesmo “*Teoria da História: Hayden White e seus Críticos*” — pois também são apresentadas diferentes críticas de alguns autores a esses muitos temas. E mesmo que, *em minha leitura*, tais críticas tenham poucas e semelhantes motivações dos seus autores (o suposto *ceticismo* “absoluto” e *relativismo* “perigoso” de Hayden White, e também o seu *determinismo* lingüístico), os alvos que elas atingem são diferenciados e também resistem à classificação precisa ou à sistematização.

Por isso, ao lado dos termos gerais “Teoria da História” e “Hayden White”, também o termo geral “*críticos*” no título da dissertação. Não obstante a variedade dos temas em Hayden White e a variedade das críticas que ele recebeu, procurei, por um lado, na introdução de cada capítulo, organizar associativamente os temas nele envolvidos e, por outro, organizar as críticas referentes ao respectivo capítulo em função de qual (quais) problema(s) predominante(s) elas podem ser vistas: no quarto capítulo, à diferença dos três primeiros, são apresentadas objeções críticas selecionadas pelo próprio Hayden White e também as suas respostas a elas.

O primeiro capítulo, “*Meta-História: a Imaginação histórica na Europa do século XIX (1973)*”, é aberto com uma análise do ensaio “*O Fardo da História*” (1966) e procura mostrar: por quais razões a historiografia se tornou um fardo; o que significa propriamente o fardo da historiografia; quais metas epistemológicas precisam ser atingidas para solucionar o fardo da historiografia; e quais são os meios adequados a serem reconhecidos para se atingir as metas que representam a solução para o fardo da

história. Em seguida, são apresentados os dois sentidos possíveis através dos quais o ensaio “O Fardo da História” pode ser concebido como prenúncio temático do primeiro livro de White. Com respeito ao Meta-História, será apresentada a teoria do estilo narrativo e, de maneira bastante sucinta, também considera o aspecto de história da historiografia contido no livro. Por fim, apresenta-se o que chamo na dissertação de “conclusões” de Hayden White em Meta-História e as críticas de Maurice Mandelbaum, Philip Pomper, Eva Domanska, Eugene Golob, Jonh Nelson, Paul Herman e Fank Ankersmit sobre elas.

O segundo capítulo, “*Trópicos do Discurso: Ensaio para uma Crítica da Cultura (1978)*”, parte de uma das conclusões chegadas por Hayden White em “Meta-História”, de que a historiografia profissional não é uma espécie de conhecimento do gênero ciência, mas do gênero discurso. Apresenta-se assim a concepção precisa do que é um conhecimento científico para White, o qual a historiografia com efeito não se adéqua. Em seguida é apresentada a sua teoria (tropológica) do discurso em geral e, finalmente, a tropologia aplicada ao discurso especificamente histórico a partir da análise da produção do *efeito explicativo* das narrativas historiográficas. Ao analisar como as narrativas historiográficas obtém o seu efeito de explicação sobre os leitores, constata-se a importância e precedência funcional que a operação descritiva tem sobre os outros elementos estruturadores do discurso historiográfico, isto é, a explicação mediante argumentação formal e o enredamento. Tais coisas já haviam sido sugeridas no Meta-História e recebe seu maior desenvolvimento em Trópicos do Discurso. Por fim, apresenta-se o que chamo de “conclusões” de Hayden White em Trópicos do Discurso e as críticas de Perez Zagorin, Keith Jenkins, Chris Lorenz, Behan MacCullagh e Carlo Ginzburg sobre elas.

O terceiro capítulo, “*O Conteúdo da Forma: Discurso, Narrativa e Representação Histórica (1987)*”, dá continuidade a concepção de Hayden White a respeito de como a historiografia produz o efeito-de-explicação sobre os leitores do mundo contemporâneo, mas agora tal efeito é caracterizado em termos ideológicos (e não mais tropológicos). O final do capítulo também apresenta as “conclusões” de White em “O Conteúdo da Forma” e as críticas de Richard Vann, Nancy Partner, Willian Dray, David Carr, Carlo Ginzburg e Michael Roth.

O quarto capítulo, “*Realismo Figural: Investigações Sobre o Efeito Mimesis (1999)*”, mostra que Hayden White retorna aos temas de “Meta-História” e “Trópicos do Discurso”, por um lado, e inaugura um novo tema relativo à escrita historiográfica, por outro: a escrita intransitiva na voz média como veículo mais adequado para representar os chamados eventos modernistas, cujo Holocausto constitui o exemplo paradigmático. O retorno a temas mais antigos é representado pelas reiteradas afirmações a respeito da precedência funcional da descrição em linguagem natural, através das figurações discursivas (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), e as suas formas homólogas de explicação e enredamento narrativos. Concede-se ênfase na relação entre a descrição irônica e a homóloga estratégia de explicação contextualista, analisada por Hayden White em seu ensaio “Estratégias contextualista e formalista de explicação histórica”. No fim deste quarto capítulo são apresentadas algumas objeções que White seleciona de seus críticos a respeito da sua teoria tropológica do discurso historiográfico, e também são apresentadas as respostas que ele oferece a tais críticas.

O quinto capítulo, “*Quatro Polêmicas com Hayden White*”, apresenta quatro debates diretos que Hayden White trava com quatro de seus muitos críticos. Toma-se polêmica, aqui, no sentido comum do termo: um debate travado *diretamente* entre dois interlocutores motivados por divergências a respeito de um mesmo assunto. Como interlocução não somente divergente, mas, sobretudo, direta entre os envolvidos na discussão, não se supõe, por exemplo, que Carlo Ginzburg polemiza com Hayden White, pois os ataques do primeiro, mesmo que explícitos, nunca obtiveram resposta direta do segundo, ou seja, uma *réplica*. Entre Ginzburg e White há divergências, não polêmica. Por outro lado, Roger Chartier, Arthur Marvick, George Iggers e Dick Moses podem ser classificados no grupo dos críticos de Hayden White que polemizam com ele; por isso a escolha daquele título para o capítulo.

Senti-me atraído por apresentar esse quinto capítulo porque não existindo debates e controvérsias na universidade — mas somente acordos e *consensos* ou, em termos mais realistas, *pactos de não atacar nada e ninguém para jamais ser atacado* — eu poderia assim suprir esta carência intelectual ao assistir alguns diálogos discordantes bem de perto. Além do mais, há também utilidade impessoal neste capítulo, pois aquele que já está além da fase introdutória do pensamento historiográfico de Hayden White terá a oportunidade de ver as críticas de estudiosos de diferentes especialidades acadêmicas sobre ele, podendo constatar qual a natureza das críticas que Hayden White

recebe e o modo como reage/responde a elas. Assim, serão encontrados ataques formulados mais recentemente por quatro críticos — Chartier, Marvick, Iggers e Moses — durante as décadas de 1990 e 2000, que poderão servir utilmente de *pontos de partida* para aquele que pretende ir além da famigerada “Introdução” do livro “Meta-História”, podendo atualizar ainda mais *o caso Hayden White* no cenário contemporâneo da Teoria da História.

Roger Chartier procura explorar a trajetória intelectual de Hayden White, no sentido de identificar nela contradições entre seus posicionamentos. Tal exploração ocorre através da elaboração de quatro questionamentos provocativos. No primeiro, em relação ao “Meta-História”, ele quer saber de White como é possível conciliar a sua posição estruturalista (ênfase na determinação impessoal dos códigos de linguagem) e humanista (ênfase na escolha humana e capacidade de livre criação dos historiadores) sem cair em (suposta) contradição. No segundo questionamento, relacionado especificamente ao ensaio *A Tropologia e os Modos da Consciência Humana*, em “Trópicos do Discurso”, Chartier cobra resolução para o (suposto) paradoxo entre a universalidade dos tropos como estruturadores da compreensão histórica e a particularidade dos contextos históricos que informam usos e aplicações diferentes da retórica por autores que escrevem em diferentes tempos e lugares. No terceiro, Chartier pede solução para a defesa whiteana da ficcionalidade historiográfica quando relacionada à prática e ao valor da pesquisa empírica, como instância última para discernir o verdadeiro do falso em produções historiográficas. O quarto, e último questionamento, indaga a legitimidade da abordagem formalista do Meta-História, pois Chartier julga que para fazer “história da história” é (unicamente) relevante compreender como, em uma dada época ou fase do pensamento histórico acadêmico, os historiadores colocam em ação técnicas de pesquisa e crítica documental que dotam suas produções historiográficas de objetividade.

Arthur Marvick classifica Hayden White como *pós-modernista historiográfico* (no sentido de que ele compartilha da posição epistemológica de que a historiografia não é uma ciência, porque a linguagem natural de que ela se vale impossibilita descrever e explicar com precisão e objetividade os objetos da sua investigação) e *metafísico* (no sentido de que, em seu Meta-história, White desenvolve uma metodologia totalizante e redutiva a qual, por acreditar na realidade de alguma filosofia da história, pretende dar conta da essência dos estudos históricos a partir de uns poucos

princípios poéticos — metáfora, metonímia, sinédoque e ironia — e de seus respectivos desdobramentos homológicos nos níveis narrativo, argumentativo e ético. Tal metodologia assim totalizante e redutiva só seria epistemologicamente justificável, sugere Marvick, para quem concebe a História-processo, ou mesmo um segmento dela, como o resultado materializado de um conjunto de forças hierárquicas poderosas. Nos círculos acadêmicos do pensamento historiográfico comumente denominam-se essas abordagens da história humana de filosofias da história, para opô-las as abordagens propriamente historiográficas. É nesse sentido que, para Marvick, Hayden White é metafísico, pois tem a base metodológica do seu Meta-História, o formalismo estruturalista, apoiada em alguma filosofia da história tomada como realidade histórica. Não tendo a realidade histórica tais forças hipostáticas, o método formalista de Hayden White é ineficiente para analisar historiografias concretas, baseadas nas chamadas fontes primárias, que são sempre contextualmente produzidas por seres humanos num determinado momento e lugar.

George Iggers concentra suas críticas a Hayden White a partir da confiança numa categoria de Droysen para conceber o valor cultural e epistemológico do conhecimento historiográfico — chamada *wissenschaftlich/ scholarship*: resumidamente, estes conceitos compreendem o conhecimento produzido pelos historiadores como resultante de uma organização profissional que atua em um campo de estudos especializado e disciplinado — com linguagem, modelos explicativos, métodos e técnicas de pesquisa próprios. Assim, a historiografia é um campo de estudos autônomo, capaz de definir-se e diferenciar-se de outras formas de conhecimento, especialmente do chamado conhecimento literário, que Hayden White constantemente relaciona com o conhecimento histórico. Com base na concepção do conhecimento histórico pela categoria do *wissenschaftlich/ scholarship*, Iggers questiona a aproximação entre historiografia e literatura através do *método formalista* empregado por White em muitas ocasiões: em primeiro lugar, segundo Iggers, White não fez análise estritamente formalista dos trabalhos dos historiadores do século XIX em seu Meta-História, como supõe Chartier, mas sim contextualista (considerando sobretudo o ambiente intelectual dos diferentes autores analisados); em segundo lugar, a análise formalista desconsidera a relação entre o texto e a realidade extra-textual e, por conseguinte, a distinção entre fato e ficção — impossibilitando a distinção entre historiografia e literatura.

Dirk Moses formula as suas críticas partindo, antes de tudo, do acordo com uma antiga defesa de Hayden White em relação à historiografia, apresentada em seu ensaio *O Fardo da História* (1966): os estudos históricos precisam ser incentivados e produzidos, quando não avaliados, em vista da sua *utilidade pública* para os seus receptores e tal utilidade, por sua vez, se mede pela circunstância de as produções historiográficas responderem ou não a questões existenciais incidentes na vida dos contemporâneos que recepcionam as obras, livros, teses, dissertações e artigos historiográficos. Em suma, a historiografia não pode ser um *fardo*, um peso inútil sobre os ombros não só de historiadores, mas de escolares e leitores potenciais das obras de história. E a historiografia será tanto mais penosa, porque publicamente (culturalmente) inútil, ou melhor, *sem sentido*, quanto mais se ater a formular questões para o passado cujas respostas atendam a mera curiosidade intelectual de antiquários — isto é, quanto mais almejar o conhecimento objetivo do passado pelo passado, a bem exclusivo do passado. Portanto, Moses está de acordo que, para tornar a historiografia publicamente significativa (apta a produzir *sentido histórico*), é necessário o recurso à imaginação tanto para conceber um tipo de realidade (no caso de White, sublime) como para escrever sobre ela (no caso de White, retoricamente). Contudo, para Moses, a solução que White dá ao problema do fardo da historiografia através da sua concepção da “História-processo” como sublime, isto é, caótica porque carente de verdades morais, e da sua concepção da “história-conhecimento” como retórica (tropológica), porque sem regras lógicas definíveis, *legítima mitos étnicos e nacionais, autorizando que determinados grupos sociais reelaborem seu passado para justificar ataques genocidas contra outros grupos de constituição identitária diferente*: por exemplo, as narrativas de vitimização usadas não somente no conflito entre judeus e palestinos. Moses também busca o sentido histórico, mas que ele seja não somente publicamente significativo, mas também ético — com uma conotação de ser capaz de decidir *justamente* (?) a respeito de contendas étnicas e nacionais.

Por fim, apresento a conclusão do trabalho enunciada sob a forma de cinco (5) breves teses sobre Hayden White, cada uma referente a um dos seus respectivos livros, sendo a primeira tese de natureza geral: teses *não* como afirmações ou pontos de vista *criados originalmente* pelo autor da dissertação, mas simplesmente como afirmações que ele pretende *defender* e que de uma forma ou de outra, mais ou menos explicitamente, apareceram ao longo do texto. Pois, diferentemente das dissertações em

que nada se defende ou se defende o ponto de vista mais fácil, isto é, aquele defendido pelo próprio orientador, aqui a visão é mais *livre* e optou-se conscientemente por estabelecer compromisso fiel com a *investigação independente* ao invés de ancorar-se naqueles pontos de vista demasiado amplos, porém fundamentais, que geralmente cada orientador possui em relação aos temas que orienta e através dos quais doutrinam (propositalmente ou não) os seus alunos.

## CAPÍTULO 1

### META-HISTÓRIA: A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA NA EUROPA DO SÉCULO XIX (1973)

#### 1.1. “O Fardo da História” (1966) como prenúncio temático do “Meta-História”

O Meta-História está tematicamente prenunciado em um ensaio de Hayden White publicado em 1966: *O Fardo da História*<sup>2</sup>. Nesse ensaio White apresenta um balanço geral do modo hostil como a história-disciplina é vista pela comunidade intelectual de um modo geral (filósofos, escritores literários e cientistas sociais) dos fins do século XIX aos meados dos anos 60. Essa hostilidade começa com Nietzsche, cujo ensinamento fundamental a geração que lhe segue é que “a história promoveu nos homens um *voyeurismo* debilitante, fê-los sentir que eram forasteiros num mundo onde todas as coisas dignas de fazer já haviam sido feitas e desse modo solapou aos poucos aquele impulso ao esforço heróico que poderia conferir um sentido peculiarmente humano, ainda que transitório, a um *mundo absurdo*” (p.44).

Com base na crítica de Nietzsche, concentrada na incapacidade da historiografia colocar o passado a serviço da vida (presente), seleciona-se aqui três das conclusões que a comunidade intelectual chega a respeito da historiografia: a) nenhuma explicação dos problemas presentes, especialmente de questões metafísicas ou existenciais, é possível em bases históricas; b) a “imaginação histórica” constitui tão somente uma contradição em termos, pois *o modo* como lida com o passado é a melhor barreira para a tentativa dos homens, em suas vidas cotidianas, de solucionar os seus problemas espirituais e materiais mais urgentes (p.52); c) a investigação histórica é *inútil* por que pensar o passado aliena os indivíduos contemporâneos do mundo presente. Em geral, a consciência histórica é condenada pela convicção da contemporaneidade de toda experiência humana significativa (p.43). *Uma convicção reativa à incapacidade da*

---

<sup>2</sup> Todas as palavras colocadas em *itálico* nesta dissertação seguiram apenas a regra de *atribuir ênfase* a um termo, frase ou oração. Assim, não se segue aqui alguma norma da ABNT para o uso que aqui se faz. Pretende-se apenas *destacar a relevância significativa* do termo em meio a uma frase ou oração, ou de uma frase ou oração em meio a um período, ou de um período inteiro em meio a um parágrafo ou página.

*historiografia colocar o passado a serviço dos problemas e interesses públicos do mundo contemporâneo.*

A indignação de inúmeros intelectuais e escritores literários contra a historiografia, originada em Nietzsche e sintomática em George Eliot, Ibsen, Gide, Sartre, Thomas Mann, Virgínia Woolf, Proust, Joyce e muitos outros autores citados por White tem, portanto, um alvo bastante claro: *o estudo desinteressado do passado a bem do próprio passado; o estudo do passado como um fim em si mesmo, ou o culto ao passado morto traduzido em escrita histórica como que em contraste com um presente demasiado vivo.* E se “o homem ocidental contemporâneo tem bons motivos para estar obcecado pela consciência da singularidade dos seus problemas pessoais”, pouca ajuda ele pode esperar dos estudos históricos (como o estudo do passado “em si mesmo”, como um fim em si mesmo). Segundo White, a historiografia aparece a esses intelectuais como uma oposição intencional dos historiadores à tentativa de entrar em contato com o mundo atual em toda a sua estranheza, mistério e interesse prático (existencial).

Nesse sentido, *o que se coloca em questão não é como o passado deve ser investigado e explicado, mas se o passado deve ao menos ser estudado* (p.50). Disso se segue que *o fardo da história* é a obrigação histórica de o homem ocidental ter de lidar com uma disciplina milenar que em nada o ajuda a enfrentar e solucionar os problemas do seu mundo presente, e que *o fardo do historiador contemporâneo* é restabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente de um modo tal que contribuam para a solução dos problemas peculiares do seu tempo (p.52). Isso quer dizer que o fardo da história não é nada mais que o resultado da perda da crença na consciência histórica, a dúvida quanto ao seu valor em desempenhar a função de responder questões histórico-existenciais colocadas pela vida contemporânea.

Mas a descrença na consciência histórica, que torna a historiografia um fardo para o presente, uma indigestão para qualquer ocidental de cultura mediana, é sugerida por Hayden White como uma resposta reativa (mais propriamente revoltada) contra um tipo específico de abordar o passado, vagamente denominado em muitos escritos de teoria da história de *positivista*, e que Nietzsche chamou de *história tradicional/antiquária*.

Em poucas palavras, a razão que motiva a descrença no valor e *utilidade pública* dos estudos históricos tem como arauto qualquer pensamento histórico que se pretenda objetivo (num sentido específico): “muitos historiadores continuam a tratar os seus fatos como se fossem dados e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos eventos que tem diante de si” (p.56). É essa objetividade inalcançável, conivente com as noções de neutralidade, fatos dados, explicação e interpretação única, *sentido definitivo* (de um segmento de processo histórico) como *verdade*, que Hayden White se põe contra e a responsabiliza pela geração do fardo da história, à medida que contar as coisas como elas realmente aconteceram frustrou-se inteiramente pela multiplicidade de sentidos históricos gerados pela própria escrita sobre o passado, como mostra White em sua análise dos historiadores clássicos do século XIX.

É a reação a essa objetividade impossível (levada a termo pelo pensamento historiográfico pós-moderno), acrescida da secularização dos processos de constituição macro-cósmica de sentido expressas na decaída em descrédito dos mitos e das religiões, que tornou a história sem-sentido, pois como o sentido único não é possível, a historiografia se transforma em mero passa-tempo e assunto de curiosidade dos homens do mundo atual. A questão, portanto, é destruir qualquer *pretensão positivista* para fazer frente ao *ceticismo pós-moderno*. A ironia pós-moderna, que recusa a possibilidade do conhecimento histórico e, conseqüentemente, o seu valor cultural como disciplina, só faz sentido quando procurada a objetividade positivista.

O historiador deve, em contrapartida e com o intuito de se livrar da ilusão positivista, se esforçar o quanto puder *para tornar o passado uma presença viva para os seus contemporâneos*. “Como fazê-lo?” — pergunta White. Ou, em termos análogos, “como recuperar a dignidade dos estudos históricos pela solução do problema do fardo da história, que pesa sobre os ombros do historiador contemporâneo?”.

Primeiramente, se apresentam as metas visadas para a solução do fardo da história, inteiramente tão opostas a expectativa de objetividade positivista quanto a descrença cética de pós-modernistas como Keith Jenkins : a) introduzir o passado na vida presente, fazendo do passado um elemento essencial das relações sociais na vida humana prática; ou, analogamente, dotar o passado, *pelo ato de escrita sobre ele*, de uma vivacidade que conduza os destinatários das historiografias a vê-lo e apropriá-lo

como parte integrante da sua vida pessoal; b) a introdução do passado na vida presente como parte integrante da vida pessoal dos destinatários (vivificação) não pode conduzi-los ao assentimento incondicional aos poderes dominantes, educando e doutrinando as capacidades individuais de constituição do sentido histórico pelo uso significativo do passado como justificativa do *status quo* contemporâneo. A inserção deve, ao contrário, ser sempre crítica e, mais especificamente, encorajadora (provedora da consciência e da atitude confiante de que as coisas podem ser diferentes do que são atualmente).<sup>3</sup> Sendo a estética o conjunto de técnicas e estratégias aplicadas à escrita aptas a transformar o passado em história, o problema do fardo da história é mais uma questão do *sentido histórico* que da *verdade histórica*.

Mas a solução para o fardo da história, tendo em mira os dois alvos acima, somente pode ser levada a termo se a historiografia abandonar a tentativa de “retratar” um segmento particular dos processos humanos passados do ângulo correto e da perspectiva verdadeira, e aceitar de bom grado que “não há essa coisa de visão única e correta de algum objeto em exame, mas sim muitas visões corretas, cada uma requerendo seu próprio *estilo de representação*” (p.59). É necessário admitir, portanto, que a representação histórica (descritiva-argumentativa-narrativa) não precisa ser atribuída à categoria do literalmente verídico em oposição ao puramente imaginário, mas que pode ser elaborada e julgada de acordo com as suas *metáforas regentes*, reconhecidas como “normas” heurísticas que tanto eliminam quanto selecionam

---

<sup>3</sup> Evidentemente que as metas para solução do fardo da história, implícitas no ensaio de Hayden White, estão sendo decodificadas e relativamente desenvolvidas pela linguagem de Jörn Rüsen em seu livro “História Viva”, que abordou mais clara e precisamente o tema. Contudo, a proposta de solução de White em seu ensaio e o trato que Rüsen dá ao tema em seu livro são tão semelhantes e complementares que nada pode impedir esta associação, ou melhor, esta tradução da linguagem de um autor (White) na de outro (Rüsen). Por conseqüência, sugere-se que qualquer classificação dos trabalhos de Hayden White dentro de correntes de pensamento historiográfico céticas parece relativamente tão forçada quanto simplista. No final do segundo capítulo desta dissertação consta a apresentação de dois pontos de vista fundamentais em Keith Jenkins que nada se parecem com as conclusões de Hayden White a respeito da possibilidade do conhecimento histórico. Uma coisa é sustentar que a historiografia não se adéqua a um conceito preciso referente aos requisitos necessários a serem preenchidos para se classificar uma forma de conhecimento como *científica* e outra, *muito diferente*, é dizer que a história não é uma forma de conhecimento possível. No primeiro caso, o debate gira em torno da definição de ciência, que pode ser tão rigorosa quanto flexível, no segundo, o debate gira em torno da circunstância de se a historiografia, através de seus métodos e técnicas de pesquisa e modelos explicativos, pode ou não obter informações a respeito do significado da vida humana em algum segmento do passado e se esse significado pode ter alguma relação útil ou publicamente relevante com a vida atual. Para Hayden White, que trabalha com um conceito de ciência advindo do positivismo lógico (demonstrações lógico-matemáticas somadas a experimentos literalmente controlados em laboratórios), a historiografia simplesmente não é uma ciência. Para Keith Jenkins a historiografia não é sequer uma forma de conhecimento, mas uma ideologia transformada em disciplina acadêmica para atender aos interesses dos grupos dominantes das sociedades modernas.

automática e autoconscientemente certos tipos de dados tidos como provas (p.59). Não se deve, conseqüentemente, ter a ingênua esperança de que as sentenças (afirmações) abrangentes sobre uma dada época passada, ou sobre um conjunto complexo de eventos passados, encontrem correspondência com um campo preexistente de eventos em estado bruto. O que é constituído como prova (do sentido verdadeiro de um conjunto ou seqüência complexa de eventos) depende em grande medida das metáforas utilizadas para constituir o próprio conjunto ou seqüência de fatos, e esse conjunto ou seqüência é (ou deveria ser) constituído por metáforas capazes de introduzi-la na vida cultural e social do mundo contemporâneo, e por fim suscitar atitudes orientadas a crítica, libertação e encorajamento perante os problemas originados e pertencentes somente ao mundo atual.

Nesse sentido, têm-se *os meios* para atingir a meta de solução do fardo da história: a) reconhecer como inalcançável, bem como prejudicial à capacidade de constituição do sentido histórico, a pretendida objetividade “científica” voyeurista; b) recorrer a técnicas de expressão literária, simbolistas, expressionistas, realistas, surrealistas e modernistas para proceder à inserção revolucionária do passado na vida atual. Nisso consiste o que pode se chamar de *desafio literário* de Hayden White no campo dos estudos históricos.

Por que a solução para o fardo da história é possível?: a) por que a historiografia é tropologicamente regida. Isso quer dizer que não há fundamentos racionais e empíricos necessários que autorize exclusivamente uma única concepção significativa de um segmento do processo histórico capaz de invalidar quaisquer outras concepções do mesmo; b) conseqüentemente, a consciência irônica que instituiu o fardo da história por reação ao fracasso do positivismo, não tem melhores razões para sobreviver do que qualquer outra concepção que revitalize os estudos históricos sobre o passado.

De que maneira, então, é legítimo dizer que o ensaio “O Fardo da História” (1966) prenuncia tematicamente o livro de White publicado sete anos depois, o famoso “Meta-História” (1973)? Primeiro, pela apresentação da história da consciência histórica do século XIX, quando no fim deste o pensamento histórico decaiu na *condição irônica* da qual o pensamento histórico pós-moderno é a expressão mais atual. Segundo, pela apresentação do regimento tropológico da historiografia, isto é, o sentido dos fatos é dado por metáforas, metonímias, sinédoques e ironias regentes dos relatos históricos,

constitutivos do campo semântico de fatos relevantes para os propósitos da vida atual: assim, White apresenta a estrutura da escrita historiográfica como à extensão dos quatro tropos básicos da linguagem natural. No primeiro caso, o “Fardo da História” prenuncia o elemento de *historia da historiografia* do “Meta-História”, e no segundo o elemento de “*epistemologia de história*” também contido no livro.

## 1.2. A estrutura da consciência histórica do século XIX: os elementos estruturais da narrativa historiográfica e filosófica da história

O Meta-História foi publicado no ano de 1973. A caracterização geral do livro por White, logo nas primeiras linhas da introdução, contém o projeto básico do Meta-História (prenunciado em O Fardo da História), bem como indicação dos dois contextos intelectuais paralelos em que o livro está situado:

“Este livro é uma *história da consciência histórica* na Europa do século XIX, mas também pretende contribuir para a atual discussão do *problema do conhecimento histórico*. Como tal, representa não só uma exposição do desenvolvimento do pensar histórico durante um período específico de sua evolução, mas também uma teoria geral da estrutura daquele modo de pensamento que é chamado “histórico.””

Visto a partir de sua proposta interna, o Meta-história é um livro de *história da historiografia*, à medida que expõe a história da consciência histórica no século XIX a partir das formas de escrita que se desenvolveram nesse período. Mas a finalidade da exposição é contribuir para a atual discussão do problema do conhecimento histórico. Nesse sentido, o Meta-História trata também de *epistemologia da história*.<sup>4</sup> No entanto, contribui para essa discussão a partir do desvelamento da estrutura de cada consciência histórica refletida em diferentes formas de escrita histórica do século XIX. Sua

---

<sup>4</sup> A atual discussão a respeito do problema do conhecimento histórico diz respeito, de um modo geral, ao debate anglo-americano entre positivistas e idealistas acerca da *cientificidade* da historiografia, e refere-se, em especial, a natureza, função e status das *explicações históricas*. Pelo lado positivista tem-se Hempel como representante proeminente, e pelo lado dos idealistas ou humanistas tem-se Colingwood. Em meio a esse debate, o Meta-história inaugura uma nova teoria da explicação histórica, estruturalista, à qual é resumida sob o título *estilo historiográfico*.

contribuição é, assim, estruturalista, e White procura aplicar os princípios do *estruturalismo* a escrita histórica do século XIX.<sup>5</sup>

Assim concebido, o Meta-história avança em dois níveis de investigação, articulando história da historiografia e epistemologia da história, e relaciona-se a dois distintos contextos intelectuais paralelos: o debate entre positivistas e idealistas, e o movimento estruturalista.<sup>6</sup> Os dois níveis de investigação são *unificados* pelo emprego

---

<sup>5</sup> Segundo François Dosse, o estruturalismo é mais que um simples método específico de um determinado campo de pesquisa, pois derivado do termo estrutura, com o sentido de descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto se organizam numa totalidade delimitada, ele pode originar múltiplas aplicações (estruturas anatômica, psicológica, geológica, matemática). Nesse sentido, dificilmente se pode caracterizar homogeneamente o movimento estruturalista, mas apesar das suas inúmeras ramificações e aplicações, alguns pressupostos se mantiveram como o núcleo comum do movimento. Ele se encontra na lingüística saussureana, tal como foi elaborada por Roman Jakobson nos anos 40: a) existe um código lingüístico prévio a toda e qualquer mensagem; b) além de preexistente ao uso que dele nós fazemos, o código lingüístico, como fenômeno social, constitui-se por regras que independem do sujeito individual que o utiliza. Sendo o código lingüístico um sistema de signos, e o signo lingüístico a relação entre o significante (som) e o seu significado (o que o som quer dizer), a significação não está, portanto, imediatamente vinculada a um objeto exterior a ela, o chamado referente, mas vincula-se a este apenas indiretamente – um signo lingüístico une arbitrariamente, no sentido de não ser motivado por objeto externo algum, um conceito a uma imagem acústica, e ambos remetem a um referente externo. Nesse sentido, c) o estruturalismo privilegia o estudo das formas e não o dos conteúdos, das relações e não das qualidades e atributos, seu objetivo é a investigação de sistemas formais subjacentes aos conteúdos de um dado campo de pesquisa. Há, portanto, o esvaziamento (do conteúdo) do significado, da referência, ou ao menos a sua atenuação em privilégio do significante. Acrescente-se a esses pressupostos a tese central do estruturalismo: a definição de um código (e conseqüentemente de um signo) é ser traduzível num outro código (num outro signo). A essa propriedade que permite a tradução e equivalência entre diferentes códigos, chama-se estrutura. Códigos são diferentes sistemas de significados, e estruturas são aquilo que permite traduzir um código pelo outro. Essa tese tem duas implicações: a primeira é que a tradução entre diferentes códigos, ou de um código de linguagem por outro, torna possível a sobreposição entre eles, abrindo caminho para as dicotomias entre códigos superficiais ou manifestos e códigos latentes ou profundos. A segunda, conseqüência da primeira, é que essa sobreposição induz a procura e estabelecimento de uma *hierarquia* entre eles, isto é, à pergunta de qual é o código dos códigos, ou aquele que é capaz de traduzir todos os outros, sendo este a estrutura das estruturas, a estrutura profunda.

<sup>6</sup> Além desses dois contextos intelectuais o Meta-História é também, como observa Hans Kellner, filho de uma longa *tradição* intelectual do Ocidente europeu: a *tradição humanista*, que remonta à época do renascimento. O humanismo inaugura a chamada “cultura da crítica” e representa o colapso do domínio religioso em vários discursos. Tem por orientação fundamental o reconhecimento de que os artefatos culturais em sua totalidade são criações especificamente humanas, cuja existência, sobrevivência e destruição estão estreitamente vinculadas à *escolha* dos próprios homens, e não a qualquer que seja a força religiosa ou metafísica evocada para explicá-los cognitivamente ou justificá-los politicamente. O humanismo, portanto, tem por interesse e preocupação geral a escolha humana, o seu exercício e limites, no confronto com o peso de qualquer tradição atuante. Considera a escolha humana como uma força capaz de fazer frente a qualquer tradição, seja para mantê-la ou substituí-la. Transposto à escrita histórica, o humanismo reflete a concepção de que a historiografia é um produto criado pelos homens, especialmente uma criação lingüística, que Hans Kellner identifica como “o *humanismo lingüístico* — de Hayden White: a historiografia no período de sua profissionalização ao longo do século XIX decai no estado de ironia, e White propõe a sua superação no Meta-História. Como modo de escrever sobre o passado e relacioná-lo ao mundo presente, a ironia reflete o *fatalismo* no âmbito ético e o *quietismo* no âmbito político, isto é, a crença de que os homens são governados por forças exteriores independentes de sua escolha, mesmo que estas forças não sejam mais tidas por religiosas ou metafísicas, mas geralmente sociais, culturais e econômicas, elas minam a possibilidade de crer em ações políticas positivas, vale

do *método formalista* aos escritos de historiadores e filósofos da história oitocentistas. Esse método desconsidera não somente o conteúdo referencial dos escritos analisados, se eles são verdadeiros ou falsos, ou mais ou menos adequados a realidade dos fatos descritos, mas também não leva em conta a relação entre a vida pessoal do escritor, o seu contexto social específico e os seus escritos. Concentra-se somente nos elementos estruturais que compõe cada descrição narrativa. Assim, o método formalista é usado *tanto* para identificar os elementos estruturais distintivos que compõe a escrita histórica *quanto* para explicar a passagem de um modo de escrita a outro na sucessão de suas diferentes fases: em suma, o método formalista unifica os dois tipos de abordagem do Meta-História.

A fim de identificar os componentes estruturais da narrativa histórica, White distingue nela dois elementos primitivos e três elementos não-primitivos articulados em seu interior, seja ela narrativa historiográfica ou filosófica da história. Os elementos primitivos são identificados como *crônica histórica* e *estória*<sup>7</sup>. Os elementos não-primitivos são identificados como *enredamento*, *a argumentação formal*, e *a implicação ideológica* do relato narrativo<sup>8</sup>. Os elementos primitivos do relato histórico são a matéria-prima sobre os quais opera ou trabalha os elementos não-primitivos. Ambos os elementos representam tipos qualitativamente diferentes de arranjo *sintético* da

---

dizer, autoconfiantes e seguras de seus propósitos. Nesse sentido, Hayden White sustenta que os historiadores devem *escolher* outro tropo para descrever e narrar as suas histórias.

<sup>7</sup> O elemento “crônica” e o elemento “estória” são mais claramente discerníveis nos textos historiográficos do que nas ficções literárias. Pois ao contrário das ficções literárias, como no romance, os textos de historiografia têm por uma de suas bases a referência a acontecimentos que existem fora do próprio texto. Dessa maneira, os acontecimentos relatados num romance podem ser inventados, ao passo que não o podem num relato histórico. Essa liberdade do escritor imaginativo em inventar os acontecimentos do seu relato dificulta a distinção entre a crônica desses acontecimentos e a estória contada sobre eles. Dificuldade esta que é bastante atenuada nos relatos históricos do mundo, fazendo possível a sua distinção no interior do próprio relato. Mas apesar de distintos entre si, ambos são elementos primitivos do relato histórico considerado como tal: não há no relato histórico elementos anteriores ou mais fundamentais do que estes: a partir do registro a crônica constitui os fatos que serão posteriormente descritos na estória. Conseqüentemente, quaisquer outros elementos estruturadores do relato histórico giram em torno da crônica e da estória, e a eles estão de alguma maneira vinculados.

<sup>8</sup> Esses três elementos não-primitivos do relato trabalham, portanto, sobre a estória da crônica. A estória, por sua vez, é trabalhada pelo enredamento e este pela argumentação. A combinação de uma forma específica de enredamento com uma argumentação implica uma ideologia específica para a compreensão do mundo passado em função dos problemas sociais do mundo presente. Cada elemento não-primitivo do relato histórico representa um distanciamento conceptual gradativamente maior e qualitativamente diferente com relação ao registro histórico não-processado. Esse distanciamento conceptual não significa ruptura absoluta com as fontes em nenhum dos seus níveis, embora a cada nível conceptual sobreposto a relação com o registro se torna mais *indireta*.

quantidade de informações extraídas das fontes históricas, o chamado *registro histórico não-processado*, a fim de torná-lo mais compreensível para um *público* específico.<sup>9</sup>

Hayden White começa então pela caracterização do registro, ou das fontes históricas, feita exclusivamente do ponto de vista de que esse material chega ao historiador: a) *incompleto* demais, ou com uma série de informações a serem supridas; b) *compacto* demais, ou com uma série de informações a serem ou excluídas ou subsumidas; c) de toda maneira, *caótico*, pois organizadas sem o propósito de serem conceptualizadas em um dos níveis explicativos da narrativa; d) e *inscrito na sua própria terminologia ou código*, não no que o historiador usará para transformá-lo em uma narrativa histórica. Dada essa caracterização das fontes históricas, elas podem globalmente ser denominadas, com certa razão, de *registro histórico-não processado*. Este, como se observa, é o extremo oposto de qualquer conceptualização aceita ou admitida pela narrativa histórica ou filosófica da história.

Já como parte da atividade de escrita, o registro-histórico recebe primeiramente a conceptualização ao modo da chamada *crônica histórica*. À maneira da caracterização das fontes históricas, a caracterização da forma da crônica por Hayden White no Meta-História é também relativamente limitada: a) ordenação seqüencial dos acontecimentos extraídos do registro pela ordem temporal de sua ocorrência, e a indicação precisa do lugar espacial onde ocorreram; b) explicação dos motivos pelos quais ocorreram, embora esses motivos não sejam codificados como iniciais, transitórios e finais. Por isso as crônicas simplesmente começam, não tem resoluções ou pontos culminantes, nem termos, mesmo que provisórios, e os seus finais são sempre em aberto. Grosso modo, o sentido das crônicas é meramente *serial*; c) os fatos organizados de forma serial

---

<sup>9</sup> Como diferentes tipos de arranjo das informações obtidas das fontes históricas, tanto os dois elementos primitivos quanto os elementos não-primitivos do relato histórico representam diferentes níveis de conceptualização histórica, ao qual o registro histórico é diretamente submetido (crônica e estória) e gradativamente afastado do próprio relato (enredo, argumento e ideologia). A conceptualização pode ser entendida nos termos da relação paradoxal entre a *quantidade de informação* factual que pode ser obtida das fontes históricas e o *tipo e o alcance da compreensão* que delas se pode fornecer: quanto mais informações (singulares) se têm ou se extrai do registro histórico menos compreensão dessas informações se propicia, e quanto mais compreensão delas se fornece, menos informações podem ser abarcadas pelas generalizações que se destinam a explicá-las ou classificá-las. Os níveis de conceptualização se *diferem* tanto pela forma como abrangem essas informações das fontes quanto pelo grau em que se distanciam delas em seu estado bruto ou não processado. O último nível de conceptualização (ideológica), por exemplo, é mera implicação decorrente, porém não necessária, da combinação dos dois primeiros níveis conceptuais, isto é, da argumentação e do enredamento. Ora Hayden White entende diferentes conceptualizações como níveis discursivos, códigos de linguagem (nos termos do estruturalismo), ora as entende como estratégias explicativas (nos termos do debate anglo-americano entre positivistas, idealistas, e narrativistas).

constituem *os elementos funcionais* para a elaboração da estória subseqüentemente descrita.<sup>10</sup>

De uma forma geral, a *estória* consiste em fornecer – à congêrie de informações do registro e ao sentido serial dos fatos da crônica – a forma de um processo em transformação contínua constituído por fases distintas. Dar aos elementos da crônica os atributos de uma estória significa codificar os acontecimentos organizados pela ordem temporal de sua ocorrência em função de motivos iniciais, de transição e finais. Através dos motivos iniciais os acontecimentos que simplesmente tinham lugar no espaço e no tempo passado são transformados num evento inicial por um tipo de caracterização que faça o leitor percebê-lo como tal; o motivo transitório é um tipo de caracterização de acontecimentos que pede ao leitor que suspenda provisoriamente as suas expectativas acerca do que esses acontecimentos querem dizer, até que lhe seja apresentado um motivo conclusivo, ou seja, um final, ou a resolução visível de uma situação de conflito que se arrastara até a pouco.

Nesse sentido, a forma da estória se caracteriza por representar um conjunto de acontecimentos com início, meio e *fim* discerníveis, por um lado, à custa das noções de *conflito* e *resolução*, por outro, assumindo assim a forma de um processo que se desenrola em diferentes fases, mas continuamente ligado. Apesar da forma da estória ser caracterizada por início, meio e fim, o final não é especificado. Apesar de reclamar resolução entre os conflitos tramados na narrativa, não provê uma resolução distinta e específica para eles: a estória transforma os fatos da crônica numa seqüência meramente *seguível* para o leitor.

---

<sup>10</sup> A constituição dos fatos na crônica, como elementos funcionais da estória, é um ponto de partida importante do Meta-História no que diz respeito ao problema da *verdade histórica* concebida pelos historiadores do século XIX: os historiadores do século XIX, em sua ambição de serem objetivos, científicos, ou ao menos realistas, definem a escrita histórica em oposição à “novela”, ao “romance”, ou mais geralmente à “ficção”. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, a escrita histórica reteve a *forma* de uma *estória* para descrever os seus eventos supostamente reais, sendo esta a forma que organizava os acontecimentos dos relatos ficcionais que os historiadores pretendiam opor à época da disciplina da historiografia. Isso queria dizer que antes de estabelecer a veracidade de qualquer acontecimento passado e explicá-lo, a forma de apresentação desses eventos já estava garantida e tida por aceite. Esse é o sentido que se deve entender a atuação de um elemento pré-cognitivo, pré-formador e pré-crítico na escrita histórica do século XIX. Não sendo submetida à crítica, a forma das estórias que os historiadores se valiam para narrar os acontecimentos que lhes interessavam era tomada simplesmente como um veículo neutro e transparente de transmissão de informações ao público leitor.

Dependendo do *tipo de resolução final* que os conflitos descritos assumem, diferentes formas específicas de histórias são reveladas ao leitor. A via pela qual uma seqüência de fatos já modelados na forma da história *se revela* ao longo da leitura como sendo uma história de um *determinado tipo* consiste na conceptualização narrativa por *elaboração de enredo*. Como não há enredo sem conflitos e dificilmente se pode imaginar um conflito sem algum tipo de desacordo e dissidência, ou mesmo de inimizade, todas as formas de enredamento levam em conta a *disjunção* entre os homens expressa de múltiplas maneiras, cuja forma mais geral possível consiste na relação *imaginada* entre o *homem*, de um lado, e o seu *mundo* cultural, de outro — portanto, numa relação dos homens com os próprios homens.

Essa relação conflituosa é concebida — sempre referente a um processo de acontecimentos que inicia e finaliza — de quatro maneiras, a partir de quatro diferentes tipos de resolução de conflitos: 1) como *estória romanesca*, ao modo de uma sobreposição do homem sobre as condições adversas do mundo social e natural, vencendo-as e libertando-se delas no fim, de modo a tornar o mundo adequado aos seus desejos e vontade: é o drama da auto-identificação, pois o homem se reconhece ou vê a si mesmo em todos os produtos do mundo à maneira de uma adequabilidade última entre as forças em luta — entre ele e o seu mundo inicialmente separados; 2) como *sátira*, ao modo da sobreposição das condições externas do mundo à vontade humana, sendo esta sempre inadequada para vencê-las e sobrepujá-las no final do processo: o homem, no final do processo narrado, se apresenta como um cativo do mundo, não o seu senhor (estória romanesca).

Além dessas duas formas de enredamento dos processos de acontecimentos humanos, ou pela pressuposição de adequabilidade plena entre a vontade humana e o mundo externo onde ela habita ou pela incompatibilidade radical entre essas duas forças em conflito, há outros dois tipos de enredamento intermediários: 3) *comédia*, ou a reconciliação do homem com o seu mundo com predominância a adequação recíproca, mas limitada e provisória entre eles; 4) *tragédia*, ou a reconciliação das duas forças em luta com predominância a inadequação da vontade humana ao mundo, mais especificamente, com tendência a sua resignação perante as pesadas exigências do mundo em relação aos seus desejos.

Além do nível de conceptualização em que o historiador põe em enredamento os fatos estabelecidos na crônica, há outro nível de conceptualização em que ele procura explicar *por que* os fatos como elementos de uma estória se desenvolveram do modo como parecem tê-lo feito no enredamento e assumiram a forma que tem no relato narrativo *após* a explicação que receberam: trata-se da conceptualização explicativa por *argumentação formal*. Uma coisa é explicar porque os fatos do enredamento conduziram de uma situação a outra por recurso a generalizações, e outra é a forma que esses fatos tomam no relato após terem sido explicados pelas generalizações em que a explicação se baseou.

Procurando explicar os eventos do enredo, esse tipo de explicação tem *mais ou menos* a forma de um argumento nomológico-dedutivo e pode ser analisado como um silogismo: uma premissa maior que consiste em alguma *lei universal putativa* de relação causal; uma premissa menor que aponta as *condições espaço-temporal limites* de aplicação da lei, ou o âmbito de validade da lei em alguma região específica do passado; e uma conclusão, através da qual os eventos a serem explicados apresentam-se como que *deduzidos logicamente* das duas premissas anteriores.

Mas as generalizações não são apenas de natureza causal, mas também de natureza teleológica e classificatória: a explicação do motivo porque as coisas aconteceram como aconteceram se pauta em generalizações que tendem integrar ou dispersar os eventos apresentados no enredamento, e é exatamente isso que confere ao relato diferentes formatos argumentativos, em que é possível distinguir quatro tipos de duas maneiras: a) com base na direção que a operação analítica presumidamente tomou (com vista à *dispersão* ou *integração* dos fatos como elementos de uma estória específica); b) e com base no aspecto geral que o conjunto dos fatos funcionais de uma estória específica assume ao fim desta operação, aspecto esse denominado de *paradigma argumentativo*.

Por paradigma White entende o modelo do que parecerá um conjunto de fatos numa estória depois que foram explicados. Aqui, a explicação por argumentação formal é a substituição de uma percepção vaga e imprecisa das relações existentes entre os fatos como elementos de uma estória por uma percepção clara e precisa tanto dos fatos quanto de suas relações. Os paradigmas argumentativos de explicação são, portanto, identificados e localizados a partir do resultado gerado pelas operações de dispersão e

integração dos fatos apresentados no enredo. O resultado é a forma que a explicação assume no relato histórico. E são quatro formas que uma explicação por argumento formal pode assumir ao termo das operações dispersivas e integrativas dos fatos tramados no enredamento: formismo, organicismo, contextualismo e mecanicismo.

O paradigma de argumentação narrativa *formista (ideográfico)* segue o padrão de análise que identifica e separa os atributos únicos dos acontecimentos “encontrados” no registro. Procura estabelecer a unicidade e variedade dos diferentes acontecimentos que ocupam o seu campo de explicação argumentativa ao dispersar o quanto possível — ou até mesmo fazendo desaparecer — as semelhanças que, em outro tipo de análise, tais acontecimentos poderiam compartilhar. Ao fim dessa operação analítica, o conjunto dos eventos aparece no relato narrativo sob a forma de um prosa descritiva exata, em que os detalhes e o “colorido” tomam nele o aspecto geral.

O paradigma argumentativo *organicista* toma presumidamente, em sua operação analítica, a direção integrativa dos eventos identificados no registro histórico-não processado. E assim, procede pela *integração sintética* dos eventos individuais identificados em processos que, por sua vez, são agregados numa totalidade ainda mais abrangente de desenvolvimento. Os diferentes processos históricos, como o Renascimento, a formação dos Estados nacionais, a reforma protestante, a formação do capitalismo podem ser tomados como partes integradas numa totalidade que sintetiza o período moderno da História. E mesmo os diferentes períodos da História podem ser tomados como partes componentes de uma totalidade ainda maior, freqüentemente representada como a História (em) Geral. A integração tem por critério *a meta* ou *o fim* ao qual supostamente é capaz de convergir os acontecimentos e processos discernidos no registro. Assim, a análise, para servir à argumentação organicista, dota o relato histórico de um aspecto geral em que os eventos e processos *aparecem* progressivamente integrados em unidades cada vez mais abrangentes, segundo o fim ou meta para o qual propendem.

No meio termo entre os dois paradigmas de explicação mencionados acima, tem-se o paradigma de argumentação *contextualista*. O contextualismo equilibra, pelo seu tipo de análise das informações do registro, a tendência impressionista do formismo e da abstração sintética em função de princípios teleológicos do organicismo. Ao fim da operação analítica, o relato *toma o aspecto* geral de um segmento de processo histórico

constituído por entidades individuais, mas provisória (quanto à natureza das metas) e relativamente integradas.

O paradigma de argumentação *mecanicista* também é analiticamente orientado a integrar os eventos que pretende explicar, mas seu modelo agregador de atributos em eventos e de eventos em processos não é o da síntese, mas o da *redução*. A redução consiste na análise que diferencia eventos e processos e, subseqüentemente, sujeita eventos a processos e esses a outros processos. Um evento ou processo é sujeito a outro no sentido de que suas existências dependem ou estão limitadas a existência e atuação de outros eventos e processos anteriores. Assim, a redução integrativa mecanicista baseia-se na noção de *causalidade*. No fim da operação, o relato histórico *toma a forma* de um conjunto de diferentes eventos e processos agregados, cujas unidades diferenciadas aparecem regidas por leis de causalidade.

O que mostra essa variedade de estratégias argumentativas, admitidas pela narrativização, é que *não há acordo* em historiografia a respeito da forma que uma explicação/argumentação especificamente histórica deve assumir. Para White, qualquer um desses quatro paradigmas explicativos pode ser utilizado pela historiografia, e o prestígio dado aos modos contextualista e formista de explicação em detrimento hostil aos modos mecanicista e organicista se funda em razões extra-epistemológicas, ou seja, não é motivado pelo provimento de *razões* capaz de justificar a exclusividade ou superioridade de um dos modelos por ser mais conforme a natureza da realidade histórica, isto é, não há justificativas empíricas e lógico-argumentativas definitivas para optarmos por um ou outro dos quatro modos de explicação disponíveis: consiste apenas numa *decisão* da parte do estabelecimento profissional a exclusão das técnicas essencialmente redutivas e integrativas dos paradigmas explicativos/argumentativos mecanicista e organicista. Conseqüentemente, os fundamentos dessa decisão são *éticos* e especificamente *ideológicos*.

Há, portanto, um irreduzível elemento ideológico em todo relato histórico da realidade passada, que pode ser expressa nos seguintes termos: o registro histórico não-processado, por sua natureza caótica, somente pode *indicar* o passado confusa e desordenadamente, e as estratégias de explicação aludidas no nível do argumento formal traduzem o “referente” desordenado em uma conceptualização mais ou menos integrada e abrangente desse passado, não inerentes ao próprio registro. Por conseguinte, a

integração formal vinda de fora do registro leva com ele concepções prévias da natureza do mundo passado como processo de transformação histórica com implicações para a compreensão do mundo presente, à medida que esse presente é (concebido como) *contínuo* com o mundo passado. Conseqüentemente, o compromisso com uma forma particular de conhecimento do mundo passado, ou com o grau de integração formal dele, predetermina os tipos de generalizações que se pode fazer a respeito do mundo presente, de modo a *justificar* projetos de maior ou menor abrangência para mudar esse presente ou para mantê-lo no estado em que se encontra.

E a ideologia é exatamente a tomada de uma posição no mundo presente — e a atuação sobre ele — tendo em vista mudar esse mundo ou mantê-lo no estado em que se encontra, a partir de uma *forma de consciência sócio-temporal*, resultante da combinação entre o grau de integração dos acontecimentos históricos na argumentação formal e o tipo de resolução dos conflitos oferecidos no enredamento, que pode ser identificada pelos seguintes critérios: a) a desejabilidade da mudança social; b) à concepção do ritmo da mudança social; c) as diferentes orientações temporais para o futuro em vista uma sociedade ideal (utopia). É a demarcação do ideal utópico de sociedade, segundo a combinação entre o desejo de mudança e a concepção do ritmo rápido ou devagar dela, que permite submeter às diferentes ideologias implicadas dos relatos históricos ao critério de classificação da *congruência social* (conivência com o *status quo* social) e *transcendência social* (críticas do *status quo* e orientadas para a sua transformação ou dissolução). Há quatro formas de consciência sócio-temporal através da qual as ideologias se manifestam, em acordo com os três critérios explicitados acima: anarquista, radical, liberal e conservadora<sup>11</sup>. As quatro posições metapolíticas — está claro que não se referem a emblemas de partidos políticos específicos — reconhecem a inevitabilidade da mudança social. E na qualidade de posturas metapolíticas, o desejo

---

<sup>11</sup> O posicionamento metapolítico radicado no que White chama de “autoritarismo” não é por ele considerado como uma ideologia implicada de uma forma de argumentar e enredar os processos passados em sua relação significativa com o mundo presente. Uma vez que, ao contrário das outras posições metapolíticas implicadas nos relatos historiográficos e filosóficos da história, o autoritarismo, seja qual for a sua versão, não é cognitivamente responsável, ou seja, não está comprometido com a defesa racional pelo provimento de justificativas, argumentativas ou empíricas, das suas hipóteses do mundo sócio-histórico e de seus processos. As bases da sua concepção do processo histórico e do ritmo das suas transformações estão assentadas em noções de revelação, convenção, tradição e autoridade (38). Se o autoritarismo é rejeitado por White à exata medida em que essa posição metapolítica não assume responsabilidades perante as críticas que lhe são destinadas pelas outras quatro posições, seja diante dos “dados” evocados seja pelos critérios “lógicos” de consistência e coerência exigidos, supõe-se que não pode ser correta qualquer associação entre Hayden White e o nazismo ou o fascismo italiano, como quer Carlo Ginzburg.

de mudança sempre toca na transcendência ou congruência com as instituições sociais normativas contemporâneas, aquelas consideradas altamente relevantes para o funcionamento e reprodução do *status quo* de um modo geral.

As historiografias e filosofias da história *conservadoras* manifestam o desejo de manter o *status quo* vigente e, para isso, pressupõe a velocidade das mudanças históricas em paralelo às mudanças do mundo natural, assumindo a orientação temporal para o futuro reativa com respeito às transformações da sociedade atual, sendo esta a única que se pode legitimamente aspirar. As historiografias e filosofias da história anarquistas, opostas as conservadoras, desejam e vêem a necessidade de transformação da totalidade da estrutura sócio-institucional vigente e, para isso, vislumbram “transformações cataclísmicas” a partir da possibilidade de rápida velocidade das mudanças que imaginam. Os anarquistas são bastante insensíveis quanto à força estática das instituições vigentes e, por decorrência, não consideram os meios transformativos mais adequados a transformação geral que idealizam. Projetam, assim, o futuro através de um passado remoto e idealizado da bondade natural dos homens e esperam o restabelecimento das associações coletivas com base na partilha comum do sentimento humanitário. Entre o conservadorismo e o anarquismo existem duas outras consciências históricas sócio-temporais, resultantes da combinação entre as estratégias argumentativas de integração/dispersão de acontecimentos e o tipo de resolução final que os conflitos anteriormente narrados recebem, expressas no liberalismo e no radicalismo; a primeira é mais afim ao conservadorismo e a segunda ao anarquismo.

As historiografias e filosofias da história *liberais*, como as conservadoras, reconhecem a estrutura sócio-institucional como demasiado inerte e sólida, mas diferem delas pelo modo como imaginam a velocidade das mudanças temporais e pela sua orientação para o futuro, isto é, o seu ideal utópico de sociedade que encarnam. O ritmo da mudança não é imaginado como o da natureza, mas pelo que se pode chamar de “ritmo social”, expresso nos debates parlamentares, no período que separa uma eleição governamental de outra e nos processos gerais de formação educacional. Em decorrência, com respeito à orientação temporal em vista de uma sociedade futura, os liberais sustentam que a estrutura sócio-institucional pode ser “melhorada”, mas projetam a consolidação do seu aperfeiçoamento num futuro tão distante, que os incapacitam de mobilizar no presente atual forças para a concretização da sua utopia. O *radicalismo*, quando implicado em explicações historiográficas e filosóficas da história,

também vislumbra transformações cataclísmicas na estrutura sócio-institucional, mas quanto ao ritmo em que imagina a possibilidade da mudança, ele apresenta mais consciência que o anarquismo com respeito à resistência inercial das instituições que lhe foram herdadas ao presente. Tal consciência conduz à ideologia radical a preocupação de discernir os meios mais e menos adequados ao fim de transformação social que premedita, o que confere aos radicais uma orientação temporal para o ideal de sociedade futura marcada pela iminência do estado utópico no interior da própria sociedade em que vivem, levando-os a tentar reconstituir entusiasticamente, desde já, as bases institucionais para a nova sociedade. O chamado radicalismo não parece ser outra coisa que o *materialismo histórico* teorizado por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX.

Apresentou-se até aqui os dois níveis de conceptualização do registro histórico não-processado que, conjugados com uma implicação ideológica específica, produzem o *efeito explicativo* das narrativas históricas, filosóficas e historiográficas: esse efeito explicativo pode ser concebido como o efeito-realidade das narrativas, isto é, como a maneira pela qual o passado é vivificado e introduzido significativamente no mundo presente, sendo capaz de induzir os indivíduos a levarem suas vidas concretas com base no tipo (romanesco, satírico, trágico e cômico) de continuidade do passado explicado a partir do mundo presente onde o escritor vive. A combinação particular entre uma forma de enredamento, um paradigma argumentativo e uma ideologia constitui o que Hayden White chama de *estilo* narrativo.

Segundo White, estas formas não são combinadas indiscriminadamente numa dada escrita histórica. É por *afinidade eletiva* que se processa a combinação entre elas. A base dessa afinidade se encontra na *homologia estrutural* que relaciona entre si os atributos formais de estrutura que compõe cada uma das diferentes estratégias explicativas. Admiti-se então a diferença entre a relação das diferentes partes de alguma coisa de modo a configurar uma totalidade em um mesmo nível conceptual explicativo, da relação das diferentes partes dessa totalidade conceptual às diferentes partes de outra totalidade conceptual explicativa. A consideração de cada nível isoladamente é uma estrutura em sentido lato. Em sentido estrito, uma estrutura é aquilo que permite a tradução e equivalência entre diferentes conceptualizações explicativas.

O que torna possível a combinação por correspondência e equivalência, ou a tradução de cada uma das diferentes estratégias explicativas em outra? Ou por que as estratégias explicativas podem ser concebidas como extensões da linguagem poética? Sendo manifestamente *diferentes* entre si, é necessário que haja alguma *similitude* entre elas para que seja possível a correspondência e tradução. Nesse sentido, quem fala em homologia fala antes em *analogia*, e a relação por afinidade entre as diferentes estratégias explicativas é antes de tudo *metafórica*: os fundamentos da coerência e consistência do estilo historiográfico são, por isso, *poéticos*, e podem ser encontrados na própria *linguagem* utilizada na historiografia para dotar de coerência e consistência os dados do registro histórico através da aplicação conjunta das diferentes estratégias conceptuais explicativas apresentadas.

A linguagem utilizada na historiografia é a *linguagem natural*, em oposição à *linguagem técnica*: aquela consistência existe, portanto, potencialmente na própria linguagem dos historiadores usada para transformar os “dados” das fontes em objetos de conhecimento propriamente histórico, isto é, passíveis de explicação argumentativa e enredamento narrativo.

Antes que os dados do registro histórico possam ser explicados, eles precisam primeiro ser devidamente delimitados e organizados como um território povoado por *figuras* discerníveis. Essas figuras são concebidas de duas maneiras mutuamente dependentes: a) como classificáveis em classes, ordens, gêneros e espécies distintas de fenômenos; b) como relacionáveis umas com as outras dentro de um processo cujas transformações constituem o problema a ser resolvido nos níveis do enredamento e argumentação. Uma *figura* é então definida como *o resultado da transformação dos dados, ou das informações contidas nas fontes históricas, em objetos passíveis de serem explicados por enredamento e argumentação narrativa*. E como o processo de figuração dos dados das fontes históricas é anterior ao emprego das estratégias de explicação sobre eles, Hayden White fala em *pré-figuração* dos dados do registro histórico não-processado através dos modos de relação existentes na metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Em suma, o historiador *cria* seu tema de análise a partir dos dados, não o encontra, e predetermina as estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo em conformidade com os processos pré-figurativos que constituem inicialmente o seu tema.

Mas o número de estratégias conceptuais explicativas não é infinito. Há, como se descreveu acima, quatro espécies de enredamento, quatro de argumentação e quatro ideologias. Cada um dos tipos da tríade de estratégias explicativas são homologamente correspondentes a um dos quatro tropos principais da linguagem natural: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Metáforas e ironias, no sentido literal dessas noções, aparecem nos textos de historiografia, como por exemplo, “renascimento”, “época das luzes”, “idade das trevas”, “era dos “extremos” e muitas outras que não fazem referências a períodos abrangentes, mas caracterizam acontecimentos históricos pontuais e personagens históricos. Nesse sentido, os tropos fazem parte da *linguagem-objeto* da historiografia. Mas os tropos também servem para analisar, identificar, explicar e esclarecer a combinação e consistência das estratégias explicativas num estilo de representação historiográfico-narrativa e, nesse sentido, eles funcionam como a *meta-linguagem* da historiografia. Eles funcionam, portanto, como a raiz a partir da qual se desenvolvem por extensão as estratégias de explicação narrativa: o enredamento, argumentação e a ideologia. Em termos metalingüísticos, as explicações historiográficas ou os diferentes estilos historiográficos são formalizações/hipostasiações/literalizações de intuições poéticas, e por isso podem ser analisados e explicados com base nos tropos básicos da linguagem natural utilizado pelos historiadores para dotar suas obras de coerência e consistência.<sup>12</sup>

Pela *metáfora*, os eventos históricos são identificados e caracterizados em função de sua semelhança e diferença com outros eventos. Assim, a identificação e caracterização metafórica de um evento histórico promovem a sua particularidade ao mesmo tempo em que sugere ou aponta os atributos significativos que esse evento

---

<sup>12</sup> Para tornar clara a *função metalingüística da tropologia*, isto é, da sua capacidade de explicar os processos de coerência e consistência existentes em obras históricas a partir da combinação homológica entre as diferentes estratégias explicativas já apresentadas, ou seja, que elas *simbolizam* extensões lingüísticas de um dos tropos da linguagem poética, basta ater-se aos atributos formais de cada uma delas: uma estratégia argumentativa organicista, que reúne  *sinteticamente* os acontecimentos singulares em unidades processuais cada vez mais abrangentes é homologamente afim de uma resolução final cômica de conflitos capaz de incluir o maior número de personagens históricos (pessoas, instituições, classes sociais) na *reconciliação* que estabelece. Juntas, operação sintética e reconciliação inclusiva de personagens históricos, implicam uma ideologia que aponta para ou justifica a *estabilidade* da ordem social atual através das suas relações gerais com o passado. Não é difícil ver esses atributos formais de cada uma das respectivas estratégias explicativas (síntese, reconciliação e estabilidade) como extensões do *potencial integrativo* existente nas relações lingüísticas encontradas na *sinédoque*. O que é exemplificado aqui em relação ao tropo da sinédoque pode o ser com a mesma facilidade nos outros três tropos básicos da linguagem natural — metáfora, metonímia e ironia — e as suas respectivas extensões lingüísticas nos níveis da argumentação e do enredamento narrativo.

compartilha com outros diferentes dele. Pela *metonímia*, algum atributo significativo de um evento diferenciado (pela metáfora) pode substituir o significado da totalidade dele, ao modo da redução da segunda ao primeiro. Através da *sinédoque*, usa-se uma de suas partes significativas para simbolizar alguma *qualidade* que se pressupõe inerente à totalidade. A parte significativa não substitui a totalidade, ao modo da metonímia, mas por ser uma qualidade que se pressupõe inerente ao todo, funciona como integrativa das diferentes partes do complexo total dos eventos ou atributos dos eventos sob investigação. Através da ironia é possível negar as três caracterizações anteriores, reconceituando e re-classificando as identificações *com* e diferenciações *de* operadas simultaneamente na caracterização metafórica dos eventos. Nega, reconceitua e reclassifica também as partes que se integravam numa determinada totalidade (sinédoque) e aquelas que reduziam o significado dela (metonímia), à medida que as operações redutivas e integrativas pressupõem as identificações e diferenciações metafóricas.

Essa característica negacional da ironia a torna *metatropológica*, pois proporciona a base para a percepção autoconsciente dos abusos e exageros da linguagem figurada, expressos na metáfora, metonímia e sinédoque, em seus efeitos individualizantes, redutivos e integrativos, respectivamente: as compreende como caracterizações figurativas de eventos históricos, mas tomados ingenuamente como caracterizações *literais*. Assim, a ironia proporciona a base para um modo de pensamento histórico que é crítico e também autocrítico com respeito a quaisquer caracterizações com respeito aos eventos e processos históricos, pois questiona constantemente o próprio esforço em descrever e explicar adequadamente a verdade das coisas pela linguagem. Por essa razão, as caracterizações do mundo histórico vazadas no modo irônico de pensamento pressupõem-se intrinsecamente mais *realistas* que as caracterizações de suas concorrentes tropológicas. Em resumo, é o modelo lingüístico em que se expressa o *ceticismo epistemológico* e o *relativismo na ética* (p.50). As implicações políticas e existenciais (negativistas) do pensamento histórico irônico estão apresentadas abaixo no exemplo de Jacob Burckhardt.

### 1.3. A História da Consciência Histórica na Europa do século XIX

Sob o aspecto *de história da historiografia*, a tese central de Hayden White no Meta-História é que a consciência histórica no século XIX se desenvolve através de quatro estágios básicos de compreensão do processo histórico, como quatro possíveis modos de introduzir o passado na vida dos contemporâneos e induzi-los a levar uma vida concreta com base no sentido dessa conexão entre passado e presente: *da metáfora à ironia*, começando pela crise no pensamento histórico no Iluminismo tardio no fim do século XVIII, quando Gibbon, Voltaire, Hume e Kant começam a ver a história em termos essencialmente irônicos, *no sentido de concluir que interpretações alternativas e mesmo mutuamente exclusivas do processo histórico são possíveis*. Hayden White apresenta uma passagem do que podem representar tanto a consciência histórica (irônica) de Kant quanto à suposição de realismo pressuposta nos diferentes modos de conceptualizar às relações entre o passado e o presente (mediante um estilo narrativo determinado):

“O modo como concebo o processo histórico, apreendido como processo de transição do passado para o presente, à forma que imponho as minhas percepções desse processo, tudo isso proporciona a orientação segundo a qual penetro num futuro com maior esperança ou desespero, em face das perspectivas que esse movimento concebivelmente terá enquanto *movimento em direção a* uma meta desejável (ou na *direção contrária a* uma meta indesejável). Se eu concebo o processo histórico como espetáculo de degenerescência... *viverei* a história de modo a acarretar ao processo um fim degenerado. E analogamente, se eu conceber esse espetáculo como não sendo senão uma “sucessão de chateações”, agirei de modo a tornar *a época em que vivo* uma época estática, na qual nenhum progresso será possível. Mas se, por outro lado, eu conceber o espetáculo da história, com toda a sua insensatez, iniquidade, superstição, ignorância, violência e aflição, como um processo em que a própria natureza humana se transforma de aptidão para criar esses males em aptidão para encetar a luta moral contra eles, enquanto *projeto inconfundivelmente humano*, então *agirei* de modo a concretizar essa transformação.” (MET. P.70-71)

Essa citação tenta resumir o aspecto de história da escrita histórica do Meta-História de duas maneiras. Em primeiro lugar, o reconhecimento autoconsciente da possibilidade de conceber o processo histórico de modos alternativamente opostos, mas igualmente plausíveis, entrega o *ceticismo* ao pensamento histórico do primeiro terço do século XIX, contra o qual a primeira fase da consciência história tem de enfrentar. Os pensadores dessa primeira fase são representados pelos pré-românticos como Rousseau, Edmund Burke, e especialmente Herder, que opôs a *concepção irônica do fim iluminismo* (exemplificada na citação referente a Kant) a sua *concepção metafórica* da

compreensão realista das ações históricas passadas, passíveis de serem vinculadas ao presente através do *método empático*. Em segundo lugar, o modo de imaginar o processo histórico como uma transição do passado ao presente, geralmente o mundo presente como resultante das transformações ocorridas no mundo passado, proporciona a orientação para penetrar no futuro com *expectativas realistas* mais ou menos positivas, pois se o passado é contínuo com o presente e o presente tornar-se-á passado, tem-se base histórica para desejar e esperar plausivelmente (realisticamente) um determinado futuro (cultural e sócio-institucional).

*Realismo*, nesse caso, significa não somente ver as coisas com clareza, sem distorções ou como elas realmente são, diz White, mas principalmente extrair dessa imaginação do processo histórico conclusões para se *levar uma vida concreta com base nelas*. A teoria dos tropos proporciona, assim, não somente a base teórica para explicar a estrutura do pensamento histórico na Europa do século XIX, ou o modo pelo qual essa estrutura, sob o título de estilo, produz o seu efeito-realidade, mas igualmente oferece um modelo interpretativo da mutação pelas quais sucederam os diferentes realismos historiográficos em suas diferentes fases.

A segunda fase da consciência histórica do século XIX, a sua fase madura, segue entre os anos de 1830 e 1870, e também pode ser explicada, segundo White, pela tentativa de superar a ironia cética do final do iluminismo. Foi nesse período que os chamados mestres da historiografia oitocentista produziram as suas principais obras: Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt. Em confronto com o realismo irônico do final do iluminismo, esses quatro historiadores obtiveram apenas o êxito de produzir *outros* diferentes tipos de realismo à proporção de medida em que era possível representar o mundo histórico — previamente imaginado como estrutura hierárquica de forças — na linguagem figurada.

A terceira e última fase da consciência histórica desenvolve-se a partir de 1870 e vai até o final do século XIX. Esta última fase é representada por Burckhardt na historiografia e Nietzsche na filosofia da história. A consciência histórica irônica de Burckhardt ou o seu *realismo irônico*, repudiado por Hayden White, reflete no seu estado de espírito (quietismo político, pessimismo existencial e desesperança) para lidar pessoalmente com o mundo presente em que viveu:

“quero livrar-me de todos eles, dos radicais, dos comunistas, dos industriais, dos presunçosos, dos argumentadores, do abstrato, do absoluto, dos filósofos, dos sofistas, do Estado, dos fanáticos, dos ‘istas’ e dos ‘ismos’ de toda espécie. Pretendo ser um bom particular, um amigo afetuoso, uma boa alma. *Não posso ter nada que ver com a sociedade em geral*” (grifo meu) (p.246).

Assim vista por Hayden White, a história da consciência histórica na Europa do século XIX caracteriza-se por um *ciclo* completo, partindo da oposição a concepção irônica da história no fim do Iluminismo através da empatia metafórica (ingênua) de Herder, ao retorno da mesma concepção irônica no realismo historiográfico de Burckhardt, as vésperas do século XX (p.439).

Esboçada a história da imaginação histórica no século XIX, os objetivos do Meta-História podem ser especificados como se seguem: a) descrever a história do aparecimento e relativa dominância de um dado estilo de escrita histórica, ou realismo histórico, num dado momento da história; b) descrever a passagem de um estilo de escrita realista a outro; c) descrever a decaída da historiografia e da filosofia da história na condição do realismo irônico no fim do século XIX, tendo esse século se iniciado com a oposição à ironia herdada do final do iluminismo ; d) *transcender esse realismo irônico*, cuja expressão atual encontra-se naquilo que comumente vem sendo chamado de *pós-modernismo historiográfico*. Essa proposta de transcendência, concordante com a tentativa de dar solução ao fardo da história, é vista divergentemente por John Nelson, Paul Herman, Frank Ankersmit e Eugene Golob, como pode se ver abaixo.

#### **1.4. Conclusões do Meta-História: Críticas a essas Conclusões**

Tendo em vista os dois tipos de abordagens articulados no Meta-História, o de história da historiografia e o de “epistemologia da história”, as conclusões do livro são as seguintes:

1) *Em termos puramente formais, historiografia e filosofia especulativa da história são indistinguíveis entre si.* Na historiografia o elemento construto, assentado em figurações poéticas, é deslocado para o interior da narrativa, ao passo que o elemento “dados” informativos “encontrados” nas fontes ocupa posição de relevo no desenrolar da história. Na filosofia especulativa da história ocorre o inverso. O elemento constructo conceptual é elevado a primeiro plano, explicitamente apresentado e

defendido sistematicamente na própria superfície do texto, ao passo que os dados são usados a título de exemplificação e ilustração de conceitos sintéticos abrangentes. Conseqüentemente, toda filosofia especulativa da história contém dentro de si os elementos de uma historiografia, e toda historiografia esconde internamente elementos de uma filosofia da história mais ou menos desenvolvida: a distinção entre elas não é de conteúdo (dados, conceitos e teorias), mas de ênfase sobre esses conteúdos (ou sobre os dados, ou sobre os conceitos e teorias).

Para Maurice Mandelbaum, a conclusão de que a historiografia e a Filosofia da História partilham de uma mesma raiz comum é uma pressuposição fundamental do Meta-História: Mandelbaum desafia essa conclusão. Em primeiro lugar, ele afirma que White não especificou em qualquer grau de exatidão o que considera como aspectos essenciais de uma filosofia especulativa da história. Com efeito. Em segundo lugar, afirma que a comparação dos trabalhos de historiografia com os de filosofia da história a partir de seus *objetivos* e *conteúdos* revelam aspectos bastante distintos entre as duas: a) toda pesquisa histórica é limitada em seu escopo por se concentrar apenas num segmento restrito de acontecimentos da história humana, bem como num aspecto predominante dela (economia, política, religião etc); b) enquanto a filosofia da história objetiva descobrir um princípio explicativo ou interpretativo capaz de incorporar qualquer aspecto significativo do processo histórico, a historiografia trabalha com procedimentos flexíveis de explicação para lidar com diferentes culturas e tempos, como também para lidar com as diferentes dimensões da vida social; c) a filosofia da história se compromete com a concepção de que há um ensinamento visível e discernível a ser extraído de todo o processo histórico, que consiste no propósito ou intenção inerente a *História*. Tal ensinamento é tanto voltado retrospectivamente para acessar o significado de uma multiplicidade de eventos e processos passados, como é usado para determinar a atitude a ser tomada a respeito dos possíveis conflitos sociais do mundo presente, e auxilia prospectivamente a imaginação de qual futuro deve ser esperado. Já a escrita historiográfica se compromete com uma concepção de que o processo histórico é complexo por demais para suportar a carga de um sentido único, e de um ensinamento conseqüentemente discernível para lidar com o presente e esperar seguramente alguma realização histórica no futuro. (MANDELBAUM , Maurice. “The presuppositions of Metahistory”. *History and Theory*. 1980. vol. 19 , n.4 , p. 39-54. 1980.)

2) A consistência do estilo narrativo na historiografia advém da circunstância lingüística dos fatos da crônica extraídos do registro histórico não-processado serem transformados em figuras classificáveis e relacionáveis, em obediência aos modos em que é possível classificar e relacionar fatos em linguagem natural, isto é, tropologicamente. Conseqüentemente, *a ordenação (a hierarquia de importância das figuras) e a coerência (adesão relacional entre as figuras) da narrativa dependem em última análise das operações pré-figurativas ou dos atos poéticos* que precedem e sancionam as operações de enredamento e argumentação que darão conta delas na superfície do texto, cada uma a sua maneira, que conjugadas produzem o efeito explicativo sobre o público leitor, à medida que está em *harmonia homológica* com o modo lingüístico em que o registro foi prefigurado.

Para Philip Pomper, o conceito homologia estrutural é insuficiente para esclarecer o processo através do qual os níveis de conceptualização explicativa se agregam em uma totalidade narrativa coerente e consistente em função de um tropo dominante (ato poético específico). Como White fala em níveis de consciência, profundo e manifesto, e o processamento de combinação tem de ocorrer na consciência profunda, o lugar onde ocorre a reivindicação de formas de argumento, enredamento e uma implicação ideológica específica, ele assume a existência de propriedades formais não apenas na linguagem e se esbarra em questões relativas a processos mentais imbricados na assunção de enredos e ideologias: o pessimismo do historiador irônico e o otimismo do historiador romanescos exemplificam precisamente que White sai da esfera da linguagem propriamente dita. O formalismo de White carece de um *princípio psicológico sintético* pelo qual a linguagem possa ser unida ao pensamento (argumentos) e as emoções (enredos) em representações históricas consistentes. Em suma, a tropologia de White implica uma *psicologia rudimentar*, e o processo pelo qual o estilo narrativo tem origem é *misterioso*. (POMPER, Philip. “Typologies and Cycles in Intellectual History.” *History and Theory*.1980. vol. 19, n.4, pp. 30-38.)

3) A impressão explicativa produz efeitos de adesão sobre os diferentes públicos e obtém autoridade sobre eles em função de um compromisso pré-cognitivo estabelecido entre o historiador e seu público no nível lingüístico em que o registro é previamente prefigurado. Reside, portanto, no nível puramente formal da linguagem

natural à conexão simpática ou antipática do público para com o historiador, bem como o prestígio que cada um desfruta dos diferentes públicos ao longo da sucessão transformativa das respectivas predominâncias dos diferentes estilos historiográficos ao longo do tempo: as diferentes predominâncias se caracterizam temporalmente por um *ciclo* completo, partindo da oposição a concepção irônica da história no fim do Iluminismo, através da empatia metafórica (ingênua) de Herder, ao retorno da mesma concepção irônica no realismo historiográfico de Burckhardt, as vésperas do século XX.

Para Eva Domanska, o corpo principal do Meta-História surge do interesse primário de Hayden White pela história intelectual, de um modo geral, ou pela história da historiografia, em especial. Um desvio de interesse ocorre na elaboração da introdução do livro, pois nela White insere a sua teoria do estilo historiográfico, assentada no método estrutural-formalista, como a suma dos princípios que regem e tornam possível a constituição do sentido propriamente histórico. O deslocamento em questão, portanto, procede *do* campo da história intelectual (história da historiografia) para o campo *da* epistemologia da história. A percepção desse deslocamento resulta de uma declaração do próprio Hayden White, feita fora do livro, referente à circunstância de que a conhecida introdução do Meta-História (“A Poética da História”) foi escrita após a conclusão da longa parte da “história da consciência histórica no século XIX”, que constitui quase que a sua totalidade, excetuando o prefácio, a introdução e a conclusão. Ao deixar de lado a introdução do Meta-História, ou simular a sua inexistência, Eva Domanska observa que na sua longa narração da história da consciência histórica do século XIX, os pontos de vistas dos historiadores e filósofos da história analisados aparecem sobre-determinando a análise de White sobre o seu objeto de estudo. Especialmente em dois aspectos: a) a sua adesão a pontos de vista holísticos (totalizantes) da história-processo mediante conceitos altamente abstratos aplicados ao conjunto inteiro dela; b) a sua adesão aos modos de se conceber a relação entre razão e imaginação no que diz respeito à tentativa de conhecer e explicar o mundo externo dos acontecimentos históricos. Assim a posição filosófica de White em “Meta-História” é mascarada pelas filosofias da história desses pensadores, por um lado, e pelas suas concepções do modo racional-imaginativo de se conhecer o passado, por outro. Mas em ambos os aspectos, a influência proeminente é de Vico, um pensador não analisado no livro.

Com Vico, White aprende três coisas: o valor da imaginação criadora (de sentido); b) a concepção da continuidade entre qualquer suposta dicotomia, inclusive entre razão e imaginação; c) e a consciência poética (trópico-imaginativa) como capacitada a explicar qualquer tipo *transição e mudança* histórica existida, nos termos (sucessivos) da metáfora, metonímia, sinédoque e ironia que, para Domanska, é fundamental ao autor de Meta-História. Nesse sentido, a “Ciência Nova” de Vico possui uma clara filosofia especulativa da História, e Hayden White a usa para caracterizar os diferentes modos de pensamento histórico no século XIX (estilos historiográficos), bem como para explicar as suas transições e mutações. Ela vê no Meta-História uma *teoria da transformação da consciência histórica*, a qual sustenta que de uma apreensão metafórica do mundo, *os homens* passam pelos estágios metonímico, sinedóquico e irônico de compreensão, isto é, *uma filosofia especulativa da história*. E se White pretende no Meta-História responder ao questionamento epistemológico de “como estruturar e produzir sentido histórico sobre uma realidade caótica”, sua resposta tem por base uma filosofia da história. (DOMANSKA, Eva. “Beyond Irony”. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 173-181.)

4) A natureza não-científica da historiografia pode ser reconhecida na incapacidade de os historiadores e historiadoras entrarem em acordo sobre um modo único de conceptualização explicativa a respeito dos seus dados documentais. A razão disso é, como já foi colocado, que não há na historiografia uma linguagem técnica estabelecida, e o tipo de linguagem pela qual ela se vale para transformar os seus dados em objetos de explicação e narração é a linguagem natural, cuja articulação entre seus diferentes níveis se faz tropologicamente. Conseqüentemente, em historiografia é possível fornecer enredamentos e argumentos alternativos e mutuamente exclusivos a respeito de um *mesmo conjunto de eventos, ou de um mesmo segmento eventos do processo histórico*.

Eugene Golob entrevê uma pressuposição *positivista* referente ao *conteúdo* da historiografia nesta conclusão de White, acerca da não cientificidade da historiografia com base no *desacordo* congênito do estabelecimento profissional em consolidar um modo único de descrever e explicar os seus temas. Como o positivismo não conseguiu estabelecer um modo único de falar desses eventos, muito menos as leis causais ou teleológicas que os regem, White conclui que a historiografia não é científica. Para

Golob, Hayden White nega autonomia dos estudos históricos ao ignorar que o conteúdo da historiografia consiste de ações humanas visíveis através de sua manifestação externa, mas que por seu caráter interno (motivos e intenções do agir) precisam ser compreendidas. White toma os conteúdos da historiografia como eventos naturais, como se existissem “lá fora”, “naquele lugar” e “daquele jeito”. Esta equivalência entre fenômenos físicos e ações humanas, tal como sugere a afirmação de que *o mesmo* conjunto de eventos pode ser descrito de muitas maneiras diferentes, mostra que White assente e fala a linguagem do positivismo. Conseqüentemente, White assume uma segunda pressuposição positivista em decorrência da identificação entre fenômenos humanos e fenômenos físicos: a da unidade da ciência, ou a de uma concepção unívoca da ciência, ao modo de Carl Hempel. (GOLOB, Eugene O. “The Irony of Nihilism”. *History and Theory*. 1980. vol. 19, n 4, pp 55-65. 1980)

5) Conseqüentemente, não há fundamentos racionais, ou premissas epistemológicas infalíveis capazes de justificar a preferência por um modo de conceptualização da história em lugar de outro, ou capaz de justificar a superioridade de um deles sobre o outro: os únicos fundamentos para preferir um modo de conceptualização geral referente a História são estéticos e éticos.

Maurice Mandelbaum diagnostica o motivo do *relativismo lingüístico* de Hayden White inerente a esta conclusão, e outra vez o desafia, pela seguinte observação: os quatro historiadores analisados por White — Michelet, Ranke, Burckhardt e Tocqueville — estão comprometidos com diferentes interesses e empreendimentos no estudo do passado, e a possível sobreposição entre eles é muito limitada. Eles trabalham com diferentes *escalas* em seus temas, e com *aspectos do passado* também muito diferentes no interior desses temas. Por isso, o problema de qual desses relatos é mais verdadeiro simplesmente não pode ser levantada, e conseqüentemente White pôde concluir que os fundamentos para escolha de uma historiografia ao invés de outra são exclusivamente estéticos e morais. Para Mandelbaum a situação teria sido inteiramente outra se Hayden White tivesse comparado historiografias relacionadas ao mesmo tema, pautadas na mesma escala de abrangência e com referência aos mesmos aspectos desse tema. Surgir-se-iam outros tipos de questões vinculadas ao problema da verdade desses textos, e White teria concluído que algumas historiografias são superiores e mais verdadeiras do que outras.

(MANDELBAUM , Maurice. “The presuppositions of Metahistory”. *History and Theory*. 1980. vol. 19 , n.4 , p. 39-54. 1980.)

6) Por conseguinte, o modo de figuração irônico ao qual a historiografia decaiu no último terço do século XIX é somente *uma* das possíveis maneiras de conceber figurativamente a história, os seus processos passados e os agentes neles envolvidos, cuja implicação para a compreensão do mundo presente é também *uma* das possíveis implicações: o *ceticismo* no âmbito cognitivo, o *fatalismo* (desesperança) no âmbito ético, e o *quietismo* na ação política. Tendo esses três estados de espírito o seu fundamento na figuração irônica do processo histórico, a tomada de consciência de que ela é apenas uma das possíveis perspectivas de concebê-lo fornece razão para voltar-se contra ela, rejeitá-la e transcendê-la.

Talvez a ironia seja a categoria mais importante do Meta-História: a) o livro procura explicar o processo segundo o qual a historiografia decaiu no modo de conceptualização irônica no fim do século XIX; b) o livro descreve e explica esses processo a partir da própria consciência irônica do autor c) e o descreve numa ironia que dirigi-se contra a própria ironia, no intuito de superá-la pelas suas implicações existenciais negativistas, de um modo geral, e pessimistas, em especial. John Nelson vê uma profunda inconsistência na proposta de White a partir da polissemia engendrada no uso da categoria da ironia no decorrer do livro. A característica básica da ironia consiste na sua função negacional (não especificada por White). Nelson constata a existência de cinco alvos/*níveis* em vista dos quais os historiadores e filósofos da história são denominados irônicos por Hayden White: 1) com respeito aos “dados” históricos; 2) com respeito ao registro histórico; 3) com respeito à audiência, ou público leitor; 4) com respeito a descrição e explicação de um historiador tomado individualmente, incluindo também a sua própria historiografia; 5) com respeito ao poder cognitivo e validade da explicação histórica tomada em sua totalidade, isto é, desacreditando todos os escritores de historiografia, ou a própria historiografia como tipo de conhecimento. Há ainda quatro sentidos em que os historiadores e filósofos da história podem ser irônicos quanto a esses próprios alvos da ironia: a) ser crítico quanto a um ou mais desses alvos; b) enfatizar conflitos (contradições, dilemas e paradoxos) em um ou mais daqueles níveis ou entre possíveis elementos deles; c) produzir uma avaliação ou juízo negativo quanto à positividade de um ou mais alvos; d) e finalmente, não crer ou negar que qualquer significação geral possa ser extraída de um ou mais daqueles alvos. O primeiro

sentido de irônico (crítico) refere-se a potencial aplicação do processo de negação; o segundo sentido (conflito) refere-se ao próprio processo de negação; o terceiro sentido refere-se ao resultado do processo de negação; o quarto sentido refere-se à negação do processo de negação. Este último sentido é constituinte da ironia pura. Para Nelson, portanto, o problema na proposta de White em transcender a consciência irônica consiste em saber em qual desses sentidos segue o argumento do Meta-História: como a explicação do que significa decair na condição irônica de reflexão histórica não é precisa, conseqüentemente a proposta de transcendê-la carece também de precisão conceitual. Se transferido o procedimento analítico de Nelson para os outros tropos básicos do Meta-História, o leitor perde a esperança em ver no Meta-História qualquer espírito de um sistema teórico referente a escrita histórica. (NELSON, John. Hayden V. White, *Metahistory. The Historical in Nineteenth-Century Europe. History and Theory*. 1975. vol. 14, n. 1, p. 74-90.)

Herman Paul reconhece que o conceito de ironia no Meta-História é usado com vários sentidos, mas não julga relevante criticar a terminologia ambígua de White no emprego desta categoria (como também no emprego de outras noções centrais do livro) para compreender o que está em jogo na batalha de White através da sua ironia (em que o livro é vazado) contra a ironia (em que o pensamento histórico do século XIX) chegou com Burckhardt, e que hoje é chamada de sensibilidade histórica pós-moderna (cética e absolutamente relativista). Para Herman Paul o empreendimento de White em superar a condição de pensamento irônico pós-moderno precisa ser compreendido a partir da distinção entre *ironia ideológica* e *ironia epistemológica*. Somente essa distinção é capaz de explicar a sua preferência posterior, declarada em “O Conteúdo da Forma”, pelo *sublime histórico*, como resultado da conciliação entre esses dois sentidos gerais da ironia. A ironia epistemológica nega a possibilidade de encontrar um modelo de representação perfeita da realidade. Assim, ela é representativa da atitude que questiona a possibilidade da historiografia oferecer uma representação verdadeira encontrada nos modelos de caracterização do mundo histórico nos termos da metáfora, metonímia e sinédoque. Mas essa ironia epistemológica não é o alvo de Hayden White, da sua crítica e tentativa de superação, e isso pode ser demonstrado, segundo Herman, por uma das teses centrais do livro: de que não existem fundamentos empíricos e lógicos capazes de constringer o historiador a uma prefiguração descritiva do registro no lugar de outra. O tipo de ironia que White combate encontra-se no final dos capítulos que analisa a

historiografia de Burckhardt e Croce. Trata-se da ironia (descrença e negação) deles com respeito à possibilidade de o conhecimento histórico contribuir para a transformação da realidade e para solucionar os problemas políticos contemporâneos, por um lado, e na descrença e negação do valor de todas e quaisquer ideologias possíveis no mundo contemporâneo para levar a termo alguma transformação. Através da ironia epistemológica, White não vê necessidade de compreender a história como um processo contínuo entre o passado e o presente, de modo a concluir que o presente é o resultado de valores determinantes e provenientes do passado (tradição). Essa concepção da história é afim, como White mostra em “O Conteúdo da Forma”, a estética do belo. Pela rejeição da ironia ideológica, White se adere a estética do sublime histórico, quando da concepção do processo histórico como um caos descontínuo e moralmente anárquico, tem por implicação política a possibilidade de os contemporâneos transformar, criar e impor uma ordem o seu próprio mundo, independente de quaisquer coisas que tenham acontecido no passado: o sublime histórico procura ensinar que nós não somos o resultado estrito dos processos significativos do passado e, por conseguinte, *conduz* a liberdade do agir contemporâneo pelo ensinamento da história. (PAUL, Herman. “An Ironic Battle against Irony: epistemological and irony in Hayden White’s philosophy of history, 1955-1973”; cap.2, pp. 35-44, in: “*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*”. 2006.)

Eugene Golob diz que o tipo de liberdade que White oferece destrói o critério de *verdade histórica* em privilégio do *sentido histórico* (p.65). Frank Ankersmit sugere a consistência da proposta de superação da ironia pós-moderna, por que a vê da seguinte maneira: a) a ironia é o tropo que confronta com as limitações e deficiências representativas dos outros tropos (representativismo ingênuo da metáfora; reducionismo da metonímia e integrativismo da sinédoque); b) a ironia, por ser negacional, trabalha *hiper-criticamente* sobre o registro histórico não-processado, e enfatiza a existência de quebras e buracos nele, quando procura negar sentidos históricos existentes e produzir outros mais adequados (ao mundo presente); c) conseqüentemente, a ironia é o tropo mais conforme a própria realidade histórica, mais apta a reconhecer a sua obscuridade, confusão e desordem frente aos critérios de realismo criados pelos outros tropos. Nesse sentido, a categoria da ironia marca a autoconsciência da diferença entre a complexa realidade histórica em si mesma (talvez o sublime, nos termos de “O Conteúdo da

Forma”) e o que é mera construção intelectual narrativa (*narrativizante*, também nos termos de “O Conteúdo da Forma”), e fornece o critério de realismo mais realista que os outros tropos, um *realismo superior* para a atividade de escrita historiográfica. (ANKERSMIT, Frank R. Hayden White`s Appeal to the Historians. *History and Theory*. 1998. vol. 37, n.2, pp.182-193)

## CAPITULO 2

### TRÓPICOS DO DISCURSO: ENSAIOS SOBRE A CRÍTICA DA CULTURA (1978).

Os dozes ensaios reunidos em *Trópicos do Discurso* foram originalmente publicados entre os anos de 1966 e 1976, junto a uma “Introdução” de 1978 escrita exclusivamente ao propósito da publicação do livro — “*A Tropologia, o Discurso e os Modos da Consciência Humana*”. Apenas os cinco primeiros ensaios estão vinculados diretamente a teoria da escrita historiográfica de Hayden White que fora apresentada no *Meta-História* de 1973: 1) “O Fardo da História” (1966); 2) “A Interpretação na História” (1972-1973); 3) “*O Texto Histórico como Artefato Literário*” (1974); “*Historicismo, História e a Imaginação Figurativa*”(1975); 5) e por último, “*As Ficções da Representação Factual*”(1976).

O ensaio “O Fardo da História” foi publicado em 1966 e relaciona-se com o *Meta-História* como prenúncio temático deste, como foi mostrado na abertura do capítulo anterior. O ensaio “A interpretação na História”, reconhecido por Richard Vann como a melhor resenha crítica existente acerca do *Meta-História*, foi incorporado ao capítulo anterior tanto por consistir num resumo deste livro quanto pelo fato de ter sido originalmente publicado no mesmo ano da publicação do *Meta-história*. Como para Hayden White a historiografia não é uma espécie do gênero *ciência*, ou ao menos uma disciplina com elementos científicos indetermináveis em sua constituição, mas uma espécie do gênero *discurso*, tal como estabelecido na quarta conclusão do *Meta-História*, e como a sua teoria do discurso em geral é apresentada na “*Introdução*” de “*Trópicos do Discurso*” (mas não somente nela), importa considerá-la anteriormente aos seus desdobramentos no discurso propriamente historiográfico, contidos especialmente nos três ensaios citados acima.

## 2.1. A TEORIA TROPOLÓGICA DO DISCURSO EM GERAL.

Para Hayden White, *discurso* é o conceito apropriado para considerar uma *forma de composição verbal* que se pretende verdadeira, mas se distingue da *demonstração lógica*, por um lado, e da *pura ficção*, por outro (p.14.T.D).

Para Hayden White, *ciência* é o conceito apropriado para considerar uma forma de composição verbal que se pretende verdadeira, mas se vale de *linguagem técnica e argumentos hipotético-dedutivos* controlados por *métodos experimentais* originados e repetidos em laboratórios segundo procedimentos canonizados e igualmente reconhecidos pelos praticantes da disciplina em questão<sup>13</sup>.

As duas concepções levam em consideração o tipo de linguagem utilizado (natural ou técnica), e o estatuto lógico e empírico dos dois tipos de composição verbal. O que parece distinguir composições discursivas de composições científicas são a precisão da linguagem utilizada nas descrições, o rigor lógico das demonstrações e o recurso a experimentos para decidir contendas explicativas ou interpretativas a respeito dos temas em debate: em discursos não há *o experimento* que possa decidir alguma contenda, não há o experimento que possa decidir objetivamente sobre duas generalizações causais ou conceituais sobre um dado acontecimento. Nas ciências, os resultados da aplicação de métodos empíricos são ou podem ser traduzidos em alguma utilidade tecnológica que, por sua vez, funciona como prova objetiva da explicação do próprio acontecimento. A marca da não controlabilidade experimental, por um lado, e lingüística, por outro, características dos discursos, implica em outra diferença entre eles e as ciências: nos discursos uma *questão metafísica* tende sempre a se misturar nas indagações da disciplina ao longo da investigação, ao passo que nas ciências um problema metafísico não se mistura as suas indagações e não aparece como base para alguma solução obtida no decorrer das perguntas elaboradas ao seu objeto.

---

<sup>13</sup> WHITE, Hayden. "Response to Arthur Marvick. *Jornal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 243.

Diferentemente da significação em linguagem técnica, com léxico/sintaxe formalizados e, em decorrência, semanticamente precisa (independente do contexto semântico) e familiar somente aos profissionais que a utilizam, a comunicação dos discursos é feita em linguagem predominantemente informal e o modo como faz referência aos ou constitui os seus referentes extra-discursivos, isto é, o modo como produz significação, é equivalente ao modo pelo qual a própria linguagem ordinária significa as coisas.

A carência de linguagem técnica para comunicar os seus referentes, a falta de rigor lógico (baseado no princípio da não-contradição) para demonstrar qualquer coisa que seja em relação a eles, e a empiricidade relativamente tênue para confirmar interpretações e explicações, nos leva a *duas qualidades essenciais* do discurso: uma composição verbal que usa constante e inevitavelmente a própria linguagem para constituir o terreno onde se pode decidir o que conta como um fato no assunto em consideração e determina qual o modo de compreensão/explicação mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos. Em termos análogos: a linguagem usada para descrever ou caracterizar um campo de ocorrências constitui o próprio campo e fixa limites aos tipos de métodos que podem ser usados para analisar e explicar os fatos que ocorrem dentro dele. Ou então: o uso da linguagem cria objetos que não são diretamente perceptíveis e os dota de uma aura de “realidade” ao fazê-los disponíveis para técnicas de explicação e interpretação.<sup>14</sup>

Assim concebido, o discurso pode ser dividido em três níveis mutuamente relacionados e através dos quais podem ter a sua consistência examinada: 1) o nível da descrição e caracterização inicial dos “dados” ou “eventos” que os transforma em

---

<sup>14</sup> Essa dupla caracterização dos discursos em geral — constituir na própria linguagem um campo de objetos a partir de “dados”, transformando-os em “fatos”, e procurar o meio explicativo/compreensivo mais adequado ao modo como os fatos foram constituídos (se integrativamente ao modo da sinédoque ou redutivamente ao modo da metonímia, por exemplo) — é o que propriamente os dotam da propriedade da invenção ou ficção. Hayden White teorizou sobre o discurso em geral não somente na “Introdução” de *Trópicos do Discurso*, mas em “*Hecho y Figuración en el Discurso Historico*”, em “*An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers)*” e também em outros ensaios. A diferenciação que Hayden White estabelece entre “dados” e “fatos”, de modo a compreender o elemento inventivo ou ficcional como o *elo* que transforma os primeiros nos segundos mediante a operação descritiva (predicativa), é estabelecida e teorizada especialmente nos dois últimos ensaios e muito menos, ou apenas sugestivamente, na “Introdução” de “*Trópicos do Discurso*”. Assim, este segundo capítulo da dissertação também conta como apoio de ensaios não reunidos no Livro que aqui se pretende analisar.

“figuras” ou “fatos”<sup>15</sup>; 2) o nível do argumento lógico e da narrativa, que caminham juntos e se entrelaçam; 3) e o nível combinatório dos dois níveis anteriores: o entrelaçamento dos “dados” inicialmente caracterizados em conformidade (analógica) com argumentação e narração deles — o que Hayden White concebe como consistência discursiva.

A tropologia (ou a retórica), portanto, é a teoria da análise da consistência discursiva, ou seja, da conversão/transformação dos dados/eventos em fatos/figuras no discurso no momento da descrição inicial dos seus referentes e da relação desses fatos/figuras constituídas no nível descritivo com o nível argumentativo e/ou narrativo. A tropologia, assim, é a compreensão teórica do discurso segundo as formas pelas quais os diferentes tipos de tropos da linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) transformam os referentes extra-lingüísticos em fatos/figuras e estabelecem diferentes tipos de conexões entre elas, de modo a desempenhar funções gerais de signos de uma realidade que pode ser mais imaginada do que percebida diretamente e jamais confirmada empiricamente em laboratórios experienciais. A constituição dos seus referentes em figuras passíveis de explicação e interpretação, não sendo feita mediante linguagem técnica composta por signos unívocos e em concordância com experimentos,

---

<sup>15</sup> Por um lado, Hayden White usa indistintamente as noções “dados” e “eventos”. Por outro, não parece distinguir “fatos” de “figuras”. A variação depende do momento que escreve e do ensaio publicado. O ponto importante é ter claro que se trata de pares diametralmente opostos, cujo vínculo é estabelecido pela operação descritiva. Dados ou eventos são análogos a *coisa-em-si* kantiana e se possui alguma qualidade é a da desordem, caos e ausência de hierarquia organizadora. Em tudo muito semelhante à caracterização do registro histórico não-processado apresentado no primeiro capítulo da dissertação referente ao Meta-História. Por sua vez, fatos ou figuras são os dados ou eventos resultantes do contato com a linguagem natural por aquele que pretende escrever algo sobre eles. Assim, possuem as qualidades opostas da ordenação, delineamentos mais ou menos precisos e hierarquia de forças organizadoras. A transformação dos dados/eventos em fatos/figuras é de responsabilidade da operação descritivo-predicativa, encontrada no chamado nível mimético dos discursos. Fazem-se aqui duas observações. Em primeiro lugar, essa transformação, para Hayden White, sofre deformações que o permite chamá-las de *inventivas ou ficcionais*, especialmente porque pode se dar de mais de uma maneira, dependendo do protocolo lingüístico, se sinédoquico ou metonímico, utilizado para constituir os fatos. É evidente que a ciência também constitui os fatos que procura explicar, efetiva seleções e recortes, e só pode encontrar respostas para as perguntas específicas que elabora. No entanto, essa constituição de fatos, ao ser feita em linguagem técnica, não admite que o ciclo da água, os terremotos, a transformação dos estados da matéria sejam caracterizados através de múltiplos protocolos lingüísticos, como o podem ser o ciclo do café brasileiro, a Revolução Francesa e a transição do sistema feudal para o sistema capitalista. Em segundo lugar, é preciso ter claro que a concepção *um tanto forçada ou exagerada* de um mundo social em si caótico e desordenado, especialmente o mundo passado, no sentido de este não resguardar verdades sócio-morais hierarquizadoras de ocorrências e condutas, *não tem* a finalidade epistemológica de impossibilitar o conhecimento histórico, isto é, uma finalidade cética, mas unicamente política, portanto motivadora e encorajadora para usar o passado em vista justificar o “realismo” de utopias no mundo presente. Esta segunda observação é desenvolvida no terceiro capítulo desta dissertação.

faz-se, com relativa liberdade, pela conversão ou tradução analógica dos seus aspectos mais ou menos conhecidos em signos e conceitos já conhecidos, isto é, metaforicamente. E nisso reside o segundo elemento de invenção e imaginação das composições discursivas. O que se segue abaixo é a tentativa de adequação da concepção do conhecimento historiográfico de Hayden White à sua teoria discurso em geral.

## **2.2. A Teoria Tropológica do Discurso Historiográfico: Narrativa, Descrição, Evento, Fato e Ficção**

A narrativa historiográfica é analisada como um constructo verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos passados e, portanto, não-sujeitos a controle observacional direto — mas que, não obstante, é *inteligivelmente compreendida* e, sobretudo, lida como *plausível* pelo público leitor do mundo presente (p.98). De que maneira as narrativas históricas tornam-se plausíveis ao público leitor do mundo atual, considerando que as estruturas e processos passados descritos na narrativa histórica não podem mais ser vistos e vivenciados, por um lado, nem encontrados diretamente e traduzidos de forma intacta do registro-histórico não-processado para apresentação narrativa, por outro?

A resposta que White dá a essa questão caracteriza a produção do *efeito explicativo* da narrativa historiográfica, ou o modo em que as narrativas historiográficas penetram no mundo contemporâneo dos leitores com sentido histórico plausível (crível). A produção do sentido histórico, ou do efeito explicativo das narrativas historiográficas, tem implicações para a concepção do seu *aspecto mimético*: isto é, para a narrativa historiográfica considerada como um modelo representativo de estruturas e processos humanos existentes fora dela. O aspecto *mimesis* da narrativa historiográfica leva em conta não somente a elaboração de histórias a partir das fontes históricas e das crônicas históricas, mas, sobretudo, a *operação descritiva* incidente nelas. Através da sua teoria da relação homológica entre os modos descritivos e os enredamentos correspondentes, Hayden White mostra em que medida historiografia e ficção são *similares*.

O efeito explicativo da narrativa histórica, ou o sentido histórico, é produzido em virtude da criação de histórias das crônicas históricas. As histórias são criadas pelo

que Hayden White chama no Meta-História de “operação por elaboração de enredo”. A elaboração do enredo consiste na codificação dos fatos da crônica em componentes funcionais de tipos específicos de histórias. Os fatos são convertidos em elementos funcionais de uma história específica basicamente pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros (p.100 T.D.). No registro histórico qualquer evento antes da sua identificação como fato é apenas um elemento potencial de uma história. Como elemento potencial de uma história, o evento histórico possui *valor narrativo neutro*, pois pode figurar funcionalmente em diferentes tipos específicos de história. Conseqüentemente: a) nenhum evento histórico é *intrinsecamente* trágico ou cômico; b) e *o mesmo* evento ou o mesmo conjunto de eventos pode servir como componente funcional de uma história que pode ser tanto trágica quanto cômica (p.101 T.D.).<sup>16</sup>

Para Hayden White isso sugere que a historiografia, mesmo que fundamentada empiricamente, leva ao registro histórico tipos de configuração narrativa refletidos na estrutura específica de enredo capaz de transformar os eventos do registro em uma história inteligível. E essa história não somente é inteligível, mas também plausível e obtém assentimento crível do público ao qual é destinada porque os leitores estão igualmente familiarizados com *os atributos genéricos* que identificam uma situação especificamente humana como romântica, trágica, satírica ou cômica. Uma situação ou um fato é pensado como trágico ou cômico *somente* porque conceitos (atributos ou predicados) como estes fazem parte da herança literária da cultura ocidental, e através deles tanto o passado pessoal quanto o passado público podem ser entendidos nos

---

<sup>16</sup> Li em algum crítico de Hayden White que a concepção de uma ação humana na história nunca possui valor neutro, pois é sempre subjetivamente motivada de tal maneira que o agente atribui um valor subjetivo a sua a conduta. Se eu não estiver enganado, essa concepção é atinente aos tipos ideais de ação social identificados por Max Weber, isto é, aos tipos subjetivos de atribuição de valor que os agentes sociais podem conferir as suas condutas orientadas para outros agentes sociais: ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação tradicional e ação afetiva, sendo o primeiro tipo o mais óbvio para a interpretação sociológica por se tratar de uma ação cuja finalidade só pode ser alcançada pela escolha *precisa* dos meios mais adequados a ela. Em suma, o sentido da ação racional com relação a fins pode ser mais claramente posto a luz pelo intérprete. Não creio que Hayden White procura sustentar que as ações sociais podem ter, se me é permitido usar estes termos, *valores sociologicamente neutros*. Ele não fala de ação social de valor neutro, mas de *ação social de valor narrativo neutro*, o que não torna a concepção absurda. Isto porque não é necessário que ações históricas reais figurem somente no início de uma narrativa, ou na sua fase de transição, ou unicamente em sua resolução final. A ação humana pode, tipologicamente falando, figurar em qualquer um desses três momentos da representação narrativa e o significado atribuído a ela (trágico ou cômico, por exemplo) pode se alterar em razão da função que desempenha no processo narrado. No momento, me falta um exemplo histórico para enriquecer e concretizar o argumento abstrato. De todo modo, espera-se ter distinguido ação social sociologicamente neutra, *impossível*, de ação social de valor narrativo neutro, *possível*. Hayden White refere-se apenas ao segundo caso de ação, isto é, das ações humanas inseridas nos textos narrativos.

termos dos seus respectivos atributos conceptuais: o historiador divide com o seu público noções ou predicados gerais acerca do significado que as situações humanas podem assumir ou receber quando consideradas nos termos de um processo de eventos.

A partilha das mesmas noções gerais predicativas para atribuir aos eventos os identifica como membros de uma mesma dotação cultural (simbólica e valorativa). Dessa maneira, um conjunto de eventos históricos é codificado e recebe significação em função de formas específicas de estórias culturalmente fornecidas: o efeito desse tipo de codificação nos textos de historiografia é *transformar o não-familiar em familiar*, pois os dados das fontes são, em grande medida, imediatamente estranhos ou mesmo exóticos, em decorrência de sua significação ter origem num modo de vida muito diferente do que vive o historiador contemporâneo, considerada a distância temporal que o separa do passado. No entanto, os eventos históricos tornam-se familiares ao leitor não em seus detalhes, mas em suas funções de elementos relacionados num tipo convencional e reconhecido de *configuração* (estórica). Não é por que o leitor tem mais informações a respeito dos fatos que eles se tornam familiares, mas por que os dados factuais se *harmonizam* com uma estrutura específica de enredo com a qual ele está familiarizado como parte de sua dotação cultural (p.103. T.D). É assim que, para Hayden White, a historiografia produz efeito explicativo ou sentido histórico para os leitores contemporâneos.

O modo como a narrativa histórica produz a impressão explicativa no público leitor, ou o modo como o sentido histórico é produzido para os receptores das historiografias, revela algo da natureza do seu aspecto mimético, à medida que a explicação narrativa por enredamento pretende referir a estruturas e processos humanos passados existentes independentemente se serem ou não enredadas, ou exteriores ao enredamento narrativo. Como o aspecto mimético diz respeito à referência da narrativa, Hayden White a considera, metaforicamente, como um *signo lingüístico* (p.104. T.D). A fim de determinar o modo como a narrativa histórica refere-se aos fatos refletidos em sua estrutura processual interna, White se pauta na tipologia do signo lingüístico de Charles Pierce.

Para Pierce, um signo lingüístico é a relação entre um significado e um significante. Havendo diferentes tipos de relação entre o significado e o significante, há também diferentes classes de signos que, para o propósito de caracterização do aspecto

mimético da narrativa histórica em Hayden White, interessa apenas três: a) o *índice*; o signo é interpretado pela contigüidade de fato entre o significado e o significante, por exemplo, a associação entre fumaça e fogo; b) *ícone*; o signo é interpretado pela semelhança de fato entre o significado e o seu significante, o primeiro equivale ou substitui o segundo por se parecer com ele, por exemplo, a associação entre uma fotografia e a coisa fotografada; c) o *símbolo*; o signo é interpretado pela contigüidade instituída por *convenção* entre o significado e aquilo que ele quer dizer.

A conexão simbólica independe da presença de semelhança ou contigüidade de fato entre o significante e o seu significado, e o intérprete do signo o descodifica em razão da regra que convencionaliza que ambos devem aparecer sempre juntos, e somente em função dessa regra que o signo é corretamente interpretado. Pierce ressalta que as três variedades tipológicas de signos nunca aparecem em forma pura e isolada, mesmo numa unidade lingüística simples como a frase. No caso da narrativa historiográfica, considerada como uma unidade lingüística complexa, as três tipologias também devem se confluir, mesmo que sejam *hierarquicamente diferentes* as suas predominâncias. Essas distinções têm a finalidade de mostrar o que é fictício em todas as narrativas supostamente realistas do mundo, e o que é realista em todas as narrativas manifestamente fictícias. Pois como não é possível olhar para as estruturas e processos refletidos no interior da narrativa a fim de verificar a semelhança ou contigüidade de fato entre elas e as estruturas e processos passados, a relação sgnica entre ambas não pode ser icônica (semelhante uma fotografia e a coisa fotografada). Em decorrência dessa impossibilidade de verificação, a narrativa histórica tem acesso aos acontecimentos que relata apenas *indiretamente*, pagando primeiramente tributos ao enredamento, *mas* através da *descrição*, que fornece atributos genéricos aos eventos, tornando-os passíveis de associação (por similitude e convenção) a correspondentes formas específicas de estórias.

A narrativa histórica, portanto, representa a mediação entre a estrutura de enredo ficcional, com a qual se relaciona *iconicamente*, e os fatos nela relatados, com os quais se relaciona *simbolicamente*: isto é, a narrativa histórica não é em si mesma o ícone desses fatos, mas é permeada por símbolos que fornecem a *direção* para encontrar na cultura literária do historiador e do seu público um ícone de estruturas e processos passíveis de serem associados aos eventos que pretende relatar. Em outros termos, as estruturas e processos da narrativa histórica são similares as estruturas e processos dos

enredamentos ficcionais (associação icônica), e convencionalmente formalizados para referir a situações humanas reais (associação simbólica).<sup>17</sup> A narrativa histórica, portanto, aponta simultaneamente para duas direções, ou melhor, para *dois referentes*: para os fatos reais descritos na narrativa (*referente manifesto*) e para a estória específica servida como a estrutura processual desses fatos (*referente latente*).

Essa função mediadora da narrativa histórica apresentada como estrutura simbólica com respeito aos fatos que descreve permite compreendê-la como uma *metáfora* de longo alcance. Como *não* refere diretamente aos fatos que descreve, a narrativa indica a direção em que o pensamento interpretativo pode se orientar a procura de noções convencionais e culturalmente sancionadas para associar o fato a uma delas, tornando esse fato reconhecível ou *familiar* ao mesmo tempo em que sugestiona um *sentimento* específico do leitor em relação ao fato carregado com a respectiva noção<sup>18</sup> (p.108 T.D.). Assim, o texto historiográfico narra uma *série* de acontecimentos cronologicamente ordenados se valendo de *predicados descritivos simbólicos* capazes de associar os eventos estranhos (não-familiares) das fontes históricas a uma estrutura de enredo específica e familiar ao leitor da historiografia. Nesse sentido, a descrição antecipa o enredamento narrativo, e é mais adequadamente concebida como a operação cognitiva (aquisitiva e caracterizadora de informações do registro) mais próxima das fontes históricas em seu estado bruto, o chamado registro histórico-não processado.

Nesse sentido, a historiografia não consiste apenas de eventos enredados em um início, meio e fim específicos, mas de *atributos predicativos* através dos quais esses eventos são inicialmente caracterizados, de maneira a torná-los passíveis de enredamento: os eventos precisam ser descritos ou caracterizados primeiramente,

---

<sup>17</sup> É precisamente essa simultaneidade tipológica dos signos icônicos e simbólicos na narrativa histórica, capaz de revelar a sua dupla referência, que faz dela uma mistura *não quantificável* de realidade e ficção. Inversamente, essa duplicidade do signo em uma narrativa ficcional confere a ela algum poder iluminador a respeito da realidade.

<sup>18</sup> A indicação do aspecto icônico e simbólico de uma mensagem metafórica ajuda a precisar o modo de referência indireta da narrativa, e explica o motivo pelo qual ela pode ser entendida como uma metáfora de longo alcance: o enunciado exemplificado por Hayden White, “meu amor *é* uma rosa”, não sugere que a pessoa amada *é realmente* uma rosa, ou que ela tem os atributos específicos de uma rosa. Apenas sugere que a pessoa amada compartilha os atributos que a rosa *simboliza* no uso lingüístico convencionalmente instituído na cultura ocidental. Nesse sentido, o termo rosa, tomado figurativamente, dirige o pensamento à procura de coisas reais aos quais pode associar, tal como previsto pela convenção lingüístico-cultural. Para Hayden White, a comunicação das experiências históricas pela historiografia aos leitores se dá em virtude de símbolos dessa natureza. Esses símbolos ou figuras tanto possibilitam o entendimento das experiências humanas quanto suscitam sentimentos e induzem os contemporâneos à ações práticas, à medida que é mediante eles que o passado é introduzido significativamente no mundo atual.

receber atributos, qualidades, e contornos mais ou menos definidos. Isto é, precisam ser identificados e classificados. Somente assim podem tornar objetos para receber um enredamento e uma explicação argumentativa. Nesse sentido, Hayden White distingue ao menos três tipos de relações aos quais os eventos históricos podem ser submetidos: relações estabelecidas no nível da caracterização ou descrição predicativa dos eventos; relações propriamente narrativas no nível do enredamento; relações argumentativas no nível da explicação (contextual como estratégia dominante no estabelecimento profissional). Os três tipos de relação são sobrepostos a ordem seqüencial dos eventos da crônica:

(1) a, b, c, d, e ....., n

Os eventos da crônica aparecem simbolizados por letras *igualmente* minúsculas para representar *o mesmo* status de neutralidade de cada um deles. Neutralidade com respeito a um possível significado narrativo. Tais eventos requerem *previamente* descrição ou caracterização *como* elementos de enredo e argumentação, e tipologicamente a crônica por ser transformada das seguintes maneiras:

(2) A, b, c, d, e ....., n

(3) a, B, c, d, e ....., n

(4) a, b, C, d, e ....., n

(5) a, b, c, D, e ....., n

As letras maiúsculas indicam a caracterização de um determinado evento ou conjunto complexo de eventos da crônica, de modo à sobredeterminá-lo com um status funcional privilegiado na série cronológica, seja no sentido causal e argumentativo, seja no sentido simbólico de alguma resolução ou conflito inerente a alguma forma específica de enredamento. Um ponto importante a ser observado é que o enredamento é urdido (e aparece de modo identificável ao leitor) na medida em que o evento é caracterizado, na proporção em que recebe atributos e predicados: o enredamento se

*revela progressivamente* ao leitor à medida de proporção em que o evento a explicar narrativamente é caracterizado ou descrito pelo narrador. Hayden White apresenta esse esquema tipológico, mas parece não fazer justiça a sua própria teoria da explicação narrativa fundamentada na operação descritiva de atribuir predicados aos eventos antes de explicá-los narrativamente. O esquema de Arthur Danto mostra-se mais adequado ao propósito de Hayden White:

(1) S é F em  $t^1$

(2) G ocorre com S em  $t^2$

(3) S é H em  $t^3$

*explanandum*: (1), (3)

*explanans*: (2)

S= “sujeito” de uma história

F= situação inicial

G= situação final

H= acontecimento

O *explanandum* histórico é a modificação temporal de alguma coisa. O *explanans* histórico é aquilo que explica a modificação temporal de alguma coisa. A relação entre o *explanandum* e o *explanans* é a de uma história: seu começo (1) e seu fim (3) são a mudança que é preciso explicar, e o meio (2) é o acontecimento que explica a mudança. Jörn Rüsen exemplifica esse esquema de explicação narrativa pela seguinte situação: o duque de Buckingham, até 1623, segue o plano de casar o príncipe Carlos com a infanta espanhola Dona Maria, mas depois de 1623 desiste do plano. O *explanans*, ou o acontecimento que explica a mudança do plano do duque de Buckingham, é o fato comprovado no registro de que ele, em 1623, numa viagem com o herdeiro do trono da Espanha, mudou sua possível avaliação quanto à possível ligação entre às casas reais inglesa e espanhola.

Podem-se ter diferentes explicações por enredamento para essa situação. G pode ser caracterizado ou predicado mediante descrição por *diferentes símbolos*. Esses

símbolos estão ligados aos valores do leitor, e os fazem familiarizar com a situação que lhe é mais ou menos estranha, ao mesmo tempo em que os levam a sentir algo perante ela (tomar partido ao lado de S ou não, por exemplo).

Nesse sentido, a teoria da explicação narrativa de Hayden White sugere o seguinte esquema:

- (1) S é F em t<sup>1</sup> (o duque de Buckingham pretende, até o ano de 1923, casar o príncipe Carlos com a infanta espanhola Dona Maria)
- (2) G, *descrito ou* como a, *ou* como b, *ou* como c, *ou* como d, ocorre com S em t<sup>2</sup> (alguma ocorrência documentalmente atestada — que *precisa ser caracterizada em termos simbólicos do código lingüístico* — ocorre com o duque: em 1623, numa viagem com o herdeiro do trono da Espanha, o duque mudou sua possível avaliação quanto à possível ligação entre às casas reais inglesa e espanhola.
- (3) S é H em t<sup>3</sup>, em que G (a) torna S ridículo (sátira), G (b) torna S herói (estória romanesca), G (c) torna S vítima do destino ou de forças externas (tragédia), e G (d) torna S pacificador de conflitos (comédia)

*explanandum*: (1), (3)

*explanans*: (2 caracterizado/predicado)

Se G é apenas G, como no esquema de Danto, oferece-se aparentemente uma explicação do *motivo pelo qual* S era F e tornou-se H em razão de G, ao modo da *crônica histórica* (segundo a concepção de Hayden White apresentada no *Meta-História*). A transição é *cronicalizada*, para usar um neologismo, não narrativizada. Uma transição narrativa pressupõe a caracterização de G (como motivo de S), de modo que auxilie S a receber um final como *fechamento significativo* através do qual o leitor possa identificar pelos símbolos utilizados na descrição o significado (geral) daquele processo, por um lado, e *familiarizar-se* com ele, por outro. Os diferentes atributos conferidos a G, mediante descrição, tanto abrem quanto fecham perspectivas de significado narrativo: por isso parece imprescindível que a descrição seja levada em conta na elaboração de um esquema de explicação narrativa de algum acontecimento simples ou complexo. Assim, um esquema de explicação narrativa tem que ver com: 1) a caracterização descritiva dos

acontecimentos antes da sua narração; 2) e com o tipo de linguagem usado para descrevê-los, isto é, com o código lingüístico por recurso ao qual os acontecimentos são caracterizados ou codificados; 3) e conseqüentemente, com a maneira em que os signos se associam no código e são atualizados numa seqüência descritiva de predicacões acerca do evento em questão.<sup>19</sup>

A “imposição” aos eventos o significado simbólico de uma estrutura de enredo que os familiariza e os dota de diferentes valências emocionais *em função dos símbolos específicos utilizados para caracterizá-los ou descrevê-los inicialmente*, indica que a descrição ocorre antes de uma urdidura de enredo ou análise “científica” deles: esse procedimento de *descrição simbólica ou figurativa* representa a tradução do *evento* em *ficção*: isto é, a caracterização e leitura de *ocorrências reais* a partir de *símbolos convencionais* culturalmente disponíveis e sancionados para caracterizar diferentes tipos de situação histórica.<sup>20</sup> . Conseqüentemente, o elemento ficcional da historiografia é

---

<sup>19</sup> É opinião de Hayden White que qualquer área de estudo que ainda não se disciplinou como ciência, no sentido de construir um sistema terminológico-formal *para* descrever os seus objetos de investigação, é dependente da linguagem natural (que opera figurativamente) para identificar, caracterizar e classificar os seus dados. (112. T.D)

<sup>20</sup> A importância que Hayden White confere a descrição dos acontecimentos, em acordo com a sua *função* na escrita historiográfica, é mostrada no seguinte exemplo — uma citação de um pequeno trecho do historiador alemão J.P. Taylor a respeito a respeito da história da República de Weimar: “A República criada pela Assembléia Constituinte em Weimar durou teoricamente catorze anos, de 1919 a 1933. Sua vida real foi mais curta. Seus quatro primeiros anos foram gastos na confusão política e econômica que seguiu a Guerra dos Quatro Anos; nos seus últimos três anos houve uma ditadura provisória, parcialmente disfarçada de legalidade, que reduziu a República a um simulacro muito antes que fosse abertamente derrubada. Apenas por seis anos a Alemanha levou uma vida ostensivamente democrática, ostensivamente pacífica; porém, aos olhos de muitos observadores estrangeiros, estes seis anos pareceram normais, a verdadeira Alemanha, em relação aos quais os séculos anteriores e a década subsequente da Alemanha foram uma aberração. Uma investigação mais aprofundada poderia encontrar para esses seis anos outras causas que não a beleza do caráter alemão.” White separa os acontecimentos do trecho, ou aquilo que Rüsen chamaria de nomes próprios: 1) a República foi criada pela Assembléia Constituinte em Weimar; 2) a República durou catorze anos, de 1919 a 1933; 3) os quatro primeiros anos da República (1919-1923) foram marcados por confusão política e econômica; 4) nos seus últimos três anos (1929-1932) a República foi governada por uma ditadura; 5) estrangeiros observaram esse período da Alemanha. O que poderia se passar por afirmações factuais isentas de valor, ou como *nomes próprios históricos* são já atributos, predicacões ou caracterizações deles, e aparecem como *sentenças históricas descritivas*, como pode observar nas partes grifadas de cada sentença a seguir: 1) a República durou *teoricamente* catorze anos, mas *na realidade muito menos*; 2) a ditadura foi *parcialmente disfarçada de legalidade*; 3) essa ditadura *reduziu* a República a um *simulacro* antes de ser abertamente derrubada; e assim; 4) apenas por seis anos a Alemanha levou uma vida ostensivamente democrática, ostensivamente pacífica; 5) esses seis anos, aos olhos de muitos observadores estrangeiros *pareceram normais, a verdadeira Alemanha...* uma investigação mais aprofundada encontraria para esses seis anos outras causas que não a beleza do caráter Alemão. As predicacões descritivas atribuídas aos nomes próprios os transformam em fatos históricos, à medida em que os preparam para receber um enredamento específico em concordância similar com as predicacões inicialmente atribuídas aos acontecimentos (nomes

concebido a partir da sua relação com o *evento histórico*, o *fato histórico* e o *enredamento narrativo* (culturalmente disponível) — todos mediados pela *descrição histórica*.

A fim de evitar qualquer ambiguidade a respeito do elemento ficcional das narrativas históricas, Hayden White distingue claramente os fatos históricos dos fatos ficcionais. Os *eventos históricos* dizem respeito a qualquer ocorrência atribuída a um espaço e tempo específicos do passado humano, eventos que foram a princípio diretamente observados. Os *eventos ficcionais*, contrariamente, nunca ocorreram em algum lugar ou em algum momento do passado, e são, por isso, inventados ou hipotéticos (p.137 T.D). Se a historiografia e a escrita ficcional ocupam com diferentes tipos de fatos, o *critério* utilizado para reconhecer o aspecto ficcional da narrativa histórica nada tem que ver com a qualidade *inventada* dos fatos nos escritos de ficção e com a qualidade de *descoberta* dos fatos na historiografia. Em termos puramente formais é inteiramente indiferente se uma *descrição* narrativa tem por base fatos descobertos e passíveis de confirmação no registro histórico não-processado, como parece ser o caso da historiografia, ou se a descrição se baseia em fatos puramente ou predominantemente inventados, como parece ser o caso dos escritos ficcionais de um modo geral.<sup>21</sup>

A noção de *fato* em historiografia pode ser definida como alguma coisa que aconteceu no passado, expressa em uma afirmação existencial singular passível de confirmação no registro histórico não-processado, e que entrou num determinado relato narrativo. Um *evento* é também qualquer coisa que aconteceu no passado, mas que, não obstante, fica de fora de um determinado relato narrativo. A historiografia é factual por conter uma lista de afirmações existenciais singulares referentes ao que aconteceu no passado e corroboráveis pelo registro histórico não-processado. A historiografia não é

---

próprios) pela descrição, podendo assim inserir-se com significado e sentido no mundo presente em que vive o escritor e leitor.

<sup>21</sup> Tudo isso mostra que a descrição opera em conjunto com a análise e traz consigo tipos de relação bastante especificáveis, podendo ser assim ilustradas: parte-parte, parte-todo, todo-parte, e *negação* de que uma dada parte possa ser classificada em uma totalidade ou outra. Essas relações podem ser desempenhadas a partir de descrição em linguagem técnica ou da descrição em linguagem natural. O ponto importante é que os tipos de relação causal, dedutivo, indutivo não podem prescindir da operação descritiva nem antecê-la: uma relação entre causa e efeito, por exemplo, supõe anteriormente a diferenciação entre duas coisas ou dois elementos, isto é, entre uma coisa que é uma parte (antecedente, causa) e outra coisa que é simbolizada como outra parte (conseqüente, efeito).

factual por que essas afirmações não desempenham uma função precisamente determinável no passado, *mas somente na narrativa* (no enredamento específico). A função a desempenhar numa seqüência narrativa depende da caracterização anterior que o evento recebe no ato de descrição.

Os eventos históricos são transformados primeiramente em fatos históricos. Isso quer dizer que as próprias afirmações existenciais singulares não são dadas, mas constituídas. Se fossem dadas, todas elas teriam igualmente de entrar em relatos históricos referentes ao mesmo tema, desempenhar a mesma função, e ter o mesmo grau de importância em relatos tematicamente análogos. Essas afirmações singulares são elas próprias figuras. O fato, portanto, tem uma relação simultânea com o evento e com a narrativa. Relaciona-se com o evento por que faz referência ao que aconteceu, e com a narrativa por que entra nela para desempenhar alguma função específica. Sem o evento não há base empírica para o fato, mas sem o desempenho de uma função específica na narrativa o fato carece de qualquer significação histórica, possível apenas pela narrativização.

A *ficção* historiográfica é o resultado dessas três combinações: o evento, o fato e a narrativa. Eventos acontecem, fatos são descritos para propósito narrativo. Um fato é um evento sob descrição, e a combinação entre os três elementos básicos da ficção da historiografia é mediada pela natureza da *descrição histórica*. O que torna possível a descrição de um evento, ou a sua transformação em um determinado fato para servir de elemento funcional de uma narrativa histórica, ou de um enredamento narrativo?

São duas as condições de possibilidade das descrições históricas. É preciso aceitar que o mundo nos é apresentado como complexo de eventos e não como conjunto de fatos. Em primeiro lugar, a transformação de tais *eventos* em *fatos* pressupõe anteriormente a existência de um sistema terminológico capaz de *identificá-los* como tais. Assim, qualquer descrição das coisas do mundo, humanas ou naturais, requer primeiramente a definição prévia dos termos que desempenham a função de *correspondência* com os aspectos ou partes de um evento a serem descritas. Em segundo lugar, a descrição requer mais ou menos implicitamente uma asserção das relações desses termos com outros de maneira a constituir uma totalidade finita inteligível.

A descrição pode assim ser definida como a representação verbal (por predicção) de uma coisa *através* de um código de linguagem prévio composto por termos relacionais que correspondem ao evento como um complexo de partes, por um lado, e como uma totalidade significativa abrangente dessas partes, por outro. A descrição requer a definição de termos para identificar eventos e atributos desse evento, e tipos de relação entre os termos para unir tanto eventos quanto atributos de eventos. A descrição, portanto, pressupõe *correspondência* terminológica e *coerência* terminológica previamente determinada pela própria linguagem utilizada na descrição. Por conseguinte, é através do uso de um determinado tipo linguagem que a descrição se dirige ao registro histórico não-processado, ou às fontes históricas. A descrição histórica, portanto, não é um registro aleatório de eventos, mas de eventos identificados (como partes, ou transformados em fatos) e relacionados (numa totalidade abrangente de todos eles).. A linguagem utilizada nas descrições históricas é a chamada linguagem natural, em oposição à linguagem técnica. A descrição histórica, que se pretende verdadeira, dirige-se ao registro predeterminado pelas *possibilidades* de correspondência e coerência fornecidas pela própria linguagem natural em que é vazada a descrição.

Assim, quando se trata de representar descritivamente os fatos passados extraídos do registro, o pressuposto elementar para aquele que tenta descrevê-los, diz White, são as *noções* das maneiras pelas quais as partes se relacionam com o todo que elas abrangem. A descrição se vale de noções provenientes da linguagem figurativa, que traz consigo modalidades de relações que consideram simultaneamente as partes e o todo de algum conjunto de eventos a ser enredado. *Ao mesmo tempo em que um evento é descrito e caracterizado, ele é colocado em um contexto mais abrangente do que ele.* Seja o evento real ou imaginário, o processo descritivo que o transforma em um conjunto de fatos, passível de servir de assunto para argumentação e enredamento narrativos, é um processo poético. A historiografia se vale das mesmas estratégias tropológicas, das mesmas modalidades de relações entre palavras utilizadas no *romance*. Os eventos fragmentados no registro (nomes próprios) precisam ser agrupados para formar uma totalidade, mas havendo diferentes maneiras de relacioná-los descritivamente, eles formam uma totalidade de tipo particular e não de tipo geral. E são agrupados *descritivamente* pelas mesmas modalidades de relação que os romancistas agrupam as fantasias particulares produzidas pela sua imaginação, apresentando aos

leitores um mundo ordenado no lugar do caos e desordem que existiriam sem tais estratégias. Uma desordem e caos de proposições singulares. Essas estratégias ou modos de relação descritivos são encontrados nos esquemas da metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, fornecidas pela própria linguagem figurativa — pela retórica dos tropos.

Hayden White sugere a identificação da proposição existencial singular com o fato, mas a proposição existencial singular considerada não como *nome próprio* — carente de relevância histórica, isto é, sem função alguma na narrativa — para usar os termos de Jörn Rüsen (*Reconstrução do Passado*, p. 93). O nome próprio designa alguma coisa do passado em sua ocorrência singular, refere-se a ele diretamente, mas sem precisar sua importância no processo temporal em que ocorreram. São designações lingüísticas provenientes das próprias fontes em seu estado bruto. Napoleão III, a Constituição outorgada de 5 de dezembro de 1848, o Partido Progressista e Roma são por certo nomes próprios. Mas são proposições existenciais singulares somente se recebem alguma caracterização ou predicação mediante ato descritivo. Vale dizer, mediante ato de *descrição-para-narração*. Assim, a facticidade em Hayden White não é o nome próprio em Jörn Rüsen, mas o nome próprio caracterizado com atributos que são sempre mais ou menos corroboráveis pelo registro. Mais ou menos corroboráveis por que somente o nome próprio é uma designação *no* próprio registro, ou *nas* fontes históricas (na maioria das vezes, e em todos os exemplos citados acima).

Nesse sentido, *a proposição existencial singular* pode ser expressa numa relação entre sujeito (o nome próprio) e o predicado (atribuído ao nome próprio). Se o nome próprio resguarda o direito das fontes históricas, a predicação descritiva resguarda os direitos da narrativa historiográfica, à medida que tipicamente se trata de um predicado ou caracterização para atender ao propósito da narração. Em termos lingüísticos, a seqüência de predicados atribuída a um nome próprio no eixo sintagmático confere a ele caracteres que o transformam numa *figura* que convida enredamentos correspondentes no eixo paradigmático do *código da linguagem natural*, lugar onde os signos estão associados por similitude, ou metaforicamente (nos termos de Roman Jakobson).

A atribuição de um predicado que caracteriza uma pessoa que realmente existiu no passado — até então caracterizada *heroicamente* — como *ridícula ou grotesca*, a retransforma em um *personagem* que tende a evocar por afinidade semântica um enredo satírico para interpretar narrativamente as suas ações realizadas num espaço e tempo

finitos. Esse exemplo, que mostra a adequação homológica entre *descrição irônica* e *enredamento satírico*, permite encontrar o elemento ficcional da historiografia em duas operações historiográficas, cada uma com um sentido específico para o termo *ficção*, mas mutuamente complementares: a) na *fase de descrição*, no sentido etimológico de “fictio”, como algo (pessoa) fabricado ou constituído em personagem (sentido 1 de ficção), b) e feito ou fabricado para desempenhar função na *fase narrativa*, fazendo-se semelhante a personagens em mitos, religiões e especialmente em enredos literários (sentido 2 de ficção). A conjunção dos dois sentidos indica o *sentido geral de ficcional*, a síntese entre o sentido 1 e o sentido 2, como *um constructo hipotético (“como se”) de uma realidade que, não podendo mais ser diretamente percebida, portanto controlada e definitivamente verificada, é também postulada ou imaginada.*

Aqui duas coisas devem ser notadas: a função central do ato caracterizador ou da *descrição* dos acontecimentos, mais precisamente a descrição dos nomes próprios, na teoria historiográfica de Hayden White (no *Meta-História* e especialmente em *Trópicos do Discurso*), que alguns críticos supõem ser a narrativa, quando não *somente* a narrativa; b) *na* relação entre o nome próprio, a sua descrição predicativa e enredamento narrativo ao qual a descrição também se destina, encontra-se o *caso exemplar* para acompanhar o raciocínio de Hayden White a respeito da ficcionalidade historiográfica, e conceber *continuamente* uma série de dicotomias: o código (narrativo) e a mensagem (factual informativa), o acontecimento real e a ficção, o sentido literal e o sentido figurado, o geral e o particular, o passado e o presente, a verdade e o erro, que alguns críticos querem a oposição. A continuidade entre essas dicotomias, a partir da função mediadora das descrições, pode esclarecer o modo como White trabalha a relação (*não a separação*) entre o *elemento figurativo-ficcional* e o *elemento fático-informativo* da historiografia, que Verónica Tozzi afirma ser um dos pontos mais importantes da teoria da escrita histórica de Hayden White, mas lamentavelmente o mais obscuro (“Introducción” in “El Texto Histórico com artefato Literario” p.21), e que Wulf Kansteiner identifica como a tentativa mal sucedida de Hayden White em conciliar acontecimento e ficção. Ambos dão pouca atenção, ou nenhuma atenção, a função da descrição histórica em Hayden White: a linguagem (natural) por ela utilizada (símbolos e metáforas regentes dos relatos históricos) e a sua função no discurso histórico.

A operação descritiva é distinta e assimilada à operação narrativa na historiografia: toda narrativa é descritiva, mas nem toda descrição é narrativa. Uma

coisa é descrever fatos supostamente reais, outra coisa é narrar esses fatos. Ao caracterizar os eventos, nos termos da metáfora, metonímia sinédoque ou ironia, a descrição constitui os fatos para elaboração narrativa. A narrativa é necessária para qualquer um que queira descrever um objeto qualquer (instituição, vida pessoal) como um processo de intercâmbio entre a sua interioridade e alguma manifestação externa dessa interioridade. Esse movimento é apresentado ao leitor como a revelação progressiva de uma informidade inicial até o ponto em que, no decorrer do processo descritivo, toma a forma de uma estória reconhecível porque os predicados simbólicos utilizados para caracterizar as situações histórias passadas são familiares ao leitor.<sup>22</sup>

### 2.3. Conclusões de Trópicos do Discurso: Críticas a essas Conclusões

Enquanto que no Meta-História o ponto problemático (impreciso, ambíguo e vago) da teoria historiográfica de Hayden White consiste *na relação homológica* entre as formas de enredo, as formas de argumento, as formas de implicação ideológica e os tropos da linguagem natural, o ponto problemático em Trópicos do Discurso consiste

---

<sup>22</sup> Uma palavra a respeito da relação entre descrição e narrativa, ou enredo historiográfico: quando o leitor de White reconhece a operação descritiva como precedente a operação narrativa, compreende os enredamentos como a *revelação progressiva* ao longo dos atributos dados descritivamente a uma série de eventos (mais corretamente, de nomes próprios). Quando o leitor procede inversamente, começando pela narrativa, ele entende os enredamentos como *imposição rígida e simples* aos eventos (nomes próprios). O termo imposição transmite a impressão de que os enredamentos estão todos rigidamente separados no sistema simbólico cultural, ou no código lingüístico, e claramente delineados na mente da historiadora. Ela simplesmente escolhe um desses blocos e aplica diretamente as fontes. A expressão imposição leva alguns críticos a conceberem não só os enredamentos, mas também os argumentos e ideologias como “forminhas” duras e fechadas. Por isso a compreensão do *estilo historiográfico* como *dedução transcendental* (Dominick Lacapra), como *idealismo fechado* (Frank Ankersmit), e como equivalente ao *modelo de explicação nomológica* de Hempel (Roger Chartier). A seqüência de predicados atribuída a um nome próprio no eixo sintagmático da linguagem confere a ele caracteres que o transforma numa figura que convida enredamentos mais ou menos correspondentes e disponíveis no eixo paradigmático do código da linguagem natural, onde todos os signos estão/podem ser associados por graus de similitude. Como os graus de similitude jamais são precisos, a liberdade de combinação entre predicação descritiva e tipos de enredamentos é bastante grande. Com relação aos acontecimentos (nomes próprios), Hayden White usa em Trópicos do Discurso tanto o termo imposição quanto o termo revelação progressiva para expressar a operação de urdidura do enredo, mas os críticos preferem o primeiro termo, naturalmente, pois através do segundo é mais difícil fazer *caricatura*. Revelação progressiva é o termo mais adequado para compreender a complexidade da relação sintagmática entre os termos que descrevem o nome próprio e o enredamento que se revela ao longo de uma série descritiva de fatos no eixo paradigmático do código lingüístico.

genericamente na *relação contínua* entre o elemento figurativo-ficcional e o elemento factual-informativo da historiografia. Esta relação é reconceitualizada com ênfase na superação de uma série de dicotomias: código/mensagem, literal/figurativo, passado/presente, geral/particular e até verdade/erro.

Dois problemas resultam dessa tentativa de superação: o primeiro é que ao pensar esses pares tidos por opostos nos termos de uma continuidade entre eles, Hayden White evita propositalmente, ou é obrigado a evitar, uma definição precisa para cada um dos respectivos elementos, pois à medida que cada elemento de um par de oposições está intrinsecamente fundido no outro, ele não pode separá-los em nenhum momento para fornecer uma definição. Conseqüentemente, essa ausência de definição no interior dessa reconceitualização gera um mal entendido quando se observa as críticas levantadas contra Hayden White. Ele pensa os pares opostos como contínuos, já os críticos como opostos. Como White não define abertamente esses pares de oposição, os críticos os definem por ele, mesmo que implicitamente, e no fim de contas acabam por criticar White a partir de dicotomias que ele mesmo não acredita existir. Isso é constatado desde críticos reativos como Carlo Ginzburg e Chris Lorenz aos críticos positivamente aderidos a Hayden White, como Keith Jenkins. De uma maneira ou de outra, as conclusões que podem ser extraídas de *Trópicos do Discurso* giram em torno do problema da reconceitualização entre real e ficcional, e todas as críticas abaixo são, de um modo ou de outro, uma tentativa de estabelecer a separação entre historiografia e ficção, ou literatura, a partir da reconceitualização de White.<sup>23</sup>

Perez Zagorin classifica Hayden White como *teórico da historiografia pós-moderno*, em função de partilhar dos pressupostos da *filosofia pós-moderna da linguagem*. A teoria da história pós-moderna sustenta duas teses que compreendem o seu tipo especial de ceticismo: a) a primeira diz respeito ao seu anti-realismo, e sustenta que o passado não pode ser objeto de conhecimento histórico, mais especificamente, que o passado não pode funcionar como referente de sentenças e representações (narrativas) históricas. O pós-modernismo dissolve a historiografia numa espécie de literatura e faz do passado em si nada mais do que um *texto* (Zagorin não define o que

---

<sup>23</sup> Alguns críticos de Hayden White acompanham a sua reconceitualização daqueles pares opostos como contínuos. Mas concluem que a suposta continuidade entre eles resulta na *dissolução* do real no ficcional, e afirmam que para Hayden White “*tudo é ficção*”. Críticas como essas levam White a tentar uma separação entre o real e o ficcional através da distinção, estabelecida em Realismo Figural, entre a *escrita ficcional*, de um lado, e a *escrita literária*, de outro: nem toda ficção é literatura e nem toda literatura é (pura) ficção. Essa distinção é apresentada no quarto capítulo da dissertação. A intenção de White é, ao mesmo tempo, escapar a crítica de ter dissolvido as noções de realidade e ficcionalidade, e estabelecer novas conexões entre historiografia e a literatura..

entende por texto, nem apresenta alguma *teoria da textualidade* para combater o anti-realismo pós-moderno, como faz, por exemplo, Dominick Lacapra em seu “*Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*, especialmente no capítulo 1 do livro); b) para esse narrativismo, os tropos e gêneros literários são recursos da historiografia que prefiguram e determinam a visão, a interpretação e o significado dos fatos, resultando na impossibilidade de distinguir entre historiografia e ficção, e conseqüentemente em avaliar diferentes interpretações históricas com base nas evidências ou fatos (Zagorin sugere que evidência e fato é a mesma coisa). As duas teses encontram justificativa no que Zagorin chama de filosofia pós-modernista da linguagem, assentada em *misinterpretation* do Curso de Lingüística Geral de Ferdinand de Saussure.

Para Zagorin, Saussure nunca supôs que o mundo é construído na linguagem, e que não existem coisas independentemente das nossas construções lingüísticas, que *não existe realidade extra-lingüística fora* das representações e discursos elaborados por meio dela. Mas em Hayden White não se encontra nenhuma afirmação como essas. Sua filosofia da linguagem é outra, a do estruturalismo: a principal noção da lingüística estrutural é a de *oposição*, entendida como a implicação recíproca de dois termos *contrários* ou *contraditórios*. Oposição é uma relação binária em que um termo evoca outro de forma nítida, recíproca e necessária: “claro” evoca outra idéia bem determinada, “escuro”. A evocação é inevitável, pois não se pode pensar “claro” sem pensar “escuro”. Dois gêneros de diferenças preenchem essas condições de evocação recíproca e necessária: *diferença contraditória* e *diferença contrária*. A diferença contraditória existe entre a presença e a ausência de um atributo ou propriedade em alguma coisa, por exemplo, vocálico/não-vocálico, no âmbito dos fonemas. A diferença contrária diz respeito a dois atributos que pertencem à mesma espécie, mas se distinguem ao máximo no interior dessa espécie, por exemplo, branco/preto na espécie cor. O terceiro tipo de diferença não é considerado como a condição de possibilidade da significação de um signo, chamada de diferença simples ou *diferença contingente*, pois não é qualificada como de oposição. Esse tipo de diferença não pode ser confundido com os outros dois, pois o dar-se de um termo não torna possível afirmação alguma sobre as propriedades do seu parceiro. Por exemplo, se alguém diz “vejo um campo”, não se pode saber de que ele distingue o campo, se de uma floresta, um lago, uma rocha. Inversamente a “claro”, campo não tem uma contrapartida determinada. (Elmar Holenstein. “Introdução ao Pensamento de Roman Jakobson”.p.126-131).

No caso específico de Hayden White, da significação por enredamento, quer dizer apenas que uma mesma coisa extra-lingüística, um mesmo acontecimento, uma mesma seqüência de acontecimentos, pode ser significada como algo semelhante a uma vitória do bem sobre o mal (estória romanesca), ou *contrastivamente*, uma vitória do mal sobre o bem (sátira). Oposição como contraste constitui assim um campo semântico similar (nesse caso, o enredamento, com os seus atributos formais de início, meio, fim, transição, mudança e continuidade), e as alternativas significativas contidas nesse campo (romanesca, tragédia, comédia, sátira). A mesma estratégia *opositiva* da

significação estruturalista é empregada por White para constituir os outros campos semânticos do estilo historiográfico (argumentação e ideologias). A diferença contrastante cria o campo semântico similar, a partir de uma diferença máxima entre duas coisas (estória romanesca e sátira) de uma mesma espécie (forma de enredamento). A diferença contraditória cria outros campos semânticos a partir da ausência de alguns atributos formais (no campo do enredamento), mas presentes em outros campos (do argumento e da ideologia). A estrutura do signo, ou a condição formal da significação a partir dos dois gêneros de diferenças opositivas, não sugere que “é impossível referir a alguma coisa extra-lingüística” e muito menos que “não existem coisas extra-lingüísticas”. Sugere que um acontecimento extra-lingüístico *não tem vínculo necessário*, natural ou lógico, com uma seqüência de sons para expressá-lo sintagmaticamente, por um lado, e com um significado para concebê-lo ou interpretá-lo, por outro. É isso que afirma Saussure, e nisso White está de acordo. No próximo capítulo, a diferença entre coisas *extra-lingüísticas* (absolutamente possíveis) e coisas *extra-semióticas* (absolutamente impossíveis) pressuposta por Hayden White em “O Conteúdo da Forma”, deixa claro que ele não tem uma concepção pós-modernista da historiografia/História como compreende Zagorin, mas uma concepção *romântica*, do romantismo do século XIX — como reconhece o próprio White. (ZAGORIN, Perez. “History, the Referent, an Narrative: Reflections on Postmodernism Now.” *History and Theory* v.1, n. 38, pp. 1-24.1998.)

1) A narrativa historiográfica obtém a sua plausibilidade ou verossimilhança, o seu efeito-realidade, em função de traduzir os acontecimentos do registro histórico não processado em alguma forma convencional de transmitir informação acerca deles (o código narrativo). Os acontecimentos são exóticos, estranhos ou não familiares e, inversamente, o código é reconhecível pelo público e familiar a ele. Isso significa que as informações da narrativa referem simultaneamente aos acontecimentos do registro e ao próprio código, que é a narrativa. Esta referência simultânea torna o passado estranho familiar, reconhecível, tornando possível que seqüências de fatos passados entrem na vida contemporânea com significado e sentido.

Keith Jenkins vale-se de Hayden White para combater as concepções acerca da verdade e da objetividade historiográficas de Edward Carr e Geoffrey Elton, em seu “On ‘What is History?’. Jenkins diz partir da concepção de Tony Bennett, Frank Ankersmit e Hayden White acerca da relação entre o passado e a historiografia elaborada no presente, como uma premissa básica para as suas conclusões (céticas) do que é a historiografia: existe uma *distinção radical* entre o passado e a historiografia escrita no mundo presente do historiador e historiadora. Mas White fala em passado estranho, passado exótico, passado misterioso e passado não-familiar, em razão da circunstância da vida vivida lá ter origem distante da vida vivida hoje, e

conseqüentemente as ações desempenhadas no passado terem por critério de orientação valores que há muito se desvaneceram no tempo. Esta diferença, contudo, não implica em distinção radical (oposição absoluta) entre os homens do passado e os homens do presente, ao ponto de impossibilitar a comunicabilidade das experiências humanas passadas à historiografia escrita contemporaneamente, ou de possibilitar uma comunicação absolutamente destorcida delas: no mínimo a constante humanidade permanece: “lá existiram homens que raciocinavam, simbolizavam e sentiam”. Para Hayden White, as experiências passadas são comunicáveis a partir de símbolos e formas específicas de enredos. Os enredos, nesse caso, têm a função de inserir experiências passadas na vida contemporânea, isto é, os enredos convertem os acontecimentos passados em fatos de alguma maneira significativos para o presente. Mesmo se fosse possível uma historiografia do passado em si, um texto assim teria muito pouco interesse. (Jenkins, Keith, “On ‘What is History?’”, Introduction)

2) Por isso a narrativa histórica considerada como signo é um símbolo e não um ícone dos acontecimentos. Esse tipo de referência, que converte o não-familiar em familiar, é semelhante ao modo de referência de uma metáfora a realidade (referência indireta, pela pressuposição de comparação implícita entre duas coisas manifestamente diferentes): os acontecimentos reais do passado e a estrutura de enredo culturalmente disponível, mediados pelos predicados simbólicos da descrição. No interior de cada um desses predicados ou símbolos é encontrado algo como uma afirmação da *semelhança* da pessoa que existiu realmente no passado com um personagem típico daqueles respectivos enredos, mas resguarda ainda a *diferença* entre eles. Por isso nunca se trata de simples imposição de enredos, personagens e funções típicas aos acontecimentos do registro.

Essa conclusão leva Chris Lorenz a compreender Hayden White (e também Frank Ankersmit) como *narrativista metafórico*. O narrativismo metafórico está fundado num ataque frontal ao *positivismo* e pode ser interpretado menos como uma superação dele do que como a sua *inversão*, continuando a partilhar dos seus *pressupostos*. A inversão se baseia em duas implicações do narrativismo de White: a) a referência de tipo metafórico que narrativa historiográfica faz ao passado implica que a noção de verdade como correspondência não pode ser encontrada nas estórias históricas, ao contrário das sentenças descritivas individuais que coletivamente as constituem; b) (conseqüentemente) as narrativas históricas são auto-explanatórias, pois a explicação

*por* narrativa em White exclui a explicação causal encontrada no âmbito das próprias sentenças descritivas individuais. A partir das duas implicações o narrativismo de White pode ser visto como o positivismo às avessas: no primeiro caso, ocorre a inversão do *positivismo dos fatos* (fatos confirmados x estórias impassíveis de confirmação), no segundo a inversão do *positivismo (hempeliano) das leis abrangentes* para o estabelecimento das conexões factuais ( explicação monista mediante leis para deduzir efeitos de causas x explicação por múltiplos enredamentos baseada em múltiplos tropos descritivos.).

No primeiro caso de inversão, Hayden White rejeita que a narrativa é precisamente uma coleção de sentenças históricas descritivas individuais e que a explicação narrativa pode ser avaliada nesses termos (isso é correto), “conseqüentemente” a narrativa está localizada acima e fora dessas sentenças descritivas individuais (isso parece incorreto, pois o sentido especificamente narrativo do enredamento é provido em acordo mais ou menos homológico com os predicados descritivos que constituem essas sentenças). A narrativa é, portanto, um código de linguagem autônomo que transcende o nível das sentenças descritivas (existenciais singulares), visto que a narrativa é fundamentada fora dessas sentenças. Nesse sentido a ordem das sentenças descritivas da narrativa, expressa pela hierarquização funcional delas no relato (realce de algumas, subsunção de outras, deslocamento de umas para a periferia) encontra justificção para a sua autonomia na pré-concepção do registro histórico como caos.

No segundo caso de inversão do positivismo, os tropos transformam esse caos em figuras identificáveis e relacionáveis, como uma rígida extensão do idealismo kantiano a historiografia, onde os tropos funcionam como camisas de força inescapáveis para amarrar diferentemente os dados do registro, muito semelhante ao modelo de explicação nomológica de Carl Hempel. Como a primeira, essa crítica também não é justa. O determinismo lingüístico de White significa apenas que a descrição precede a narração, e que a descrição deve *necessariamente* se valer de alguma linguagem para caracterizar os dados que se pretende explicar (narrativamente). Se os modos de relação são limitados, *o que* eles relacionam é potencialmente infinito: a) um mesmo fato pode ser parte de um todo, todo de uma parte, parte de outro todo, todo de outras partes, parte contígua de uma parte, de outra parte, parte como réplica de um todo, como réplica de outros todos, negação da parte como réplica desse todo, mas afirmação dela como

réplica de outro, e inclusive negação de que haja realmente alguma totalidade. Isso quer dizer que através de modos de relação limitados podem ser gerados configurações infinitas de um fato nas narrativas.

Por fim, o pressuposto que Chris Lorenz diz ser igualmente compartilhado por Hayden White e o positivismo (dos fatos e das leis abrangentes) é a mesma circunstância lógica que acompanha o pensamento deles a respeito da natureza da historiografia e do conhecimento histórico: a lógica disjuntiva do “ou ... ou”: ou a historiografia é objetiva ou subjetiva, ou a historiografia é ciência ou literatura. A forma lógica do pensamento de White a respeito da historiografia, concernente a todos esses temas e muitos outros, pode ser qualquer uma, menos essa, como fica mostrado na suas investidas em superar dicotomias e estabelecer continuidade entre elas. O exemplo crucial disso é a função mediadora das descrições históricas vazadas em linguagem natural. (Lorenz, Chris. “Can Histories Be True? Narrativism, Positivism, and the “Metaphorical Turn””. In *History and Theory*, v.37, n. 3, 1998)

3) A referência simultânea da narrativa historiográfica é localizada *precisamente* no ato de descrever (constituir) os fatos *como* elementos de uma estória e/ou argumento. O fato é caracterizado como parte de alguma totalidade, ou melhor, caracterizado para ser parte de *uma* totalidade e não de qualquer totalidade. Essa totalidade pode ser representada pelo contexto da estória ou pelo próprio tema, pela estória ou pelo próprio passado considerado (imaginativamente) em si mesmo. Isto é, o fato é inseparável de qualquer totalidade concebível no discurso historiográfico: o fato é apresentado no lugar e com os atributos que se apresenta no discurso a fim de sancionar um enredo narrativo para o qual ele contribui, e inversamente, o enredo narrativo deriva sua força de plausibilidade da ordem e da maneira como os fatos estão localizados e caracterizados no discurso historiográfico. Nesse sentido, não há os fatos de um lado, e a interpretação narrativa de outro, a entidade histórica de um lado e o contexto histórico narrativo de outro (Jenkins), o tema da narrativa, de um lado, e os aspectos desse tema, de outro (MacCullagh).

A dicotomia entre acontecimentos históricos (descobertos, passíveis de confirmação e expressos em afirmações existenciais singulares) e fatos ficcionais (inventados e expressos em proposições não-existenciais singulares) empregada por Hayden White, com o intuito de identificar o elemento ficcional da historiografia, não é

empregada na relação entre totalidades (contextos) e partes (afirmações factuais) componentes dos relatos históricos, através da qual o relato é dotado de coerência, completude e finitude. Keith Jenkins desviou o sentido da dicotomia no nível dos acontecimentos (descobertos e inventados) para o nível da relação entre contextos e fatos, e extraiu desse desvio uma implicação que não é confirmada na teoria da narrativa histórica de Hayden White. Ao passo que os fatos (partes) são descobertos no registro, interpreta Keith Jenkins, os contextos (totalidades) são inventados, e o que confere a plausibilidade as historiografias é a soma respectiva de invenção e descoberta. De qualquer maneira, qualquer pretensão de verdade da historiografia que vai além do nível da afirmação factual (checada) é *auto-referente*, isto é, não encontra correspondência alguma com o passado no nível dos contextos narrativos.

Difícilmente Hayden White poderia afirmar algo semelhante, pois *não há base teórica inambígua capaz de justificar a diferença radical entre o contexto de uma estória e as entidades que habitam esse contexto*. (Realismo Figural; p.55) Conseqüentemente, não há razão alguma capaz de justificar a ficcionalidade *pura* das totalidades contextuais em uma narrativa histórica, contrariamente a realidade da suas afirmações singulares. Não podemos separar com segurança o que é entidade e o que é contexto de entidades numa descrição narrativa. Em primeiro lugar, por que há casos que se uma entidade histórica expressa em uma afirmação singular for retirada do meio mais geral onde está inserida, esse próprio ambiente contextual é destruído ou debilitado como contexto de outras afirmações. Em segundo lugar, por que o próprio ato de descrever um acontecimento significa relacioná-lo a outros acontecimentos, e como a própria descrição já é uma fusão entre nomes próprios do registro e predicados do código lingüístico do historiador, não podemos medir com precisão o que é inventado e o que é descoberto/confirmado no ato descritivo: podemos saber que invenção e confirmação sempre estão combinadas, mas a rígida separação entre as duas coisas parece impossível. Por isso o elemento ficcional das descrições históricas narrativas precisa ser pensado não a partir da dicotomia entre particularidade e generalidade, fato e contexto, mas na simultaneidade de ambos atuados conjuntamente pelo tipo de relação originado no simples ato de constituir descritivamente os fatos. Esse ato descritivo excede o significado do fato como mera ocorrência. E excede porque em linguagem natural um mesmo termo pode ter muitos referentes e termos diferentes podem se referir a mesma coisa. *Exceder* o significado do fato como mera ocorrência não é a mesma

coisa que *não corresponder* ao significado do fato como ocorrência. Em nota acima, Jenkins opõe passado vivido ao presente da escrita, aqui a oposição se dá entre tudo e qualquer coisa que possa ser simbolizado como parte (para ele, os fatos) num texto escrito e a totalidade nesse texto (para ele, o contexto ou a própria narrativa). (JENKINS, Keith. “On Hayden White”. cap. 5, in: On “What is History?”. pp. 134-179. London and New York: Routledge, 1995.)

Behan MacCullagh sugere que essa conclusão é incapaz de solucionar satisfatoriamente o problema da distinção entre narrativa historiográfica e narrativa ficcional, oferece um argumento para estabelecer a separação. O seu argumento se baseia em um pressuposto (*a existência concreta e real do passado humano*), em um critério interno à própria narrativa, referente à hierarquização dos conteúdos dela (*representação global do tema da narrativa, expresso na relação entre aspectos ou atributos que constituem o tema*), e no *consenso intersubjetivo* entre historiadoras e historiadores especialistas no tema em questão, tanto para fundar o critério quanto para julgar a obediência a ele pelos escritores de historiografia. O conjunto desses três elementos justifica um *modo de síntese* dos conteúdos (factuais) da narrativa que pertence apenas às historiografias e não às ficções, de modo que uma narrativa historiográfica pode ser avaliada como *verdadeira ou falsa*.

Como deve ser admitida a existência real do passado, que realmente existiram pessoas, acontecimentos, instituições e processos, e como os historiadores falam de todas essas coisas segundo a constituição de um tema, entendido como uma representação global delas, tanto a seleção quanto a hierarquização dos fatos referidos (contidos) na narrativa é feito em vista de uma representação global do assunto tratado. Isso quer dizer que o tema da narrativa historiográfica enquanto totalidade de fatos pode ser verdadeira ou falsa, ao passo que a narrativa ficcional não pode, pois o referente delas não consiste de pessoas, acontecimentos e instituições reais, de uma maneira tal que não podem ser justamente ou injustamente descritas, proporcional ou desproporcionalmente descritas na narrativa. Desse modo, avaliadas pelo *critério da representação global do tema* descrito na narrativa, uma historiografia verdadeira se mede por a) não deixar de fora aspectos proeminentes do tema; b) não deixar de fora detalhes pertinentes ao tema; c) não ampliar ou superestimar desproporcionalmente a relevância de detalhes que são insignificantes ao tema; d) e finalmente, não restringir ou subestimar desproporcionalmente aspectos significativos do tema. Em termos gerais,

para MacCullagh essas quatro regras no interior do critério da representação global do tema da narrativa estão apoiadas nas fontes históricas, por um lado, e no consenso intersubjetivo dos especialistas no tema em questão, por outro.

As quatro regras, como a suma do princípio organizador interno ao próprio texto narrativo, fazem a mediação entre as duas extremidades (fontes e autoridade dos pesquisadores): sua função é limitar o uso indiscriminado de qualquer tropo para descrever os fatos documentados, isto é, fixar o que deve ser sempre um atributo de um fato do tema, e qualquer combinação entre atributos fatos, fatos e processos no tema de uma narrativa historiográfica: a ser exequível o conjunto dessas regras, não se poderia, por exemplo, usar certa parte para simbolizar uma totalidade ou incluir certa outra parte nela.

No entanto, a proposta de MacCullagh parece impossível, pois a função das regras que ele oferece é, essencialmente, *formalizar rigorosamente a relação* entre os fatos e seus atributos, os fatos e os processos, os processos e as estruturas num dado tema historiográfico. Mas essa formalização significa determinar o que é literal e o que é figurado na linguagem predominantemente natural de que se vale a historiografia para descrever e constituir os seus temas. E não se encontra na própria linguagem nenhuma regra capaz de estabelecer essa distinção, de modo que uma parte seja, por consenso intersubjetivo, sempre significada como parte, e como parte dessa totalidade e não de outra. Em resumo, o processo lingüístico de relacionar um atributo, fato ou processo como diferente *de* e parecido *com* para constituir totalidades putativas significativas, *precisas e únicas*, é impossível intersubjetivamente. Ninguém tem autoridade para estabelecer a formalização de MacCullagh, com sua pressuposta distinção entre o que é literal e figurado numa dada comunidade lingüística, seja de historiadores ou não (MCCULLAGH, Behan. “The Truth of Historical Narratives”. *History and Theory. The Representation of Historical Events*. 1987.pp. 30-46).

4) Retórica é a natureza da descrição dos acontecimentos do registro histórico, ou a sua constituição em fatos , por recurso ao código lingüístico (natural) de uma cultura específica, destinada intencionalmente aos leitores da estória. Mais especificamente, retórica não é algum tipo de opção extra para dar ao relato historiográfico narrativo algum ornamento, floreio e embelezamento (literário), mas constitui a maneira pela qual a linguagem natural pode ser usada (pela descrição) a fim constituir os fatos e prepará-los para argumentação e enredamento, produzindo assim

uma representação histórica plausível, à medida que entra significativamente no mundo contemporâneo pela sua consistência homológica.

Carlo Ginzburg sugere que essa conclusão de Hayden White tem as seguintes implicações: a) a historiografia se propõe a produzir *efeito de explicação, não explicação verdadeira*; b) igualmente a um romance, a historiografia é um *texto autônomo* sem nenhuma relação de referência demonstrável com a realidade extra-textual passada; c) escritos historiográficos e escritos ficcionais são *auto-referenciais*, em vista de a sua produção ser igualmente retórica (tropológica). Para Ginzburg há ao menos dois tipos de retórica: a figurativa que investiga os tropos da linguagem em suas dimensões sintáticas (metaplasmos) e semânticas (metassemas), estreitamente vinculadas à função ornatória do texto, e a retórica argumentativa, que remonta a Aristóteles. Antes de levar em conta os argumentos de Ginzburg contra Hayden White, fazem-se necessárias três considerações a respeito das duas últimas “implicações” (b e c) que ele tira da leitura de Hayden White, divididas em três partes; a autonomia dos romances e da historiografia, carentes de qualquer relação demonstrável com a realidade, a auto-referencialidade de historiografias e ficções, e a auto-referencialidade delas com base na dimensão retórica de ambas. Respectivamente: a) O que Dominick Lacapra mostra é que não existe essa coisa de texto autônomo sem relação de referência com a realidade, pois, o que é um *texto*? É o uso situado — localizado no tempo e no espaço (num contexto, portanto) — da linguagem, marcada pela tensa interação entre tendências simbólicas em luta e por vezes mutuamente implicadas; b) o termo chave para o debate atualíssimo na teoria da história com respeito às implicações e diferenças entre *historiografia/literatura* é mesmo *ficção*. E o único consenso no âmbito dessa discussão parece ser o reconhecimento de que o uso da imaginação nas ficções não faz delas puras invenções ou criações do escritor, pois toda ficção literária combina elementos originados no mundo real, e isso pode ser “medido” pela “quantidade de vezes” em que o leitor encontra no texto literário brechas que o fazem sair do texto e ir em direção ao mundo em que vive, à medida que o conteúdo do texto literário está em concordância com as suas experiências reais vistas ou vividas. No fim de contas, toda literatura ficcional se torna significativa se, e somente se, o leitor a lê em relação as suas experiências práticas no mundo.

Assim concebida, as asserções literárias tornam-se significativas fundamentalmente em função do contexto interno ao próprio texto e encontra o seu

*efeito-realidade* (ou verdade) por referência àquelas experiências privadas que todos os leitores podem compartilhar. Isso parece dizer que a literatura concilia a suposta oposição *sentido e verdade* à exata medida que o texto literário tem o seu potencial significativo à proporção que consegue penetrar na vida real dos leitores. O ponto importante aqui, a respeito das duas afirmações de Carlo Ginzburg, é que os romances estão longe de serem auto-referências e, mesmo que a referência historiográfica seja distinta da referência literária à realidade, como sugerido por Pihlainen, existem numerosos casos limites em que esta divisão é bastante problemática, como afirma Korhonen; c) a retórica tropológica de Hayden White não torna o texto historiográfico autônomo em relação à realidade, não apenas por que isso é impossível como mostra Lacapra, nem auto-referencial como as ficções, não por que isso não existe como mostra Pihlainen, mas por que os tropos transformam, pela operação descritiva, os nomes próprios das fontes históricas em figuras passíveis de serem explicadas e enredadas. E como a descrição é a operação cognitiva mais imediatamente próxima das fontes históricas, e como as fontes históricas remetem a ocorrências significativas do passado, os tropos por constituírem a base das descrições referem-se inevitavelmente ao passado.

Feitas as breves objeções a Ginzburg, considera-se agora aos seus argumentos contra Hayden White. Ginzburg recupera a retórica de Aristóteles com o sentido de fazer dela um recurso utilizado ao estabelecimento de *prova* em relação aos acontecimentos passados. Como os acontecimentos podem ocorrer nas três dimensões do tempo (passado, presente e futuro), existem três finalidades as quais o uso da retórica (como estabelecimento de prova) pode atender: a retórica judiciária (procura provar o que foi o caso; retórica epidíctica (visa provar o que é o caso); e retórica deliberativa (visa “provar” o que será o caso, quando duas ou mais alternativas de escolha são colocadas perante contendores para a tomada de decisão). Estreitamente vinculada ao estabelecimento de prova com respeito a algum acontecimento, as três retóricas são *racionais*. Como a historiografia por ter por objeto de investigação verdadeira ocorrências passadas, importa-lhe somente a retórica judiciária e o seu principal instrumento de comprovação: o entimema. O entimema é uma espécie de raciocínio dedutivo (silogismo), mas difere-se desse pela circunstância de ser baseado em um número menos de premissas. E esse número somente é menor porque conta com o conhecimento prévio do público específico a quem a informação conclusiva é destinada: elas não precisam ser explicitadas, pois fazendo parte do conhecimento partilhado entre

o emissor e o receptor, as premissas são supridas mentalmente pelo receptor. Por isso o entimema também pode ser chamado de silogismo abreviado ou incompleto e a retórica judiciária da qual o entimema é instrumento cognitivo crucial, sempre pressupõe uma comunidade cultural concreta cujos membros devam partilhar igualmente significados, símbolos e também pré-conceitos ordinários. Mas suas premissas possuem diferentes níveis de coerção conclusiva, e correspondem ao grau de identidade em que emissor e receptor dividem as mesmas premissas entre si, a ponto de alguns enunciados lidos em um texto qualquer ou ouvidos num diálogo ordinário darem a impressão de serem meros dados informativos ou simples afirmações, enquanto que na verdade seriam verdadeiras *conclusões* e um raciocínio foi imperceptivelmente percorrido para chegarmos ao entendimento dela. Quanto mais estreita e habitual for a conexão entre uma premissa e a conclusão, mais atuante é a supressão mental e menos perceptível é o raciocínio desenvolvido para se chegar até ela, ao seu entendimento, ou o que dá no mesmo, mais tácita é a relação de inferência em razão daquele elevado grau de identidade conceptual partilhado entre o orador e o seu público.

Isso permite distinguir diferentes naturezas de inferência entimemática, e Carlo Ginzburg as separa em diferentes classes, cada uma delas representando uma *fonte* possível do entimema aristotélico evocado para descobrir as causas de acontecimentos não mais presentes aos sentidos, ou prover a sua demonstração: a) a prova necessária (tecmerian), b) o signo (semeion), c) e o verossímil (eikos). Somente o tecmeria permite que se chegue necessariamente a conclusão, nos outros dois casos a conexão é apenas provável, ainda que muito provável, como é o caso da relação de verossimilhança entre a premissa e a conclusão.

Carlo Ginzburg vê uma correspondência homológica entre esses três tipos de inferência entimemática - que resguardam tanto o objetivo como a função da retórica judiciária - e a historiografia em sua atual concepção, expressa no *preenchimento também tácito* das lacunas da *documentação*. Assim ele a formulou: “a) a história humana pode ser reconstruída a partir de rastros ou indícios (semeion), b) tais reconstruções são feitas, implicitamente, por uma série de conexões naturais e necessárias( tecmeria) com estatuto de certeza, até que se prove o contrário, c) fora dessas conexões naturais , o historiador se move no âmbito de relações verossímeis

(eikos), às vezes do extremamente verossímil, mesmo que, nos seus textos a distinção entre “extremamente verossímil e “certo” tenda a se desvanecer”.<sup>24</sup>

O vínculo entre premissas e conclusões pode ser mais ou menos tácito, mas que tipos de fatos podem ser ligados por um vínculo de tal natureza? Seguem-se os exemplos fornecidos por Ginzburg: a afirmação *de fato* feita por Aristóteles, ““Dorieu venceu os jogos olímpicos” é tornada possível graças a inferências baseadas em “elementos verossímeis ou em signos””, outro exemplo, “a dedução de Tucídides *provava* a localização da parte mais antiga de Atenas na Acrópole a partir da distribuição de templos antigos ao seu redor” e “ o juízo sobre a singularidade da epidemia, *fundado* no desaparecimento dos pássaros que têm o hábito de se alimentar de cadáveres”

O que se comprova através desses exemplos de conexão entimemática? A resposta segue Paul Ricoeur: se prova um fato, ou alguns fatos, suscetíveis de serem enunciados em proposições singulares, discretas, que incluem na maioria das vezes menção de datas, lugares, nomes próprios, verbos de estado e de ação,<sup>25</sup> em suma , ligações entre ocorrências bastante diminutas quando consideradas o curto intervalo de tempo em que se deram e o lugar restrito da ocorrência em questão. Carlo Ginzburg ao relacionar retórica e historiografia, *confere a ela um sentido que a torna aplicável a fase de investigação e pesquisa empírica dos documentos*. Funcionando como modelo de prova documental, ou como recurso utilizado ao preenchimento das lacunas da documentação, a retórica *estabelece* fatos pontuais e conexões entre eles. Com base nesse modelo, Ginzburg pretende separar os textos de historiografia dos textos ficcionais, mas sua distinção não parece ir além da pura facticidade, coisa que White *não* nega. O sentido da retórica de Ginzburg é diferente do sentido da retórica de Hayden White (tropologia) e, ao que parece, a primeira não pode substituir a segunda, à medida que desempenham funções distintas na produção do conhecimento histórico. (GINZBURG, Carlo. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”; in *Relações de Força: história, retórica, prova*. Companhia das Letras. pp. 47-63.)

<sup>24</sup> Carlo Ginzburg. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez; in “Relações de Força: história, retórica, prova.” Companhia das Letras. p.57-58

<sup>25</sup> Paul Ricoeur. La memória, la historia, el olvido. Editorial Trotta. .p.235



## CAPÍTULO 3

### O CONTEÚDO DA FORMA: NARRATIVA, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA (1985)

O livro “*O Conteúdo da Forma*” de Hayden White reúne oito ensaios publicados entre os anos de 1979 e 1985. O livro pode ser considerado como a terceira parte da trilogia dos seus dois livros anteriores, “*Meta-História*” (1973) e “*Trópicos do Discurso*” (1978). O *Meta-História* tem a forma de um pretense tratado sistemático dos princípios poético-retóricos da historiografia na concepção de White. A coleção de ensaios em *Trópicos do Discurso* emprega variações pouco significativas com respeito ao funcionamento desses princípios no discurso historiográfico: de uma forma ou de outra, eles continuam a funcionar como base lingüística através da qual é possível a *comunicação* das pesquisas históricas, por um lado, feita em uma representação narrativa discursiva *consistente*, por outro. De duas maneiras gerais, então, operam os tropos no discurso historiográfico narrativo: a) tornam possível a comunicação das pesquisas históricas em arquivos, cujos dados são sempre estranhos e/ou exóticos, pela familiarização deles através do emprego de signos que evocam enredos correspondentes e similares conhecidos pelo escritor e pelo seu público — primeiro tipo analogia, ou metáfora como prefere Hayden White; b) os signos usados na caracterização dos dados estranhos evocam não somente tipos de enredamento, mas também tipos argumentação similares e correspondentes ao significado conferido aos “dados” informativos pelas predicções descritivas, constituindo a representação historiográfica que é assim descritiva, argumentativa e narrativa mediante combinação *analógica* provedora de consistência — segundo tipo de analogia, ou metáfora como prefere Hayden White. O resultado das duas operações trópicas produz a *plausibilidade* da história narrada, à medida que os tropos possibilitam a *comunicação* (inteligibilidade) *consistente* de experiências passadas, não mais percebidas diretamente. Em resumo, os tropos vivificam o passado, produzem, em última análise, o efeito-realidade/efeito-explicativo das narrativas historiográficas.

Em “O Conteúdo da Forma”, apesar de o tema das reflexões de White continuar a ser o discurso narrativo, são apresentadas variações bastante significativas no modo de abordá-lo, apesar de o *problema interessante a teoria da história* permanecer o mesmo, ou muito parecido. Não obstante, a solução é bastante diferente. Pode-se dizer que Hayden White continua preocupado com o efeito explicativo das narrativas historiográficas, ou o que dá no mesmo, com a estética do discurso historiográfico narrativo, quando se concebe por estética o processo lingüístico e semiótico pelo qual os textos de historiografia recuperam o passado e o torna vivo para os contemporâneos do mundo presente. Assim, se a narrativa continua a ser o tema essencial que vincula a trilogia de Hayden White, a ênfase agora é descarregada não no *elemento trópico* do texto histórico, mas no *elemento ideológico* mais ou menos imanente a forma da narrativa em geral, e da narrativa historiográfica em especial. E esse elemento ideológico, em decorrência, parece desempenhar a função dos tropos em Meta-História e Trópicos do Discurso, com respeito à *comunicação* e *consistência* dos discursos historiográficos, cujo resultado é a plausibilidade do mesmo em relação aos receptores atuais das historiografias.

A ideologia não é definida por Hayden White em oposição à ciência, quando se concebe a primeira como um produto de uma significação distorcida da realidade, dos fatos e da verdade, e a segunda como o produto de uma significação objetiva destas noções. A ideologia é caracterizada como um processo *semiótico* através do qual são produzidos e reproduzidos diferentes tipos de significados, de modo a estabelecer uma atitude mental pública frente ao mundo que privilegia determinados sistemas de signos como formas necessárias e naturais, levando a reconhecer o significado *nas* coisas ao mesmo tempo em que suprime e oculta outros tipos de significados no processo mesmo de representá-las na linguagem. A esse respeito, do efeito-explicativo da narrativa historiográfica mediante determinação ideológica, os ensaios que mais chamam a atenção dos críticos de White são fundamentalmente três: “*O Valor da Narrativa na Representação da Realidade*” (1980), “*Droysen: a Disciplina Histórica como Ciência Burguesa*” (1980) e “*A política da Interpretação histórica: disciplina e desublimação*” (1982). De um modo geral, nesses três ensaios Hayden White procura mostrar que a narrativa não é apenas uma forma de discurso que pode ser preenchida por diferentes conteúdos, reais ou imaginários, mas que inerente a sua forma a narrativa possui um conteúdo prévio antes de qualquer materialização referencial na fala ou na escrita:

Hayden White examina o conteúdo *da* forma do discurso narrativo na historiografia. Concebe-se a forma como um conteúdo em virtude de sua realidade fazer frente à ou complementar outros conteúdos geralmente tomados por mais reais e sensíveis: os “dados” empíricos, por exemplo.

O conteúdo da forma da narrativa é ideológico em geral, e isso quer dizer que a narrativa *substitui* o seu tipo de significação pelos seus referentes extra-narrativos que procura representar. Para levar a termo o processo dessa substituição, Hayden White distingue quatro maneiras segundo as quais se concebe a relação entre a linguagem e o mundo das coisas: a) o mundo dos significados lingüísticos como manifestação causal das coisas, a maneira de um índice. Esta seria o modo de concepção dos marxistas e deterministas sociais de um modo geral; assim como vive um indivíduo, assim ele significa as coisas; b) como representação do mundo, a maneira de uma imagem fotográfica; c) como um símbolo do mundo, a maneira de um análogo ou alegoria, pois sendo limitada a quantidade de signos disponibilizada por um dado código lingüístico, a linguagem constantemente diz a mesma coisa (nível literal) para dar idéia de outra (nível figurado); d) como um sistema de signos que não é mais do que uma das coisas que co-habita o próprio mundo, isto é, como um código que não possui nenhuma relação motivada ou causal com o que significa. Declaradamente, a narrativa é concebida nos termos da relação imotivada com o mundo que significa *narrativamente*. Isso é mostrado pela legitimidade em representar os eventos passados pelo tipo não-narrativo de significação produzido pelos anais e pela crônica.

Wulf Kansteiner afirma que a discussão não resolvida acerca da relação entre o *real* e o *imaginário (ficcional)* que caracteriza os ensaios de Trópicos do Discurso é agora mais claramente definida pela supremacia do segundo sobre o primeiro, e (ademais) colocada numa terminologia mais precisa. (p.) Talvez seja mais correto afirmar que, em “O Conteúdo da Forma”, a relação entre real e imaginário é colocada em outros termos e não em uma terminologia mais clara ou precisa do que a de Trópicos do Discurso. Também não parece correto dizer que White defende a supremacia do imaginário sobre o real, ou que foi mais bem sucedido nessa defesa do que em Trópicos do Discurso, como sugere Kansteiner, pois White continua mais inclinado a abolir oposições do que em se colocar ao lado de uma delas para caracterizar o efeito-realidade (ou efeito-explicativo) do discurso historiográfico. Que White fala em outros termos dessa relação entre imaginário (ficcional) e realidade é visto pelo conceito de

plausibilidade narrativa que ele extrai da leitura de Droysen. Mas Wulf Kansteiner está inteiramente correto em afirmar que nesses três ensaios e, mais especificamente nos dois últimos, Hayden White empreende a sua crítica radical ao *establishment* dos historiadores.

### **3.1. O Valor da narrativa na representação da realidade histórica: o conteúdo imanente à forma da narrativa**

Em “O Conteúdo da Forma”, Hayden White afirma que a *narrativa* se origina da relação entre a humana experiência temporal do mundo e o esforço por descrevê-la linguisticamente, substituindo compulsivamente a significação narrativa *pela* cópia direta dos acontecimentos nela relatados. Substituir a significação narrativa dos acontecimentos reais pela cópia desses acontecimentos permite problematizar o valor da narrativa na representação de acontecimentos que supostamente existiram. A possibilidade dessa substituição torna imediatamente admissível que a narrativa é uma capacidade (humana) de significação, e autoriza o desmembramento da significação narrativa em *narração*, por um lado, e *narrativização*, por outro. Narração é a imposição aberta e explícita ao mundo dos acontecimentos a forma de um relato, ou a adoção aberta e consciente de uma perspectiva que impõe processos a ele. Narrativização é o contrário da narração, e como tal, resulta no fingimento de que o próprio mundo se fala na forma de relato, na forma de narrativa.

A historiografia como relato de acontecimentos pretensamente reais tem conseqüentemente que ver com o problema da potencialidade da significação narrativa se atualizar em narração e/ou narrativização. Esse problema dá origem a duas questões específicas de natureza um pouco análoga: 1) o que implica falar em relato verdadeiro dos acontecimentos passados, ou de uma história real, à medida que esses acontecimentos nos chegam de maneira caótica do registro histórico em seu estado bruto e não processado? 2) Ao apresentar os acontecimentos pretensamente reais na forma de uma narrativa, qual tipo de realidade se oferece ao significá-la nessa modalidade discursiva ao invés de outra?

Essas questões podem ser adequadamente respondidas a partir da consideração de qual aspecto tem uma representação *não*-narrativa da realidade histórica. De acordo com a moderna teoria da história, pode ser levado em conta ao menos três tipos diferentes de representação histórica: a) os *anais*; b) a *crônica*; c) e a *historiografia* propriamente dita. White considera os anais e a crônica como conceptualizações particulares e alternativas de representação histórica, e não como histórias imperfeitas ou antecipações falhas do discurso histórico narrativo. White analisa primeiramente o que está envolvido na representação não-narrativa dos anais de Saint Gall, baseado no calendário convencional da teologia da encarnação de Cristo, a respeito de acontecimentos que tiveram lugar na Gália durante os séculos VII, IX e X:

### Anni Domini

Esquerda (datas)

direita (acontecimentos)

709. Duro inverno. Morreu o Duque Godofredo.

710. Um ano duro e com má colheita.

711.

712. Inundações em todo lugar.

713.

714. Morreu Pepino, o maior do Palácio.

715. 716. 717. 719.

718. Carlos devastou os saxões, causando grande destruição.

720. Carlos lutou contra os saxões.

721.722.723. 724.

725. Chegaram pela primeira vez os sarracenos.

726. 727.728.729.730.

731. Morreu Beda o Venerável; padre.

732. Carlos lutou contra os sarracenos em Poitiers, no sábado.

733.734.

A lista dos anais está claramente situada numa cultura em transe de dissolução, numa sociedade de escassez radical, constituída por grupos humanos com a vida patentemente ameaçada pela natureza e pelos próprios homens: inundações e guerras. Apesar da sua referência a *temporalidade*, a lista não apresenta nenhuma característica de relato narrativo: não tem um tema central, não tem um começo discernível, um meio e um final, nenhuma peripécia, nenhuma voz identificável, como também não há nenhuma conexão causal entre os acontecimentos. Não há também uma razão aparente para a série de anos inteiros deixados em branco. Em suma, não há narrativa na descrição dos acontecimentos dos anais.

O critério implícito da seleção e registro dos acontecimentos parece ser a sua natureza limite: o objeto de preocupação do analista são as necessidades básicas de alimento e segurança em relação à constante ameaça de que essas necessidades não sejam satisfeitas. Não se apresenta nenhum comentário acerca da relação entre as necessidades básicas e as condições para a sua possível satisfação. Os acontecimentos sociais são tão incompreensíveis quanto os acontecimentos naturais. Todos eles igualmente se apresentam com o significado de *meras ocorrências*, sem nenhum grau de importância hierárquica que os distingam. A importância de cada um deles parece consistir somente na circunstância de terem sido ao menos registrados.

Também não há *introdução* alguma nos anais de Saint Gall. Eles simplesmente começam com o título *Anni Domini*, que une apenas *visualmente* a fila de datas da coluna da esquerda à fila de acontecimentos da coluna da direita que, pela apresentação regular das datas do calendário, ano após ano, sugere o realismo do relato, ou a sua intenção de falar de acontecimentos reais e não imaginários. E finalmente, os anais também não têm uma *conclusão*, um fechamento ou um desfecho, como se observa abaixo:

1045. 1046. 1047. 1048. 1049. 1050. 1051. 1052. 1053. 1054. 1055.

1056. Morreu o Imperador Henrique; e lhe sucedeu no trono seu filho Henrique.

1057. 1058. 1059. 1060. 1061. 1062. 1063. 1064. 1065. 1066. 1067. 1068. 1069. 1067.  
1068.1069. 1070. 1071. 1072.

A seqüência da lista dos anos sugere a continuação da série ao infinito, não havendo conclusão nesta lista, e não há conclusão por que não existe um tema central através da qual se baseia a narração de uma história delimitada. Não obstante, Hayden White vê nessa lista uma *trama*, quando se entende por esta uma estrutura de relações segundo a qual o significado é conferido aos seus elementos (acontecimentos) ao serem identificados como partes de uma totalidade integrada (datas), isto é: a lista de datas da coluna da esquerda pode ser considerada o *significado* da lista de acontecimentos da coluna da direita, tomada como o *significante*. Assim concebido, o significado da lista dos acontecimentos é exatamente o seu registro *nesse tipo* de relato e não em outro: o *significado não é intrínseco* aos acontecimentos, mas depende exclusivamente da forma do relato através do qual eles são apresentados: como os anos preenchidos se baseiam todos igualmente na noção de escassez e ameaças à vida (ou metonímias das noções de escassez e vida ameaçada), os anos em branco White os interpreta por *contraste*, e muito provavelmente indicam implicitamente períodos de satisfação e tranqüilidade. A lista apresenta-se assim *contínua* (na mente do analista, não na do leitor moderno) e permite atestar a própria *plenitude* do tempo revelada no relato dos anais. Se a narrativa historiográfica aspira à plenitude e continuidade dos acontecimentos, os anais apresentam ambas na seqüência dos anos listados: *qual perspectiva é mais realista?* pergunta White.

Para Hayden White não parece haver dúvida de que o relato do analista faz referência a acontecimentos reais, pois não há em meio aos acontecimentos relatados nenhum tipo de generalização especulativa nem o recurso a qualquer argumento (que poderia ser refutado) para supor conexões causais. A constatação de que os anais registram alguns acontecimentos apenas, deixando uma quantidade indefinida de outros acontecimentos de fora não constitui critério para julgar o seu grau de realismo, pois mesmo as narrativas históricas mais complexas se elaboram e obtêm parte do seu significado sobre a base de um conjunto de acontecimentos que podem ser incluídos, mas que, no entanto, ficam de fora. A questão, portanto, *não é* qual dos dois tipos de relato é mais realista, mas que concepções de realidade são sancionadas pela elaboração de uma descrição da realidade cuja *classificação hierárquica* de acontecimentos, ou a diferenciação (valorativa) entre eles, é regida mais pela *continuidade* (da narrativa) do que pela *descontinuidade* (dos anais).

Manifestamente se constata nos anais as forças da violência e destruição humanas e naturais, mas tudo isso reunido desordenadamente, sem valoração hierárquica, pois apesar de apresentar um mundo de pessoas e coisas, não apresenta um mundo de pessoas que *fazem* coisas. Não há, portanto, *juízo moral* algum sobre essas ações. Para Hayden White, a carência de um princípio explícito para significar, valorar, e hierarquizar os acontecimentos é compatível com a ausência da noção de *sistema ou centro social* na consciência do analista, com base na qual um mundo de violências, tensões e conflitos ganha continuidade narrativa pelo apoio em tipos de resolução fornecidos pelo próprio sistema social contemporâneo do escritor: os tipos de resolução podem ser tanto congruentes quanto transcendentais desse sistema social, mas de todo modo está sempre filiado a ele. Por não haver esse centro, as campanhas de Carlos contra os saxões são simplesmente contendas, e a invasão dos sarracenos meramente uma incursão e não uma transgressão de algum tipo.

Dessa maneira, quando se trata de representar acontecimentos reais numa narrativa, ou de dotar acontecimentos reais de continuidade explícita, pressupõe sempre a existência de um sujeito legal mediante o qual as atividades humanas são registradas por referência a ele. A *forma* da narrativa sugere assim um *conteúdo*, a saber: uma *ordem político-social, ou um sistema legal*. Através desse sistema legal, segundo o qual o escritor se posiciona favorável ou contrariamente, as figuras ou agentes típicos de um relato narrativo são produzidas (descritivamente) para desempenhar ações sancionadas ou não pelo sistema social do escritor. A sanção imprime um aspecto *definitivo* a essas ações e acontecimentos. Esse aspecto definitivo é produzido sob a forma de um veredicto (moral) que delimita ou finaliza o significado da ação na perspectiva do sistema legal que a autoriza ou não. Por isso, diferentemente dos anais, a narrativa tem que ver sempre com a questão da lei, da legalidade e da legitimidade, ou mais geralmente com a *autoridade*. Essa questão não se apresenta no registro de acontecimentos dos anais de Saint Gall. Contrariamente, em qualquer forma de historiografia a questão do sistema social e da lei que o sustenta, a autoridade desta lei e sua justificação, e as ameaças a esta lei são *conteúdos* inevitáveis da forma da narrativa. Em relação à narrativa, o sistema social/legal é concebido como fiador de conceptualizações acerca de lutas e conflitos junto a tipos de resolução que fazem a história de um tema progredir e seguir adiante pela estipulação de um tipo de vínculo que transforma os acontecimentos em elementos de um drama moral. Na passagem de

um acontecimento a outro esse sistema legal é mais ou menos tacitamente invocado, sob pena das ações não terminarem, não chegarem a um fim (mesmo que provisório), para em seguida abrir passagem ao começo (continuado) de outras ações no relato.

Em relação aos anais, a crônica se distingue por sua maior globalidade e organização dos acontecimentos em temas e âmbitos, como a vida de um indivíduo, de uma cidade, região, uma guerra, ou alguma instituição. Mas se distingue da verdadeira historiografia por duas razões: a) pela ordem da sua representação seguir a ordem da cronologia e os acontecimentos relatados apresentarem-se em mera sucessão; b) o relato da crônica não conclui, mas simplesmente termina, se rompe e impede o vínculo retrospectivo entre o início e o final, frustrando qualquer expectativa narratologicamente regida. Em comparação com a historiografia, o que falta a crônica é uma verdadeira resolução final (narrativizante) simbolizada por algum princípio moral capaz de lançar luz sobre uma série de situações humanas decididas como justa ou injusta a luz desse princípio.

O *final* de um discurso narrativo lança precisamente essa luz capaz de distribuir retrospectivamente a força de um significado a todos os acontecimentos relatados *desde* o início, de modo a transmitir a impressão do final já contido no início, quando cria a aparência de *imanência* aos próprios acontecimentos, enquanto que em verdade trata-se de um tipo de significado imanente a forma básica do discurso narrativo: é através do final narrativo, ausente na crônica, que a estrutura de todos os acontecimentos relatados ao longo de uma seqüência finita é unida, e é através desse final retrospectivo que os acontecimentos adquirem a aparência de processo imanente, enquanto que a imanência é atinente a forma do relato, ao significado desta forma. Esse significado já é um conteúdo do discurso narrativo e precisa ser computado ao lado de outros conteúdos que ele presumivelmente é capaz de conciliar. Hayden White está interessado em determinar *a natureza dessa imanência*, ou desse conteúdo sócio-político na forma da narrativa, segundo a qual a autoridade da representação narrativa em historiografia adquire a autoridade da própria realidade, como se a própria realidade histórica tivesse falado por si mesma ou se revelado independentemente de qualquer técnica narrativa de narrativização.

Pela técnica de narrativização a narrativa historiográfica, frente à crônica, revela um mundo finito, acabado, concluído, um mundo mascarado com o significado de

integridade e plenitude contínua. Um mundo assim apresentado leva a realidade um significado cuja integridade e plenitude *não podem ser experimentadas, vividas, mas somente imaginada*. A transformação da técnica narrativa de *narração* do mundo em mundo *narrativizado* tem como exemplo as filosofias especulativas da história em geral, e as concepções marxistas e liberais refletidas em historiografias de menor alcance, mas que interpretam um segmento do processo histórico como luta de classes ou como a evolução da liberdade, respectivamente. Nesses exemplos, o aspecto de regularidade, ordem e coerência é radicalizado de modo a não deixar espaço para a ação humana, entendida como mero atributo de uma globalidade e integridade abrangentes previamente constituídas, mas tomadas como “reais”. E mesmo as historiografias mais regionais do passado plasman os acontecimentos com esta técnica narrativa de narrativização, e em maior ou menor grau apresentam *a forma do relato narrativo como a realidade do mundo histórico*: substitui o significado narrativo dos acontecimentos reais pela cópia desses acontecimentos, ou o *significado narrativo* pelo *significado narrativo como cópia desses acontecimentos*.

Essa substituição ocorre inevitavelmente em função da exigência de um fechamento ou conclusão finalizante dos acontecimentos descritos num texto de historiografia, que a torna superior a crônica histórica ou torna esta deficiente em relação àquela como forma de representação. Mas esse fechamento, a resolução finalizante de uma série de acontecimentos, é apenas uma demanda por *significação moral* das seqüências de acontecimentos descritas. Sem uma significação moral não há base sobre a qual se pode *fechar* um relato de acontecimentos passados: o registro histórico não é capaz de indicar quando e onde uma determinada história deve começar e terminar. Ela somente termina através da invocação do sistema legal para decidir o que significa definitivamente tais e tais ações e acontecimentos numa determinada estória descrita narrativamente. E o veredicto definitivo, reclamado pela narrativa, toma sempre a forma de um juízo moral a respeito dos acontecimentos relatados, quando algumas ações e acontecimentos revelam como bons e justos, maus e injustos, ações certas e erradas, sempre na perspectiva do centro social vigente, do sistema legal e moral contemporâneo.

Dessa maneira, a) “o mundo realmente se apresenta a percepção sob a forma de relatos bem fechados, com temas centrais, verdadeiros começos, meios e fins, e com uma coerência que nos permite ver o fim desde o próprio começo, *ou* ele se apresenta

mais adequadamente na forma dos anais e da crônica, isto é, ou como uma meras seqüências sem início e sem fim, ou como seqüências com começos que apenas terminam, mas nunca concluem?” A pergunta provocativa de White não parece ter o intuito de dizer que os anais e a crônica são exemplos paradigmáticos do modo como o mundo real se nos apresenta a percepção, muito menos de dizer que o mundo real dos acontecimentos humanos tem a forma de anais ou crônica e, contrariamente, que a forma de relato, bem fechado, com temas definidos e com início ligado ao fim são apenas coisas da imaginação ou ficções inventadas, arbitrárias e impostas a tais acontecimentos. Ao elevar os anais e a crônica ao status de legítimas representações históricas do passado, Hayden White pretende prioritariamente sustentar que: 1) a natureza da relação entre historiografia e a narrativa é puramente convencional, à medida que outras formas de representação histórica também são legítimas; 2) a distinção entre acontecimentos reais e imaginários, básica nas reflexões da teoria da escrita histórica, pressupõe uma concepção de realidade que identifica o verdadeiro com o real à medida que consegue mostrar que o texto elaborado para falar da realidade dos processos passados tem o aspecto de narrativização; 3) o tipo de realidade oferecido aos leitores de um texto narrativo narrativizado solicita um centro social na consciência do narrador para dotar de continuidade explícita o mundo passado com o mundo presente, por um lado, e uma resolução finalizante ou desfecho para recapitular a seqüência de acontecimentos narradas desde o início, cujo “final” é o próprio *status quo* em vive, escreve e lê os emissores e receptores das historiografias.

Nesse sentido: b) podemos, alguma vez, narrar (historiograficamente) sem moralizar? Para Hayden White não. Apenas mediante moralização é possível finalizar conclusivamente uma narrativa historiográfica, de uma maneira diferente como terminam os anais e a crônica. É mesmo difícil conceber uma maneira de concluir uma apresentação de acontecimentos sem algum grau de moralização, pois “uma seqüência de acontecimentos (significativos) chega *realmente* ao fim?” “A realidade desaparece e os acontecimentos cessam de produzir, e os seus significados e as conseqüências deles tomam a forma significativa definitiva e final?” São apenas questionamentos provocativos de Hayden White e sugerem, não afirmam, pois White não oferece argumentos ontológicos nem fenomenológicos a respeito da realidade histórica, que a moralização é um conteúdo imanente a forma da narrativa, e existe unicamente nas unidades de acontecimentos contornados *nela*. O vínculo de continuidade é, sobretudo,

não tanto entre os eventos de um passado anterior a um passado posterior, do passado considerado “por ele mesmo”, quanto entre os acontecimentos de uma região do passado (reunidos num tema central) e o mundo social presente, o passado construído ao propósito de integra-se significativamente na vida cultural e social contemporâneas (presentismo).

Em resumo, pode-se afirmar que o conteúdo da forma narrativa é uma ordem político social vigente (centro social ou sistema legal) através do qual o escritor e o leitor podem identificar-se (moralização congruente) ou não (moralização transcendente), cuja função é estabelecer nexos de continuidade entre os acontecimentos passados na perspectiva da congruência ou transcendência do *estatus quo* a que estão fatalmente submetidos escritor e leitor. Aqui, Hayden White enuncia implicitamente o *terceiro referente* da narrativa historiográfica, acrescido aos dois referentes anteriores estabelecidos claramente em *Trópicos do Discurso*: 1) o referente primário, ou os acontecimentos passados “por eles mesmos”, mais ou menos confirmados no registro histórico, servidos primeiramente de componentes da crônica histórica; 2) o referente secundário, ou o próprio código narrativo concretizado em diferentes estruturas de enredo cultivadas e disponíveis na cultura vigente do historiador, por recurso as quais os acontecimentos confirmados no registro passam a desempenhar funções específicas como elementos de uma estória finita — após terem sido inicialmente descritos e caracterizados; 3) e finalmente, o referente terciário, concernente ao *status quo vigente*, concebido como um sistema legal segundo o qual o escritor obtém êxito em tornar a sua narrativa significativa, inserindo-a na vida presente, pela sua identificação pessoal com ele, ou pela sua negação dele, e nisso reside o valor da representação narrativa de acontecimentos reais, que White parece chamar de *moralização narrativa*. Em geral, isso quer dizer que a narrativa historiográfica abre-se à *ideologia*.

Disso decorrem três observações importantes para acompanhar a argumentação de *O Conteúdo da Forma* com respeito ao efeito explicativo, ou o efeito-realidade, na teoria da escrita historiográfica de Hayden White: 1) em “Trópicos do Discurso”, ele estabelece a plausibilidade ou verossimilhança das narrativas historiográficas a partir da conformação dos dados do registro em formas específicas de estórias. Ao inaugurar o terceiro referente da historiografia e abrir passagem para a consideração de mais um nível de codificação dos acontecimentos passados, White confere o efeito de plausibilidade da narrativa historiográfica em concordância, agora, com o terceiro

referente já colocado: o sistema legal; 2) a plausibilidade por referência ao sistema legal reconceitualiza a relação entre real e ficcional, ou real e imaginário, em termos diferentes dos apresentados em Meta-História e Trópicos do Discurso (basicamente, a homologia estrutural existente em uma descrição no eixo sintagmático da linguagem de acontecimentos do registro, pretensamente objetiva e isenta de valor, e a *evocação* de funções de personagens em enredos similares a tais predicados descritivos no eixo paradigmático da linguagem natural, não derivados diretamente do registro, e atualizados no ato de descrição inicial); 3) se a moralização é um conteúdo imanente a forma da narrativa, a moralização revolucionária (transcendente ao *status quo*) ou conservantista (congruente com o *status quo*) são apenas possibilidades estéticas da política da interpretação historiográfico-narrativa. Assim concebida, a estética historiográfica tem que ver com a *ideologia*.

### **3.2. A transição do conteúdo (ideológico) imanente ao conteúdo (ideológico) instituído à forma da narrativa: a plausibilidade da narrativa historiográfica**

A transição do conteúdo moral(izador) imanente a forma narrativa para o seu conteúdo (moral-conservantista) instituído por convenção do estabelecimento profissional a é feita inicialmente no ensaio “*Droysen: a Disciplina Histórica como Ciência Burguesa*” (1980), e concluída no ensaio “*A política da Interpretação histórica: disciplina e desublimação*” (1982). No que diz respeito ao primeiro ensaio, se interessa aqui menos na crítica de White a pretensão de Droysen em fornecer — na *Historik* — a base teórica para *autonomia* da história como disciplina diferenciada, *do que* no valor dessa crítica para a historiografia profissional em geral. Tal deslocamento é possível por que a autonomia da história em Droysen consiste, dentre muitas outras coisas, na *diferença da natureza do seu do seu tipo de conhecimento* frente aos tipos de conhecimento da ciência e da literatura, tudo isso caracterizado em termos gerais.

Interessa-nos a maneira em que a historiografia alcança um efeito socialmente domesticador mediante a produção de um tipo de efeito explicativo (efeito-realidade) contido na forma do discurso narrativizante, que o torna potencialmente apto a desempenhar uma função especificamente ideológica. Pensar a historiografia como

*produto ideológico* não significa desacreditá-la, por que a ideologia se concebe mais adequadamente não como uma distorção ou falsa representação da “realidade”, mas como certo tipo de representação cujo propósito é criar um tipo específico de sujeito leitor, ou observador, capaz de se inserir (adaptar e acomodar) em um sistema social que constitui o seu campo potencial de ação pública (p.107). Em vista dessa definição, Hayden White não concebe o elemento ideológico em um tipo de arte, literatura ou historiografia como uma representação deliberadamente elaborada para convencer os membros de uma dada sociedade — moderno-industrializada — de certas doutrinas de tipo político e econômico, ou para “indoutriná-los” delas. O elemento ideológico de um tipo de arte, literatura ou historiografia é muito mais sutil e invisível do que a concepção acima pode sugerir: ele consiste, em geral, na produção e projeção de certo tipo de subjetividade que seus leitores ou observadores *devem* assumir para experimentar tais objetos *como* arte, literatura e historiografia.<sup>26</sup> Em especial, a arte, a literatura e a historiografia apresentam sua faceta ideológica quando produzem um efeito domesticador que projeta em seus consumidores potenciais *a figura do cidadão “cumpridor da lei”*: os grupos dominantes trabalham — de forma não necessariamente deliberada — em favor de práticas de representação públicas que produzem e reproduzem a mentalidade do cidadão “cumpridor da lei”. Esse é o aspecto *moralizador* da ideologia e de produtos ideológicos, com o intuito sempre mais ou menos camuflado e inconsciente de fixar o indivíduo e estabilizar a sua identidade dentro de um sistema de normas e práticas sociais (p.109). Nesse sentido, a única maneira em que a arte, a literatura e a historiografia se tornam *revolucionárias*, ou ao menos socialmente ameaçadoras, não é pelo apelo e defesa mais ou menos explícitas na superfície das suas representações de doutrinas revolucionárias específicas, ou pela caracterização de sujeitos revolucionários suscetíveis de despertar simpatia no leitor, mas eficazmente *quando projetam um sujeito leitor alheio ao sistema social do qual ele, futuro leitor e agente potencial de ação na esfera pública, é membro*<sup>27</sup> (p.107)

Para Hayden White, a historiografia é a prática de representação mais adequada para a produção e projeção, nos leitores, da mentalidade do cidadão “cumpridor da lei”.

---

<sup>26</sup> Por isso o projeto de Droysen pode ser visto como ideológico, à medida que propõe o fornecimento de uma base teórica para a autonomia da história como disciplina *diferenciada*. Essa base teórica leva consigo pressuposições que prescrevem não só o que é a história como disciplina, mas também o que é a história como forma de existência, e com isso sugere que a compreensão e participação de qualquer indivíduo na história como disciplina está sujeito a senti-la e compreendê-la também como uma forma de existência.

<sup>27</sup> Hayden White cita como exemplo o que Flaubert faz em “Madame Bovary”.

Não em virtude de poder haver no conteúdo da historiografia mensagens de exaltação ao patriotismo e ao nacionalismo, ou de qualquer coisa explicitamente moralizadora (*tu debes*), mas especialmente por duas razões: a) a forma da re-apresentação dos acontecimentos históricos é a narrativa (muitas vezes narrativizada); Pela narrativização a historiografia exige do leitor a atitude mental para acatar as noções de continuidade, fechamento e totalidade que vincula uma seqüência de acontecimentos passados entre si, mas especialmente, vincula essa seqüência de acontecimentos passados ao seu mundo em que habita sob o regimento legal de um Estado político, ligado a valorações disponíveis no sistema simbólico cultural a que pertence.

Assim concebida, toda historiografia é *presentista*. Nenhuma historiografia é uma representação narrativa tomada como descrição direta dos acontecimentos, mas uma representação descritiva *mediatizada*, derivada do caráter incompleto do registro e, sobretudo, dos interesses mais profundos do historiógrafo pelos problemas do seu mundo presente, da sua época e do seu lugar. Nesse sentido, toda historiografia faz referência, ou tem como *referente* o *passado* e as práticas sociais do mundo institucional e simbólico da *época presente* do historiador (p.113) A deformação inevitável que sofre o significado dos fatos passados (enquanto passados) em vista de sua inserção significativa no mundo contemporâneo faz da história uma disciplina do plausível, do verossímil, e não do possível (ciência) ou do imaginável (literatura). Mas para Hayden White, o plausível é uma categoria socialmente dada e específica de uma cultura, isto é, historicamente determinada. O plausível é — White agora recebe influência de Freud — aquilo que a consciência individual (como destilação da autoridade social) nos diz que devemos desejar frente ao que a necessidade do instinto e da exigência pulsional nos dizem que desejamos. O plausível é assim a destilação do conflito entre os constrangimentos e restrições sociais, introjetados como sistema simbólico da cultura a que pertencemos, e o imaginário, que opera simultaneamente em referência esse sistema simbólico restritivo e em associação a necessidade de satisfação dos instintos e dos impulsos da libido. Essa destilação consiste no que Freud chama de *princípio de realidade*, e serve de norma de realismo para o agir prático no mundo, cuja forma mais geral consiste no agir em favor da manutenção da lei, e não ao seu quebramento (p.113) Como nota Wulf Kansteiner, White mostra que esse plausível é mais real para os indivíduos que as verdades da ciência, porque relaciona seus desejos ao contexto social do *status quo*, e incita ou propõe um compromisso que possibilita

orientação existencial segura e posicionamento prudente (“sensato”) — reativo a transvaloração dos valores. Isso confirma o terceiro referente da historiografia, o sistema simbólico cultural e suas práticas sociais normativas, por referência ao qual o leitor recebe as narrativas historiográficas negociando seu posicionamento (metapolítico) com atenção, respeito e até reverência a autoridade social do mundo contemporâneo.

Assim é cultivada a consciência histórica do leitor, assim é produzida a plausibilidade do sentido histórico, mas esse cultivo e produção plausibilidade do sentido histórico tomam forma definida, ou mais clara, no que diz respeito ao modo como a estética da escrita historiográfica se harmoniza com o *status quo* e projeta, produz e reproduz a figura do cidadão “sensato” e cumpridor da lei, à época da profissionalização dos estudos históricos no século XIX. Descreve-se abaixo o processo da política da interpretação dos estudos históricos no século XIX à época da sua profissionalização, ou a origem da historiografia como disciplina acadêmica (como um campo especializado de estudos) — *scholarship/wissenschaftlich*.

### **3.3. A política da interpretação histórica à época da profissionalização da historiografia: a institucionalização do conteúdo da forma narrativa**

Hayden White distingue a *política da interpretação* das práticas interpretativas que a própria política tem ou oferece como objeto de estudo — a teoria política, o comentário político, a história das instituições políticas e dos partidos políticos. Em todos esses casos a política que as informa é explícita e facilmente identificável. A política da interpretação surge nas práticas interpretativas manifestamente mais afastadas dos conflitos e decisões visivelmente políticas, pois são efetuadas sob o signo da busca da verdade puramente desinteressada, que aparentemente carece de qualquer influência relevante da *política*, isto é, *do apelo à força legal como meio de resolver as disputas e conflitos interpretativos*. Quando não há esse apelo explícito, a política tende a se esconder nas interpretações dos seus objetos de estudo de modo a simular sua efetuação como interpretação neutra.

A política pode ser entendida como o esforço por compartilhar do poder, ou como o esforço por influir na distribuição do poder, seja entre os estados, seja entre os diversos grupos existentes sob o mesmo regimento legal de um Estado. A interpretação se volta à política ou se torna política sempre que um determinado intérprete reivindica autoridade sobre os seus intérpretes rivais (*sentido amplo de política da interpretação*). Mas como essa interpretação não apela literalmente ao poder legal, o poder do Estado, para reforçar as suas crenças, convicções e argumentos, ela pode ser concebida como política apenas em sentido metafórico. O Estado é a única instituição da sociedade caracterizada fundamentalmente por possuir o direito legal ao uso da força para fazer cumprir a lei. Desse modo, a interpretação se torna propriamente política quando suas asserções sugerem uma atitude orientada ao quebramento da lei ou a sua manutenção, quando determinam uma atitude contrária ou favorável a determinadas leis (*sentido estrito de política da interpretação*).

A pureza de qualquer interpretação, a sua neutralidade, pode assim ser medida pela proporção do quanto ela consegue reprimir ou esconder o impulso de apelar à autoridade legal para validar afirmações ou explicações referentes ao seu tema de interpretação. Conseqüentemente, a política da interpretação precisa encontrar o melhor meio para efetuar esta repressão, isto é, um meio para sublimar o impulso de apelar para a autoridade legal. E o melhor meio é transformar esse impulso (do apelo a autoridade legal) num instrumento *natural* da própria interpretação.

Hayden White se interessa pela política da interpretação *no contexto da transformação da historiografia em uma disciplina acadêmica*. A questão se remete ao que teve de ocorrer ou de ser pressuposto para que a historiografia como prática interpretativa pudesse influir na distribuição do poder entre os membros e grupos da sociedade. A questão possui relevância por que para White a historiografia foi promovida ao status de disciplina sem ter alcançado a regulamentação teórica e metodológica das ciências físicas. Isso quer dizer que o pressuposto da política interpretativa que transformou os estudos históricos numa disciplina não é epistemológico: não foi determinado pelo melhor modo ou pelo modo mais racional de estudar o passado em acordo com a *natureza do próprio passado*, imperante e exigente a partir de sua natureza constitutiva de um modo determinado de concebê-lo e representá-lo na escrita.

A determinação da natureza do passado, no processo de disciplinação da historiografia, envolveu dois vínculos com as filosofias especulativas da história, ou com as chamadas narrativas mestras do processo histórico: a) sob o aspecto epistemológico, a historiografia opôs o método histórico concebido como empírico à filosofia da história considerada como inerentemente metafísica; b) sob o aspecto político, a historiografia opôs a consciência histórica ao pensamento utópico em suas diferentes manifestações (religiosas, sociais e especialmente políticas), que tanto justificavam as filosofias da história como se alimentavam delas. A combinação entre os dois aspectos no processo de disciplinação da historiografia permitiu que ela servisse de *norma de realismo* tanto ao pensamento quanto a ação política em geral. Disciplinar os estudos históricos, portanto, significava ir contra o *aspecto metafísico* das filosofias da história e extirpar as *visões utópicas* embutidas nelas. Como as metas do texto historiográfico foram definidas a partir da oposição às filosofias da história, e como toda filosofia da história era assistida por uma visão utópica de sociedade, a disciplinação dos estudos históricos consistiu, em termos políticos, na repressão do pensamento utópico, e tacitamente inviabilizou e se pôs contra qualquer política revolucionária, tanto de esquerda quanto de direita: o resultado foi a identificação da noção de *realismo* com *anti-utopismo*.

Mas tanto a historiografia quanto a filosofia da história compartilham de um mesmo objeto de estudo (o passado humano), e a disputa entre elas pode ser limitada a determinação conteúdo positivo ou real deste objeto. A esse respeito, a historiografia reafirma a distinção aristotélica entre história e poesia com base na distinção entre os acontecimentos que efetivamente tiveram lugar num momento e lugar específicos (reais), e aqueles que podiam ter ocorrido ou poderão ocorrer em algum momento e lugar (imaginários e hipotéticos). Essa reafirmação é complementada pela afirmação de que tais acontecimentos reais são encontrados nas *evidências* ou no registro histórico não-processado ao invés de serem inventados. Assim, o problema da composição do discurso historiográfico em relação ao conteúdo positivo do passado estava em função da aplicação das regras da pesquisa ao registro histórico. Ambas as afirmações, tendo em vista determinar o conteúdo real da historiografia ou a natureza do seu objeto de pesquisa e escrita, levaram a historiografia ao chamado *estilo intermédio* e geraram exclusões estilísticas com implicações para o tipo de acontecimentos que devem ser representados numa narrativa histórica: são excluídos os acontecimentos concebidos

como matéria de crença religiosa (milagres, acontecimentos divinos) e os tipos de acontecimentos concebidos como grotescos ou ridículos, tais como vistos em perspectiva farsesca e satírica.

As exclusões geradas pelo estilo intermédio são restritivas dos modos de concepção da realidade histórica, pois como se viu, o que estava em jogo no conflito historiografia/filosofia da história era determinação da natureza da realidade passada e, por conseguinte, do tipo de escrita adequado a ela: essas exclusões estão vinculadas a *regras de descrição* bem como no que consiste num fato histórico, à medida que esse não é outra coisa que um acontecimento passado sob descrição lingüística. Dessa maneira, para Hayden White, a profissionalização dos estudos históricos precisa ser considerada tanto nos termos do *pensamento político* (controle da imaginação pela exclusão de visões utópicas) quanto nos termos do *pensamento estético*, e especialmente em acordo com as noções do *belo* e do *sublime*: pois a transformação da história numa disciplina tem que ver não somente com a determinação do verdadeiro objeto e conteúdo da historiografia a partir da aplicação das regras de evidência, mas também com a regulação de um modo adequado de representá-lo significativamente (para os contemporâneos) na escrita a partir de uma forma de imaginar a natureza do próprio passado.

Este é o momento que entra a regulação estética e a disciplinação da escrita pela prescrição das formas possíveis de imaginar a realidade histórica e representá-la narrativamente. E precisamente este é o momento em que as noções do belo e do sublime se tornam relevantes para a compreensão da disciplinação da historiografia no século XIX, ou para a política da interpretação do que consistia um estudo disciplinado do passado e o consistia em um estudo indisciplinado dele: a regulação da representação significativa (do passado para a vida presente), ou a regulação estética, consistiu em subordinar à escrita (decorrente de um tipo de imaginação prévia do passado) a categoria do belo (e as suas noções pressupostas do *ordenado*, *simétrico*, *contínuo* e *harmônico*) e em suprimir a categoria do sublime (e suas noções pressupostas do *desordenado*, *descontínuo*, *obscuro* e *moralmente anárquico*). Para Hayden White, o tipo de política desempenhada na prática cotidiana baseada na visão de uma sociedade perfeita (denominada de política visionária ou utopia) somente pode suscitar crença e devoção ao projeto em razão do contraste que oferece com um passado compreendido como um espetáculo de confusão, desordem, incertezas e anarquia moral, isto é, como

objeto sublime e não belo: a supressão do sublime priva o processo histórico da noção do *absurdo*, a única capaz de levar o indivíduo a procurar fazer o presente diferente do passado, de um modo a dotar a sua vida de um sentido que somente ele é *responsável*, e não um mero atributo de totalidades processuais *contínuas*.

Antes do século XIX a história-processo era concebida como um espetáculo de crimes, enganos e atos de terror que justificavam as recomendações visionárias (utópicas) de uma política que reorganizasse a estrutura social em uma nova base. A filosofia da história de Voltaire é, para Hayden White, um exemplo. Contudo, a recuperação do sublime histórico conta com um obstáculo: a circunstância de a concepção da História como um processo sublime estar implicitamente associada às ideologias dos regimes fascistas na Europa da Segunda Grande Guerra Mundial. Nesse sentido, o sublime histórico de Schiller, e a sua versão em Nietzsche, se encontram também nas instituições de Hitler e Mussolini. Qual prognóstico White dá para tal inconveniente? Que, por um lado, apesar dessa associação implícita entre o sublime histórico e as ideologias fascistas, a historiografia contemporânea deve se precaver de *sentimentalismos* que a leve tomar o sublime histórico por uma adesão às práticas políticas do fascismo e do nazismo. E, por outro, que o próprio registro histórico não-processado e mesmo processado em qualquer grau, não fornece razões (empíricas e lógico-argumentativas) para se preferir uma concepção da “realidade” histórica (bela) no lugar de outra (sublime), ou o que dá no mesmo — o registro histórico não fornece nenhuma evidência para construir a história num sentido ao invés de outro. (93). Sentido aqui, está claro, não é a confirmação de uma ocorrência singular e pontual no passado, e também não é a “confirmação” do significado de uma ocorrência desse tipo ou da sua relação significativa com outras ocorrências do mesmo nível ontológico. Sentido, como concepção da realidade histórica, refere-se significação geral das mudanças temporais dos processos humanos no tempo (passado) quando relacionados ao mundo presente: a materialização do sentido histórico toma forma na história-processo, ou concebida predominantemente como caos e descontinuidade ou concebida como ordem e continuidade. É nesse âmbito de significação e de concepção da “realidade” histórica que o registro histórico não pode nos informar. A ser permitido chamá-la de *filosofia da história*, reconhece-se que Hayden White tem uma. Se epistemologicamente plausíveis, as implicações morais e políticas de cada uma das concepções estético-filosóficas para os indivíduos contemporâneos são inteiramente

diferentes, respectivamente, conservantismo anti-utópico para estética do belo e utopismo para a estética do sublime.

Na implicação moral e política do segundo caso, a vida presente não pode ser justificada pelo passado, definida e limitada em suas possibilidades de ação pelo passado, o que suscita os homens contemporâneos a fazerem as suas vidas diferentes, pois não são conduzidos a pensarem-se como meras conseqüências, como resultados inescapáveis de valores, significados e ocorrências passadas (tradição). O sublime histórico conduz, assim, a liberdade, de criação e de ação e de ação criativa, pois cabe a cada indivíduo e a cada comunidade organizar *o caos* que os circunda a partir do *caos* de onde vieram (supostamente o passado encarnado na forma de tradição): o sublime histórico conduz a uma responsabilidade individual e coletiva gerada pela consciência de que as coisas dependem unicamente do pensar e do agir individuais e coletivos atuais, e somente atuais. Vê-se somente agora *a sumária resolução de Hayden White para o problema do fardo da história*: é pelo sublime histórico que o passado pode melhor inserir-se no presente, pois o caos serve-se melhor a consciência estética à sua função de imprimir e impor ao passado uma nova ordem significativa, sempre modificada para adequar-se aos interesses e problemas públicos inteiramente atuais do mundo contemporâneo. Para isso, é necessário que os estudos históricos readmitam a sua dimensão poética, retórica, literária e filosófica como admitiam antes da sua profissionalização no século XIX.

O sublime histórico, ou *a educação histórica para a descontinuidade*, é assim a filosofia da história que educa os indivíduos à liberdade, a criação e a criatividade, como também ao encorajamento e a um tipo especial de responsabilidade individual e coletiva, isto é, a vontade de *por si mesmo* fazer as coisas e fazê-las diferente do que são, pois o que as coisas são é pura desordem (moral). Essa responsabilidade especial, individual e coletiva, o sublime histórico ensina quase como o *destino* o homem ocidental. A deposição do sublime histórico em favor do belo confere a estética da historiografia o seu caráter político-moral conservantista: o passado insere-se no presente como justificativa contínua desse presente, do seu *status quo*. A preferência do belo em detrimento do sublime histórico institui *por convenção* do estabelecimento profissional, e não por justificativa epistemológica (empírica e lógica) *um conteúdo* (político conservantista) à forma da narrativa, pois a imaginação do passado como anárquico e confuso e, fundamentalmente, descontínuo (no âmbito dos próprios

processos passados e desses processos relacionados ao mundo presente), possui o mesmo grau de plausibilidade epistêmica que a sua contraparte imaginária que o concebe como ordenado, coerente e contínuo com o presente: *esse conservantismo não é imanente a forma da narrativa.*

### 3.4. Conclusões de “O Conteúdo da Forma”: Críticas a essas Conclusões

As críticas dirigidas ao terceiro livro de Hayden White giram em torno, fundamentalmente, da sua *polemização* concernente as diferentes implicações em representar o passado sob a forma de anais, crônica e narrativa (narrativizante), por um lado, e da idêntica plausibilidade epistêmica em imaginá-lo como ordenado, coerente e contínuo com o presente (estética do belo), ou como desordenado, anárquico e descontínuo com a vida atual (estética do sublime), por outro. A exceção de Michael Roth, críticos como Nancy Partner, Willian Dray, David Carr e Carlo Ginzburg não parecem ter compreendido o propósito de Hayden White em nenhum dos dois casos. Eles, igualmente aos críticos de Trópicos do Discurso, colocam uma *rígida* oposição no pensamento de White: a oposição entre real e imaginário, e a identificação do primeiro com a forma de representação dos anais, e o segundo identificado como o conteúdo ficcional (arbitrário) da forma narrativa (narrativizante).

1) A narrativa se distingue dos anais pela presença de *um centro social* contemporâneo (o *status quo*) na consciência do escritor, que funciona como a unidade capaz de traduzir seqüências diferenciais de acontecimentos significativos numa identidade que garanti a continuidade entre as experiências passadas e a vida presente, e da crônica *pelo fechamento ou resolução finalizante*. O Conteúdo da forma da narrativa (centro social e resolução finalizante), expresso conjuntamente pelo que se pode chamar de *moralização narrativizante*, acrescenta *algo mais* ao tipo de representação e realidade oferecido aos leitores pelos anais e pela crônica, *e não ao mundo real*, pois White não discute a forma, a natureza ou essência dos acontecimentos humanos com o intuito de desvelar o que é *dele* e o que é *acrescido a ele*— seja pelos tipos de produção-de-significado da narrativa narrativizante, dos anais ou da crônica.

Richard Vann supõe uma alteração contraditória no ponto de vista de White a respeito da referência historiográfica. Em *Trópicos do Discurso*, White sustenta longamente que a historiografia, se concebida como signo lingüístico, aponta referencialmente e simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos reais que tiveram lugar no passado e para o código narrativo concretizado em os enredos literários culturalmente disponíveis, que lhes servem de estrutura processual significativa para inseri-los com sentido no mundo presente. Agora, em “O Conteúdo da Forma”, o código narrativo aparece como signo lingüístico imotivado, não proveniente dos próprios acontecimentos históricos potencialmente contidos no registro, e como a historiografia vale-se do código narrativo para comunicar significativamente as informações a respeito das experiências históricas, essa comunicação não tem mais referentes externos. Mas em ambos os casos o código narrativo, especialmente em sua manifestação especificamente narrativizante, é concebido como imotivado em relação aos acontecimentos históricos. A diferença consiste que em “Trópicos do Discurso” o referente secundário das estruturas de enredamento é, em “O Conteúdo da Forma”, substituído pelo referente terciário configurado no status quo do mundo atual, e a plausibilidade da historiografia resulta da confluência dos acontecimentos mais ou menos confirmados no registro com o *status quo* contemporâneo (as normas jurídicas e valores morais do sistema legal e simbólico) que, pelo ato de escrita narrativizante, obtêm êxito em inserir as transformações do mundo passado em continuidade com a vida presente, quando mostra *porque* as coisas são (devem ser) assim e não de outro modo. A não-motivação do código narrativo (narrativizante) em relação aos acontecimentos históricos permanece, portanto. Especialmente pela possibilidade epistemológica em elaborar representações históricas significativas sob a forma de anais ou crônica. (VANN, Richard. **The Reception of Hayden White. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 143-161.**)

Para Nancy Partner, Hayden White defende que os anais mostram um *realismo genuíno* registrado pela percepção, um tipo de registro cuja significação, a partir da sua forma, é mais imitativa da realidade dos acontecimentos no tempo do que qualquer outra forma-de-produção-de-significado (entendendo por realismo, aqui, a semelhança de uma representação com a vida “real”). Pois para Partner é bastante verdadeiro que *a realidade* não nos é dada em forma de narrativa-narrativizante, porque o tempo tanto nos é dado como uma seqüência incessante sem interrupções quanto, principalmente,

sem ordem, ênfase ou pontuação — ao modo dos anais, ele parece sugerir. Assim, os anais são uma representação histórica pelo tipo de registro paratático (sobredeterminado pela própria natureza da realidade): em suma, os anais são o antítipo da historiografia, a representação histórica despida da ficção da forma, diz ele. (**PARTNER, Nancy. Hayden White: The form of Content. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 162-172.**)

A descoberta da ficção da forma da narrativa por *contraste* ao realismo da forma do registro dos anais, que Partner elogiosamente atribui a Hayden White, não tem a mesma recepção em Willian Dray. Se a interpretação de Partner fosse correta, White teria procurado demonstrar a ruptura ou a descontinuidade entre a forma da representação narrativa-narrativizante e o mundo dos acontecimentos reais, e que os anais são o paradigma de representação mais adequado ao mundo dos acontecimentos externos. Para Dray falta a demonstração, por parte de White, dessa assertiva. Ele expressa a sua exigência mais ou menos assim: “Hayden White não demonstrou a inadaquabilidade epistemológica da narrativa para representar acontecimentos reais ou acontecimentos históricos.” Dray e Partner seguem o mesmo raciocínio da oposição entre forma da narrativa-narrativizante e forma do mundo real, e que o conteúdo da forma narrativa (moralização, por exemplo) distorce o mundo real, cuja consequência quase inevitável é a defesa do abandono da narrativa como veículo de comunicação das experiências históricas.

David Carr propõe demonstrar que a forma narrativa não é apenas uma forma adequada ou bem sucedida para representar os eventos históricos (como sustenta Paul Ricoeur), mas que a estrutura da narrativa *coincide*, ou é *a mesma* que a estrutura inerente aos próprios eventos humanos reais. E se Hayden White procura mostrar a ruptura radical entre forma narrativa e realidade (dos acontecimentos humanos), Carr, contrariamente, argumenta que não há apenas continuidade entre narrativa e realidade (vida humana), mas também *comunhão de forma* entre elas. O seu argumento se divide em três etapas: 1) num primeiro momento, ele trata da fenomenologia da experiência pessoal do tempo (de Husserl), ou de como a passagem do tempo é percebida na consciência individual, isto é, continuamente; 2) num segundo momento, ele adapta a fenomenologia da experiência pessoal do tempo à da vida individual, expressa na ação ordinária, procurando mostrar que ela também não é descontínua, isto é, composta por meras seqüências de eventos isolados e desconexos; 3) num terceiro momento, ele

transfere a continuidade da ação levada a termo na vida ordinária à vida social, ou aos grupos sociais com os quais a historiografia se ocupa, já que, de uma forma ou de outra, cada indivíduo é membro de uma coletividade mais abrangente, ou cada experiência individual é experienciada, em última análise, socialmente ou em meio a um grupo ou vários grupos coletivos.

A experiência individual da passagem do tempo envolve não apenas retenção do passado, mas também antecipação tácita do futuro, chamada (por Husserl) de protensão. Não se trata apenas de uma capacidade psicológica de lembrar e projetar, mas, essencialmente, de que a experiência de qualquer coisa como acontecendo (agora), como imediatamente presente, não é possível sem o *contraste comparativo* (implícito) entre o que aconteceu e o que é antecipado como vir-a-acontecer. Nesse sentido, a capacidade de experienciar o mundo no tempo, de estar consciente de *o que é* ou acontece (nesse momento), atravessa o passado e o futuro mediante a percepção no presente.

Se isso é verdadeiro para a experiência mais passiva dos eventos do mundo, diz Carr, é ainda mais verdadeiro para a experiência ativa, para a vida que age no e sobre o mundo. O agir humano presente explicitamente pressupõe, não mais sob a forma do contraste implícito na percepção passiva, o planejamento do futuro pela consulta das experiências e acontecimentos passados da vida individual, de modo que o presente é percebido por aquele que age como uma passagem entre os dois: por mais exótica que seja uma vida individual, ela não é/está estruturada como uma série seqüencial de acontecimentos isolados e desconecta. Os obstáculos à realização dos propósitos e planos individuais não apontam para a descontinuidade da experiência individual no tempo, mas revela, ao contrário, a própria dependência da relação meios-fins requerida pela ação, dada a necessidade de intercambiar (na consciência) os meios mais adequados para atingir os fins propostos pela ação conscientemente planejada.

Assim, para David Carr, existe *afinidade* entre a *estrutura meios-fins da ação* consciente (deliberada) e a *estrutura início-meio-fim da narrativa*. A semelhança geral se dá em virtude de na ação presente o indivíduo se encontrar em meio a uma série de circunstâncias, emaranhado nelas e, conseqüentemente, preso ao suspense da contingência, que somente encontra resolução na completude (realização ou frustração) do projeto individual proposto na ação planejada. A narrativa, por sua vez, e homologamente, unifica e resolve conclusivamente uma série de ações desse tipo na

construção de um enredo. O resultado total da unificação e resolução é uma ação de larga escala: o advento ou a chegada de uma época, a condução de uma intriga amorosa, a solução de um homicídio etc. A estrutura de uma ação, em pequena ou larga escala, é *comum à vida e a narrativa*: do mesmo modo que a ação ordinária não é um caos de coisas não relacionadas ao seu propósito, as histórias narrativas também não o são em relação à resolução finalizante das muitas ações narradas anteriormente.

Mas três elementos essenciais à narrativa podem supostamente justificar a diferença entre a organização dos eventos relacionados numa história vs. a organização dos eventos relacionados na ação ordinária: a) em uma história narrativa, todo “ruído irrelevante” é deixado de fora. Conta-se ou inclui-se na história apenas o que é necessário para que o enredo seja seguido e acompanhado pelo ouvinte/leitor; b) dos eventos e das ações dos caracteres (agentes) na história é possível porque o narrador conhece a história de uma maneira que nem a audiência nem os agentes envolvidos na história o conhecem (ou ao menos podem não conhecer, caso assim decida o narrador). É esse conhecimento prévio que fornece o princípio para a exclusão dos eventos insignificantes (os “ruidos irrelevantes”) na história contada; c) a posição irônica do narrador pode ser vista em função da sua *posição temporal* em relação aos eventos da história que narra, algumas vezes expressa na disparidade entre a ordem da ocorrência dos eventos e ordem em que eles são contados, mostrando a autoridade da voz narrativa em relação aos caracteres da história e a audiência.

David Carr leva isso em consideração, de modo que seu conceito de história narrativa não envolve apenas o desdobramento de uma seqüência de eventos do início ao final de um processo (como em White), mas conta com três pontos de vista que se pode discernir nesse desdobramento seqüencial de eventos: a) aquele do *narrador* que conta a história; b) aquele da *audiência* que recebe a história contada pelo narrador; c) e finalmente, o ponto de vista do *caráter* ou *agente*, daquele que vive e age *na* história que é contada pelo narrador para a audiência. Os três pontos de vista são relacionados intrinsecamente a natureza ou essência da própria ação deliberada (conscientemente planejada) na vida cotidiana. A essência da ação deliberada consiste em antecipar o futuro, arquitetando-a como uma seqüência de passos e estágios, de modo que o agente possa entrever meios e fins. Nesse sentido, nenhum indivíduo que age ordinariamente está confinado apenas no momento presente, em que dá início a sua ação. No entanto, cada um é constrangido pelo momento presente, de modo que tem a autoridade do narrador negada, isto é, daquele ponto de vista retrospectivo com relação ao futuro,

aquela consideração do início e do meio da estória com relação ao fim já sabido pelo escritor. O que é essencial à posição do narrador é a adoção de um ponto de vista futuro, mas retrospectivo, pois antecipado no presente em que ele escreve a estória. Na ação, não ocupamos o espaço do futuro, um “futuro assegurado”, como ocupa o narrador da estória.

De todo modo, sustenta a homologia entre esses três pontos de vista que constituem uma estória e a ação deliberada: a) igualmente aos caracteres ou agentes de uma estória, a natureza da ação deliberada conduz cada indivíduo na vida ordinária a um futuro orientado, mas ainda não completado ou concretizado e, em ambos os casos, indivíduos agindo na vida e caracteres agindo nas estórias, há a mesma arquitetura de passos e entrevisão de meios e fins; b) não obstante as diferenças com relação à posição temporal do narrador e da ação individual no presente, o que Carr pretende sustentar é somente que a ação parece envolver a adoção de um ponto de vista que, pela consideração do seu propósito, meta ou objetivo, antecipa retrospectivamente o futuro no momento presente em que se dá início a ação: ao lançar mão de um propósito, aquele age sabe que, em razão de estar no presente, o imprevisto pode acontecer. Contudo, é da própria essência da ação o empenho em superar a contingência pela providência. Isso quer dizer que cada um de nós desempenha ao agir o papel de narradores de estórias, à medida que procuramos saber e sabemos, o quanto permitir as circunstâncias, o final da ação a que nos propomos e como chegar até ele, analogamente a como o sabe o narrador de uma estória particular quais ações devem servir de meios para se transitar a um final específico.

A ação é, portanto, uma oscilação entre esses dois pontos de vista sobre os eventos que nós estamos vivendo, fazendo e produzindo pela ação deliberada: do agente de estórias ou caráter, por um lado, e narradores de estórias, por outro. Isso quer dizer que nós ocupamos a posição de narradores com respeito as nossas próprias ações. E a circunstância de que cada um precisa contar uma estória a si próprio para agir, a fim de atingir os propósitos previamente planejados na ação, tem duas importantes implicações: a primeira é que a atividade narrativa *é parte constitutiva da própria ação, intrínseca a ela*, e não um mero ornamento, comentário ou qualquer outra circunstância accidental anexa as ações dos indivíduos; a segunda é que, em decorrência, cada um de nós assume o ponto de vista da audiência, à medida que cada um precisa contar para si mesmo o que pretende fazer, antes mesmo de fazer. Igualmente aos dois pontos de vista já mencionados — o do agente na estória e o do narrador dela — a audiência ou ouvinte

não é um elemento pertinente somente as histórias contadas, mas à própria ação que age na vida.

Assim, sustenta Carr, o ato de contar histórias ou a atividade narrativa é uma prática anterior a sua transformação cognitiva e estética, respectivamente em historiografia e ficção. Em última análise, a atividade narrativa é assim constitutiva não somente da ação e experiência, mas do próprio *eu (self)* que age e experiencia, à medida que ela pressupõe o contar histórias para si mesmo e para os outros a respeito do que se fez, faz ou pretende fazer: a narrativa é intrínseca à constituição da auto-identidade individual. Inclusive, o problema *prático-ético* da auto-identidade e auto-coerência pode ser visto, segundo Carr, como o problema da unificação concordante entre esses três papéis.

A concepção narrativa *da* ação, experiência e existência individual constitutiva do eu de cada um de nós, é relevante para a compreensão da realidade humana em suas formas especificamente sociais — e nisso consiste a sua importância para a historiografia, que lida, sobretudo, com grupos sociais e entidades coletivas. Cada indivíduo é participante de grupos coletivos e participar significa, para David Carr, estar inevitavelmente comprometido com experiências e ações impossíveis de serem atribuídas a um único indivíduo isolado, como que somente a *mim*, a *você*, ou a *ele*: habitar um território, ser membro de um partido ou ter convicções políticas não são propriamente uma experiência individual, minha, sua ou dele, mas *nossa*, constitutiva de outro nível de ação, experiência e de auto-identidade: o *nós* que age em consonância — o eu socialmente constituído. A vida social mostra casos nos quais os indivíduos, pela participação, literalmente atribuem seus atos e experiências a um sujeito ou agente amplo do qual fazem parte. Nesse nível de ação e experiência é legítimo explorar não a primeira pessoa do singular, mas a primeira pessoa do plural, a fim de mudar a direção da experiência e ação do *self* para o *we*, e encontrar o paralelo análogo com aquela experiência da ação individual que é intrinsecamente narrativa: nós temos uma experiência comum que nós apreendemos como uma configuração temporal, tal que a fase presente deriva seu significado da relação a um passado e futuro comuns. Nesse âmbito de experiência é permitido falar em metas comuns, e pode-se encontrar o intercâmbio dos papéis (narrador, audiência e caráter) divididos e distribuídos entre os próprios membros do grupo.

David Carr discorda que a forma da narrativa constitui critério para identificar historiografia e ficção, pois, para ele, a realidade dos acontecimentos humanos (um

complexo de ações em âmbito individual e coletivo) possui os atributos formais de uma estória, que, para White, são intrínsecos somente as estórias na qualidade de contadas e ouvidas, mas não vividas pessoal e socialmente. (CARR, David. “Narrative and the real world: an argument for continuity”. *History and Theory*. 1986. vol. 25, n. 2, p .117-131)

2) Semelhantemente a circunstância de os anais e a crônica serem um tipo de registro dos acontecimentos históricos epistemologicamente justificável, no sentido de que, igualmente a historiografia, produz um tipo de significação específica e oferecem um determinado tipo de realidade aos leitores, a suposição imaginativa do passado como complexo caótico, desordenado, descontínuo de eventos e significados e sem nenhuma moral — pois incapaz de prover ensinamento definitivo para os contemporâneos — é tão plausível quanto a contraparte que o imagina como um complexo hierarquizado de eventos e significados, ordenado e contínuo com o mundo presente e, em certo sentido, determinante da vida presente. Semelhantemente a circunstância de não haver razão natural, lógica e empírica para justificar a inevitabilidade da representação narrativa de assuntos históricos, como mostram as possibilidades representativas da crônica e dos anais, não há justificativa epistemológica capaz de demonstrar o sentido histórico como decorrente da estética do sublime ou da estética do belo. *Não há nada no registro histórico, nenhum elemento empírico, nenhuma evidência, que ateste em favor e definitivamente ou de uma ou de outra dessas estéticas ou filosofias da história.*

Para Carlo Ginzburg esse ceticismo epistemológico decorre da seguinte razão: a dissociação entre pesquisa empírica nos arquivos e narrativa historiográfica elaborada com base nela; (essa dissociação não existe, como visto no capítulo de “Trópicos do Discurso”. Ao contrário, inclusive: White começa pela operação cognitiva mais próxima e imediata ao registro histórico: a caracterização descritivo-figurativa das informações contidas nas fontes históricas, qualificadas no segundo capítulo de nomes próprios). Ginzburg mostra essa dissociação através de uma citação de White em seu ensaio “A política da Interpretação: disciplina e desublimação”: “devemos tomar cuidado com os sentimentalismos que nos levariam a rejeitar uma concepção da história simplesmente por que ela foi associada às ideologias fascista. Devemos fazer as contas com o fato de que na documentação histórica [no registro histórico não-processado] não encontramos

nenhum elemento que nos induza a construir o significado em um sentido ao invés de outro”. Qual é o nível de verdade ou falsidade cuja significação não pode ser derivada ou encontrada nos próprios documentos históricos, segundo a citação selecionada por Ginzburg? Esta passagem, como já visto, está no contexto da defesa de White do *sublime histórico* como *filosofia da história* capaz de romper com o realismo conservantista e anti-utópico da imaginação histórica do passado — relacionado ao presente — decorrente da estética do belo, tal como combinados na profissionalização dos estudos históricos no século XIX. Não se pode dizer que uma concepção imaginária do passado como caótica e anárquica é falsa ou verdadeira em relação à imaginação do passado como ordenado por forças hierárquicas definidas, determinantes da vida cultural e social contemporâneas. White não faz nessa passagem, portanto, referência ao nível das sentenças históricas individuais, mas sim ao nível meta-narrativo de que se valem as próprias narrativas historiográficas concretas para inserir essas sentenças na vida presente com significado *expressivo* especificamente político, isto é, com significado conservantista ou revolucionário quanto à sugestibilidade nos leitores como agentes potenciais na esfera de ação pública. White não crê que o mundo histórico possui uma ordem (hierarquia) moral definida e hipostática. Ele se posiciona contra filosofias da história que pressupõe essa ordem a qual, esteticamente, é correlata do belo histórico. (GINZBURG, Carlo. “O Extermínio dos Judeus e o Princípio de Realidade” in “A História Escrita: teoria e história da historiografia”. org. Jurandir Malerba. editora contexto. 211-232. 2006)

Dos críticos aqui citados, o único que parece ter compreendido o propósito de Hayden White é Michael S. Roth. Ele percebe que narrativa é, não somente, mas também um instrumento retórico (assentado em tropos) através do qual as experiências humanas são moldadas numa totalidade finita significativa consistente e passível de ser comunicada aos outros. Percebe que White está interessado na técnica narrativa que comunica as experiências históricas por narrativização. Pela narrativização as histórias historiográficas e filosóficas da história obtêm o seu efeito-realidade, ou conquistam a autoridade de realismo, visto que narrativizar aparece na consciência dos leitores como homólogo ao modo como as coisas aconteceram. Quando se pensa a história-processo como narrativizada, se aceita que ela possui um significado intrínseco e, conseqüentemente, um intrínseco significado moral e político, ao exemplo de todas as filosofias da história, e historiografias marxistas e liberais que acatam as máximas do

tipo “a História é a História das lutas de classes”, ou “a História é a concretização progressiva da liberdade ao longo das épocas”. Assim concebida, uma narrativa histórica narrativizada, seja de tipo marxista ou liberal, projeta um leitor apto a tomar atitudes realistas a respeito de temas como a opressão, a liberdade e as possibilidades de mudança no mundo presente em que habita. Sentenças gerais como essas podem sim ser referenciais, mas são também expressivas e, como tais, conativas: tais mensagens são sugestivas (a ação) e estão em função do componente expressivo-conativo da narrativa, mas elas são, sobretudo, imaginárias e assim apresentam um mundo como aberto a mudanças. Nesse sentido, o ponto importante a ser considerado na teoria da escrita historiográfica em “O Conteúdo da Forma” não é que o passado em si não tem significado ou não tem forma, mas que o passado não tem a forma que produz o seu significado no ato de comunicação sobre ele. Roth bem entende que White não fornece argumentos metafísicos a respeito da natureza do passado, por isso dificilmente poderia sustentar que o código narrativo não é adequado para representar acontecimentos históricos, como também não poderia sustentar que o passado é *realmente* sublime. Considera o passado como já textualizado na escrita e, nessa consideração, leva em conta os múltiplos códigos de linguagem (descritivo, argumentativo, moral, político, ideológico, cultural) que operam conjuntamente no processo de comunicar as ocorrências passadas ao e no mundo contemporâneo aos do escritor e leitor: a forma, no entendimento de Roth, é precisamente a atuação conjunta de todos esses códigos na constituição significativa dos processos humanos passados para a constituição de um texto historiográfico. **(ROTH, Michael. “Cultural Criticism and Political Theory Hayden White`s Rhetorics of History. jstor: *Political Theory*. 1988. vol. 16, n. 04, pp. 636-646.)**

## CAPÍTULO 4

### REALISMO FIGURAL: INVESTIGAÇÕES ACERCA DO EFEITO MIMÉTICO (1999)

O quarto e último livro de Hayden White, “*Realismo Figural: Investigações Sobre o Efeito Mimesis*”, foi publicado sob a forma de coletânea em 1999. O livro reúne ensaios originalmente publicados entre os anos de 1987 e 1996. Nesse livro, o discurso narrativo continua a desempenhar papel central nas reflexões de Hayden White. Como em “O Conteúdo da Forma” o *discurso narrativo* é duplicado em dois tipos de significação narrativa, recorde-se, a *narrativização* por um lado, e a *narração* por outro, concebe-se aqui a relação de “Realismo figural” com os seus três livros anteriores da seguinte maneira: 1) pelo tipo de significação narrativa por *narrativização*, Hayden White retorna aos tópicos de Meta-História e Trópicos do Discurso, ao recolocar os tropos no centro de suas reflexões sobre a narrativa. Ele sugere que a tropologia é um tipo de metalinguagem adequado para analisar discursos *narrativizantes*, à medida que eles são elaborados com base em *figurações* originadas no ato de descrever inicialmente as informações do registro histórico. A descrição evoca formas correspondentes de argumentação e enredamento, e dota a representação histórica de consistência, fechamento e também de hipostasiação significativa para os leitores contemporâneos, quando os levam a substituir a forma desse significado pela própria realidade e a levar uma vida concreta com base nas suas explicações *narrativizantes* (ideologia); 2) pelo tipo de significação por *narração*, contrário às hipostasiações trópicas da *narrativização* e adequadas a representação do sublime histórico, Hayden White introduz um novo tema em suas reflexões: a escrita *intransitiva na voz média*, entendida também como a *anti-narrativização* modernista, para representar os chamados eventos modernistas do século XX, especialmente o Holocausto e a Solução Final. O evento modernista resiste a *narrativização* e não a *narrativa*, ou melhor, não ao tipo de significação mediante *narração*. As características específicas da escrita *intransitiva na voz média*, ou da *narração* modernista *anti-narrativizante*, conduzem Hayden White ao abandono da tropologia, por um lado, e a distinguir ficção de literatura, por outro.

O retorno aos tópicos do “Meta-História” e “Trópicos do Discurso” pode ser percebido nos seguintes ensaios: *Teoria Literária e Escrita histórica* (capítulo 1 do livro). Noël Carroll afirma em sua resenha do livro, na época da publicação, que esse é o ensaio que despertaria maior interesse por parte dos estudiosos de teoria da história; *Estratégias Contextualista e Formalista na Explicação Histórica* (capítulo 3 do livro); *A Tropologia do Sonho em Freud* (capítulo 6 do livro); *Narrativa, Descrição e Tropologia em Proust* (capítulo 7 do livro). Todos esses ensaios são usados no breve tópico 4.1 desse quarto capítulo. O novo tema que Hayden White inaugura em suas reflexões, a escrita intransitiva na voz média, está localizado precisamente em dois ensaios: *Enredamento Histórico e o Problema da Verdade na Representação Histórica* (capítulo 2), e *O Evento Modernista* (capítulo 4). Ambos os ensaios são usados no tópico 4.2 desse quarto capítulo. Também em *Teoria Literária e Escrita histórica* (capítulo 1 do livro), Hayden White responde algumas objeções críticas que lhe são levantadas pelos críticos, e são apresentadas no tópico 4.3.

#### **4.1. O retorno aos tópicos do Meta-História e Trópicos do Discurso: figuração, descrição, enredamento e argumentação contextualista na narrativa historiográfica**

Em *Teoria Literária e Escrita histórica* Hayden White faz clara distinção entre a atividade da *pesquisa histórica* — ou a investigação pela historiadora ou historiador em um arquivo composto por registros “históricos” que contém informações sobre o passado — e a *escrita histórica*. Entre a fase da pesquisa nos arquivos e a conclusão de uma história escrita, o historiador efetua operações transformativas segundo as quais o elemento figurativo é continuamente intensificado (8). É somente através da *operação tropológica* e não pela *dedução lógica* que: a) um conjunto de acontecimentos é transformado na ordem seqüencial de uma crônica de fatos; b) uma seqüência de fatos é transformada pelo enredamento narrativo numa estória específica com início, meio e fim discerníveis; c) e constituída como um assunto de argumentos formais chamados para fornecer a justificativa do porquê de os eventos terem um significado e não outro (p.8).

Essas três transformações, que consistem em três tipos de afastamento da ordem e do sentido dos acontecimentos do registro, são tropológicos, respectivamente por que: 1) à medida que os acontecimentos ocorrem no tempo (impessoal), uma cronologia é um código cultural específico usado para ordená-los em unidades sintéticas que são lingüísticas e específicas de cada cultura, e não naturais; 2) não há nenhuma necessidade, lógica ou natural, que vincule a seqüência de fatos da crônica a um significado do tipo-enredo mediante a caracterização e transformação desses fatos em figuras típicas de relatos encontrados em nossa cultura; 3) qualquer argumento usado para avançar e explicar os fatos da crônica faz referência tanto ao enredo utilizado para moldar esses eventos numa estória particular quanto aos fatos da própria crônica. Nesse sentido, o argumento de um discurso histórico é, em última análise, uma ficção de segunda mão, uma ficção de uma ficção, ou uma ficção do fazer ficção.

Em acordo com essas transformações operadas no discurso histórico, pode se identificar nele diferentes níveis de uso da linguagem natural (léxico, sintático e semântico), ou diferentes maneiras de usar o código da linguagem para falar significativamente a respeito do passado humano. Mesmo que a tropologia não seja concebida por White como uma teoria sistematizada da linguagem, ela é capaz de fornecer uma perspectiva para analisar os diferentes elementos, níveis e suas combinações em discursos não formalizados como a historiografia: são basicamente três os níveis do discurso histórico: o descritivo, o argumentativo e o narrativo (p.10). Em *Realismo Figural*, Hayden White analisa cada um desses níveis nos termos da tropologia.

Assim, White recoloca os tropos no centro do discurso historiográfico e os relaciona de duas maneiras: 1) com a descrição e a argumentação historiográfica; 2) e com a descrição e a narrativa historiográfica. Os tropos fazem mediação entre descrição e argumentação, por um lado, e entre descrição e narração, por outro, mas a relação entre *argumentação e narrativa* parece não preenchida pela tropologia: a relação entre argumentos e narrativa não é clara em historiografia. (p.182; nota 1 do capítulo 2)

Primeiramente, cabe repetir que os acontecimentos históricos são acontecimentos que realmente ocorreram ou que se pressupõe terem ocorrido realmente, mas que, não obstante, não são acessíveis a percepção direta. Como inacessíveis a percepção direta os acontecimentos do registro precisam *primeiramente* ser

caracterizados ou descritos de um modo tal que se tornem passíveis de conhecimento especificamente histórico, e são descritos na maior parte das vezes em linguagem natural ou não técnica. Conseqüentemente, a explicação — tanto argumentativa quanto narrativa — é sempre fornecida *subseqüentemente* aos acontecimentos caracterizados (descritos) inicialmente (p.59) Os acontecimentos são distintos dos fatos. Acontecimentos ocorrem num tempo e espaço concretos. Fatos são enunciados a respeito de acontecimentos sob a forma de *predicação*. Os fatos, portanto, são constituídos no ato de descrição predicativa dos acontecimentos, e são predicados e *relacionados* uns com os outros segundo *as regras da tropologia*.

Hayden White agora faz distinção entre *tropo* e *figura* de linguagem. Um tropo é uma virada ou desvio da linguagem literal, isto é, um desvio do significado convencional pela alteração da ordem entre os termos que formam uma proposição. Apesar do número de desvios possíveis nunca ter sido determinado definitivamente, ele inclui todas as figuras de linguagem tornadas possíveis pelo jogo com as categorias da similaridade e diferença (metáfora), relação espacial ou temporal (metonímia), variação qualitativa entre as entidades pertencentes a uma espécie ou gênero individual (sinédoque), e inversão contrastiva (ironia). Os tropos representam modos de relação presumidos para sancionar *a conjunção ou a disjunção* entre entidades ou seus atributos significativos em uma figura de linguagem especificamente empregada. Assim, a metáfora é sancionada ou tornada possível pela presunção de alguma semelhança entre duas entidades convencionalmente classificadas como pertencentes a espécies diferentes. A ironia é sancionada pela percepção de um contraste fundamental entre entidades ou entre atributos significativos convencionalmente ligados (numa metáfora) por afinidade ou similaridade (no código lingüístico). Dessa maneira, Hayden White usa o termo tropo para fazer referência ao *modo de relação* pressuposto no emprego de algum desvio de linguagem, e o termo figura para referir a algum *desvio específico* de linguagem, passível de ser subsumido ou classificado em algum modo de relação geral entre os signos (p.103 e 104).

Assim, em termos propriamente lingüísticos (o modo como a linguagem se articula para produzir significação), os tropos básicos da retórica consistem em diferentes modos de vincular uma ordem de palavras a uma ordem de pensamentos (significados) no eixo paradigmático da linguagem (por exemplo, Estado Político à opressão, libertação), e as fases anteriores e posteriores de um discurso no eixo

sintagmático (por exemplo, parágrafos ou capítulos transicionais). A predominância de um modo de associar palavras a pensamentos (significados) uns com os outros ao longo de um discurso permite reconhecer os modos em que um discurso *constitui o seu tema* no momento em que começa a falar sobre ele, e avaliá-lo em termos tropológicos (p.11). Nesse sentido, *retórica* é entendida por White menos como a teoria da fala persuasiva do que a teoria da base tropológica da fala e do discurso (p.127).

Na produção de significação na linguagem os signos se relacionam, de acordo com o estruturalismo lingüístico, ao longo de dois eixos: o eixo paradigmático e o eixo sintagmático. Por isso a tropologia age sobre relações substitutivas e combinatórias entre os significados, e o desvio lingüístico é o resultado da substituição do significado de uma ou mais noções convencionalmente associados no eixo paradigmático do código e a sua combinação numa seqüência *inabitual* no eixo sintagmático da fala. Esses desvios não são concebidos como uma forma vazia do discurso, mas como um conteúdo dele.

Mas esses desvios lingüísticos, ou modos de relação, inerentes produção do significado pela linguagem natural são concebidos dessemelhantermente quando vinculados ao nível descritivo-argumentativo e descritivo-narrativo da historiografia. Com respeito à descrição como explicação argumentativa, existem quatro modos de caracterizar inicialmente as relações entre uma entidade histórica e o seu contexto: modo de descrição *metafórico* (pressupõe uma relação de analogia, afinidade ou similitude entre a entidade e o contexto); modo de descrição *metonímico* (pressupõe uma relação de contigüidade entre a entidade e o contexto, ou de causação do contexto em relação à entidade); o modo de descrição *sinedóquico* (pressupõe a identificação completa da entidade com o contexto, o significado geral do contexto repete-se em cada entidade isolada), e o modo de descrição *irônico* (a entidade é concebida como oposta ao seu contexto) (p.54)

Hayden White aprimora a concepção da explicação (argumentação) contextualista apresentada no Meta-História, e volta a afirmar que elas obtém seu efeito específico de explicação à medida em que recapitula no nível do argumento explícito um tipo de relação já depositado no nível da descrição inicial do acontecimento-a-ser-explicado pelo modo figurativo da ironia: o tropo que deriva seu efeito explicativo ao descrever (caracterizar) os acontecimentos por predicados relacionais de oposição ou

contraste (entre coisas tidas por similares e classificadas dentro de uma mesma espécie) (p.52) A teoria da descrição figurativa (inicial) irônica e da argumentação contextualista é aprimorada e revisada da seguinte maneira:

- a) A estratégia contextualista de argumentação em historiografia se distingue das demais (idiográfica, organicista e mecanicista) por descrever (predicar) inicialmente um acontecimento (agente, instituição ou mesmo um processo) de algum modo *em oposição* ao seu meio ambiente mais imediato: ao predicar a entidade com algum termo que possibilita opô-la ao ambiente, a linguagem o *transforma* em um fato para explicação contextualista. O fato é descrito ou predicado como bastante diferente de outros acontecimentos geralmente semelhantes que habitam o mesmo ambiente, de um modo tal que é incompreensível como uma espécie da classe a qual essas entidades pertencem, fazendo emergir assim o grande homem ou a grande mulher, o acontecimento catastrófico, o novo e imprevisto movimento social, a ação monstruosa ou venerável.
- b) A entidade em questão é assim descrita e manejada como alheia ou estranha ao ambiente para ser incompreensível por referência (contrastiva) a qualquer coisa concebida como típica do seu meio. A incompreensibilidade da entidade em relação às entidades relativamente similares do ambiente, descrita inicialmente ao modo da oposição, percorre a trajetória de uma seqüência processual narrativa. Nessa trajetória a descrição da entidade e do ambiente é *redescrita*, ou descrita outra vez, sob pena de o próprio processo não avançar adiante e, conseqüentemente, a entidade não receber explicação alguma através do meio onde está inserida. A redescrição, portanto, está limitada a trabalhar com a entidade a ser explicada *pelo* ambiente.
- c) A análise contextualista procede pela redescrição simultânea tanto do ambiente quanto da entidade a ser explicada pela sua relação com esse ambiente. A redescrição estendida ao longo da trajetória narrativa efetua o tipo tácito de transcodificação (passagem de uma codificação (por oposição) a outra (por similaridade)) através da qual os leitores foram educados a perceber na operação de todo discurso. O que é originalmente descrito numa metalinguagem (oposição predicativa da entidade a uma ou mais espécies incapazes de contê-la) é progressivamente redescrito em outra (assimilação

dos predicados inclassificáveis da entidade a espécies que podem supostamente incluí-la). A redescrição, que é uma recodificação, efetua a troca (substituição) entre atributos da entidade e texturas do ambiente: o que pertence à entidade (diferenças opositivas) “sobe” ao ambiente (pois a entidade é caracterizada como oposta a algumas outras coisas do ambiente, e não a todas) e o que caracteriza o ambiente (similaridades) “desce” a entidade. A redescrição transforma assim um ambiente (as instituições sociais da França do século XVIII) num contexto identificável (a sociedade francesa do século XVIII).

- d) O mesmo é feito com as entidades que habitam o contexto agora já identificável (Luís XIV, os Estados Gerais, as classes trabalhadoras de Paris, os camponeses e assim por diante): cada uma é individualizada por ser imediatamente diferenciada das outras entidades geralmente similares, e ao mesmo tempo serve como expressão da essência do contexto partilhado por todas elas.

A circunstância de os quatro tipos de descrição de acontecimentos serem igualmente plausíveis sugere a natureza figurativa delas. Isso não é dizer que a descrições das entidades históricas e o contexto que elas habitam carecem de correspondência real. As descrições figurativas como as predicções literalistas referem-se tão bem aos acontecimentos quanto possibilitar esses acontecimentos e a estrutura-processo da qual eles estão em relação. A diferença é apenas que o modo de referência é indireto e não direto, pois os atributos de tempo-e-espço específicos ao acontecimento são tão numerosos (potencialmente infinitos), que eles somente podem ser postulados como distintos uns dos outros por caracterização figurativa. Mas caracterização figurativa especialmente porque o processo de contornar significativamente um conjunto ou série de acontecimentos pela sua identificação deles *com* e diferença deles *de* constitui uma síntese que incorpora ao mesmo tempo em que exclui outros acontecimentos em virtude da figura utilizada para caracterizá-los (p.52).

Como a descrição historiográfica tem o propósito último de colocar as entidades caracterizadas numa seqüência narrativizada que as qualifica de histórica, é permitido falar em descrição-como-narrativização. À medida que Hayden White identifica o nível da narrativização na historiografia com a interpretação historiográfica, ele fornece uma análise tropológica da interpretação narrativizante em historiografia, ou mais

especificamente, da descrição-como-interpretação narrativizante: a historiografia também se caracteriza por ser uma interpretação dos acontecimentos passados, e uma interpretação que é fundamentalmente uma narrativização deles (p.2).<sup>28</sup> Mas a interpretação por descrição-narrativizante é apenas *um* dos tipos de interpretação dos fatos reais, não o único, conseqüentemente uma seqüência de fatos descritos/interpretados narrativamente tem por tema não somente a seqüência de fatos narrada, mas a própria narração em si mesma, e o ato de narrar constitui igualmente o assunto da seqüência narrativa. Isso quer dizer que consta no enredamento narrativo de algum tema (*interpretandum*) a chamada função *matanarracional*, ou seja, a narração como assunto da própria seqüência narrativa descrita em um modo figurativo específico (p.130).

A estrutura de uma modalidade de figuração no nível metanarracional provê a base para um equivalente de enredamento no nível propriamente narrativo. A narrativa, no nível de consideração metanarracional, consiste numa descrição da passagem entre as diferentes modalidades dominantes de figuração: uma passagem que consiste tipicamente, não exclusivamente, de um movimento que parte da descrição metafórica do *interpretandum*, passa pela dispersão metonímica dos seus atributos e vai em direção a descrição sinedóquica que compreende a sua possível natureza (essência), até chegar ao distanciamento irônico do processo da própria interpretação descritiva-narrativizante. Não há conexão lógica ou causal entre as diferentes fases da descrição narrativizante, diz Hayden White. (p.137-138)

É importante considerar se um historiador vaza sua descrição narrativizante optando por apresentar não exclusivamente, mas predominantemente, a parte pelo todo ou o todo pela parte. Pois se os eventos são apresentados (transformados em fatos) como partes de um todo (com o significado não apreendido em nenhuma das partes tomadas individualmente), ou se o todo é apresentado como nada mais que a soma das suas diferentes partes constituintes, importa para o tipo de verdade que se pressupõe encontrar na investigação do conjunto de eventos em questão, e para aquilo que será tido como prova da justificação do significado dele. As estruturas de produção de significado (metonímica, sinedóquica, irônica), utilizadas pela historiografia, são

---

<sup>28</sup> A identificação da interpretação histórica com a narrativização também é feita por Hayden White em seus três livros anteriores: “Meta-História”, “Trópicos do Discurso” e “O Conteúdo da Forma”, mais explicitamente nos dois últimos.

encontradas em sua forma mais pura nas *ficções* literárias (p.16). Isso faz com que a narrativização seja considerada não apenas uma forma vazia, mas como um modo discursivo cujo conteúdo é a sua própria forma (p.18). Em perspectiva tropológica, quando se diz que a forma do discurso é considerada o seu conteúdo, ou como um dos seus conteúdos, quer-se dizer — que esse conteúdo da forma — consiste na sua natureza lingüística especificada na estrutura do *discurso narrativizante* vazado por um tropo dominante: *na narrativização o tropo opera a linguagem pela representação de acontecimentos como partes de totalidades identificáveis*. A narrativização pode assim ser tropologicamente caracterizada como o tipo de discurso no qual a *sinédoque* funciona como o tropo fundamental para “amarrar” as partes de uma totalidade, descritas dispersamente ao longo de uma séria temporal, ao modo da identificação delas com o todo.

#### **4.2. O acontecimento modernista e o problema da sua representação historiográfica: a anti-narrativização modernista, a escrita intransitiva na voz média e o abandono da tropologia — o exemplo paradigmático do Holocausto e da Solução Final.**

O problema da representação historiográfica dos chamados acontecimentos modernistas tem por base a dissolução do acontecimento como unidade temporal delimitada, ou como bloco modelado sobre o qual a historiografia é construída. Essa dissolução debilita a noção de facticidade, por um lado, e atenua a rígida distinção entre discursos realistas e discursos meramente imaginários, por outro. Em outros termos, a dissolução do acontecimento abala a pressuposição fundamental sobre a qual assenta o modelo tradicional de representação realista na historiografia: a oposição entre fato e ficção. Desse modo, problema segundo o qual o modernismo literário tem que resolver é assim colocado por Hayden White: como representar *realisticamente* a realidade, abandonando a oposição fundamental através da qual o realismo tradicional é construído (*a oposição entre fato e ficção*)? Essa questão é trabalhada por Hayden White no contexto de acontecimentos experienciados que não somente não poderiam ter ocorrido antes do século XX, mas cuja natureza, efeitos e alcance impedem a possibilidade de serem ao menos imaginados anteriormente. Esses são os chamados

acontecimentos modernistas, e podem ser exemplificados pelas duas grandes guerras mundiais, a explosão demográfica da população mundial, o crescimento da pobreza em escala jamais vista, a fome massiva, a degradação do meio ambiente de uma forma geral, a poluição atmosférica em especial, e os programas de genocídio praticados por governos mediante procedimentos racionais e de tecnologia científica (p. 223-224).

Esses acontecimentos, segundo White, apresentam *muito pouca semelhança* com tudo o que anteriormente constituía como tema de investigação e escrita da historiografia de uma forma geral. Por conseqüência, não se prestam a compreensão mediante técnicas de explicação do senso comum empregadas na investigação histórica convencional, nem a técnicas de representação escrita usadas na historiografia desde Heródoto aos realismos historiográficos produzidos no século XIX. É nisso que reside a distinção essencial do modernismo literário das formas anteriores de realismo, pois a representação tem que ver agora precisamente com a captura da *novidade* de tais acontecimentos (p.226).

O que caracteriza a novidade dos acontecimentos modernistas é o modo como *operam* na consciência e na memória dos grupos mais diretamente afetados por eles: *traumaticamente*. Funcionam, segundo Hayden White, analogamente aos traumas infantis na psique dos indivíduos neuróticos, isto é, não podem ser simplesmente esquecidos ou expulsos da mente, mas também não são recordados de forma adequada. Para os grupos mais diretamente afetados por esses acontecimentos, seus significados são *ambíguos*: o que não implica de alguma maneira que esses acontecimentos nunca tiveram lugar ou existiram. Não somente as suas ocorrências estão amplamente comprovadas, mas também o alcance e os efeitos dessas ocorrências persistem nas sociedades e gerações presentes que não tiveram experiência direta deles. Dentre esses *efeitos*, Hayden White toma em consideração a dificuldade das gerações atuais em chegar a um *acordo* a respeito do *significado* desses acontecimentos.

O problema da representação escrita dos acontecimentos modernistas, portanto, não diz respeito ao acordo estabelecido ou não sobre fatos a respeito de tais acontecimentos (comprovação documental), mas refere-se às possíveis maneiras de construir (descrever) os fatos de um modo tal que possa suportar diferentes significados a respeito deles. O problema da representação escrita dos acontecimentos modernistas está assim vinculado com a base do relativismo em sua forma geral, isto é, com a

distinção entre *acontecimento*, *fato* e *significado*: um acontecimento ocorre num lugar e momento, um fato é constituído com base no acontecimento por predicação descritiva, e o significado é o alojamento do fato caracterizado inicialmente em alguma forma de representação globalizante: narrativa, nomológico-dedutiva, estatística e outras.

O relativismo lingüístico de Hayden White não reconhece que os fatos estabelecidos a respeito de um acontecimento qualquer constituem o significado dele. Por isso os fatos constituídos com base em comprovação documental não representam critério suficiente para arbitrar entre os diferentes significados que diferentes grupos filiados a diferentes ideologias políticas podem dar ao acontecimento questão (p.225).

É a natureza anômala dos acontecimentos modernistas que justifica *mais do que nunca* a tripartição da realidade passada em acontecimento, fato e significado, por um lado, e abala o status do fato com relação ao acontecimento, por outro, pois a reconceptualização do acontecimento pelo modernismo literário leva a sério duas pressuposições com respeito à explicação narrativa realista de um acontecimento singular, seja pelo oferecimento de detalhes abundantes (explicação ideográfica), seja pelo vínculo do acontecimento ao seu contexto (explicação contextualista): 1) o número de detalhes identificáveis num acontecimento singular é potencialmente infinito; 2) o contexto de qualquer acontecimento singular é infinitamente extenso, ou ao menos não é objetivamente determinável pelo registro-histórico. Conseqüentemente, a única coisa que se pode dizer a respeito de acontecimentos singulares do passado é que ocorreram num lugar e num momento específico (p. 228-227). São essas duas considerações que justificam a distinção entre acontecimento e fato feita pelo modernismo literário, implicando em uma nova noção de acontecimento que altera conseqüentemente a noção de significado para representá-lo por escrito.

Considerada a abundância infinita dos detalhes e a infinitude potencial dos contextos, ou analogamente, os mistérios enigmáticos em motivações e intenções e a quantidade indefinida das suas causas, um acontecimento é apenas um exterior (manifestação fenomênica) sem um interior (propósitos, motivos), enquanto que um fato tem o seu exterior dentro do interior. Quando o exterior é exterior, não há começo e enquanto é exterior não há fim, e quando não começa nem termina não é um fato, mas simplesmente um acontecimento. A descrição narrativizante de um conjunto de fatos tende a liberar o interior do exterior, de dentro do exterior. É, na verdade, o processo de

liberação do interior a partir do exterior que constitui a própria narrativização como um processo gradativo em que o acontecimento se revela ao longo de um processo como uma estória de tipo particular. A narrativa é, assim, intrínseca a noção do fato. Mas a empatia pressuposta nessa noção é impedida no trato dos acontecimentos modernistas, pois eles resistem ao interesse do historiador em partilhar da interioridade do acontecimento, seja na perspectiva dos perpetrados seja na dos perpetradores (p.244).

Nesse sentido, o acontecimento modernista não se presta, ou não se presta adequadamente, a representação escrita que: 1) apresenta a atividade dos agentes humanos como sendo completamente conscientes de suas ações, ou como se eles compreendessem a História do mesmo modo que o historiador a compreende (após consumado o efeito múltiplo delas); 2) conseqüentemente, resiste a tentação em tramar os acontecimentos e as ações dos personagens de modo a produzir o significado derivado da demonstração de como o final de alguma coisa está contido em seu próprio começo. Dessa maneira, o modernismo literário efetua a desrealização do fato ao despojar o acontecimento de sua função (na) narrativa tradicional.

As técnicas modernistas para representação dos acontecimentos modernistas são mais adequadas por que foge a fetichização inevitável do realismo ao submeter qualquer acontecimento ao formato de um relato narrativo. O fetiche significa a fixação mais na forma do acontecimento do que no acontecimento mesmo, e a forma é o relato com as suas características formais de início e fim, mas do fim *já* contido no início. Se o relato reclama o fetiche, o fetiche reclama os tropos para transformar pessoas, instituições e lugares em figuras que atendem ao propósito exclusivo de funções específicas e hipostasiadas daquele relato narrativo e não de outro. A desfetichização do acontecimento é a *destropologização* do acontecimento, e a técnica de representação modernista anti-narrativa sugere que narrativas não narrativizadas não podem ser analisadas com base em um tropo descritivo-lingüístico dominante: a escrita intransitiva parece não fazer mais referência a metalinguagem dos historiadores.

A técnica de representação dos eventos modernistas inaugura um tipo de escrita anti-narrativizante que não pressupõe a tropologia, mas a escrita intransitiva na voz média, como apresenta Hayden White em *Historical Emploment and the Problem of Truth in Hitorical Representation*. Nesse ensaio White está particularmente interessado em dois tipos de afirmações encontradas na historiografia do Holocausto: a) que o

Holocausto é irrepresentável (inenarrável); b) que o Holocausto deve ser narrado literalmente e não figurativamente, ou seja, que deve haver uma e apenas uma narrativa com significado-enredo sobre o Holocausto. White volta a afirmar o que sustenta desde o Meta-História e reitera em *Trópicos do Discurso*: que há uma inexpugnável relatividade em toda representação narrativa historiográfica, e que essa relatividade é função da linguagem (natural ou ordinária) utilizada para descrever e caracterizar os acontecimentos antes da sua explicação e enredamento. Mas dois motivos obscurecem a relatividade inerente aos relatos historiográficos com respeito à realidade histórica: 1) a concepção de que a *narrativa histórica* é um mero continente dos acontecimentos históricos, ou um conteúdo neutro que nada acrescenta a eles, ou um modo naturalmente apropriado para representar diretamente os acontecimentos históricos; 2) a concepção de que os *acontecimentos históricos* consistem numa congêrie de estórias reais ou vividas no passado, tendo apenas de serem descobertas por trás do registro histórico não-processado e apresentadas ao leitor.

O problema da representação do Holocausto e da Solução Final levanta, assim, as seguintes e semelhantes questões: a) podem esses acontecimentos ser responsabilmente tramados em *quaisquer* modos, símbolos, e tipos de enredamento para compreendê-los, ou pertencem eles a uma classe específica de acontecimentos tais que, diferentemente da Revolução Francesa, da Guerra Civil Americana, ou da Revolução Russa, devem ser tramados de uma *única maneira* e denotar somente *um significado*? ; b) Frente a outros acontecimentos históricos, *a natureza* do Holocausto e da Solução Final *impõe limites absolutos* ao que se pode dizer fielmente acerca deles, ou são como muitos outros, indefinitamente interpretáveis de um modo tal que é impossível decidir a respeito do seu significado específico? (p. 28)

De um modo geral, as duas questões remetem a algum critério capaz de reconhecer a verdade de algumas narrativas e a falsidade de outras, quando estas entram em competição a respeito do modo de significar os acontecimentos pertinentes a um mesmo tema. Hayden White concede que narrativas contrapostas a respeito de um mesmo tema podem ser avaliadas e julgadas com base: 1) em sua fidelidade ao registro factual; 2) e na coerência dos argumentos que a narrativa supostamente contém. Mas as narrativas não contêm apenas enunciados factuais (proposições existenciais singulares) e argumentos que possam vincular essas proposições em algum sentido lógico putativo (causal e/ou intencional). As narrativas historiográficas também estão baseadas em

elementos retóricos e poéticos através dos quais uma lista de proposições singulares é transformada em uma estória de tipo particular. Nesse âmbito de elaboração dos acontecimentos do registro as narrativas historiográficas contrapostas não podem ser avaliadas com base nos fatos do tema em questão, mas com base nos diferentes significados que os fatos podem receber do enredamento *após* terem sido descritos e caracterizados de uma maneira e não de outra (por um ou outro tropo dominante).

Como a relação do enredo empregado para contar uma estória dos acontecimentos com o *conjunto* deles não é a mesma que se estabelece entre uma afirmação factual e o seu referente no registro, uma narrativa histórica referente a um mesmo tema do passado não pode ser invalidada somente com base na sua exatidão factual. Conquanto que seja supostamente literal a relação entre uma afirmação factual singular e o seu referente, a relação entre a estória-narrada e os acontecimentos que referem em conjunto é figurada. Isso quer dizer que as narrativas historiográficas que entram em controvérsia acerca do significado-enredo dos acontecimentos pertinentes a um mesmo tema podem ser invalidadas somente se elas forem concebidas como *descrições literais* dos seus acontecimentos, por um lado, ou *intrínsecas aos acontecimentos*, por outro.

Mas Berel Lang mostra a impropriedade da escrita figurativa para representar o Holocausto e a Solução Final, ou os perigos de transformar os seus acontecimentos em figuras de um relato narrativo. Pois a figuração acrescenta a representação do acontecimento: a) a si mesma, isto é, a *figura específica* utilizada pelo autor; b) conseqüentemente acrescenta de alguma maneira o próprio autor, isto é, os *valores vinculados a sua escolha* ao usar uma figura específica e não outra para caracterizar o acontecimento; c) a caracterização mediante uma figura específica produz *uma perspectiva particular sobre o referente*, ou acontecimento, limitando o que se pode falar acerca dele, pois ao mesmo tempo em que o ilumina em certos aspectos, fecha outras perspectivas ao obscurecer outros atributos dele; d) a classe de figuração predominante usada para transformar o que é uma mera crônica de fatos numa estória particular, *personaliza os agentes e humaniza as agências* envolvidas nos acontecimentos ao tomá-los como sujeitos intencionais e emocionais com os quais o leitor pode identificar-se ou não; e) e por último, os *generaliza*, representando-os no relato como exemplos típicos ou paradigmáticos de atos, agentes e agências no relato, encontrados similarmente nos gêneros literários e míticos.

Os efeitos peculiares produzidos pela figuração mostram *o caráter inapropriado da linguagem figurativa* para caracterizar acontecimentos moralmente extremos, entre os quais o Holocausto e a Solução Final representam exemplos históricos únicos. Esses efeitos específicos levam a sugerir que o genocídio nazista é intrinsecamente *irrepresentável*, especialmente por que o quinto efeito da figuração, isto é, a conversão dos acontecimentos do holocausto em exemplos paradigmáticos de ações e agentes distorcem a singularidade histórica do próprio acontecimento, ou melhor, é incapaz de descrever a sua novidade como um acontecimento (modernista) moralmente extremo.

Assim concebido os efeitos da figuração, Hayden White conclui que o que é necessário para qualquer um que escreve sobre o Holocausto é uma *atitude*, uma posição ou postura que não é nem objetiva nem subjetiva, nem passiva a respeito dos seus acontecimentos nem ativa em relação a eles. Esta atitude reclama a chamada escrita intransitiva para representação adequada dos acontecimentos do Holocausto, seja historiográfica ou ficcional. A escrita intransitiva nega a distância entre o escritor, o texto, aquilo sobre o que escreve (o acontecimento) e o leitor. Trata-se de um compromisso que vai além da mera descrição de acontecimentos (como recepção ou como criação deles). Para Hayden White, a escrita intransitiva é útil para resolver os dois problemas concernentes à representação do Holocausto colocados acima (a e b, página 105 da dissertação). Ela distingue *uma* das muitas características do estilo modernista do estilo do realismo clássico, ao focar um terceiro tipo de relação pela qual se pode representar um agente com respeito a uma ação. A própria linguagem natural em muitos idiomas fornece dois tipos para conceber a relação de um agente com uma ação: a) pela voz ativa (o sujeito agente pratica ou desempenha a ação); b) e pela voz passiva, o sujeito agente sofre ou é paciente de uma ação. De qualquer modo, em ambos os casos o sujeito da ação verbal é externo a própria ação, diferente dela. A terceira possibilidade representa a *voz média*, oferecida por algumas linguagens naturais como o grego: o sujeito agente é interior a ação verbal.

Quando transposta ao ato de escrita pelo modernismo literário, o verbo escrever não significa relação passiva (meramente receptiva em relação ao que escreve) nem ativa (construtiva em relação ao que escreve), mas de tipo médio. A escrita intransitiva é anti-narrativizante, e reconceitualiza as noções de agente e paciente, sujeito e objeto, fato e ficção, literal e figurado em qualquer versão do realismo. A reconceitualização da relação entre essas dicotomias tem as seguintes características: a) o desaparecimento do

escritor como narrador de fatos objetivos; b) o predomínio do tom de dúvida e interrogação na interpretação dos acontecimentos descritos aparentemente de forma objetiva; c) o emprego de técnicas que obscurecem e ou ocultam a impressão de uma realidade objetiva como completamente conhecida do autor; d) o uso da ocasião fortuita para representar uma seqüência temporal.

Vê-se que as características da escrita intransitiva vazada pela voz média, que White *identifica com escrita literária* e difere da escrita ficcional, parece não ter nada que ver com as funções dos tropos que White apresentou no *Meta-História* e em *Trópicos do Discurso*, como também em *Realismo Figural*. Para onde foram os tropos? A escrita intransitiva não diz nada a respeito da constituição dos fatos pela linguagem natural e dos modos de explicação argumentativa e enredamento que lhes são afins. Como agora constituir os fatos do Holocausto e da Solução final? A escrita intransitiva como alternativa para representar os acontecimentos modernistas, ao ter em mira a *atitude* do escritor em relação ao assunto que trata e o leitor que o recebe, parece estar justificada na *função fática ou expressiva* da linguagem e não mais na *função metalingüística*. O que parece faltar em *Realismo figural* é a articulação entre a função metalingüística da linguagem ordinária e a sua função expressiva: a relação entre o código (adequado) utilizado para constituir os fatos e a atitude (adequada) que o escritor e o leitor devem ter perante os fatos constituídos. White teria de falar em *descrição* intransitiva, e não somente em *escrita* intransitiva.

#### **4.3. Objeções Críticas selecionadas por Hayden White: Respostas a essas Objeções**

Em *Literary Theory and Historical Writing*, Hayden White não somente reapresenta a sua teoria tropológica do discurso historiográfico, apresentada em *Meta-História* e *Trópicos do Discurso*, mas seleciona e responde quatro objeções gerais levantadas e compartilhadas pelos críticos da tropologia. Seguem-se as objeções selecionadas por Hayden White:

Primeira objeção: a tropologia conduz ao determinismo lingüístico. Isso quer dizer que o historiador é fatalmente prisioneiro do tropo lingüístico através do qual ele caracteriza e descreve inicialmente as informações das fontes históricas sob

investigação. Ou o que dá no mesmo, o historiador somente pode ver nas fontes históricas *o que* os tropos conceitualmente iluminam e, conseqüentemente, não leva em conta a circunstância de que o historiador tanto altera sua interpretação geral dos eventos no correr da sua pesquisa quanto revê suas concepções do significado de eventos particulares perante as evidências (p.14)

Resposta: não há nada na teoria tropológica, diz White, que implique em determinismo lingüístico, pois a tropologia é uma teoria do discurso e não da mente ou da consciência. Como teoria do discurso, a tropologia somente tem a dizer sobre a representação (por escrito em geral, e narrativa em especial), mas não tem nada a declarar sobre a percepção (p.17). E acrescenta-se que a constituição tropológica de objetos de narração mediante estratégias metafóricas, metonímicas (de redução), sinedóquicas (de integração) e irônicas (de oposição) aplicadas às informações das fontes históricas, de modo a transformá-las em fatos contornados para explicação, consistem em modos formais de relacionar conteúdos referenciais da escrita narrativa-narrativizante. Isso quer dizer que os modos de relação podem ser limitados, mas *o que* por ser “visto” e significado a partir deles é potencialmente infinito: o uso da estratégia integrativa aplicada, ao modo da sinédoque, a um mesmo tema histórico qualquer, não significa que o conteúdo referencial integrado seja *o mesmo* e que as coisas tidas para dizer sejam *as mesmas*. Por isso a tropologia é elevada por White ao estatuto de pano de fundo de todas as composições discursivas do ocidente. Está na própria convenção dos discursos filosóficos, sociológicos, psicológicos e históricos que a escrita deve em algum momento, geralmente no final ou na conclusão dela, “amarrar” a seqüência de informações descritas e apresentadas mais ou menos dispersamente na qualidade de *partes identificadas como pertencentes a uma mesma totalidade temática*, ao modo da sinédoque.

Segunda objeção: ela dirige-se contra a concepção da *natureza tropológica da linguagem* (como sistema de signos) e a sua principal implicação para a pretensão de verdade do discurso historiográfico.<sup>29</sup> A concepção tropológica da linguagem dissolve a

---

<sup>29</sup> Hayden White diz-se objetado pela sua concepção da natureza tropológica da linguagem. Mas a *moderna teoria da linguagem* (por ela entenda-se *lingüística estruturalista* e, por metonímia, entenda-se *Roman Jakobson*) reconhece seis funções da linguagem correspondentes aos seis elementos da comunicação, operantes nos atos de fala através dois eixos através dos quais os signos se combinam para produzir significação, o eixo paradigmático e o eixo sintagmático. Isso quer dizer que a objeção selecionada por White é mais precisamente compreendida se falarmos em concepção tropológica da *função referencial da linguagem*. A tropologia como teoria da linguagem em geral, envolvendo as suas

distinção entre a fala literal (da escrita prosaica) e a fala figurativa ou metafórica (da escrita poética), e submete a fixidez referencial da primeira à fluidez referencial da segunda. Assim, a tropologia entende a linguagem literal (o significado “próprio” dos termos e dos signos) como o uso figurativo que está regularizado e estabelecido como literal unicamente por convenção. O que é literal e o que é figurativo num dado momento do intercambio comunicativo de uma determinada comunidade lingüística torna-se figurado num outro momento e vice-versa, cuja alteração procede ao sabor da regra que determina o que é literal e o que é metáfora. Conseqüentemente, a concepção tropológica da linguagem não reconhece “o apelo aos fatos” como critério para justificar e criticar uma interpretação, ou para decidir contendas interpretativas a respeito deles. Isso porque o que é contado como fato é infinitamente revisto à exata medida de flexibilidade da regra que convencionou o que é tido por uma afirmação literal e o que é tido por uma afirmação metafórica. Nessa concepção, uma declaração factual não é somente uma proposição existencial singular enunciada em linguagem literal, mas tal proposição somada a convenções mais ou menos implícitas para determinar o que nela vale como literal e o que nela conta como figurativo, de modo que tais declarações não podem ser mais tomadas em seu valor-verdade. Em resumo, a concepção da natureza tropológica da linguagem fere a concepção da factualidade e, em decorrência, a pretensão da historiografia com respeito à verdade factual no nível das sentenças individuais, por um lado, e a pretensão de verdade do discurso narrativo como uma totalidade, por outro. Assim, a teoria tropológica da linguagem ameaça a pretensão milenar da história em tratar de fatos e, portanto, o seu status como disciplina empírica.

Resposta: A teoria tropológica da linguagem não ameaça a pretensão de a historiografia ser, em última análise, uma narrativa de fatos “confirmados” nas fontes e, por isso, não abala o seu status como disciplina empírica. Pois a tropologia não destrói a distinção entre fato e ficção, mas apenas redefine essas duas noções — tidas por inteiramente opostas — dentro do discurso narrativo. É certo que para a tropologia não existem “fatos brutos” ou “fatos puros”, mas apenas eventos sob diferentes descrições. Para a tropologia, então, a factualidade é uma questão dos protocolos trópico-descritivos utilizados para transformar eventos em fatos. A teoria tropológica da descrição

---

seis funções, os seis elementos da comunicação e os dois eixos através dos quais os signos se articulam, é atribuída por White em sua polémica com George Iggers.

figurativa apenas implica que os eventos não devem ser confundidos com fatos: os eventos acontecem e os fatos são constituídos pela descrição lingüística.

Terceira objeção: a concepção tropológica da linguagem, quando relacionada ao discurso historiográfico, tem implicação ontológica a respeito da *natureza dos objetos investigados* pelos historiadores. Ela implica que esses objetos (Napoleão II, Getúlio Vargas, o Renascimento, a Revolução Francesa) não são encontrados ou confirmados num mundo passado real, mas que são construções da linguagem, objetos irrealis, poética ou retoricamente inventados, cuja existência se restringe unicamente aos livros. Isso quer dizer que a concepção tropológica da linguagem enfatiza a função poética (auto-referente), conativa (emotiva) e, sobretudo, metalingüística (codificadora) à custa da função referencial (predicativo-descritiva) e expressiva (pensamento e intenção autoral) da linguagem. À medida que se quer que o discurso historiográfico seja fundamentalmente referencial e expressivo (do pensamento racional do seu autor sobre seus referentes), a tropologia nega a “realidade” dos referentes da historiografia e a concebe unicamente como uma invenção, no sentido de um constructo puramente ficcional: a dissolução da distinção entre a função referencial da linguagem e as suas outras funções, ao negar ou colocar em questão a existência da própria realidade (extra-lingüística), nega ou coloca em questão a possibilidade de representar tal realidade realisticamente (p.14-15).

Resposta: a tropologia não nega a existência de entidades extra-discursivas nem a capacidade do discurso narrativo de referir-se a elas. Não sugere que “tudo” é linguagem, fala ou discurso, mas apenas que a referencialidade e a representação de acontecimentos *na* linguagem são temas muito mais complexos e delicados do que às noções literalistas pré-estruturalistas da linguagem supõe. A tropologia, de fato, enfatiza a função metalingüística (codificadora, expressa em *o modo* de se falar das coisas por recurso a vários códigos de linguagem) mais do que a função referencial (*o que* se fala de tais coisas a partir de tais códigos específicos de linguagem). A função referencial aponta para as mensagens contingentes que são possíveis emitir e fabricar a partir do uso dos códigos, e a tropologia ao enfatizar como esses códigos são usados para a produção da significação referencial preocupa-se predominantemente com a função metalingüística: tal preocupação não quer dizer ou implica que a referência discursiva não seja possível e, muito menos, que o referente extra-discursivo não existe (p.16).

Quarta objeção: o uso da teoria tropológica da linguagem como base teórica para analisar a composição do discurso historiográfico, os seus elementos, níveis e combinações, também tem implicações para o status epistêmico do discurso do próprio teórico da historiografia a respeito de suas teorizações críticas sobre a natureza do discurso historiográfico. Como a qualidade essencial do discurso é a constituição poético-retórica (imaginária) dos objetos de referência no momento mesmo em que começa a descrevê-los e caracterizá-los, preparando-os para receber explicação (pretensamente realista), ele *inventa seus assuntos e não os encontra no mundo real*. Se for assim, o discurso tropológico (do teórico da historiografia) sobre o discurso (historiográfico) segue a mesma lógica: primeiramente inventa seus objetos de reflexão para, secundariamente, analisar e explicar sua própria invenção: ele *inventa seus assuntos ao invés de encontrá-los no próprio texto historiográfico*. Dessa maneira, “como pode o crítico tropológico levar seu discurso a sério ou esperar que os outros o façam?” Ou seja, a concepção tropológica da linguagem torna impossível a crítica cognitivamente responsável (racionalmente justificada e empiricamente assentada) e, nesse sentido, destrói a própria atividade da crítica (teórico-historiográfica) (p.15).

Resposta: se todo discurso é estruturalmente tropológico, é correto supor que o discurso do tropologista sobre qualquer discurso também o é. Mas a implicação que se deve tirar é apenas que a escrita e a análise tropológica deve ser feita com plena consciência do seu aspecto figurativo. Quando a crítica tropológica analisa a estrutura tropológica de um texto, ela sabe-se estar lidando com fatos de linguagem e de discurso. Ela se refere a coisas que são percebidas no texto ou que acredita perceber nele, mas consciente de que faz referência tanto de maneira direta (literal) como indireta (figurativa). Por fim, Hayden White afirma que as quatro objeções podem ser mais ou menos constrangedoras conforme o grau de confiança — manifesta em alto grau nos críticos da tropologia — que se tem nas distinções convencionais entre escrita literal e escrita figurativa, discurso referencial e não-referencial, narrativa factual e narrativa ficcional, e o conteúdo e a forma do discurso narrativo. Como a tropologia não dissolve essas distinções, mas as reconceitualiza, não se trata de vê-las como alternativas excludentes no uso da linguagem, mas como pólos de um *contínuo lingüístico* entre os quais a escrita se move na elaboração do discurso (narrativo). Esse movimento é ele mesmo tropológico, e como tal pode e precisa ser analisado tropologicamente (p.15-16)

## CAPÍTULO 5

### QUATRO POLÊMICAS COM HAYDEN WHITE

A relação entre o desenvolvimento dos trabalhos de Hayden White, posteriores a data de publicação do *Meta-História* (1973), e as reações críticas que são despertadas em diferentes autores ao longo de mais de quarenta anos permanece ambígua. Ao passo que Wulf Kansteiner vê a coletânea de ensaios reunidos em *Trópicos do Discurso* (1978), *O Conteúdo da Forma* (1986) e *Realismo Figural* (1999) como respostas as diferentes críticas que lhe foram anteriormente destinadas, Richard Vann afirma exatamente o contrário, que White trabalhou posteriormente ao *Meta-História* com grande independência em relação ao modo como seus escritos eram recebidos por historiadores e críticos literários.

A ênfase de Kansteiner na interdependência entre os trabalhos de White e as críticas que lhe foram dirigidas, confere a estas um poder destabilizador dos seus pontos de vista originalmente enunciados em seu ensaio de 1966, *O Fardo da História*, e estabelecidos em 1973 no *Meta-história*, encontrando nas respostas de White uma tentativa mal sucedida em opor-se a elas, no sentido de sua incapacidade em propor alternativas coerentes às suas afirmações iniciais sem cair em *contradições*. Por outro lado, Vann não acredita que os escritos posteriores a 1973 são incoerentes ou contraditórios com as suas afirmações e pontos de vistas apresentados no *Meta-história*, mas que eles estão marcados por uma continuidade constituída pela elaboração de sucessivas *paráfrases* dispersadas nesses diferentes trabalhos. Esses pontos de vista e afirmações que estão sob avaliação de Kansteiner e Vann dizem respeito, fundamentalmente, a concepção de White da escrita historiográfica, de um modo geral, e as implicações dessa concepção para o problema da verdade na historiografia, em especial.

Wulf Kansteiner publicou o seu artigo sobre Hayden White em 1993 e, constatadas as contradições em seus diferentes trabalhos, sugeriu que White reformulasse o quanto antes, e sistematicamente, os pontos de vista incoerentemente dispersados nos seus trabalhos publicados após o *Meta-História*. Richard Van, por sua vez, publicou o seu artigo em 1998, e constatadas alterações não tanto de suas teses

fundamentais a respeito da escrita historiográfica como de seus interesses temáticos a respeito dela, sugeriu não à White, mas aos seus críticos, que abandonassem a obsessão com o Meta-História e dessem mais atenção a esses novos temas – por exemplo, a importância da ideologia na narrativa histórica, a defesa do sublime histórico, e a escrita na voz média como meio alternativo e adequado a representação dos chamados eventos modernistas.

Não independente dessa ambigüidade acerca do modo de interpretar o desdobramento dos escritos de White a partir do bombardeio crítico lançado ao Meta-História, seja como alteração incoerente e contraditória de seus pontos de vista originais, seja como manutenção parafraseada deles, fato inconteste é que algumas críticas de alguns poucos críticos obtiveram resposta direta de White, e tomaram a forma de verdadeiras polêmicas. Toma-se polêmica, aqui, no sentido comum do termo: um debate travado *diretamente* entre dois interlocutores motivados por divergências a respeito de um mesmo assunto. Como interlocução não somente divergente, mas, sobretudo, direta entre os envolvidos na discussão, não se supõe, por exemplo, que Carlo Ginzburg polemizou com Hayden White, pois os ataques do primeiro, mesmo que explícitos, nunca obtiveram resposta direta do segundo, ou seja, uma *réplica*. Entre Ginzburg e White há divergências, não polêmica. Por outro lado, Roger Chartier, Arthur Marvick, George Iggers e Dick Moses podem ser classificados no grupo dos críticos de Hayden White que polemizaram com ele, por isso a escolha do título desse capítulo. À medida que esses debates travados diretamente retrocedem a críticas diversas feitas à White por outros autores e em tempos diferentes nas décadas de 70, 80 e 90, eles representam boa ocasião para testar as abordagens díspares de Wulf Kansteiner e Richard Vann, sumariadas acima.

### 5.1. Roger Chartier x Hayden White

As perguntas de Roger Chartier à Hayden White foram publicadas em 1993<sup>30</sup>. Chartier não teve oportunidade de conhecer a abordagem de Van, e suas perguntas

---

<sup>30</sup> Chartier, Roger. “*Quatre Questions à Hayden White*”. *Storia della Storiografia*, vol.24, p.133-142, 1993. Esse artigo encontra-se traduzido para a língua portuguesa no livro de Roger Chartier, “À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude”, capítulo 4, com o título “*Figuras Retóricas e Representações Históricas*”, p. 101-116.

*coincidem* com o modo de abordagem crítica de Kainstener, implicitamente reforçando o pedido de revisão sistemática a respeito dos pontos de vista de White acerca da escrita historiográfica.<sup>31</sup> Vista dessa maneira, as “Quatre Questiones à Hayden White” podem ser concebidas como a elaboração de quatro perguntas que recapitulam alguns pontos das quatro principais obras de White a partir de outras críticas similares e anteriormente elaboradas por outros autores, mas pautada na exploração de possíveis tensões, paradoxos e contradições entre esses trabalhos, e inclusive dentro de um mesmo trabalho.

A primeira pergunta de Chartier explora o possível paradoxo entre os dois eixos através dos quais o Meta-história está baseado: a longa *tradição intelectual humanista* instaurada no período da Renascença (ênfase na faculdade humana de escolha), e o *movimento estruturalista* (ênfase na independência dos códigos lingüísticos em relação aos sujeitos individuais que o utilizam).<sup>32</sup> Para Chartier o método formalista, com base nesse pressuposto do estruturalismo, é incompatível com a pretensão humanista de libertar o presente do fardo da história: “é possível articular, sem grave contradição, a lingüística pós-saussureana e a liberdade do historiador como criador literário?”

Hayden White simplesmente responde que não fala do *cosmo* no Meta-História, mas de artefatos culturais, discursos, por isso não há contradição entre a idéia de códigos lingüísticos previamente existentes que circulam em uma dada cultura, colocando limites sobre o que se pode dizer e o modo como deve ser dito, e a idéia de que esses códigos podem ser escolhidos com maior ou menor liberdade, e mais ou

---

<sup>31</sup> O que aqui é chamado de “ponto de vista” apresenta-se, no capítulo 1, 2 e 3 dessa dissertação, como *afirmações que podem servir de conclusões* dos trabalhos de Hayden White.

<sup>32</sup> A caracterização da base tropológica da escrita histórica — dos autores analisados em Meta-História — como uma *estrutura profunda*, sugere, na interpretação de Chartier, que os tropos são estruturas impostas e desconhecidas que comandam automaticamente a escolha dos historiadores dos seus dados informativos e das estratégias para explicá-los independentemente de suas vontades e consciências. (104) Essa caracterização é parte do vocabulário do estruturalismo lingüístico, das suas oposições entre manifesto/profundo, superficial/latente, linguagem e pensamento, e está em acordo com dois de seus postulados: a) a existência de um código lingüístico prévio a qualquer enunciado, que não é mais que a diferença opositiva entre língua e fala; e conseqüentemente b) que a linguagem é usada sempre independentemente daqueles que a empregam, podendo sempre produzir, independentemente da sua vontade e controle, significações instáveis e imprevistas, isto é, tropos: a linguagem (natural) empregada pelos historiadores, igualmente ao enunciado metafórico, sempre significa mais do que literalmente diz e diz algo diferente do que parece e pretende significar (p.107). Em contrapartida, Chartier nota no Meta-História o vocabulário humanista e liberal, marcado essencialmente pelo uso do termo *escolha* com referência ao tropo que coordenará, segundo modos de relação, os tipos (gerais, particulares, integrativos e redutivos) de fatos que prestarão subsequentemente a explicação pelas estratégias de enredo, argumento e ideologia.

menos auto - conscientemente. Para sustentar a possibilidade de conciliação entre as duas perspectivas, a estruturalista e a humanista, White vale-se da maneira como Marx havia conciliado, numa famosa frase em “O Dezoito Brumário”, o problema da liberdade de ação individual em meio às restrições exercidas pelos condicionamentos sócio-econômicos, morais e jurídicos, existentes antes do nascimento de cada indivíduo: “os homens fazem a sua história, mas não fazem como querem; eles não fazem sob circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas, e transmitidas a partir do passado”. A mesma assertiva é válida para a produção dos discursos historiográficos dos historiadores.

Desde o “Meta-história”, e especialmente no ensaio introdutório ao “Trópicos do Discurso”, “*A Tropologia e os Modos da Consciência Humana*”, Haden White eleva um conjunto de categorias tradicionalmente restritas à descrição das figuras de estilo como a metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, cujas funções eram tidas como meros *ornadores* do texto, ao estatuto de estruturadores da própria compreensão das fontes históricas e, por conseqüência, da realidade histórica. *A compreensão* “é o processo de tornar familiar o não-familiar, ou estranho, de removê-lo do domínio de coisas consideradas “exóticas” e não classificadas para um ou outro domínio de experiência codificado de modo suficientemente adequado para que seja considerado como humanamente útil, não ameaçador, ou apenas conhecido por associação.” (p. 18; T.D) Isso quer dizer que uma área de fenômenos ainda não codificada somente o poderia ser por analogia, ou associação *metafórica*, com outras já estabelecidas linguisticamente.

Esse deslocamento funcional das figuras de linguagem *para* os modos de compreensão, segundo Chartier, faz com que os tropos (acima se exemplificou apenas a metáfora) sejam interpretados como categorias *a priori* do entendimento ocidental. A segunda pergunta é relativamente análoga a primeira, pois se a anterior diz respeito ao problema da suposta incompatibilidade entre a irredutibilidade das estruturas tropológicas e a liberdade de criação do historiador, esta, problematiza, a partir do seu caráter irredutível, a incompatibilidade entre a *universalidade* dos tropos como estruturadores da compreensão histórica frente à particularidade dos contextos históricos que informam usos e aplicações diferenciadas da retórica por autores distintos em diferentes lugares e momentos: “é legítimo aplicar o modelo tropológico da prefiguração poética e lingüística sem levar em conta o lugar, muito diferente conforme

as situações históricas, da retórica e sem medir a distância ou proximidade dos atores em relação a essa modalidade de codificação do discurso que não foi nem única nem estável entre a Renascença e o século XX?” Em outros termos, Chartier sugere que White devia ter contextualizado os diferentes discursos históricos dos diferentes historiadores que ele investigou no Meta-História – Michelet, Ranke, Burckhardt e Tocqueville.

A resposta de White se pauta em um dos propósitos do livro, isto é, analisar a escrita desses quatro historiadores a partir do método formalista enunciado logo na introdução do livro. Esse método desconsidera não somente o conteúdo referencial dos temas analisados, se eles são verdadeiros ou falsos, ou mais ou menos adequados a realidade dos fatos, mas também não leva em conta a relação entre a vida pessoal do escritor, o seu contexto social específico e os seus escritos. Concentra-se somente nos componentes estruturais que compõe cada obra (no caso de White, o enredo, o argumento e a ideologia). Nesse sentido, o modelo tropológico foi utilizado para qualificar metalingüisticamente a descrição histórica e a sua extensão como enredamento, argumentação e dotação de valores políticos e sociais aos eventos passados que eram do interesse desses historiadores. O modelo tropológico, portanto, é um tipo de linguagem mais ou menos adequado para falar da linguagem dos historiadores. Sua caracterização tem a vantagem de ser capaz de mostrar que a linguagem-objeto usada pelos historiadores não é transparente e que os seus discursos não estão limitados ao que literalmente dizem ou denotam, mas fundamentalmente pelo que figuram.

Quanto ao estatuto da retórica, os tropos podem ou não ser imanentes a linguagem natural. O que White garante é que eles são um universal lingüístico, isto é, qualquer código baseado em linguagem natural é inconstante e passível de desvios semânticos em vista de compreender algum objeto que ainda não encontrou terminologia técnica adequada para expressá-lo. Mas se isso faz deles universais da consciência humana, White afirma não saber. Eles estavam muito difundidos na Europa do século XIX, o que permitiu tratá-los como a uma espécie de lógica poética que constituía o discurso muito mais imediatamente do que qualquer versão do silogismo lógico.

A terceira pergunta de Roger Chartier diz respeito ao status (ficcional) do saber histórico, e problematiza um ponto de vista de White ambíguo e controverso para muitos críticos: a história não é uma ciência, mas um discurso, e o tipo de conhecimento que ela produz é idêntico ao conhecimento produzido pelas obras de ficção narrativa. Para Chartier, esse ponto de vista desconsidera tanto a realidade do passado quanto as operações críticas/interpretativas da pesquisa empírica e, conseqüentemente, sugere a impossibilidade de os historiadores distinguirem o verdadeiro do falso nos próprios documentos. Tal ponto de vista, diz Chartier, faz de Hayden White o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) — como entendem Arnaldo Momigliano e Carlo Ginzburg.<sup>33</sup>

Isso leva Chartier à sua terceira questão: “se a história produz um saber que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus*

---

<sup>33</sup> De acordo com Chartier há inúmeras citações na obra de Hayden White que confirmam a sua postura de relativista absoluto, [quanto a igual validade das historiografias (conflitantes), á medida que não é possível distinguir o verdadeiro do falso.] Apesar de “inúmeras”, Chartier apresenta apenas uma citação tirada de “O Conteúdo da Forma”, localizada no ensaio “A Política da Interpretação/disciplina e desublimação”: “devemos fazer as contas com o fato de que na documentação histórica não encontramos nenhum elemento que nos induza a construir o significado em um sentido ao invés do outro.” Roger Chartier tira duas implicações dessa passagem, cada uma correspondente a um sentido para relativismo absoluto: a) que impossível discernir o verdadeiro do falso nos documentos históricos; b); que é impossível classificar e hierarquizar as obras dos historiadores e dos filósofos da história em função de sua maior ou menos pertinência em dar conta da realidade passada (p.111) Em primeiro lugar, qual é o nível de verdade ou falsidade cuja significação não pode ser derivada ou encontrada nos próprios documentos históricos, segundo a citação selecionada por Chartier? Esta passagem está no contexto da defesa de White do *sublime histórico* como *filosofia da história* capaz de romper com o realismo conservantista e anti-utópico da imaginação histórica do passado — relacionado ao presente— implicado na estética do belo, tal como combinadas na profissionalização dos estudos históricos no século XIX. Não se pode dizer que uma concepção imaginária do passado como caótica e anárquica é falsa ou verdadeira em relação à imaginação do passado como ordenado por forças hierárquicas definidas, determinantes da vida cultural e social contemporâneas. White não faz nessa passagem, portanto, referência ao nível das sentenças históricas individuais, mas sim ao nível meta-narrativo de que se valem as próprias narrativas historiográficas concretas para inserir essas sentenças na vida presente, com significado expressivo especificamente político, isto é, com significado conservantista ou revolucionário quanto a sugestibilidade nos leitores como agentes potenciais na esfera de ação pública. White não crê que o mundo histórico possui uma ordem (hierarquia) moral definida e hipostática. Ele se posiciona contra filosofias da história que pressupõe essa ordem a qual, esteticamente, é correlata do belo histórico. A filosofia da história de Nietzsche não é mais verdadeira ou falsa que a de Marx, mas suas implicações políticas (para lidar com temas históricos/existenciais como liberdade, opressão, dominação, violência, privação) supõem-se inteiramente diferentes quando utilizadas num texto especificamente historiográfico. Em segundo lugar, a defesa do sublime histórico como filosofia da história não sugere nada acerca da superioridade ou inferioridade das filosofias da história em relação às historiografias, nem acerca da possibilidade ou impossibilidade de discerni-las quanto a maior ou menor pertinência para lidar com o passado histórico. O ensaio de White citado por Chartier não possui nenhuma implicação a esse respeito, apenas sugere que toda historiografia possui uma filosofia da história, e a ser esse inevitavelmente o caso, ele defende a estética do sublime histórico em detrimento do belo histórico por razões especificamente políticas e não epistemológicas.

documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação?"; e "se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a operação historiográfica não seriam tempo e pena perdidos?" Essas questões conferem oportunidade à Hayden White esclarecer o que exatamente ele entende, em meio à constituição das narrativas históricas, por fato e por ficção, e pela primeira vez, ele pode falar com maior precisão a respeito do valor da pesquisa empírica em sua teoria da escrita histórica.

A respeito do valor das operações da pesquisa empírica na elaboração do discurso narrativo da historiografia, White afirma que, diferentemente dos métodos empíricos das ciências naturais, cuja aplicação provê resultados imediatamente traduzidos em alguma utilidade tecnológica, o labor dos historiadores sobre as fontes históricas não fornece resultados da mesma natureza, o que inviabiliza a sua comprovação em sentido rigoroso. Nesse sentido, a função das operações da pesquisa histórica sobre as fontes exerce função *ritual* em meio à comunidade acadêmica, e atua como recurso para justificar a pretendida objetividade dos historiadores e a sua afirmada honestidade a respeito das suas afirmações sobre o passado, em diferentes níveis discursivos (não no nível das sentenças históricas individuais, mas precisamente em outros níveis). Esse é o motivo pelo qual *perpetuam* as operações da pesquisa histórica.

Com respeito ao questionamento da importância "da realidade dos fatos tramados" para constituição do saber histórico como distinto do saber ficcional, White responde que a simples constatação de o historiador escolher a forma de seu discurso para apresentar os acontecimentos que pretende relatar em um modo narrativo, implica que ele terá necessariamente que utilizar técnicas de representação peculiares a escrita ficcional, caso queira transformar os "eventos" provenientes da documentação em "elementos de uma narrativa" (fatos). Isto é, não há distinção óbvia entre fato e ficção, não há o fato de um lado, e a ficção de outro. Eles estão imbricados de um modo indissociável, ou não podem ser analiticamente separados. Para melhor esclarecimento, White fornece um exemplo: uma coisa é tratar um dado personagem histórico como um objeto de descrição psicológica (Napoleão, ou qualquer outro), e outra inteiramente diferente é tratá-la como um objeto de descrição histórica ou como um *caráter* numa determinada *estória*. A fim de dotar o personagem Napoleão de um caráter na estória, ele precisa ser transformado, no ato da descrição, em uma "figura", isto é, ele precisa

ser encarregado de uma função específica no desenrolar da estória contada. Em outros termos, um agente real que existiu concretamente no passado, dotado de atributos genéticos e motivado a agir tanto por impulsos físico-químicos quanto por influências provenientes do seu contexto histórico, e que deu iniciativa e sofreu um sem número de ações é transformado num actante, isto é, num agente e paciente de um número de ações estreitamente limitado em vista de atender ao propósito da estória que se pretende contar. O mesmo ocorre com eventos, instituições e processos históricos inteiros.

Só podemos falar deles mediante figuração ou ficção. Figuração (ficção) porque dependemos de estratégias da linguagem figurativa, como as redutivas (ao modo da metonímia) ou integrativas (ao modo da sinédoque), para relacionar os atributos às personagens, ou os fatos a um processo, sem jamais exauri-los. Vê-se aqui, nesse processo de ficcionalização ou figuração descritiva, que a operação seletiva dos atributos dos fatos e dos fatos em relação a algum contexto e processo diz respeito à própria linguagem utilizada, e funciona beneficentemente para a economia da consciência do historiador em relação aos seus dados. Em suma, a tradução de coisas da “realidade caótica” em discurso narrativo é a ficcionalidade da historiografia. A ser esse o caso, as verdades com que lida a historiografia são tanto factuais como ficcionais.

A fusão entre o real e o ficcional no factual pelas narrativas históricas, que Chartier parece não ter compreendido ao ponto de extrair a conseqüência de relativismo absoluto em Hayden White, por esta impossibilitar a distinção entre o verdadeiro e o falso, tanto para dizer o que foi o caso no passado como para denunciar as falsificações e os falsários de documentos históricos, se volta agora aos próprios relatos narrativos, ou seja, para a possibilidade ou impossibilidade de limitar versões ou sentidos narrativos a respeito de fatos já atestados na documentação. Essa questão assume gravidade particular com respeito aos chamados eventos modernistas, isto é, aqueles que nunca tiveram precedentes na história da humanidade, como os crimes cometidos pelas tiranias e, especialmente, o Holocausto – que vem sendo objeto de atenção dos chamados historiadores revisionistas, ou negacionistas.

Esses historiadores pretendem propor um novo enredamento narrativo a respeito da história do Nazismo e da Segunda Guerra Mundial, com base nos seguintes “dados”: a) as câmeras de gás não existiram e não houve genocídio praticado pelos alemães; b) a “solução final” consistia apenas na expulsão dos judeus em direção ao Leste Europeu;

c) o número de vítimas judias do nazismo é muito menor do que se disse; d) o genocídio é uma invenção judaica, especialmente sionista; a Alemanha de Hitler não é a maior responsável pela segunda guerra mundial; e) nos anos de 1930 e 1940, a ameaça a humanidade era constituída pelo regime soviético. Para Chartier tais proposições não têm plausibilidade alguma em relação à documentação disponível, e um novo enredamento da história do nazismo é inaceitável.

Mas, de qualquer maneira, a existência de controvérsia entre revisionistas e não revisionistas a respeito da versão narrativa do Holocausto, leva Roger Chartier a reconhecer que estabelecer a verdade referencial dos discursos históricos não é tarefa fácil, mas não deve-se considerar a tentativa vã e inútil, pois é disso que depende a própria *especificidade da historiografia*, uma vez que nem as prefigurações tropológicas nem as modalidades narrativas de enredamento lhe são exclusivas. Chartier faz então a sua quarta e última pergunta: “fazer a história da história não seria compreender como, em cada configuração histórica dada, os historiadores colocam em ação técnicas de pesquisa e procedimentos críticos que justamente dão aos seus discursos, de maneira desigual [a] honestidade e objetividade [da disciplina histórica]?”

Hayden White responde primeiramente as observações de Chartier acerca do revisionismo. Os “revisionistas” não fornecem, como supõe Chartier, os fundamentos para uma reescrita radical da história contemporânea, ou um novo enredamento dela: eles simplesmente negam a ocorrência de alguns eventos históricos em um passado recente, e que não há nada de radical nas idéias revisionistas. Eles empregam uma metodologia baseada na noção mais *convencional* do método histórico, isto é, eles reclamam procedimentos para lidar com as fontes que sejam capazes de obter *certeza e precisão* indiscutível a respeito dos enunciados referentes ao passado. Eles não desafiam as técnicas de pesquisa relacionada à crítica documental, mas são mais severos e rigorosos na aplicação dessas técnicas. Assim, a discussão entre os revisionistas e seus críticos não pode ser resolvida por uma questão de método e técnicas de pesquisa, pois ambos se valem da mesma idéia do que é um fato histórico e dos procedimentos para estabelecê-lo. A oposição aos revisionistas, portanto, é mais um questão pedagógica do que científica, e eles devem ser refutados porque suas versões do Holocausto possuem um efeito pernicioso as gerações futuras: por exemplo, a sugestão política, mesmo que involuntária, ao retorno do nazismo, ou algumas de suas práticas de controle social.

Quanto à acusação de relativista, White a reconhece e aceita. Uma atitude relativista aplicada ao conhecimento é produtiva, pois podendo ser aplicada ao conhecimento dos outros e ao nosso, conduz ao *cultivo da tolerância*, sem implicar que se possa dizer qualquer coisa a respeito de qualquer coisa.

Apesar das perguntas de Chartier percorrerem o curso dos quatro principais livros de Hayden White, tanto a primeira quanto a última pergunta dizem respeito ao Meta-História, por isso White dedicou parte da sua réplica a uma pequena avaliação do livro — a partir de dois pontos: o *contexto intelectual* do livro e a sua *inovação* na teoria da escrita histórica e na história da historiografia. Em primeiro lugar, White realça que o Meta-história foi publicado em 1973, e que o argumento apresentado no livro precisa ser colocado no contexto intelectual de mais de vinte anos atrás (em referência a 1995, data da resposta de Hayden White). Segundo White, o Meta-história precisa ser visto como um livro que responde a questões e problemas originados em um tempo e lugar específicos. Em poucas palavras: o livro foi publicado no momento alto do estruturalismo nas ciências humanas, e desse modo, procurava certificar como os pressupostos desse movimento podiam ser utilizados para analisar alguns escritos historiográficos do século XIX. Ou seja, White pede a Chartier que contextualize o momento intelectual em que o livro foi publicado. Como qualquer método de análise, o formalismo (informado por pressuposições estruturalistas) também tem as suas limitações, isto é, responde algumas perguntas e não a todas. Mas de qualquer maneira, para White, a abordagem formalista precisa ser um estágio necessário no percurso da análise de qualquer fenômeno tomado como *representação*. Esse é o primeiro ponto da reação de White a Chartier.

O segundo consiste naquilo que o próprio livro contribuiu a partir do modo como os historiadores concebiam a relação *forma-conteúdo* na escrita historiográfica, ainda considerando o contexto intelectual da produção do livro. Na época, a abordagem epistemológica convencional da escrita historiográfica se concentrava exclusivamente sobre o que era chamado o conteúdo da historiografia, o qual era entendido como: a) os eventos deixados de fora pela investigação; b) os fatos propositalmente estabelecidos pelo historiador na fase da pesquisa empírica; c) quaisquer argumentos – de tipo geralmente explanatório ou hermenêutico – evocados para relatar o que aconteceu, onde, quando e como aconteceu. A escrita historiográfica era considerada como um

veículo de informações mais ou menos “fino” ou “elegante”, e conseqüentemente mais ou menos “atraente” e “cativante”, mas que em si mesma não contribuía em nada para o conteúdo ou valor-verdade do relato considerado como um todo. Isto é, nos termos da distinção convencional entre forma e conteúdo, a forma do discurso dos historiadores era considerada como veículo neutro e não contribuía em nada para o conteúdo semântico da escrita.

White partiu de uma perspectiva diferente. Sabia ele que os historiadores do século XIX, em sua ambição de serem objetivos, científicos, ou ao menos realistas, haviam definido a escrita histórica em oposição à “novela”, ao “romance”, ou mais geralmente, à “ficção”. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, a escrita histórica reteve especialmente a forma de uma estória para descrever os seus eventos supostamente reais, sendo esta a forma que organizava a estrutura básica dos relatos ficcionais que os historiadores pretendiam opor. Isso queria dizer que antes de estabelecer qualquer acontecimento passado e explicá-lo, a forma de apresentação desses eventos já estava garantida e tida por aceite. Esse é o sentido que se deve entender a atuação de um elemento pré-cognitivo, pré-formador e pré-crítico na escrita histórica do século XIX. Não sendo submetida à crítica, a forma das estórias que os historiadores se valiam para narrar os acontecimentos que lhes interessavam era tomada simplesmente como um veículo neutro e transparente de transmissão de informações ao público leitor.

Essas formas ficcionais básicas de estória, ou enredamentos, mostraram à White que os eventos estudados pelos historiadores do século XIX estavam investidos com uma *significação excedente* ou com um *alcance muito maior* do que efetivamente podia ser justificado sobre a base dos fatos diretamente derivados da pesquisa dos documentos em si mesmos. Este excesso consistia, em larga medida, no aspecto formal das estórias, que levavam consigo padrões de integração de acontecimentos que não eram encontrados diretamente nas fontes históricas.

## **5.2. Arthur Marvick x Hayden White (1995)**

As críticas de Arthur Marvick à Hayden White estão assentadas no contraste entre o que, segundo ele, os *pós-modernistas* e *metafísicos* dizem que os historiadores fazem e o que eles realmente fazem (p.5). O que os pós-modernistas dizem a respeito

do trabalho historiográfico é representado no artigo, dentre outros, por Hayden White, e a realidade desse trabalho tem por representante e defensor as afirmações do próprio Marvick.

Com o intuito de separar o trabalho real dos historiadores das mistificações pós-modernistas e metafísicas, Marvick leva em conta dois problemas cujas soluções fornecem o delineamento daquilo que realmente fazem os historiadores quando fazem história: 1) *o problema da linguagem*, especificado como a relação tensa e problemática, mas perfeitamente solúvel, entre as fontes primárias da documentação e a escrita historiográfica com base nelas. Trata-se do problema da referência ao passado, em historiografia, por intermédio das fontes históricas; 2) *o problema da disciplina da história*, especificado no fato de ela ser uma atividade profissional autônoma, reconhecida como uma instituição constituída por pesquisadores que seguem convenções normativas próprias de investigação. Através da solução oferecida ao primeiro problema, Marvick procura combater o *Hayden White pós-modernista*, e pela concepção da história como uma disciplina, ele combate o *Hayden White metafísico*.

O que Arthur Marvick denomina “o problema da linguagem” nos estudos históricos é colocado (apenas) na perspectiva da natureza potencialmente ambígua da terminologia usada em historiografia, e do diagnóstico para evitar os múltiplos significados no uso de um mesmo termo no decorrer da escrita historiográfica acerca de um tema. De um modo geral, Marvick pretende remediar esse problema pela transformação de figuras em conceitos, de termos passíveis de desvios de um lado para outro em sua significação pela determinação precisa dos seus significados. Ele reconhece que termos como “ideologia”, “classe social”, “o estado”, “cultura”, e “história” são bastante conhecidos e empregados em mais de um sentido. No entanto, Marvick fornece *uma* regra para determinar precisamente o significado dos termos usados em historiografia: cumpre a historiografia esclarecer e precisar, o quanto for possível, em qual dos possíveis significados o termo é empregado na escrita. O esclarecimento e precisão são feitos com base na indicação e identificação do termo nas fontes primárias, procurando evitar qualquer deslizamento ou desvio em direção a outro possível significado para eles no decorrer na escrita descritivo-narrativa. Esta é a regra. Contudo, Marvick reconhece o uso inevitável de metáforas na escrita historiográfica, tais como “forças”, “fatores”, “herança”. No entanto, apesar da imprecisão (por abrangência) do significado desses termos, não é preciso contorná-los ou extirpá-los do

discurso, pois, outra vez, a regra é a mesma e se aplica com a mesma eficácia: apontar (por identificação) nas fontes primárias a sua fundamentação empírica e controlar autoconscientemente o seu limite (circunscrição) referencial na linguagem.

O uso de figuras de linguagem na escrita historiográfica é bastante usual, diz Marvick. Elas aparecem em títulos de livros, capítulos e sessões de capítulos, e a historiografia vale-se delas tanto para iluminar alguma noção no texto quanto para dar força particular a um determinado ponto de vista ou argumento. Mas consideradas como um *ornatus* (ornamento) do pensamento argumentativo assentado em dados empíricos é inaceitável, de acordo com Marvick, o uso da retórica com a intenção de encobrir buracos das fontes históricas e defeitos nos argumentos.<sup>34</sup> Esse intuito dos pós-modernistas — conseqüentemente o de Hayden White — não tem consciência de que as produções historiográficas não são produções auto-estabelecidas e auto-reconhecidas somente por seus autores, mas depende inteiramente da avaliação e julgamento crítico de outros profissionais, papel muitas vezes desempenhado com ferocidade, segundo Marvick (p.7).

A vigilância recíproca entre o que os historiadores profissionais escrevem, com base nas fontes primárias, estabelece a continuidade entre as duas conhecidas fases cognitivas do trabalho historiográfico: a pesquisa histórica e a escrita histórica. Ninguém pode dizer qualquer coisa a respeito do passado por que a escrita de um historiador é certificada por outros a partir das evidências históricas que subsistem no presente, e são igualmente acessíveis aos profissionais da área em questão. Nesse sentido, diferentemente do que os pós-modernistas afirmam, a pesquisa histórica e a escrita histórica não são duas atividades isoladas, mas constituem um processo interativo e integrado, cuja continuidade é atestada pelas sucessivas correções, adições, subtrações, refinamentos e refutações recíprocas entre os próprios historiadores a respeito dos seus escritos relativos a um tema específico. A circunstância de os escritos históricos de diferentes historiadores estarem submetidos ao exame minucioso dos seus pares profissionais torna possível escrever precisa e verdadeiramente a respeito de temas historiográficos.

---

<sup>34</sup> A essa altura da apresentação da dissertação já está demasiadamente claro que a retórica, tal como concebe Hayden White, não tem absolutamente nada a ver com *ornamentação* da escrita.

O que é, portanto, a história dos historiadores? — pergunta Marvick (p.11). Um paralelo traçado entre a história e as ciências naturais justifica não só a diferença entre a historiografia profissional e as abordagens metafísicas da História (como supostamente faz de Hayden White em seu *Meta-História*), mas também a sua cientificidade. O objeto da investigação historiográfica, o passado humano, refere-se a todos os eventos, instituições e valores que existiram antes do tempo presente, bem como a relação entre eles. Sua existência é assegurada, sem dificuldade, pelo contato com parentes mais velhos, fotografias e museus que permitem deduzir a certeza de que pessoas, instituições e sociedades passadas realmente existiram. Ao assegurar a realidade do objeto da história, Marvick faz as seguintes comparações entre o conhecimento histórico e as ciências naturais: a) o conhecimento do passado nos chega através do trabalho dos historiadores, do mesmo modo que o conhecimento do mundo natural nos chega através do trabalho dos cientistas; b) os historiadores podem investigar e escrever sobre as sociedades passadas somente a partir de vestígios e traços deixados por tais sociedades (fontes primárias), do mesmo modo que os cientistas naturais somente podem explicar os fenômenos da natureza a partir de observação e experimentação; c) o corpo de conhecimento que se origina das investigações da natureza revela diferentes aspectos do mundo natural (aspectos físicos, químicos, biológicos) tal como eles são conhecidos através das pesquisas dos cientistas (pois não se tem outra maneira de conhecê-los), e a história, igualmente, é o estudo dos aspectos passado humano (religião, política, economia, direito) através do estudo sistemático das fontes primárias, e o conhecimento originado dessa investigação é o passado humano tal como é conhecido pelos historiadores<sup>35</sup> (p.12).

A propósito de uma atividade profissional autônoma, ou instituição com regimento e convenções próprias de investigação, Marvick distingue entre a investigação meticulosa de aspectos delimitados do passado humano, conduzida por pesquisa empírica sistemática das fontes históricas, e as investigações e conclusões especulativas sobre a história, baseadas na assunção prévia do que a história é: um conjunto de processos materialmente existentes, conectado por relações e forças poderosas que ligam o passado, o presente e o futuro (numa unidade sintética a priori).

---

<sup>35</sup> É desnecessário dizer que as três analogias de Arthur Marvick entre ciência natural e história são excessivamente *gerais* e que diz muito pouco, para não dizer que não diz nada, a respeito da cientificidade da história. Hayden White tira implicações pós-modernistas delas, segundo a caracterização do pós-modernismo historiográfico feita pelo próprio Marvick.

No primeiro caso, tem-se abordagem da História pelos historiadores profissionais, no segundo caso, uma abordagem metafísica dos estudos históricos, elaborada por filósofos da história e críticos literários (entende-se aqui, a abordagem de Hayden White no Meta-História). Assim, White é um metafísico, não por que pretende ter descoberto a essência ou natureza do *passado* em seu Meta-História (como Ankersmit interpreta a crítica de Marvick),<sup>36</sup> mas, analogamente, por ter desvelado a natureza ou essência dos *estudos históricos* pela apresentação de quatro princípios poéticos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) correspondentes a três diferentes estratégias explicativas (enredamento, argumentação e ideologia) empregadas pelos historiadores: os pós-modernistas como Hayden White têm uma metodologia totalizante aplicável a todos os textos (fontes primárias, secundárias, prosas e poesias) (p. 13). Nisso parece consistir o vínculo entre pós-modernistas e filósofos metafísicos da história, como concebe Marvick.

A historiografia lida com fatos, e *o que* é um fato ou não tem de ser estabelecido a partir da pesquisa meticulosa das fontes. Mas o que é um fato, para Marvick? Ele somente dá exemplos: a Segunda Grande Guerra Mundial é um fato, e o Renascimento também. Ambos contêm uma infinidade de outros fatos menores e de diferentes ordens de importância e significação. O que os historiadores observam no material das fontes, o que eles analisam e comparam, são eventos, maiores ou menores, suas datas e cronologia; mas também interconexões entre eles. Não se trata de primeiro estabelecer os “eventos” *separadamente* das operações de interconexão entre eles, *narrativizando-os* depois, como pensa Hayden White: o estabelecimento dos eventos e as suas conexões estão imbricados na pesquisa empírica das fontes (p.21). Para Marvick, como White é um metafísico, ele não faz distinções e pretende reunir as duas operações básicas dos estudos históricos, *pesquisa* e *escrita*, dentro de poucas noções, por isso desconsidera as diferenças consideráveis entre história e literatura (p.24).

A resposta de Hayden White consiste em: 1) uma sucinta definição do que entende por meta-história, com intuito de se defender da acusação de metafísico ou de ter uma filosofia da história (seja em sentido especulativo ou no sentido de defender uma metodologia totalizante e redutiva dos estudos históricos); 2) um contra-ataque a defesa de Marvick do elemento *convencional* na história como disciplina; 3) uma

---

<sup>36</sup> Ankersmit, Frank. “Hayden White’s Appeal The Historians”; in *History and Theory*, p. 185.

distinção clara entre eventos e fatos, com o intuito de: a) se defender da acusação de pós-modernista (assimilado a determinismo lingüístico saussureano), b) e determinar o sentido da retórica na historiografia, diferentemente do sentido atribuído por Marvick. Por fim, Hayden White faz uma breve distinção entre ficção e literatura.

O termo meta-história, um dos títulos dos livros de Hayden White, é entendido como a investigação e apresentação das *pressuposições* necessárias para a *crença* em um modo de pensamento denominado histórico, e o termo também inclui as relações que esse pensamento pode ter com as ciências humanas e sociais.<sup>37</sup>

White acusa Marvick de acreditar profundamente na historiografia profissional e, em última instância, no profissionalismo em geral. A sua rigorosa separação entre o que os críticos literários e filósofos da história e historiadores dizem da história sugere que os historiadores profissionais têm o direito exclusivo de estudar o passado e interrogar (responsavelmente) o registro histórico. As outras duas categorias são apenas mistificadoras. Nesse sentido, os limites que Marvick impõe ao que pode ser dito a respeito da historiografia/História *não são epistêmicos*, mas de natureza fundamentalmente *institucional*. Os limites são, portanto, fixados por convenção e certificados pela autoridade da “profissão”. Em resumo, Marvick defende uma noção estreitamente convencionalista do tipo de conhecimento produzido pela historiografia e, conseqüentemente, defende um tipo de verdade justificado (quase) unicamente em convenção.

A noção de fato é ambígua (e Marvick a trata indistintamente). Ela compreende, segundo White, tanto o sentido de *evento* (cuja consideração relevante é o status *real* ou *imaginário* de uma ocorrência, e imaginário, aqui, como ocorrência inventada), quanto o sentido de *sentença acerca do evento* (cuja consideração relevante é o status de *verdade* ou *falsidade* da declaração). Assim, a afirmação de White, seguindo Roland

---

<sup>37</sup> Em algum sentido a meta-história se distingue da epistemologia da história. A distinção platônica entre *doxa* e *episteme*, ou, de um lado, a *opinião* (com forte conotação de mera crença tomada por certa), e de outro, o *conhecimento* (com conotação de crença que passou pelo teste da boa garantia da evidência e da justificação racional), permite entender a epistemologia como conceitua Christopher Norris: a investigação e apresentação de razões lógicas e empíricas para justificar afirmações sobre o mundo. A meta-história pode incluir esses procedimentos racionais, mas lida, sobretudo, com as pressuposições necessárias para crer em conhecimento histórico que estão além da justificação racional e do recurso a evidências materiais. As pressuposições meta-históricas são elementos permeados em crenças confiantes (num modo de pensamento chamado histórico) que não têm apoio empírico-racional. Para Hayden White, esses elementos são poéticos e dirigem as conceptualizações dos processos passados, por um lado, e os relacionam ao mundo presente, por outro, mediante formalizações (literalizações) de *insights* obedientes aos modos de relação previamente garantidos na metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Barthes, de que o fato não tem senão uma existência lingüística não sugere que os eventos são unicamente fenômenos lingüísticos, que os eventos não têm realidade e que não é possível algo como eventos históricos. Para Hayden White tal concepção é manifestamente absurda. A História (considerada como objeto de pesquisa histórica) é entendida por ele como a suma total dos eventos que aconteceram no passado, incluindo as interconexões entre eles (p.238). Os eventos são tomados como dados, pois eles certamente não são construídos pelo historiador. Mas a questão é inteiramente diferente com os fatos: eles são construídos — no próprio ato de começar a falar sobre eles, de um modo geral, ou no ato de descrevê-los, em especial. Os fatos é que são instáveis e sujeitos a revisões posteriores, não os eventos. E isso, para White, apenas demonstra que os fatos são entidades lingüísticas, como afirma Barthes, ou que os fatos são eventos sob descrição, como afirma Arthur Danto (p.239). Os fatos não precedem o estudo dos eventos.

O que isso significa? Para Hayden White quer dizer apenas — e ele diz isso ao longo de toda a sua carreira — que a linguagem usada para descrever e analisar um campo de ocorrências históricas constitui, na prática, o próprio campo, e estabelece limites aos tipos de métodos que podem ser usados para analisar os fatos ocorridos dentro dele. Além disso, os diferentes tropos lingüísticos usados na descrição inicial de qualquer conjunto de eventos compartilham de diferentes tipos de interpretação daquilo que parece ser um mesmo conjunto deles. Isso não é determinismo lingüístico nem implica em relativismo absoluto, isto é, que se pode dizer impunemente qualquer coisa a respeito de eventos históricos. No entanto, o *consenso* a respeito do que se pode dizer a respeito de “o que” e “quais” são os fatos de uma questão referente a um mesmo conjunto de eventos (documentos) é bastante limitado. Isso por que a relação entre fatos e eventos é sempre aberta à negociação e reconceptualização, não por que os eventos mudam com o tempo, mas por que os modos de conceptualizá-los na linguagem (relacioná-los e significá-los) se modificam no tempo e no espaço. Inclusive, não se modifica apenas o significado de um fato, mas também o que significa um fato, e em consequência o critério usado para assegurar a adequação entre um dado conjunto de fatos aos eventos que se pretende descrever (seguindo o critério de adequação).

A distinção entre fatos e eventos, e a relação abertamente negociável entre eles, toca num ponto importante da teoria historiográfica de Hayden White: a oposição entre fato e ficção, e que a historiografia contém um elemento irredutivelmente fictício

somente pela circunstância de que as suas descrições se destinam a entrar na forma narrativa para comunicar as informações descritivas. Hayden White diz que no Meta-História procurou desviar o sentido do ponto de vista compartilhado pelos historiadores nos anos 70 a respeito dos *atos puros*, e que o *elemento retórico-literário* contido nos trabalhos de historiografia aparecia sob a função de *ornamento* que contribuía para uma escrita “fina” ou “elegante”, vinculada a noção de *estilo* como a *técnica de escrever bem* (própria do século XIX).

A escrita historiográfica dos historiadores analisados no Meta-História era muito mais *imaginativa* do que essas concepções de retórica e estilo sugerem. Vista como uma composição retórica (no sentido de codificação tropológica), diz White, foi possível constatar que, em última análise, o que aqueles historiadores escreviam era menos um relato do que tinham encontrado (descoberto) nas pesquisas das fontes primárias do que aquilo que imaginavam consistir o objeto (segmento do passado) de seu interesse original: por isso o subtítulo do Meta-história, “a imaginação histórica na Europa do século XIX”. Assim, Hayden White propôs uma poética da história, isto é, das diferentes maneiras em que um código lingüístico, tomado como estrutura de signos, pode ser atualizado numa seqüência descritiva específica para constituir (contornada e delimitadamente) *o campo* de fatos antes mesmo de sua explicação argumentativa e interpretação narrativa dele (p.240).

Posteriormente, White foi levado — ele não apresenta o motivo — a acreditar que era necessário distinguir, a maneira dos escritores modernistas como Proust, Woolf, Pound e Joyce, entre *ficção*, por um lado, e não tanto historiografia quanto *literatura*, por outro. Pelo termo literatura designa-se um tipo de escrita diferente da escrita ficcional, em virtude de presumir um tipo de relação entre o sujeito escritor e o texto escrito inteiramente diferente da relação imaginada pelos poetas românticos e pelos romancistas realistas — e muitos historiadores do século XIX: ao invés de primeiro imaginar o referente de um dado tipo de escrita como externo e, em decorrência, tomar o processo de escrita em que ou a subjetividade do escritor ou a natureza do referente é expressa no texto escrito, os escritores modernistas imaginam um tipo de escrita na qual o escritor existe na, para e pela escrita praticada. Esse processo de identificação reproduz (ao invés de simplesmente reportar) a relação entre o autor do discurso e o referente, e o seu nome é *escrita intransitiva* (p.241).

Esse processo de identificação do autor do discurso, o referente da escrita e o texto que ele escreve — o processo de escrever intransitivamente, que White chama de literatura ou escrita literária — é especialmente útil para interpretar alguns objetos históricos cuja natureza historicamente singular resiste às técnicas de representação pré-modernistas do romantismo e do realismo: trata-se de eventos ocorridos em nações, classes sociais e grupos étnicos experienciados como traumáticos, cuja função é crucial para a constituição das identidades dos grupos mais diretamente afetados por eles, como o Holocausto, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a fome massiva, os genocídios e a degradação do meio ambiente por tecnologias de produção econômica. Esses eventos e os contextos nos quais eles ocorrem testam não apenas a explicação, mas principalmente o poder descritivo-caracterizador e representacional-narrativo dos historiadores. Eles colocam questões que não dizem respeito à mera responsabilidade em contar a verdade ou produzir certeza de que seus fatos são corretos ou exatos: questões (identitárias e histórico-existenciais) que os transformam em um assunto muito mais de imaginação, tanto do mundo real presente onde se dá o início das suas pesquisas quanto do mundo passado compreendido como o objeto de interesse dos historiadores. Conseqüentemente, conclui Hayden White, ao invés de trotar sobre uns poucos lugares-comuns acerca da fidelidade dos historiadores à verdade, como faz Arthur Marvick, devemos nos preocupar com as maneiras pelas quais os historiadores podem satisfazer, no ato da escrita, as carências existenciais e identitárias das suas audiências — tal como pode suprir o próprio pensar histórico.

### 5.3. George G. Iggers x Hayden White (2000)

Com respeito à teoria da escrita histórica Iggers afirma receber dois importantes impulsos básicos para as suas reflexões: a) por um lado, a tendência de Jörn Rüsen e seus alunos, particularmente Horst-Walter Blanke e Friedrich Jaeger, de se ocuparem da história como *um campo especializado de estudos (wissenschaftlich/scholarship)*, isto é, como uma *disciplina*; b) por outro lado, a tendência de Hayden White em se ocupar com a história essencialmente como uma *forma de literatura*.<sup>38</sup> As duas influências

---

assumidas por Iggers sugere que o autor está em acordo com o aspecto literário da historiografia trabalhado por White, mas que o atacará pelo aspecto *wissenschaftlich/scholarship* da historiografia, trabalhado por Rüsen e seus alunos.

As críticas de Iggers estão concentradas, de um modo geral, na relação entre o *textualismo formalista* e o *discurso histórico* na concepção de Hayden White. A abordagem textual formalista assevera que o texto pode ser lido e analisado sem referência a um referente, seja ele tomado como evento externo ao texto, seja como contexto (de acontecimentos) também externo ao texto. O textualismo (formalista), assim compreendido, levanta três tipos de questões quando se estuda Hayden White: a) a questão da relação do *texto* com o *contexto*; b) a questão da relação do *texto* com a *realidade extra-textual* e, por consequência, a questão de em qual extensão o *texto* carrega consigo e comunica *fato* ou *ficção* — o problema do elemento ficcional na historiografia (p.382). Essa questão leva a outra: o problema da existência de critérios extra-ideológicos para decidir sobre interpretações narrativas conflitantes a respeito de um mesmo tema.

As duas questões se destinam aos quatro livros de Hayden White, mas fundamentalmente ao Meta-História, especialmente por que a primeira questão reclama a ocupação com a *historia da historiografia* no pensamento de Hayden White — inaugurada nesse livro, como uma história das transformações do pensamento histórico europeu do século XIX elaborada em termos pretensamente formalistas, isto é, prescindindo do contexto em que cada pensamento histórico (autoral) estava inserido, por um lado, e do valor-verdade dos escritos narrativos de cada um deles, por outro. E as outras duas questões reclamam a sua *teoria dos tropos*, que para Iggers permanece basicamente inalterada em seus trabalhos posteriores ao Meta-História (p.376). Com respeito a teoria dos tropos, Iggers critica o seu valor metodológico como meta-linguagem para descrever e explicar a natureza do discurso historiográfico.

---

<sup>38</sup> De acordo com Iggers, existem pontos em comum entre a abordagem do trabalho histórico de Jörn Rüsen e Hayden White: ambos o consideram, usando os termos de White, como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. No interior do pensamento histórico do século XIX, ambos abordam o pensamento histórico de Ranke, Burckhardt e Droysen, mesmo que as suas abordagens sejam orientadas por perguntas bastante diferentes. Para a abordagem de White sobre Ranke e Burckhardt, ver os capítulos 2 e 4 da parte II do “Meta-História”. Para a sua abordagem do pensamento histórico de Droysen, ver o ensaio “A *Historik* de Droysen: a escrita histórica como ciência burguesa”, em “O Conteúdo da Forma”. Para Iggers, a diferença fundamental entre as duas abordagens do trabalho histórico consiste em suas respectivas concepções acerca da objetividade e da verdade na historiografia.

Ao fazer uso do método formalista para analisar a estrutura e a evolução (mudança) do pensamento histórico do século XIX, White restringe-se basicamente a reconstruir as sentenças teóricas (conceitos e argumentos de longo alcance) de cada autor e a examinar a influência que autores anteriores exerceram sobre os posteriores. O sistema dos tropos e suas diferentes extensões nos níveis do enredamento, argumentação e ideologia, como a base da análise formal dos textos de historiadores e filósofos da história, impõem uma consistência que obscurece as contradições ou ao menos preenche lacunas no sistema de pensamento histórico dos diferentes autores analisados. Obscurece as mudanças, maiores ou menores, que um autor sofre ao longo da publicação da sua obra. Isso porque os textos dos autores oitocentistas, como quaisquer outros, respondem a questões colocadas por seus autores. Essas questões não são inerentes aos textos, mas colocadas em acordo com as intenções do autor.

Mas isso não é tudo. Seu formalismo consente que os textos de filósofos da história e historiadores são compreendidos por si mesmos, ou encerrados em si mesmos, à medida que podem ser analisados sem referência a um contexto circundante de instituições e valores externos relacionados às intenções internas de cada autor ao colocar questões, respondê-las e escrever sobre o seu tema. No entanto, George Iggers nota que Hayden White não cumpre o que promete realizar, pois os capítulos referentes aos historiadores e filósofos da história apresentam análises largamente *contextuais e não textual-formalista*.<sup>39</sup> A fonte do idealismo organicista de Ranke em Humboldt, o extenso tratamento de Schopenhauer como fonte do pessimismo de Burckhardt, e a ocupação com a noção peculiarmente ocidental do progresso da liberdade extraída partir da antiguidade da Grécia clássica em Hegel, são exemplos, aqui bastante resumidos, de *elementos contextuais externos* impossíveis de serem encontrados na *estrutura formal* da narrativa desses pensadores.

Com respeito à primeira questão, portanto, concernente a relação entre texto e contexto no âmbito da abordagem formalista da história da historiografia no Meta-História, a crítica de George Iggers não é que White se concentra *apenas* sobre os textos escritos (por historiadores e filósofos da história), mas que em contraste com o

---

<sup>39</sup> Curiosamente, alguns críticos do Meta-História lamentam *a falta de um trato contextualista* na análise empreendida por White aos pensadores do século XIX. Talvez esses críticos tenham acreditado na promessa formalista de White sem verificar o seu cumprimento.

textualismo formal que ele promete e advoga, ele o segue muito pouco, e o resultado de suas análises demonstra, inadvertidamente, o intercâmbio entre texto e contexto (p.381).

Não decidir se um texto historiográfico é melhor, mais correto ou mais verdadeiro do que outro é uma conseqüência da abordagem formalista de White. A conclusão, também formalista, de que todo relato histórico (dos clássicos do século XIX) possui *o mesmo valor verdade* abre passagem para a consideração das outras duas questões apresentadas acima, a segunda e a terceira: da relação entre o texto e a realidade extra-textual, e do conseqüente limite em que fato e ficção permeiam um determinado texto historiográfico. Vinculadas a essas duas questões, George Iggers entra em acordo com uma série de afirmações de Hayden White feitas no *Meta-História* e em *Trópicos do Discurso*.<sup>40</sup> O que Iggers não está em acordo consiste no erro de White em sustentar que em razão de toda historiografia conter elementos ficcionais, *elas são fundamentalmente ficções e não estão sujeitas a controle através das e verificação nas fontes históricas*: para Hayden White não há apenas muitas interpretações narrativas de quaisquer conjuntos de documentos, mas todas elas têm o *mesmo valor-verdade*, por isso os únicos fundamentos para optar entre uma interpretação narrativa de um segmento da História ao invés de outra não são epistemológicos, mas, em última análise, estéticos e morais (p.383).

---

<sup>40</sup> Não são poucas as afirmações, de maior ou menor implicação para as noções de verdade e objetividade na historiografia, que Iggers consente com White: 1) é inquestionável tratar os textos de historiografia como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (*Meta-História*); 2) os relatos de historiografia normalmente tomam a *forma de estórias*; 3) é insustentável a pretensão de que as estórias emergem por necessidade lógica ou natural das fontes documentais, ou não problematicamente; 4) a coerência de um relato de historiografia requer a elaboração de uma estória que vai além dos dados do registro em estado bruto; 5) o requerimento de estórias específicas (enredamentos) das informações das fontes mostra que o relato historiográfico tem uma *dimensão literária*; 6) o enredamento não é elaborado sem *pressuposições* de natureza construtiva acerca das informações do registro: “antes que o historiador possa aplicar aos dados do registro histórico o aparato conceptual que ele usará para explicá-lo, cumpre-lhe primeiro prefigurar o campo, isto é, constituí-lo como objeto de percepção mental.” (*Meta-História*); 7) elementos ideológicos entram inevitavelmente em todo relato historiográfico; 8) existe uma filosofia da história implícita em todo relato historiográfico; 9) a rígida distinção entre historiografia (como escrita que tem por referente acontecimentos reais) e literatura (como escrita que tem por referente acontecimentos inventados ou hipotéticos), dominante no pensamento histórico do século XIX, precisa ser modificada, repensada e redefinida; 10) a redefinição pode partir do reconhecimento da oposição entre fato e ficção como pólos contínuos, admitindo que “o processo de fundir os eventos, sejam reais ou imaginários, em uma totalidade compreensível capaz de servir de objeto de uma representação é um processo poético” (*Trópicos do Discurso*); 11) a historiografia, baseada em conjunto de documentos que atestam a ocorrência de acontecimentos, “admite um número de diferentes interpretações narrativas do que aconteceu no passado” (*Meta-História*), e por isso é preciso reconhecer que “não existe tal coisa como uma única visão correta de um objeto de investigação, mas muitas visões corretas, cada uma requerendo o seu estilo de representação” (*Trópicos do Discurso*). (Iggers p. 382-383)

Mas Iggers sabe que White não nega a existência de acontecimentos históricos, e que inclusive distingue entre fatos e acontecimentos. Nesse sentido, White não nega a ocorrência da ‘Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789’, nem a existência de câmeras de gás no holocausto judeu. Os fatos históricos são constituídos no ato de descrição, não são dados, e *qualquer relato histórico que não viole a fidelidade aos fatos confirmados no registro histórico possui igual valor-verdade*: para George Iggers *essa afirmação é insustentável* (p.384). Assim, apesar da base factual não poder ser disputada, quando o que está em jogo é uma ocorrência como a ‘Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789’ ou a existência de câmeras de gás nos campos de extermínio nazistas, qualquer tentativa de construir um relato histórico abrangente da Revolução Francesa ou do Holocausto é forçada a enredar a série de fatos, e nesse nível de significação qualquer disputa ou conflito interpretativo em torno do sentido narrativo da série não pode ser decidida com base no registro factual (p.385). Como então decidir o conflito interpretativo-narrativo a respeito de um tema histórico como a Revolução Francesa? Iggers insinua que Hayden White se encontra totalmente desprovido para responder tal questão. Pois se é legítimo abordar a historiografia em perspectiva literária ou estética, o é também na perspectiva de um *campo especializado de estudos*: mas Hayden White rejeita essa segunda opção como ilusão, ou mais especificamente como uma *ideologia*. A resolução de um conflito interpretativo, tendo por base a história como campo especializado de estudos, leva consigo uma série de premissas capazes de identificar e controlar as ideologias: racionalidade, diálogo e consenso.

Mas Hayden White não acredita no conceito de *discurso racional*, diz Iggers. Para ele, toda cultura e dentro de cada cultura os grupos individuais têm sua forma de racionalidade e pensamento lógico. Por isso o consenso intersubjetivo não é possível para ele. O resultado jamais é o consenso definitivo, mas sim o diálogo contínuo que desafia indefinidamente as distorções ideológicas. O *scholarship* histórico que White considera fundamentalmente um *ritual*, como visto em resposta a Chartier, contém uma certeza mínima a respeito de modelos de prova e evidência empírica e argumentação, a despeito de quaisquer variantes ideológicas. Não se trata de negar a imaginação construtiva dos relatos históricos (substituição de partes por totalidades, disseminação significativa de uma totalidade sobre diferentes partes, negação que tais partes pertençam a esta ou aquela totalidade), mas as explicações desses relatos não são essencialmente imaginativas, pois pressupõe árdua pesquisa, e todas as respostas

obtidas às perguntas como onde, quando, por que e como as coisas aconteceram e o que significa tudo isso no fim de contas, são sujeitas ao escrutínio da comunidade dos pesquisadores, e se o consenso a respeito de questões substanciais é limitado, o próprio desacordo contribui para dismantelar mitos históricos de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas: e isso já constitui um aspecto importante do discurso racional (p.387)

A resposta de White tem por orientação geral a circunstância de que o seu uso da tropologia (como um tipo especial de metalinguagem) para analisar o discurso historiográfico é a razão das diferenças entre ele e Iggers acerca das distinções entre fato e ficção, narração e narrativização, texto e contexto, ideologia e ciência. Por isso White esboça primeiramente o sentido da sua tropologia, mas a partir da crítica a concepção que Iggers, implicitamente, parece ter do conhecimento histórico.

A historiografia que Iggers defende, segundo White, pretende ser estritamente *referencial*: relatar a verdade, nada além da verdade acerca de pessoas e eventos reais passados; relatar, portanto, a verdade de pessoas e eventos que não são acessíveis a percepção direta. Como um relato de eventos que já não são mais diretamente perceptíveis, a historiografia precisa *construir* — entendendo por isso *imaginar* — seus objetos de interesse *antes* de aplicar a eles procedimentos analíticos de explicação e hermenêuticos de interpretação. Isso faz da historiografia um discurso mais do que uma ciência, mas um discurso que, convencionalmente, se caracteriza por uma dupla representação: do objeto (referente) de interesse e do pensamento (referencial) do historiador desse objeto. Conseqüentemente, nessa concepção convencional do discurso histórico, ele nunca opera as outras *cinco funções da linguagem* identificadas pela lingüística estruturalista nos *atos de fala significativos*: *expressiva* (os valores do escritor e seus interesses), *conativa* (os interesses, emoções e preconceitos das audiências), *metalingüística* (esclarecimento e justificação da terminologia e procedimentos explicativo-explanatórios), *fática* (estabelecimento de canais com as audiências possíveis e específicas), e *poética* (através da qual a estrutura do código é disposta e atualizada numa seqüência de palavras significativas).

Para Hayden White, a articulação dessas funções em um dado texto historiográfico é *tropológica*, visto que os seus modos de associação entre os signos nos dois eixos da linguagem (sintagmático e paradigmático) podem ser encontrados em

técnicas de figuração (modos de relação) disponíveis na poética, e podem ser identificados e reconhecidos no texto pela retórica.<sup>41</sup> São os diferentes tipos de associação poética que produzem as figuras e as conexões entre elas no discurso histórico, cujo objeto de referência não pode ser percebido diretamente. Assim, a tropologia é concebida como a compreensão teórica do discurso imaginativo em geral, ou das maneiras através das quais os diferentes tipos de figurações (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) produzem os tipos de imagens (e não conceitos científicos) e conexões entre elas (que não são deduções nem induções), de um modo tal que são capazes de servir como uma realidade que pode ser mais imaginada do que percebida diretamente. As conexões entre as figurações (de pessoas, instituições e processos) no discurso histórico não são lógicas, isto é, não são implicadas dedutivamente entre si, mas *metafóricas* em um sentido geral (*analógicas*)<sup>42</sup>: nos termos da psicanálise dos sonhos de Freud, são conexões baseadas em técnicas poéticas de condensação, deslocamento, simbolização e revisão secundária. Esboçado o sentido da tropologia, como metalinguagem para analisar a constituição de objetos históricos em representações históricas consistentes, seguem-se as respostas de Hayden White.

a) a questão da relação do *texto* com o *contexto*, e o recurso inadvertido ao contexto para dotar de consistência as obras oitocentistas analisadas: A respeito da afirmação de Iggers de que a sua tropologia impõe uma falsa consistência sobre o pensamento histórico dos autores oitocentistas analisados no Meta-História, à medida que desconsidera e tapa as rupturas no pensamento de cada autor analisado, ele responde que não acredita que a sua noção de discurso (histórico) caracterizado por um tropo dominante para descrever a realidade pela linguagem (natural), cujos modos de argumento, enredamento e ideologia são possíveis extensões (lingüísticas) impõe uma falsa consistência a esses discursos. Especialmente por que existem diferentes tipos de consistência discursiva, entre as quais a lógica da identidade e não-contradição fornece apenas um critério de avaliação. Além desta, há a consistência poética ou figurativa encontradas na literatura, seja ela ficcional ou não ficcional. A consistência

---

<sup>41</sup> White parece ter inovado, em algum sentido, essa teoria dos eixos da linguagem articulados em qualquer ato de fala significativo, introduzindo nela os modos de associação sinédóquico e irônico entre os signos do código lingüístico.

<sup>42</sup> Essa é a razão pela qual a avaliação do discurso especificamente histórico, que ignora a sua dimensão tropológica, fracassa inevitavelmente em explicar como é possível compreender o passado, não obstante as *informações falsas* que esse discurso pode conter e *contradições lógicas* que podem ser encontradas em seus argumentos (p.393).

inelutavelmente poético-retórica (figurativa) no texto historiográfico segue-se do reconhecimento tradicional de que uma representação especificamente histórica de um processo especificamente histórico precisa tomar a forma de narrativização. Visto que nenhum campo de acontecimentos representados como um conjunto ou série de eventos discretos pode ser realisticamente descrita como tendo a estrutura de uma estória, White toma esse processo pelo qual a série de eventos é narrativizada como sendo de tipo mais tropológico do que lógico: as operações pelas quais um conjunto de eventos é transformado em uma série, a série em uma seqüência, a seqüência em uma crônica e a crônica em uma narrativização são operações mais adequadamente compreendidas como tropológicas do que lógico-dedutivas. A relação entre a estória contada acerca dos eventos e quaisquer que sejam os argumentos formais evocados para avançar a explicação deles, é melhor compreendida se considerada como uma combinação de elementos lógico-dedutivos e tropológico-figurativos. Assim, uma abordagem tropológica do discurso histórico não só aparece como eminentemente justificada, mas requerida tanto para mapear as diferenças entre as composições histórico-discursivas das composições científicas quanto para assinalar as semelhanças escrita histórica e escrita ficcional /literária. À medida que para Iggers a tropologia impõe uma falsa consistência à análise que empreende sobre os discursos historiográficos, ele deve pensar que essa tropologia do discurso histórico conduz ao determinismo lingüístico. Mas a tropologia apenas toma o discurso histórico como uma elaboração feita com base em vários códigos, cuja própria linguagem natural (tomada como uma estrutura de signos constituída pelos níveis léxico, sintático, semântico e pragmático) pode servir de paradigma ou modelo para a análise da consistência das obras historiografias (p.393-394). Esse modelo lingüístico é articulado tropologicamente nos discursos históricos, e mostra que a própria linguagem tanto possibilita quanto limita o que pode ser dito sobre o mundo dos eventos (p.393-394). Hayden White parece não ter respondido precisamente a questão, pois deixou de fora o modo como a tropologia concebe a relação entre texto e contexto.

b) a questão da relação do *texto* com a *realidade extra-textual* e, por consequência, a questão da ficcionalização historiográfica, e a resolução de conflitos interpretativos por premissas extra-ideológicas fundadas na noção de discurso racional: O uso de um tipo especial de metalinguagem (tropologia) para caracterizar o que os historiadores fazem quando representam (identificam, descrevem, classificam e explicam) seus objetos de estudo (a Revolução Francesa, a Revolução de 1948, a

burguesia, o proletariado, a Renascença etc) não aponta para a inexistência desses tipos de eventos, pessoas, processos, grupos e instituições, mas dificilmente eles correspondem aos termos usados pela historiografia, detalhe por detalhe, item por item, função (na narrativa) pela função (no mundo real dos eventos sugerido pelas fontes históricas) (p.396).

George Iggers não distingue *narração* (como um modo de falar acerca do mundo que é diferente do modo caracterizado como descrição) de *narrativização* (um modo de falar do mundo e de seus processos como se eles possuíssem inerentemente a estrutura e o significado de uma estória). Burckhardt narra a “Cultura da Renascença” ou os “Anos de Constantino”, ele não as narrativiza. Isso quer dizer que Burckhardt resiste o atrativo em enredar os seus temas históricos, dando a eles um tipo de coerência de estórias bem-fechadas com início, meio e fim identificáveis. Ou seja, pelo fato de Burckhardt não narrativizar x e y, a análise se perfaz de elementos não (estritamente) narrativos como nas estórias narrativizadas de outros autores. O ponto importante é que a narrativização da realidade implica na sua ficcionalização, tão somente por que a narrativização impõe sobre ela o significado formal encontrado apenas nas estórias.

Sobre a acusação de ter afirmado que relatos que não violam a fidelidade aos fatos possuem igual valor-verdade, Hayden White não está certo de ter defendido alguma vez esse ponto de vista — “eu disse isso? Talvez” (p.399) — e procura eliminar o mal entendido. Na tentativa de decidir sobre interpretações conflitantes de um mesmo evento, proferidas por historiadores de semelhante erudição e inteligência, os fatos não podem ser invocados para decidir a contenda: em primeiro lugar, por que interpretações conflitantes a respeito de um mesmo evento não é somente uma questão de “o que são os fatos”, mas principalmente do que contará como um fato e do que não contará como fato no tema em debate. Em segundo lugar, se tratando de contenda interpretativa, o que decide não é tanto a *verdade* do fato quanto o *significado* atribuído ao evento em discussão.

Para Iggers, diferentemente de White, existem fundamentos extra-ideológicos para arbitrar e decidir sobre interpretações narrativas conflitantes entre diferentes ideologias históricas apeladas por elas. Esses fundamentos encontram-se no conceito de discurso racional relacionados à árdua pesquisa empírica de arquivo. Iggers pensa, diz White, que a teoria da comunicação de Habermas praticada por “indivíduos maduros”

que honram “modelos de discurso racional” podem servir de base para promover um “consenso” limitado, mas concernente a “questões substantivas”, e capazes de auxiliar nas entrevisões das distorções ideológicas das narrativas, possibilitando o desmantelamento de mitos (históricos). Para White, maturidade, racionalidade, diálogo, consenso e substância (referente a questões substantivas) são figurados diferentemente em diferentes culturas. E para ele, o projeto de racionalização moderno e iluminista debatido contemporaneamente pelos autores pós-colonialistas reconhecem que esse projeto foi e ainda permanece profundamente ideológico. A historiografia Ocidental desde o século XIX se serve desta ideologia, do mesmo modo que o imperialismo e o racismo se serviram dela. White não acredita que outras culturas, como a japonesa, a chinesa e a africana estariam bem servidas pela adoção dessas noções básicas da historiografia ocidental como se elas fossem técnicas de valor neutro para descobrir a verdadeira realidade dos seus respectivos passados (p.401) Além de maturidade, racionalidade, diálogo, consenso e questões substantivas serem noções relativas a diferentes culturas, é preciso reconhecer que diferentes culturas e mesmo diferentes grupos dentro de uma mesma cultura possuem diferentes tipos de passado e, sobretudo, diferentes maneiras de usar o passado para propósitos públicos. Por isso o desejável objetivo na prática da pesquisa e escrita histórica é preferivelmente a proliferação de interpretações narrativas do significado dos eventos históricos passados, e não o estabelecimento de um consenso interpretativo monolítico (sobre as chamadas questões substantivas) com base em noções também monolíticas de consenso, racionalidade, maturidade, diálogo e sobre o que é e, principalmente, qual é uma questão substantiva. O consenso interpretativo pretensamente desinteressado interessa sempre à manutenção do *status quo* social. E se a historiografia está a serviço de propósitos (sociais) democráticos ao invés de diretrizes ou metas (sociais) hegemônicas, seria mais adequado trabalhar em favor da diversidade das interpretações narrativas: Hayden White não quer dizer apenas que a história não é uma ciência no sentido restrito do termo, mas que a história não deve ser uma ciência — nem se essa possibilidade lhe fosse dada a escolha.

Vê-se que o ponto ao qual chegou a crítica de Iggers, através da defesa do *scholarship* histórico e de seus pressupostos (racionalidade-diálogo-consenso-verdade provisória) como campo especializado de estudos, é o lugar onde podemos encontrar a resposta (reativa) de Hayden White: “Eu presumo, a partir da sua crítica ao meu

trabalho, que Iggers continua a estimar concepções que são meramente convencionais e na maior parte das vezes antiquadas da natureza do discurso e do tipo de conhecimento que o pensamento histórico é capaz de produzir. Em uma palavra, ele continua a usar a mesma categoria [supostamente *scholarship/wissenschaftlich*] que subscreve o *establishment* dos historiadores como *uma ideologia que transitou para a ciência no século XIX*”<sup>43</sup> (p.392).

#### 5.4. A. Dirk Moses x Hayden White (2005)

Para Dirk Moses há duas razões pelas quais é importante considerar atualmente os trabalhos de Hayden White: a) a relevância de sua explicação da atitude contemporânea de muitos historiadores, geralmente designada como *pós-modernista*, que em seu Meta-História ele chama de *sensibilidade histórica irônica*. A ironia como uma forma de agnosticismo intelectual, isto é, da percepção da impossibilidade de escolher, com base em adequados fundamentos teóricos, entre as diferentes maneiras de interpretar narrativamente o passado. O problema do modo irônico de pensamento histórico é, inicialmente, a sua implicação política anti-utópica e, conseqüentemente,

---

<sup>43</sup> O termo “*establishment*” é um substantivo que denota, dentre outras coisas, estabelecimento (que cuida de negócios) e *oficialização* (de igreja), e “*the Establishment*” (com inicial maiúscula e precedida pelo artigo “*the*”) denota “o Sistema” (compreendido como grupo sócio-político que exerce autoridade, controle ou influência, que em geral procura resistir à mudança). A preferência por *establishment* para fazer referência à prática profissional dos historiadores sugere certa ironia para com a *racionalização histórica* expressa em interpretação científica (no sentido de rigorosa conceptualização) e organização profissional como um *campo de estudos especializado* (disciplinado), pressuposta na categoria *wissenschaftlich (scholarship)*, categoria de Droysen/Rüsen que Iggers usa para criticar a incapacidade da *poetry* de White em dar conta do problema dos conflitos interpretativo-narrativos a respeito de um mesmo tema. Em uma de suas entrevistas, criticando o conservantismo da história como “disciplina”, White afirma que a história é, como a igreja (*establishment*) e o Estado (*Establishment*), uma instituição, e como tal devia estar igualmente aberta a críticas. Em “*A Política da Interpretação: disciplina e desublimação*” e “*Droysen: a disciplina histórica como ciência burguesa*”, White faz a crítica radical ao *wissenschaftlich*, e procura desvelar *wissenschaftlich* como um *establishment* ou transformar *wissenschaftlich* em *establishment*, ou como/em *Establishment*. Em quaisquer dos dois casos, trata-se de uma *metáfora irônica* que desvia o sentido de *wissenschaftlich (scholarship)* para *establishment/ Establishment*.

conservantista, pois tende a dissolver toda crença em ações políticas positivas (confiantes). No entanto, esse não é o único problema com o pensamento irônico, pois ele conduz a uma questão ainda mais fundamental, àquilo que White em 1966 chama de o *fardo da história* (assim entendido por Dirk Moses): o terror existencial instalado na consciência (do homem ocidental) pela crença do sentido aparente de todas as coisas humanas, em virtude da carência de segurança e consolação metafísicas<sup>44</sup> (p.312).

Dessa maneira, a questão que Hayden White coloca aos historiadores em sua análise do pensamento histórico de Nietzsche em *Meta-História*, traduzida como o fardo da história, é essa: como *viver* com uma história-processo explicada e enredada no modo irônico de pensamento histórico sem cair na condição de desespero que Nietzsche encontrou solução apenas se refugiando no irracionalismo?; b) a segunda razão pela qual é importante considerar os trabalhos de Hayden White consiste, de acordo com Dirk Moses, na resposta dada a essa questão que ele próprio coloca aos historiadores (p.313). A crítica de Moses se concentra assim na resposta de White a essa questão, na sua alternativa de solução para o fardo da história.

Dirk Moses sustenta que a resposta dada a questão, e que ela é parte importante da concepção da historiografia de Hayden White, é apropriada ao uso público da história em muitos conflitos étnicos e nacionalistas contemporâneos. Mais especificamente, a concepção que Hayden White tem da historiografia (no quesito capacidade de constituição do sentido histórico-existencial para os homens do presente) pode ser usada para fornecer argumentos teóricos que *justificam a instrumentalização da memória histórica pelas elites nacionalistas em suas lutas por vezes genocidas contra seus opositores* (p.311). A única maneira de safar das implicações de sua concepção, diz Moses, é perguntando-lhe a questão que ele propõe aos historiadores (em *O Fardo da História*): “*Qual deve ser o propósito ou a função da história para a vida?*”.

---

<sup>44</sup> O processo de profissionalização da historiografia no século XIX, como analisado em “*A Política da Interpretação: Disciplina e Desublimação*”, procuraram minar qualquer legitimidade (como forma de interpretação histórica) das filosofias da história bem como a possibilidade de conferir sentido religioso aos processos humanos passados. O resultado foi a conceptualização do passado nos termos de um processo secular, sistemático e narrativo, mas privado do grande sentido cósmico e, por essa razão, insuficiente para responder questões de natureza existencial (vida, morte, violência, privação, dominação etc). Restabelecer a dignidade dos estudos históricos, como White propõe em *O Fardo da História*, é vincular os temas historiográficos a essas questões, é colocar a história a serviço da vida (atual) e libertá-la da sua função de “resposta a curiosidades”.

A crítica de Moses se constitui assim por dois passos: a) primeiro, mostra a razão pela qual a historiografia na concepção de White legitima mitos étnicos e nacionais; b) segundo, propõe uma alternativa para que a história constitua sentido vital, histórico-existencial, e não responda apenas a meras curiosidades dos homens do presente — como White defende desde 1966 —, mas não dar margem a justificação desses mitos. Essa alternativa conta com *uma* sugestão de Max Weber.

Apesar de Hayden White ser cuidadoso em não negar o nível do significado racional imprimido pelos argumentos explícitos nas narrativas historiográficas, entende Moses, o que para ele conta como explicação convincente é sempre tributária do que um grupo específico de historiadores e seu público aceitam como critério de explicação. Assim, uma explicação histórica é convincente ou plausível por que o historiador e o seu público compartilham costumes culturais específicos, relativos ao uso da linguagem em historiografia: os modos de argumentação narrativos e enredamentos narrativos que ambos conhecem e estão previamente comprometidos. Nesse âmbito, do estilo narrativo, a historiografia se assemelha as ficções *porque* o que é plausível e convincente não é proveniente da adução dialógica as provas e evidências históricas, mas o modo pelo qual os fatos são enredados e explanados com base em um tropo homólogo predominante (p.326). E sendo no mínimo quatro tropos básicos capazes de constituir os temas históricos e inseri-los com sentido no mundo presente, não há fundamentos epistemológicos para optarmos por um ou outro dentre eles, mas somente motivos éticos, políticos e ideológicos.

Hayden White propõe, assim, o fim da sensibilidade histórica irônica pela impossibilidade de justificar epistemologicamente a sua existência, por um lado, e pelas implicações existenciais negativistas e políticas conformistas/anti-utópicas, por outro. Esse objetivo, pautado na impossibilidade de fundamentar epistemologicamente o sentido verdadeiro dos processos históricos passados para a vida atual, resulta por desafiar (negar) o papel da historiografia profissional em policiar as maneiras pelas quais passado pode ser invocado para legitimar projetos políticos atuais. Assim, o déficit-mítico da pós-modernidade pode ser remediado e o utopismo revivido somente pela admissão do sublime histórico colocado a serviço da consciência poética (*essa é a solução de Hayden White para o fardo da história*). Mas isso resulta que as mitologias étnicas e nacionais são um uso legítimo do passado por que, de uma maneira ou de outra, funcionam como respostas ao fardo da história, quando concebem o passado

como um espetáculo de desordem e anarquia moral (sublime), e imprime (poética-e-livremente) um sentido histórico as suas experiências passadas inteiramente interessado e parcial.

Por isso, num mundo em que as *narrativas de vitimização* subscrevem a identidade de comunidades étnicas e são usadas como licença para justificar ataques paranóides, interrogar o uso político da memória histórica é, para Moses, tão urgente quanto necessário. Nesse âmbito, a valorização dos estudos históricos por Hayden White, pela apreciação sublime do passado a serviço da criação poética do sentido histórico para a vida (presente), não funciona como solução moralmente responsável, à exata medida que seu relativismo moral e *ceticismo epistemológico* implicado nessa concepção falha em: a) distinguir mito de historiografia; b) livrar-se inteiramente dos perigos da sedução de uma política duvidosa (fascismo); c) salvaguardar a integridade da facticidade do holocausto (p.315-316).

Combatem-se melhor essas implicações da concepção que White tem do valor e utilidade pública da historiografia reconhecendo que os historiadores não são precisamente contadores de estórias, pois eles, sobretudo, colocam questões específicas ao registro histórico e tentam respondê-las. Ao colocar questões específicas ao registro histórico, as narrativas historiográficas ganham plausibilidade pelo modo como os historiadores as respondem: aqui os *argumentos explícitos* são mais importantes do que a *sugestibilidade* que elas produzem mediante efeito-explicativo defendido longamente por White (em *Meta-História* e *Trópicos do Discurso*). O valor das respostas específicas obtidas, cuja finalidade é a produção de consenso a respeito delas, é baseado na *força do melhor argumento* (p.327) Mas White tem antecipado a defesa dessa crítica, diz Moses, afirmando que a produção de perguntas-respostas com base em argumentos racionais e evidências ocorrem em meio a um discurso que permanece mítico, à medida que a historiografia permanece constituindo os seus objetos de explicação e narração com vistas ao estabelecimento e estabilização de *identidades coletivas* pela ênfase exagerada na continuidade. Assim, para White, como nota Moses, todas as questões dos historiadores se orientam por uma indagação equívoca, mas fundamental, do tipo “*de onde nós viemos?*”, cuja resposta também fundamental é “*nós viemos daquele lugar e daquelas coisas, por isso nós somos assim*”. Contrariamente, a pergunta fundante correta em historiografia — por que de interesse a todos os contemporâneos — é, para White, essa: “*como nós podemos construir um futuro melhor?*” Sua resposta é política

(p.328), mas não moralmente responsável como Moses argumenta acima, se comparada com a alternativa oferecida por Max Weber, através do modo como se pode conceber a relação entre ciência e existência (vida), e dela extrair um tipo específico de subjetividade.

No âmbito dessa relação, subjetividade que Weber educa seus alunos é inteiramente oposta a subjetividade preconizada por White, diz Moses. O valor da ciência não pode ser justificado em fundamentos científicos, e pode apenas ser interpretado por referência ao chamado *significado último*, que reclama à nossa posição pessoal em relação ao sentido da vida ou existência. A relação entre ciência e vida é articulada por Weber em função de qual deve ser o papel do professor perante seus alunos. E para ele, o papel do professor, ao invés de induzir a ação ou tornar o guru dos seus alunos, é auxiliá-los na obtenção de esclarecimento acerca das suas escolhas pessoais pela *apresentação fatos inconvenientes no mundo contemporâneo* em que vivem, e *tendo* cada um deles que oferecer uma explicação para o significado último da suas condutas a respeito de tais fatos. Em vista disso, qual deve, portanto, ser o papel do historiador em relação à comunidade étnica ou nacional a qual ele pertence? Somente pela construção narrativa que force os dois lados do conflito a distanciar-se criticamente das ideologias nacionalistas em que se baseiam, engajando-se num jogo de reconhecimento mútuo com seu opressor. E isso pode ser feito em historiografia e o problema pode ser resolvido pela *racionalidade comunicativa* implícita nas ciências humanas, capaz de prover normas acerca do uso moral da história, à medida que institucionaliza um tipo de intersubjetividade através da qual a evocação e o uso do passado são governados por regras de imparcialidade e equidade/justiça, e em protocolos de evidência baseado em pesquisa honesta. A racionalidade comunicativa é assim inerente ao apelo da necessidade do leitor universal. E por essa via, pode a historiografia servir ao papel de vigiar a política: precisamente por que em questões referentes a conflitos étnicos o *histórico é ético*, pois ao voltar-se a acontecimentos passados os historiadores precisam, com base neles, decidir sobre questões políticas projetivas de um futuro, quando assumem o papel de comentaristas morais — comentaristas morais subjetivo-objetivos.

A resposta de Hayden White mostra que ele não discorda do assunto principal do debate, isto é, que *os estudos históricos possuem relevância pública e que a historiografia deve estar a serviço da vida pelo seu potencial em responder questões*

*existenciais, e não para atender a mera curiosidade dos contemporâneos. Eles não estão em acordo completo porque ambos possuem concepções distintas da natureza do discurso histórico e, especialmente, do uso público ao qual o discurso histórico pode ser submetido* (p.331). Como aponta Moses, Hayden White realmente nega à historiografia profissional a função de policiar a maneira através da qual o passado deve ser invocado para a construção de projetos políticos contemporâneos (p.334)

Mas ele está de acordo com a afirmação de Moses, de que o uso político das narrativas de vitimização subscreve a identidade de muitos grupos pela demonização do outro, e que, nesse âmbito, o controle da memória histórica serve para justificar ataques armados. O problema, no entanto, não é com o “uso político”, mas com a noção de memória histórica que, para White, parece ser uma contradição entre termos. Pois narrativas de vitimização não tem início e o domínio presidido pela historiografia profissional, pois os meios legítimos que a historiografia profissional emprega para contar a verdade acerca do passado não lhe confere direito opor-se a alguma dada narrativização de eventos reais. Os historiadores podem estar habilitados a estabelecer que dados acontecimentos podem não ter acontecido no momento que se poderia pensar que eles aconteceram, mas a negação de qualquer ocorrência de eventos particulares dificilmente afeta o apelo a um modo de apresentação narrativa, seja de vitimização ou de qualquer outra coisa: a que devemos recorrer para julgar e decidir a respeito da declarada rivalidade entre Palestinos e Judeus Israelenses? Nesse tipo de questão, diz White, é melhor abandonar toda pretensão de “sensatez”, “lucidez” e subjetividade “objetiva” (de Max Weber), a fim de procurar um fundamento comum sobre o qual possa dissolver o desacordo motivado pelo fanatismo religioso, pois a historiografia tem de mostrar anti-transcendental, religiosamente agnóstica e eticamente relativista, sem que se ponha inclinada a tornar-se meramente outra arma do dogmatismo religioso e político corrente.

A observação de Moses a respeito do relativismo moral e ceticismo epistemológico de Hayden White conduz, como visto acima, a três críticas: a) incapacidade de distinguir entre mito e história; b) a exposição aos perigos de sedução por uma política duvidosa (fascismo); c) e incapaz de salvaguardar a integridade da facticidade do Holocausto.

A primeira crítica é uma questão reverenciada por White, e ele procura mostrar — ao longo dos seus trabalhos — que a distinção entre mito e história nunca foi conseguida nos estudos históricos: tanto por que a *narrativa* permanece como o modo de representação escolhido pelo estabelecimento profissional para apresentar as descobertas nas fontes históricas, quanto porque a historiografia nunca foi capaz de se liberar da *ideologia*. Tanto para White quanto para Lévi-Strauss a historiografia é o mito do Ocidente. O moderno conceito de história (a historiografia genética de Rüsen, por exemplo) apenas reprime, ao invés de superar os modos míticos de pensamento, e promove o retorno desse material reprimido na forma de um ponto de vista que propõe mostrar que as coisas (cultura, sociedade e política) são da maneira como devem ser e jamais de outra maneira. Imprime ao mundo presente um aspecto de necessidade, um presente como resultante contínua do passado (p.337).

A segunda crítica repete uma concepção corriqueira de que o relativismo autoriza a confiança no fascismo, quando não conduz inevitavelmente a ele. “Esse argumento foi elaborado contra mim por Carlo Ginzburg, e eu simplesmente o rejeito” (p.337). O relativismo cultural (relativismo dos valores que orientam as ações, ou relativismo moral), no ponto em que ele interessa a White, serve de base para autorizar diferentes posições éticas e políticas, no sentido de conduzir mais freqüentemente a tolerância e ao esforço de compreender o outro do que a intolerância, xenofobia e fascismo: “os nazistas eram qualquer coisa, menos relativistas. Eu não acredito que o Hamas e os Sionistas sejam relativistas” (p.337). Com respeito ao ceticismo epistemológico, White acredita ser um componente necessário de qualquer visão científica de mundo, e também necessária para combater qualquer espécie de dogmatismo (p.337)

Com respeito à terceira crítica, concernente a deficiência da concepção da historiografia de Hayden White em proteger a integridade da facticidade do Holocausto, ele volta a dizer que a historiografia contemporânea é ameaçada pelos revisionistas (e não pela sua escrita na voz média), mas não por que eles oferecem uma nova interpretação (narrativa) do Holocausto, e sim por que eles divulgam a impossibilidade de chegar a um significado científico desse evento. Em segundo lugar, White julga confusa a maneira como Dirk Moses formula a sua crítica: “a integridade histórica da facticidade do Holocausto? “O que é a integridade *histórica* da facticidade do Holocausto?” (p.337). Para Hayden White, o Holocausto é um conceito sintético, ou

melhor, uma figura de um evento, cuja ocorrência dificilmente pode ser duvidada, mas cujo significado e relevância para os europeus, alemães, judeus e americanos é uma questão em aberto, podendo esse evento ser tratado por diferentes modos de produção de significado — artístico, literário, psicanalítico, filosófico e *histórico*. O que precisa ser aspirado, diz White, é exatamente a multiplicação e combinação desses diferentes modos de abordá-lo, não com o intuito de estabelecer a sua facticidade, mas a fim de imaginar qual pode ser o significado dessa ocorrência ou que significado ela pode ter — *para as gerações atuais* (p.338). Apesar de os judeus terem um interesse especial sobre o Holocausto, esse evento não pertence apenas aos judeus. Faz-se necessário, portanto, algo muito mais do que uma disciplina devotada ao estabelecimento dos  *fatos*  a serem acordados sobre esse  *evento* . A escrita histórica em geral, e a escrita histórica sobre o Holocausto, em especial, é mais um problema de  *significado*  do que de  *conhecimento*  (compreendido como conjunto de informações justificadas empiricamente). Isso porque o conhecimento acerca do Holocausto dificilmente pode ser mais completo e mais constrangido pela documentação em sua facticidade. “O que nós necessitamos é de imaginação e intuições poéticas que nos auxiliem a adivinhar o seu significado” para a vida atual (p.338).

Quanto à quarta crítica de Dirk Moses, Hayden White está de acordo que o  *histórico*  é o  *ético*  (voltar-se ao passado implica em se projetar num futuro, mais especificamente, desejar e “escolher”  *um*  futuro). O elemento ético (em qualquer pensamento histórico) emerge da diferença entre o que é (ou foi) o caso e o que deve ser (ou deve ter sido) o caso em algum compartimento da conduta humana, pensamentos e crenças passadas. O ético, assim, abre o espaço no qual alguma coisa tem de ser feita. E isso é inteiramente diferente da moralidade que, sobre a base de alguma norma dogmática, nos diz o que devemos e o que não devemos fazer perante uma dada situação oferecida à escolha. O passado histórico é ético à exata medida em que produz e potencializa temas (como vida, violência, sofrimento, trauma e morte) que nos conduzem a tipos de sentimentos ambivalentes, com respeito a nós próprios e aos outros, que aparecem em situações que requerem  *escolha*  e engajamento em modos existencialmente determinados no mundo contemporâneo (p.338) Assim, a historiografia ética deve produzir narrativas que inspirem as pessoas a viverem significativamente, ao invés de tentar produzir explicações narrativas que levem as

peças a sentirem-se como incapazes de controlar os seus destinos. É a isso que deve preocupar-se o conhecimento histórico, e a essa função ele pode servir e desempenhar.

A fim de lidar e compartilhar do significado daqueles tipos de temas, precisamos apelar para as ricas tradições da expressão literária, diz White. E é precisamente esse recurso o qual está privada a historiografia de todo o século XX, em virtude do seu vão esforço em ser “científica”, “objetiva” e “neutra”. Isso requer que o estabelecimento profissional dos historiadores repense a relação entre os objetivos da pesquisa empírica (estabelecer a veracidade das ocorrências factuais) e os objetivos da expressão poética (criar, recriar e adaptar novos sentidos aos fatos estabelecidos em acordo com interesses e problemas do mundo contemporâneo). Somente assim a historiografia pode ser publicamente relevante, *pois* preparada para as grandes questões existenciais colocadas e atravessadas pelo tempo. Sua entrada na política tende a ser dogmática, conclui White, quando prejulga e se adere, mesmo que “racional-intersubjetivamente”, a questões últimas.

## CONCLUSÃO APRESENTADA SOB A FORMA DE CINCO (5) TESES SOBRE HAYDEN WHITE

A dissertação se fecha com cinco teses sobre Hayden White. Teses *não* como afirmações ou pontos de vista criados originalmente pelo autor da dissertação, mas como afirmações que ele pretende *sustentar* e que de uma forma ou de outra, mais ou menos explicitamente, apareceram ao longo do texto.

Primeira tese, ou tese geral: *é preciso, na leitura de Hayden White, simultaneamente separar e reunificar a intenção dos seus argumentos ao conteúdo deles, em meio ao problema por ele apresentado em O Fardo da História: o ensaio que dá início ao projeto Hayden White para a historiografia.* Sua intenção básica é revitalizar (tornar vivo) os estudos históricos pela inserção dos processos significativos de acontecimentos passados no mundo contemporâneo. A intenção se materializa numa longa luta de mais de quarenta anos contra a transformação e permanência dos estudos históricos em um assunto de curiosidade: se elaboram perguntas ao passado para satisfazer a curiosidade antiquária dos indivíduos do mundo presente, ou seja, uma luta contra os estudos históricos transformados em *mero passa-tempo*. Tanto mais é insolúvel o fardo da história quanto mais os historiadores insistem na cientificidade da historiografia, que leva em suas pretensões de verdade a noção de uma objetividade impossível, em descrever e explicar os processos humanos da perspectiva correta, do ângulo neutro, tendo em vista elaborar o sentido único do processo histórico ou de segmentos curtos e estreitos desse processo. Disso decorre o conteúdo dos seus argumentos, ou *os meios* de que White se vale para solucionar o fardo da história e recuperar a dignidade dos estudos históricos, que consiste basicamente na sua insistência da natureza discursiva, retórica e poética da historiografia, isto é, uma disciplina que só consegue dar conta do seu objeto de pesquisa (os acontecimentos passados) constituindo tropologicamente os seus temas ou objetos. Assim, se a intenção dos argumentos de White se volta contra a *historiografia-como-curiosidade*, o conteúdo deles se volta contra a *historiografia-como-ciência (objetiva)*. E o elo que vincula a intenção e o conteúdo argumentativo dos trabalhos de White reside no retorno ao reconhecimento dos estudos históricos como uma atividade que é retórica, literária e filosófica: os três instrumentos para constituir uma poderosa imaginação nos contemporâneos para lidar significativamente com o seu passado, ou para colocar o passado a serviço dos interesses e questões públicas contemporâneas. Em geral, os

críticos reativos ficam chocados com Hayden White porque dão atenção exclusiva ao conteúdo dos seus argumentos, ou aos meios empregados para solucionar o fardo da história, mas não entendidos como meios e sim como o *fim* dos seus escritos. Assim, fazem uso de argumentos da idade de Heródoto para salvar a história ciência, a história verdadeira, mas não propõe e nem se quer mostram preocupação com uma única alternativa para que se possa proceder à inserção dos processos passados na vida contemporânea abandonando a topologia de White. Os quatro livros que seguiram o projeto de Hayden White para historiografia, enunciado em “O Fardo da História”, podem ser vistos como a articulação desequilibrada, desproporcional e assistemática entre a intenção dos seus argumentos e o conteúdo deles. Não obstante, é possível discerni-los e relacioná-los.

Segunda tese: Meta-História. *Hayden White apresenta os diferentes tipos de realismo histórico dos historiadores e filósofos da história oitocentistas*. Realismo histórico não como a *verossimilhança* das representações narrativas com as regiões do passado que constituíam o tema dos interesses dos diferentes historiadores, mas talvez até o contrário disso. *Realismo histórico* como a maneira pela qual a conjunção dos procedimentos da escrita desses historiadores (tropos, enredos, argumentos) associava-se a uma ideologia específica que, sob o nome de *estilo narrativo*, transformavam os “dados” informativos do registro histórico não-processado numa história contínua e significativa para o mundo presente, e em conformidade com os interesses públicos mais abrangentes das suas respectivas épocas, de modo a incitarem os leitores a levarem suas vidas concretas com base nas diferentes explicações narrativizantes fornecidas pelos diferentes estilos historiográfico-narrativos. Por isso, o Meta-História é lido mais adequadamente *não* como *um manifesto contra a cientificidade da historiografia* (Eugene Golob), *não* como *uma equivalência entre historiografia e filosofia da história* (Maurice Mandelbaum), ou como *uma filosofia especulativa da história* (Eva Domanska), nem como *a defesa de um tipo de realismo superior* através da ironia em que se baseia a narrativa do livro (Frank Ankersmit), mas essencialmente como o pensamento histórico oitocentista consegue fazer do passado uma presença viva aos contemporâneos do século XIX.

Terceira tese: Trópicos do Discurso. *Hayden White possui e não possui uma teoria da historiografia pós-moderna, pois essa classificação depende do critério utilizado para caracterizar o pós-modernismo historiográfico*. Ao pressupor, como

Perez Zagorin, que o pós-modernismo historiográfico compartilhe de duas teses referentes ao seu tipo especial de ceticismo, Hayden White não pode ser classificado como pós-modernista: a) a primeira diz respeito ao anti-realismo, e sustenta que o passado não pode ser objeto de conhecimento histórico, mais especificamente, que o passado não pode funcionar como referente de sentenças e representações históricas (narrativas). O pós-modernismo dissolve a historiografia numa espécie de literatura e faz do passado em si nada mais do que um *texto*; b) para esse narrativismo, os tropos e gêneros literários são os recursos da historiografia que prefiguram e determinam a visão, a interpretação e o significado dos fatos, resultando na impossibilidade de distinguir entre historiografia e ficção, e conseqüentemente em avaliar diferentes interpretações históricas com base nas evidências.

Para Hayden White a historiografia simplesmente não é uma ciência e não produz o tipo de conhecimento chamado de científico, *strictu sensu*, como a farmacologia, a genética, a botânica e a eletricidade. *Ciência* concebida como o conceito apropriado para considerar uma forma de composição verbal que se pretende verdadeira, mas vale de *linguagem técnica* e *argumentos hipotético-dedutivos* controlados por *métodos experimentais* originados e repetidos em laboratórios segundo procedimentos canonizados e igualmente reconhecidos pelos praticantes da disciplina em questão. A circunstância de a historiografia não produzir um conhecimento desse tipo, não significa que ela não produz conhecimento algum, ou que suas asserções individuais, suas explicações argumentativas, e sua narrativa sobre seu objeto de investigação *sejam invenções anti-referenciais* (como pensam Ginzburg, Zagorin e Lorenz). Pois a distinção entre historiografia e ficção permanece: a segunda inventa descritivamente suas ocorrências, e a primeira as descreve com base no chamado registro-histórico não-processado. Não obstante, historiografia e ficção se assemelham porque os modos descritivos que se valem para caracterizar e relacionar os eventos, antes mesmo da sua explicação e narração, são amiúde os mesmos, isto é, através dos quatro tropos básicos da linguagem natural: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. O modelo tropológico usado por Hayden White para caracterizar a natureza da descrição histórica não implica em determinismo sobre a explicação argumentativa e a interpretação narrativa de acontecimentos históricos, pois a própria linguagem não fornece um critério segundo o qual possa diferenciar *o que é literal* e *o que é figurado* nas caracterizações dos eventos e nas suas relações com outros, antes que tais eventos

sejam submetidos a demonstração argumentativa e a interpretação narrativa. Assim, se os modos de relação descritivo-formais são limitados, os conteúdos significativos que eles podem associar e criar são potencialmente infinitos.

Dizer que Hayden White contribuiu para o pensamento histórico pós-moderno é bastante provável: faço aqui referência a uma das principais teses de Hayden White, enunciada já no *Meta-História*: não há premissas epistemológicas capazes de justificar infalivelmente um modo de conceptualizar significativamente os processos de acontecimentos humanos passados, relacionando-os de uma única maneira com a vida presente (sentido histórico). Em primeiro lugar, não há nenhum absurdo nessa afirmação, pois ninguém ainda apresentou tais premissas para justificar infalivelmente o *sentido histórico* único e exclusivo de qualquer que seja a região espaço-temporal do passado, quando relacionado aos interesses cognitivos, práticos e existenciais do mundo contemporâneo. Em segundo lugar, e mais importante, as implicações que *Hayden White* tira dessa afirmação são políticas e inteiramente independentes do uso que dela faz, por exemplo, Keith Jenkins. Qual implicação que Jenkins tira da fragilidade epistemológica da historiografia? ““A epistemologia [da história] mostra que nunca poderemos realmente conhecer o passado” (42), pois “se as sentenças históricas individuais podem ser checadas nas fontes históricas, os contextos históricos não o podem, e isso mostra que os últimos são puras construções imaginativas, invenções ou ficções no sentido ontológico do termo, isto é, são inexistentes e impassíveis de demonstração.”

Por outro lado, o pressupor, como Jean-François Lyotard, que o pós modernismo caracteriza-se pela “morte dos centros” e pela descrença nas metanarrativas, Hayden White pode ser classificado como teórico da historiografia pós-moderna. *Centros* como quadros de referência por meio dos quais se elaboram juízos valorativos (morais) e orientadores de condutas individuais e práticas políticas. Como exemplo tem-se o anglocentrismo, o eurocentrismo, o etnocentrismo, o *logocentrismo* e o sexismo. White não acredita que esses centros sejam naturais ou ao menos legítimos, mas temporários ao invés de universais e atendem a interesses muito particulares. Sobre a possibilidade de uma *razão universal*, de um diálogo capaz de proporcionar o reconhecimento das diferenças mútuas entre as diferentes culturas existidas no tempo e existentes no espaço, em vista do estabelecimento de um consenso também universal, ele acredita que esse projeto é intrinsecamente ideológico. As *metanarrativas* concebidas como as grandes

narrativas mestras (e metafísicas) que dotam as transformações do mundo ocidental de um sentido histórico, são para White meras narrativizações, ou hipostasiações do processo histórico carregadas de significação política e moral concordante com a manutenção e reprodução dos *status quo*, como mostrado em “O Conteúdo da Forma”.

Quarta tese: O Conteúdo da Forma. *Hayden White analisa o discurso historiográfico narrativizante e não cuida de sustentar que a narrativa é ou não uma forma adequada para representar os acontecimentos reais do passado. Ele combate o discurso narrativizante pelas suas implicações políticas conservantistas e não porque a narrativização seja epistemologicamente mais frágil do que outros dois tipos de representações históricas, a crônica e os anais.* O processo de significação linguística é produzido pela substituição do signo (significado e significante) pelo referente (coisas externas ao signo, chamadas de extra-linguísticas). O processo de significação semiótica é produzido pela substituição do signo (significado e significante) por outro signo (significado e significante) de um ou mais códigos de linguagem. A narrativização é o processo semiótico que substitui a *significação narrativa* pela *significação narrativa como cópia dos acontecimentos do mundo vivido*. E como a ideologia é caracterizada como um processo *semiótico* através do qual são produzidos e reproduzidos diferentes tipos de significados, de modo a estabelecer uma atitude mental pública frente ao mundo que privilegia determinados sistemas de signos como formas necessárias e naturais, levando-nos a reconhecer o significado *nas* coisas ao mesmo tempo em que suprime e oculta outros tipos de significados no processo mesmo de representá-las na linguagem, a narrativização historiográfica é intrinsecamente ideológica. O elemento ideológico presente nas narrativizações historiográficas as fazem distintas do tipo de representação histórica oferecido pelos anais e pela crônica, cada uma produzindo um tipo de realidade (realismo) diferenciado. Nesse sentido, ele não argumenta e não procura demonstrar que o mundo real não tem a forma de narrativização, mas de crônica e, especialmente dos anais (como pensa Nancy Partner, Willian Dray, Richard Vann e David Carr). O mesmo é válido para a sua preferência pelo sublime histórico em detrimento da estética historiográfica do belo. A realidade histórica não é *realmente* sublime, mas suas implicações metapolíticas são mais favoráveis a introdução criativa do passado na vida presente do que as implicações derivadas da concepção da realidade histórica em conformidade com a estética do belo.

Quinta tese. Realismo Figural. *A tropologia é especialmente útil para analisar e avaliar a consistência dos discursos historiográficos narrativizados e assim, vincula-se tanto à ficção quanto os discursos historiográficos não-narrativizados estão vinculados a literatura. A figuração está para a ficção assim como a escrita intransitiva na voz média está para a literatura* O critério utilizado por Hayden White para separar ficção de literatura consiste na consideração da *natureza dos eventos modernistas*, ou acontecimentos únicos em razão da sua natureza moralmente extrema. As caracterizações figurativas ao transformarem os eventos em figuras de um relato narrativo-narrativizante acrescentam a sua representação: a) a si mesma, isto é, a *figura específica* utilizada pelo autor; b) conseqüentemente acrescenta de alguma maneira o próprio autor, isto é, os *valores vinculados a sua escolha* ao usar uma figura específica e não outra para caracterizar o acontecimento; c) a caracterização mediante uma figura específica produz *uma perspectiva particular sobre o referente*, ou acontecimento, limitando o que se pode falar acerca dele, pois ao mesmo tempo em que o ilumina em certos aspectos, fecha outras perspectivas ao obscurecer outros atributos dele; d) a classe de figuração predominante usada para transformar o que é uma mera crônica de fatos numa estória particular, *personaliza os agentes e humaniza as agências* envolvidas nos acontecimentos ao tomá-los como sujeitos intencionais e emocionais com os quais o leitor pode identificar-se ou não; e) e por último, os *generaliza*, representando-os no relato como exemplos típicos ou paradigmáticos de atos, agentes e agências encontrados similarmente nos gêneros literários e míticos. *Todos esses efeitos caracterizam a escrita ficcional.*

Os efeitos peculiares produzidos pela figuração mostram *o caráter inapropriado da linguagem figurativa* para caracterizar acontecimentos moralmente extremos, entre os quais o Holocausto e a Solução Final representam exemplos históricos únicos. Esses efeitos específicos levam a sugerir que o genocídio nazista é intrinsecamente *irrepresentável*, especialmente porque o quinto efeito da figuração, isto é, a conversão dos acontecimentos do holocausto em exemplos paradigmáticos de ações e agentes distorcem a singularidade histórica do próprio acontecimento, ou melhor, é incapaz de descrever a sua novidade como um acontecimento (modernista) moralmente extremo.

Assim concebidos os efeitos da figuração, Hayden White conclui que o que é necessário para qualquer um que escreve sobre o Holocausto é uma *atitude*, uma posição ou postura que não é nem objetiva nem subjetiva, nem passiva a respeito dos

seus acontecimentos nem ativa em relação a eles. Esta atitude reclama a chamada escrita intransitiva para representação adequada dos acontecimentos do Holocausto, seja historiográfica ou ficcional. A escrita intransitiva nega a distância entre o escritor, o texto, aquilo sobre o que escreve (o acontecimento) e o leitor. Trata-se de um compromisso que vai além da mera descrição de acontecimentos (como recepção ou como criação deles). Para Hayden White, a escrita intransitiva é útil para resolver os dois problemas concernentes à representação do Holocausto colocados acima (a e b, página 105 da dissertação). Ela distingue *uma* das muitas características do estilo modernista do estilo do realismo clássico, ao focar um terceiro tipo de relação pela qual se pode representar um agente com respeito a uma ação. A própria linguagem natural em muitos idiomas fornece dois tipos para conceber a relação de um agente com uma ação: a) pela voz ativa (o sujeito agente pratica ou desempenha a ação); b) e pela voz passiva, o sujeito agente sofre ou é paciente de uma ação. De qualquer modo, em ambos os casos o sujeito da ação verbal é externo a própria ação, diferente dela. A terceira possibilidade representa a *voz média*, oferecida por algumas linguagens naturais como o grego: o sujeito agente é interior a ação verbal.

Quando transposta ao ato de escrita pelo modernismo literário, o verbo escrever não significa relação passiva (meramente receptiva em relação ao que escreve) nem ativa (construtiva em relação ao que escreve), mas de tipo médio. A escrita intransitiva é anti-narrativizante, e reconceitualiza as noções de agente e paciente, sujeito e objeto, fato e ficção, literal e figurado em qualquer versão do realismo. A reconceptualização da relação entre essas dicotomias tem as seguintes características: a) o desaparecimento do escritor como narrador de fatos objetivos; b) o predomínio do tom de dúvida e interrogação na interpretação dos acontecimentos descritos aparentemente de forma objetiva; c) o emprego de técnicas que obscurecem e ou ocultam a impressão de uma realidade objetiva como completamente conhecida do autor; d) o uso da ocasião fortuita para representar uma seqüência temporal. *Essas características são constituintes da escrita literária* e não da escrita ficcional, caracterizada fundamentalmente pelos efeitos da figuração apresentados acima.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros de Hayden White:

Meta-História: a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1973

Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP. 1994

El Contenido de La Forma: narrativa, discurso y representaión histórica: PAIDÓS. 1992

Figural Realism: studies in the mimesis effect: JOHNS HOPKINS. 1999

### Artigos de Hayden White:

“Historical Discourse and Literary Writing”. Cap. 1, pp. 25-33, in: “*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*”. 2006. Editado por: Kuisma Korhonen. Internationale Forschungen Zur Allgemeinen Und Vergleichenden Literaturwissenschaft.

Hecho y figuración en el discurso histórico. Prefacio, pp. 43-61, in : Hayden White: El Texto Histórico como Artefato Literário”. 2003 . Ediciones Paidós. Pensamiento Contemporáneo. 71.

### Debates com Hayden White

CHARTIER, Roger. “Quatre Questions à Hayden White”. *Storia della Storiografia*, vol.24, 1993, p.133-142.

-----.“Figuras Retóricas e Representações Históricas”, cap.4, p.101-116, in: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*, trad. Patrícia Chittoni Ramos, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

WHITE, Hayden. “Response to Professor Chartier`s Four Questions”. *Storia della Storiografia*, vol.27, 1995, p. 63-70.

MARVIC, Arthur. "Two Approaches to Historical Study: The Metaphysical (Including "Posmodernism")" and the Historical. *Journal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 5-35.

WHITE, Hayden. "Response to Arthur Marvick. *Journal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 233-246.

MOSES, Dirk. "Hayden White, Traumatism, Nationalism, and the Public Role of History". *History and Theory*. 2005. vol. 44, n. 3, pp 311-331.

WHITE, Hayden. "The Relevance of Historical Studies: a Reply to Dirk Moses". *History and Theory*. 2005. vol. 44, n. 3, pp 333-338.

IGGERS, George. "Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography". *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp.373-390.

White, Hayden. "An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers)". *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp 391-406

### **Críticos diretos de Hayden White:**

ANKERSMIT, Frank R. Hayden White's Appeal to the Historians. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp.182-193

CARR, David. Narrative and the real world: an argument for continuity. *History and Theory*. 1986. vol.25, n. 2, p .117-131.

CARROLL, Noël. "Topology and Narration". *History and Theory*. 2000. Vol.39, n.3, pp 396-404.

CLIVE, John. "Metahistory: The Historical in Nineteenth-Century Europe". *Journal of Modern History*. 1975.vol.47, n. 3, pp. 542-543.

DOMANSKA, Eva. Beyond Irony. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 173-181

FIRTZSIMONS, M.A. "Plausible, all to plausible?". *Jstor: Review of Politics*. 1977. vol. 39, n.3, p. 411-415.

FLORES, Ralph. "Hayden White, The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation". 1988. *Jstor: Comparative Literature*, vol. 102, n.05, pp.1191-1195.

GOLOB, Eugene O. "The Irony of Nihilism". *History and Theory*. 1980. vol. 19, n 4, pp 55-65.

GINZBURG, Carlo. "Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez"; in *Relações de Força: história, retórica, prova*. Companhia das Letras. pp. 47-63

----- "O Extermínio dos Judeus e o Princípio de Realidade" in "A História Escrita: teoria e história da historiografia". org. Jurandir Malerba. editora contexto. 211-232. 2006

HYVÄRINEN, Matti. "Life as Sequence and Narrative: Hayden White meets Paul Auster"; cap. 6, pp. 83-94, in: "*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*". 2006. Editado por: Kuisma Korhonen. Internationale Forschungen Zur Allgemeinen Und Vergleichenden Literaturwissenschaft.

JENKINS, Keith. "On Hayden White". cap. 5, in: *On "What is History?"*. pp. 134-179. London and New York: Routledge, 1995.

JOHNSTON, M. William. *Tropics of Discourse: essays in cultural criticism*. 1980. *Jstor: Journal of Modern History*. Vol. 52, n. 1, p.122-124.

KANSTEINER, Wulf. "Hayden White's Critique of the Writing of History". *History and Theory*, vol.32, n.3, 1993, p.273-295.

KELLNER, Hans. A Bedrock of Order : Hayden White's Linguistic Humanism. *History and Theory*. vol. , n. , pp. 1-29.

KRAMER, Lloyd. "Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o Desafio Literário de Hayden White e Dominick Lacapra. A Nova História Cultural. Lynn Hunt. Martins Fontes. Cap.4, parte 1, Segunda edição. pp.131-173

LACAPRA, Dominick. A Poetics of Historiography: Hayden White's Tropics of Discourse. In: *Rethinking Intellectual History*. 1983. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. p.72-83

————— “Hayden White, The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation”. 1987. Jstor: *American Historical Review*.vol. 93, n.4, pp.1007-1008

LEEF, Gordon. “Metahistory: The Historical in Nineteenth-Century Europe”. Jstor: *Pacific Historical Review*. 1974. vol. 43, n. 4, pp. 598-599.

LORENZ, Chris. “Can Histories be True? Narrativism, Positivism, and the “Metaphorical Turn””. *History and Theory*. 1998. vol. 37, n.3, pp. 309-329.

MANDELBAUM , Maurice. “The presuppositions of Metahistory”. *History and Theory*. 1980. vol. 19 , n.4 , p. 39-54. 1980.)

MANNING, K.Peter. Topics and Tropes. Jstor: *Contemporary Sociology*. 1980. Vol. 9, n. 5, p. 670-672.

MCCULLAGH, Behan. “The Truth of Historical Narratives”. *History and Theory*. The Representation of Historical Events. 1987.pp. 30-46.

NELSON, John. Hayden V. White, Metahistory. The Historical in Nineteenth-Century Europe. *History and Theory*. 1975. vol. 14, n. 1, p. 74-90.

PAUL, Herman. “An Ironic Battle against Irony: epistemological and irony in Hayden White's philosophy of history, 1955-1973”; cap.2, pp. 35-44, in: “*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*”. 2006. Editado por: Kuisma Korhonen. Internationale Forschungen Zur Allgemeinen Und Vergleichenden Literaturwissenschaft.

PIHLAINEN, kalle. “The Confines of the Form: Historical Writing and the Desire that it be is not”; cap.4, pp. 55-67, in: “*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*”. 2006. Editado por: Kuisma Korhonen. Internationale Forschungen Zur Allgemeinen Und Vergleichenden Literaturwissenschaft.

PARTNER, Nancy. Hayden White: The form of Content. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 162-172.

PIHLAINEN, kalle. "The Confines of the Form: Historical Writing and the Desire that it be is not"; cap.4, pp. 55-67, in: "*Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*". 2006. Editado por: Kuisma Korhonen. Internationale Forschungen Zur Allgemeinen Und Vergleichenden Literaturwissenschaft.

POMPER, Philip. "Typologies and Cicles in Intellectual History". *History and Theory*.1980. vol. 19, n.4, pp. 30-38. 1980)

RUBINO, A, Carl. Hayden White. Metahistory: the imagination in nineteenth-century Europe. Jstor: *Centennial Issue: Responsibilities of the Critic*. 1976.vol. 91, n.5, p.1131-1135.

ROTH, Paul. Hayden White and the Aesthetics of Historiography. *History of the Human Sciences*. 1992. Vol. 5, n.1, pp.17-35.

ROTH, Michael. "Cultural Criticism and Political Theory Hayden White`s Rhetorics of History. jstor: *Political Theory*. 1988. vol. 16, n. 04, pp. 636-646.

STRUEVER, Nancy. Topics in History. *History and Theory*. 1980. vol. , n. , p. 66-79.

VANN, Richard. The Reception of Hayden White. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 143-161.

ZAGORIN, Perez. "History, the Referent, an Narrative: Reflections on Postmodernism Now." *History and Theory* v.1, n. 38, pp. 1-24.1998.

